LUCIA CHAMLIAN MUNARI

MEMÓRIA SOCIAL E ECOLOGIA HISTÓRICA: A
AGRICULTURA DE COIVARA DAS POPULAÇÕES
QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA E SUA RELAÇÃO
COM A FORMAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA LOCAL

Dissertação apresentada ao
Instituto de Biociências da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção de Título de Mestre em
Ciências, na Área de Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Rui Sergio
Sereni Murrieta

São Paulo

2009

M 963m

Munari, Lucia Chamlian

Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local / Lucia Chamlian Munari. – São Paulo: L. C. M., 2009.

217 p.: Il.

Tese (Mestrado) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Departamento de Ecologia. 2009.

1. Quilombos 2. Agricultura – Brasil 3. Campesinato – Vale do Ribeira 3. Ecologia – História 4. Mata Atlântica I. Universidade de São Paulo. Instituto de Biociências. Departamento de Ecologia.

LC: QK 90

Comissão Julgadora:

Prof(a). Dr(a).

Prof(a) Dr(a).

Prof(a). Dr(a).

Prof(a) Dr(a).

Prof. Dr. Rui Sergio Sereni Murrieta
Orientador

Ao Marco Gandhi, com quem dividi todas as alegrias e aflições deste trabalho.

Minha inspiração de presente e de futuro.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao Departamento de Genética e Biologia Evolutiva (IBUSP) e principalmente ao Departamento de Ecologia, pelo abrigo e apoio, logístico e institucional, essenciais para a realização deste trabalho. À Capes e à Fapesp, agradeço pelo financiamento, indispensável para as viagens de campo. Não posso deixar de agradecer ao pessoal do LEPaC (Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação, do IBUSP), principalmente ao Wellington e ao Leandro, sem os quais eu não teria conseguido as ferramentas e conhecimento necessários para realizar as análises espaciais.

Ao meu orientador, Rui S. S. Murrieta, sempre atento e disponível. Indispensável para este trabalho, mas principalmente para a minha formação. Obrigada por ampliar meus horizontes. À Cristina Adams, que além de ser fonte inesgotável de ajuda e paciência, e de estimular muito o meu trabalho, foi essencial para a construção da discussão dessa dissertação. Ao Nelson, sem o qual a pesquisa não teria começado. Agradeço pelo estímulo, pelas ótimas viagens a campo e pela oportunidade de poder conhecer profundamente as comunidades antes mesmo de iniciar o mestrado.

Agradeço aos companheiros e ajudantes de campo, que tornaram as viagens muito produtivas. Nelson, Carol, Aglair, Natasha, Leandro, Helbert, Gustavinho e Marco, as professoras Célia Futemma e Cristina Adams. Aos pesquisadores do Instituto de Botânica, que também participaram e me auxiliaram em muitas etapas de campo, Eduardo P. C. Gomes, Clovis e Marie Sugyama. Aos colegas e amigos de laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH) Nelson, Mirella, Carol, Maissa, Helbert, Murillo, Luis Henrique, Vânia e Henrique, com os quais dividi a ansiedade e os desafios da pós-graduação. Agradeço também aos transcritores das entrevistas de etnografia: Carol, Paulo, Helena e Vinão, pelo trabalho maçante e imprescindível.

À minha família Helena, Luis, Paulo, Maria, Dê, Marco e aos pequenos sobrinhos, pelo carinho e apoio, sempre à disposição. Agradeço especialmente a todos os amigos que compartilharam de alguma forma deste trabalho: ouvidos dispostos e braços abertos. Em especial à Liss, Catá, Noni, Dé, Guguinto, Talita, Rô, Lia, Jô, Tetê, Cris, Dani, Tati, Camila entre muitos outros. Agradeço pelas cervejas felizes, que foram e ainda estão por vir.

Agradeço também aos amigos das pinturas, que vão continuar enchendo o mundo de cores.

À minha banca de qualificação: profa. Dra., Renate Viertler, prof. Dr., Paulo Ignácio de Knecht López de Prado e profa. Dra. Cristina Adams, por sugestões tão valiosas e imprescindíveis. Ao prof. Dr. Jean Paul Metzger, e ao prof. Dr. Eduardo P. C. Gomes, que acompanharam o meu trabalho e sempre estiveram dispostos a auxiliar nas minhas dúvidas.

Ao Instituto Socioambiental (ISA) pelo material cedido, à Renata Barroso que ofereceu teto em Eldorado (SP), e principalmente à Carolina Toffoli, por compartilhar o interesse nos territórios quilombolas e por sua ajuda fundamental também nas análises espaciais. Ao Itesp e à Maria Ignez Maricondi, pela atenção e disponibilidade, e por todo o material cedido prontamente, que foi imprescindível para este trabalho.

Dentre tantas pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, devo e ofereço a minha dissertação aos moradores dos quilombos de São Pedro, Ivaporunduva, Pedro Cubas, e Sapatu. Novos amigos e companheiros de trilhas, por muito que me ensinaram, por sua imensurável ajuda e grande sabedoria. Agradeço às associações de moradores destas comunidades por sempre me receberem com tanto carinho e permitirem a realização desta pesquisa.

ÍNDICE

CAPITULO 1	7
Introdução	7
Florestas culturais	7
Sociedades humanas e o meio ambiente	12
A agricultura de coivara e as florestas culturais	13
Mata Atlântica	21
Objetivos e justificativas do trabalho	27
Ecologia Histórica: uma ferramenta para entender as mudanças	29
CAPÍTULO 2	40
Metodologia de pesquisa	40
Primeira etapa: Métodos antropológicos	41
Unidades de análise	43
Coleta de dados	45
Segunda etapa: trilhas monitoradas	48
Método etnoecológico	49
Análise espacial	50
Análise e apresentação dos resultados	55
Contextualização histórica	60
O Vale do Ribeira e a formação do campesinato local	60
O camponês brasileiro	61
A mobilidade paulista e o Vale do Ribeira	63
Os primeiros bairros negros	66
Ascensão e decadência da produção de arroz	67
CAPÍTULO 3	71
Resultados	71
Reconstituição do cenário no início do Século XX	72

Aspectos gerais da subsistência e relações econômicas	72
Relações sociais	77
Uso e ocupação do território – Unidades de cultivo	80
– Escolha do local das unidades de cultivo	84
– Unidade Doméstica	87
Organização da paisagem agrícola	94
Transformações a partir da perspectiva local	103
Análise espacial da transformação da paisagem	111
O Presente (a partir do ano de 2000, aproximadamente)	114
CAPÍTULO 4	122
Discussão dos resultados	122
Passado	123
Narrativa Cronológica	126
Futuro	141
Conclusão	148
RESUMO	155
ABSTRACT	156
APÊNDICE 1	157
APÊNDICE 2	160
APÊNDICE 3	162
APÊNDICE 4	164
APÊNDICE 5	201
APÊNDICE 6	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

CAPÍTULO 1

Introdução

FLORESTAS CULTURAIS

A biodiversidade mundial está cada vez mais ameaçada pela fragmentação dramática dos ecossistemas naturais e pelo aquecimento global (Heckenberger *et al.*, 2003; Noble & Dirzo, 1997). As florestas tropicais, por sua vez, têm sofrido desflorestamento como consequência de uma combinação entre processos sociais globais (que exercem impacto indireto no desflorestamento) e ações antrópicas locais (com impacto direto sobre a vegetação), em contextos histórico-geográficos variáveis (Geist & Lambin, 2002). Dentre estes processos são apontados como os principais: o acelerado desenvolvimento tecnológico ocidental (Dean, 1996; Heckenberger *et al.*, 2003), o desenvolvimento da economia de mercado e o crescimento da população, dentre outros fatores econômicos, políticos e culturais (Geist & Lambin, 2001; 2002); geralmente combinados com ações locais que promovem a expansão das fronteiras agrícolas em áreas de cultivo permanente, a extração madeireira e de outros recursos naturais e políticas de industrialização e desenvolvimento da infra-estrutura local (Geist & Lambin, 2001; 2002; Noble & Dirzo, 1997). Estes processos de degradação ganharam mais intensidade a partir da revolução industrial, e tem aumentado exponencialmente desde então (Worster, 2008).

Como uma forma de reação à degradação das florestas, a preocupação com o meio ambiente se popularizou mundialmente nos anos de 1970, a partir de questionamentos sobre o lugar da espécie humana na natureza, sobre a capacidade do planeta em suportar os impactos da poluição e sobre o consumismo industrial (Lima & Pozzobon, 2005; Worster, 2003), além da aparente

rejeição da ética capitalista de desenvolvimento (Lima & Pozzobon, 2005; Worster, 2008). O movimento ambientalista se projetou, então, através de um discurso que trata a natureza como uma “vítima indefesa” (Worster, 2008). Tendo como objetivo a conservação da biodiversidade (compreendida em uma perspectiva exclusivamente biológica), o ambientalismo era inicialmente baseado nos pressupostos de que os impactos gerados pelo homem são sempre negativos (Heckenberger *et al.*, 2003, McNeill, 2003). Dessa forma, as florestas tropicais de todo o mundo têm sido tratadas na literatura, pelo menos até recentemente, como florestas virgens ou prístinas, que atingiram sua complexidade estrutural e funcional na ausência de interferência humana direta (Adams, 1994; Denevan, 1996; Balée, 1998). Por conseguinte, a presença das populações humanas nos ambientes florestais tem sido interpretada como um empecilho para a preservação da biodiversidade. Dentre os tipos de ação antrópica considerados mais impactantes para as florestas tropicais, é mencionada a expansão da fronteira agrícola para a criação de pastagens, a monocultura de produção em larga escala e a agricultura de subsistência (Myers, 1988, 1993).

Apesar desta visão dominante, já sabemos que os ecossistemas das florestas tropicais de todo o mundo foram historicamente ocupados por populações humanas. Algumas das populações que ainda hoje habitam estes ambientes são, inclusive, portadoras de um histórico extenso de coexistência com os últimos (Adams, 1994 & 2000a; Brown & Freitas, 2002; Ellen, 1996; Wiersum, 1997). Elas têm sobrevivido ao longo dos séculos através do cultivo e domesticação de plantas, caça, pesca e coleta de produtos florestais para a subsistência e troca. Seguindo os preceitos mencionados, um grupo crescente de pesquisadores afirma que as populações humanas que habitam ou habitaram as florestas têm influenciado historicamente esses ambientes de maneira bem mais intensa do que se pregava (Wiersum, 1997; Denevan, 1996; Balée, 1998; Kidder & Balée, 1998; Redman, 1999; Balée, 2006a; Gómez-Pompa *et al.*, 1987; Heckenberger

et al., 2003; Lunt & Spooner, 2005); ou, ainda, que algumas florestas não existiriam sem a intervenção humana (Warner, 2001). Tal influência ocorre porque o homem modifica a paisagem em que vive em sua relação com o ambiente, utilizando o fogo, praticando a caça, modificando sistemas de drenagem naturais, manejando clareiras para o cultivo e interferindo na distribuição de espécies vegetais (Denevan, 2001; Zeder, 2006; Hayashida, 2005). Alguns autores têm sugerido inclusive que as características estruturais e funcionais atuais de muitos dos ecossistemas florestais são o produto da interação com o homem (Adams, 1994; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a; Denevan, 2001; Zeder, 2006; Lunt & Spooner, 2005; Hayashida, 2005). Para a sobrevivência nesses ambientes, o homem não apenas tem extraído os recursos disponíveis, em atividades de caça e coleta, mas também o maneja intensamente para incrementar os benefícios deles oriundos e garantir a disponibilidade contínua dos recursos de interesse, sejam eles para fins alimentares, econômicos, medicinais, combustíveis, utilitários, religiosos, ornamentais e outros (Wiersum, 1997).

Dentre diversos exemplos encontrados na literatura, Schule (1992 *apud* Adams 1994), afirmou, a partir de vestígios arqueológicos, que as florestas tropicais úmidas tiveram sua cobertura vegetal adensada graças à ação humana, através da redução das populações de grandes herbívoros, que mantinham as florestas em estado semi-aberto. Outros autores mencionaram ainda a distribuição e composição de espécies vegetais, a coexistência entre espécies de cultivares e não cultivares, e a ocorrência de carvão vegetal e fragmentos de cerâmica (Rival, 1998; Denevan, 2001; Warner, 2001; Balée, 2006a; Little, 1999), como resultado de ação antrópica. Por exemplo, a Terra Preta de Índio, amplamente encontrada em muitas regiões da Amazônia, é um tipo de solo que tem sido usado como indicador de atividades humanas em sítios pré-históricos. Além de carvão e cerâmica, o solo contém nutrientes característicos de sítios arqueológicos. Por apresentar grande quantidade de resíduos culturais e de matéria orgânica, a Terra Preta é

reconhecida atualmente como um legado dos povos indígenas pré-colombianos para a floresta Amazônica (Junqueira, 2008; Fraser & Clement, 2008; Neves *et al.*, 2003; Denevan, 1996).

A interferência humana pode ser inclusive interpretada como fonte de variabilidade biológica e ambiental, ou seja, alguns ambientes florestais que sofreram intervenção de populações humanas podem revelar uma grande diversidade de espécies, até mais elevada do que aquela que seria considerada como a “natural” (Balée, 2006a; Brown & Schreckenberg, 1998; Fox *et al.*, 2000; Denevan, 2001; Nazarea, 1998; Adams, 1994; Cunha & Almeida, 2001; Brown & Freitas, 2002; Pimentel *et al.*, 1992; Toledo *et al.*, 2003; Schmidt, 2003). Um exemplo de manejo humano que promove o aumento da diversidade biológica é a domesticação de espécies animais e vegetais e da paisagem propriamente dita (Clement, 1999; Zeder, 2006). Nas Américas, a domesticação dos elementos bióticos e abióticos ocorreu de forma associada (Wiersum, 1997; Clement, 1999), e precedeu a emergência da agricultura, o que demonstra o caráter essencial deste tipo de processo para a sobrevivência do homem (Zeder, 2006). No decorrer de sua história, o homem tem modificado intencionalmente organismos e o ambiente para que adquiram características mais convenientes ao seu uso (Clement, 1999; Zeder, 2006). O processo consiste na seleção de caracteres fenotípicos, isolamento genético, proteção de espécies e manipulação do ambiente para torná-lo mais propício à ocorrência de determinadas espécies ou a sua ocupação. Como resultado, novos aspectos morfológicos e comportamentais são gerados nos organismos, além de mudanças ecológicas na paisagem que a tornam mais produtiva e adequada ao uso humano (Clement, 1999; Wiersum 1997). Em uma relação de coexistência contínua, enquanto produz alterações e se apropria de espécies e ambientes de interesse, o homem sofre mudanças comportamentais e socioeconômicas, oriundos do aprendizado e transmissão cultural (Clement, 1999; Zeder, 2006). Se por um lado as espécies adquirem maior dependência do homem

para sua continuidade, por perder suas adaptações a ambientes naturais e não conseguirem sobreviver em paisagens não manipuladas (Clement, 1999), ocorre por outro o aumento de variabilidade intra-específica. Por conseguinte, se estes ambientes historicamente “domesticados” forem isolados da interferência humana, poderão sofrer um empobrecimento na diversidade biológica e estrutural (Lunt & Spooner, 2005).

Assim, pode-se considerar o homem como parte essencial dos processos dinâmicos que ocorreram e ocorrem na paisagem (Lunt & Spooner, 2005; Hayashida, 2005), através das práticas que tem exercido sobre o meio desde o seu surgimento e dispersão (Adams, 1994; Rival, 1998; Denevan, 2001; Redman 1999; Balée, 2006a; Barreto Filho, 2006; Walters & Vayda, 2009). Como resultado, as paisagens florestais atuais se revelam como um mosaico composto por fragmentos historicamente manejados ou não, que variam em forma, tamanho e arranjo, conferindo assim grande diversidade (Barreto Filho, 2006). As florestas tropicais úmidas passam a ser compreendidas, dessa forma, como o produto cultural da interação com populações humanas (Adams, 1994; Rival, 1998; Denevan, 2001; Redman 1999; Balée, 2006a; Barreto Filho, 2006). A partir de então, pode-se sugerir como hipótese que as práticas humanas atuais ocorrem em paisagens marcadas pelas ações de populações humanas do passado (Whitehead, 1998). Diante de fatores tão complexos envolvidos na relação do homem com as florestas tropicais, a noção de florestas virgens passa a ser substituída então, em diversos programas de pesquisa, pelo conceito de florestas culturais, antropogênicas ou manejadas (Adams, 1994; Balée, 2006a; Campbell *et al.* 2006; Gomez-Pompa *et al.* 1987; Wiseman, 1978; Rival, 1998; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a; Hayashida, 2005).

SOCIEDADES HUMANAS E O MEIO AMBIENTE

Ao considerar que a coexistência com o ser humano configurou a formação das paisagens florestais, deve-se admitir que as sociedades humanas também foram influenciadas ao longo deste processo. Elas se organizaram e organizaram ambientes específicos em que habitavam através de relações culturais complexas (Heckenberger *et al.*, 2003), em um processo dialético ao mesmo tempo ecológico, social e histórico (Rival, 1998). No decorrer da História de suas relações com o ambiente, os humanos se adaptaram a mudanças estruturais e funcionais nos ecossistemas em que habitaram, sendo muitas vezes os próprios protagonistas e instigadores de tais mudanças (Crumley, 1994; Gragson, 1998; Lunt & Spooner, 2005). Estas mudanças podem, inclusive, ter desencadeado para as sociedades humanas mudanças nas formas de acesso aos recursos e posse de terra, bem como modificações de tecnologias de exploração do solo e organização social (Brondizio, 2006; Balée, 2006b). Assim, as mudanças geradas devem ser consideradas como o efeito de suas decisões, mesmo que sejam descontínuas e inconscientes (Wu & Hobbs, 2002). A paisagem, por sua vez, preserva (de forma material) a evidência resultante das atividades realizadas pelo homem, frutos de suas decisões no passado (Brondizio, 2006; Crumley, 1994; Gragson, 1998). Tais atividades não representam apenas o produto linear do esforço de sobrevivência material humana, mas também o resultado de sistemas de representações e significados mentais, provenientes da experiência individual e social de cada um (Ingold, 1996). Podemos denominar estes padrões como cultura (Crumley, 1994).

As culturas humanas se desenvolveram e continuam a se desenvolver progressivamente em ambientes específicos, nos quais o mundo natural e as representações de natureza coevoluem (Dove, 1992; Ellen, 1996; Rival, 1998). O componente humano desta relação engloba as experiências passadas e o conhecimento culturalmente adquirido. As relações sociais estabelecidas não se

limitam exclusivamente aos seres humanos, mas se estendem às outras espécies com as quais estas sociedades interagem (Rival, 1998). O conhecimento prático do meio é então desenvolvido no curso de tal coevolução, e o resultado, no longo prazo, é a elaboração de um sistema cultural comumente aceito de informações e atitudes ecológicas (Hunt, 1995; Rival, 1998; Lawi, 1999). Este processo promove, simultaneamente, um acúmulo de conhecimento sobre estrutura, dinâmica e composição dos ambientes nos quais as culturas habitam no decorrer de sua história (Adams, 1994; Clement, 1999; Zeder, 2006).

É também neste processo de socialização que são estruturados a lógica de classificação e as práticas de uso dos recursos ambientais (Netting, 1993; Schmidt, 1994). Os sistemas de classificação abrangem estruturas cognitivas (dentre símbolos, percepções e técnicas), que compõem processos através dos quais os seres humanos produzem e reproduzem suas condições materiais (Moran, Barrera-Bassols & Toledo, 2005; Balée, 2006b). A operacionalização destes sistemas acontece principalmente nas práticas produtivas da sociedade, como por exemplo, a agricultura, quando sociabilidade e cognição confluem em operações práticas de apropriação da natureza (Barrera-Bassols & Toledo, 2005; Kormondy & Brown, 2002; Moran, 2000). Deve-se considerar, no entanto, que sociedades com diferentes critérios socioeconômicos, políticos e culturais, por conseguinte, com diferentes formas de uso do solo, impactam as paisagens de formas diferentes, gerando variações na dinâmica, composição e estrutura da floresta (Brondizio, 2006; Balée, 2006a; Schmidt, 2003; Kleinman *et al.*, 1995; Lunt & Spooner, 2005).

A AGRICULTURA DE COIVARA E AS FLORESTAS CULTURAIS

Uma floresta tropical úmida pode ser considerada um ambiente complexo em não-equilíbrio, suscetível à interferência humana (Lunt & Spooner, 2005; Warner, 2001), dentre outros tipos de distúrbios (Greenberg & Park, 1994). Um distúrbio pode provocar a abertura de uma clareira na floresta, na qual as

propriedades regenerativas características se expressam através da recolonização por plantas e animais. Ao longo deste processo, conhecido como sucessão ecológica, ocorre o aumento na composição de formas de vida, abundância e riqueza de espécies de vegetação (Capers *et al.*, 2005; Vieira *et al.*, 2003; Saldarriaga *et al.*, 1988). Inicialmente, a remoção do componente arbóreo e consequente incidência solar direta sobre o solo geram condições ambientais adequadas para a germinação de ervas, lianas, arbustos e árvores pioneiras, com ciclo de vida curto e crescimento rápido (Capers *et al.*, 2005; Finegan, 1996). A formação do dossel modifica as condições locais, causando a diminuição das espécies não lenhosas e possibilitando o desenvolvimento de espécies tolerantes à sombra, principalmente árvores de ciclo de vida longo e crescimento lento, palmeiras e árvores de sub-bosque (Capers *et al.*, 2005; Finegan, 1996; Ruschel *et al.*, 2009). Aos poucos, o dossel da mata secundária se transforma, com o aumento da dominância de espécies características de florestas maduras em detrimento da diminuição de árvores características dos estágios mais iniciais de sucessão (Vieira *et al.*, 2003; Saldarriaga *et al.*, 1988). Todo este processo é afetado por uma série de fatores ecológicos locais, como a dispersão de propágulos que compõe o banco de sementes e plântulas e o próprio estabelecimento das plântulas, seguido de seu desenvolvimento (Finegan, 1996).

A clareira em processo de sucessão aos poucos sofre alterações microclimáticas de diversas naturezas, como de intensidade luminosa, umidade e temperatura. Junto a estas mudanças, as características estruturais da comunidade de espécies vegetais também se modificam, como a diversidade e composição de espécies, a quantidade de biomassa vegetal acima do solo, altura e diâmetro dos indivíduos (Saldarriaga *et al.*, 1988; Vieira *et al.*, 2003). No entanto, estudos sugerem que grande parte destas alterações ocorre de forma rápida nos primeiros anos do processo, mas aos poucos desacelera (Saldarriaga *et al.*, 1988; Vieira *et al.*, 2003; Finegan, 1996). Para alguns autores, que pesquisaram a sucessão

em áreas submetidas a agricultura de corte e queima, as primeiras décadas de sucessão são suficientes para recuperar uma riqueza de espécies semelhante à encontrada em uma floresta madura, mas não para a composição de espécies de plantas, o que pode levar muitas décadas (Brown & Lugo, 1990; Capers *et al.*, 2005; Finegan, 1996; Lang & Knight, 1983). Por exemplo, o acúmulo de biomassa, que ocorre através do sequestro de carbono atmosférico, tem maior intensidade nos primeiros 30 anos (Lucas *et al.*, 1993), ou 60 anos (Saldarriaga *et al.*, 1988). O número de espécies da floresta primária, por sua vez, é recuperado em 20 anos (Saldarriaga *et al.*, 1988). Mas, a dominância de espécies da floresta madura se altera lentamente, enquanto estas espécies vão aos poucos compondo o dossel da área em desenvolvimento (Saldarriaga *et al.*, 1988).

A sucessão ecológica é, portanto, um processo natural de regeneração florestal em que os ecossistemas se recuperam de distúrbios, através da cicatrização das clareiras pelas colonizações subsequentes de comunidades de espécies vegetais (Capers *et al.*, 2005; Finegan, 1996; Ruschel *et al.*, 2009; Engel & Parrota, 2003; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a), apresentando diferentes comunidades vegetais e condições microclimáticas ao longo do tempo (Jardim *et al.*, 1993; Rozza, 2003; Coomes *et al.*, 2000; Capers *et al.*, 2005; Finegan, 1996). Assim, a sucessão ecológica compõe na paisagem da floresta um mosaico de manchas em diferentes estágios de maturidade no espaço e no tempo, promovendo heterogeneidade ambiental (Ruschel *et al.*, 2009). De acordo com o modelo teórico da *heterogeneidade espacial* (oriundo da disciplina de ecologia), a variação espacial, em um dado contexto, é caracterizada por diversas combinações entre condições ambientais e suprimento de recursos às populações locais, o que pode promover a riqueza de espécies em uma escala regional, contribuindo assim para o aumento da biodiversidade das florestas (Tilman, 1982; Tilman & Pacala, 1993).

No entanto, não existe um consenso a respeito do tempo necessário para que o processo de sucessão proporcione o restabelecimento das características funcionais e estruturais das florestas maduras. Além disso, existem muitos fatores que podem influenciar no desenvolvimento da mata secundária, como o histórico de uso da área, o tamanho da clareira aberta e as características ambientais locais (Brown & Lugo, 1990; Whittmore, 1991). Consequentemente, o período de recuperação pode variar de 60 a 80 anos (Brown e Lugo, 1990), de 150 a 200 anos (Knight, 1975; Saldarriaga & Uhl, 1991; Hartshorn, 1980) e de 250 a 500 anos (Kartawinata, 1994 *apud* Pedroso-Junior *et al.*, 2008a).

Concomitante a esses processos – e como parte dos mesmos – a paisagem das florestas tropicais é comumente ocupada por populações “tradicionais”¹, que praticaram e ainda, em grande parte, praticam complexos sistemas de manejo. Dentre as formas mais antigas e relevantes de intervenção humana no meio ambiente, está a prática da agricultura de corte e queima, também denominada de *coivara* (Altieri *et al.*, 1987; Adams, 2000a). A *coivara*, como um sistema lógico de organização e uso dos recursos naturais, é fruto da evolução cultural e biológica humana nas florestas, e, sendo assim, representa as experiências acumuladas ao longo de séculos – e até milênios – de interação com as últimas (Chang, 1977; Wilken, 1987; Altieri *et al.*, 1987; Noble & Dirzo, 1997). As técnicas tradicionais da agricultura de *coivara* estão alicerçadas sobre um conhecimento profundo dos processos naturais e das espécies florestais (Geertz, 1963; Beckerman, 1983; Altieri, 1989; Whitmore, 1990; Adams, 1994; Adams, 2000b; Warner, 2001), fruto do processo histórico e social citado. Geralmente associada a populações pobres rurais e tradicionais ao redor do trópico úmido (Altieri *et al.*, 1987; Coomes *et al.*,

¹ Barreto Filho propõe uma definição de populações tradicionais adequada a este estudo: “grupos (...) que ocupam, residem ou então usam, regular ou recorrentemente, um território específico dentro de ou adjacente a uma área protegida estabelecida ou proposta”; (2006, p. 139)

2000), a coivara é o sistema agrícola mais encontrado nesses ambientes (Pedroso-Junior *et al.*, 2008a; Long & Zhou, 2001; Vadez *et al.*, 2004; Adams, 1994; Boserup, 1965). Tradicionalmente praticada em áreas de baixas densidades demográfica, a coivara é considerada como um sistema eficiente em que o trabalho – e não a terra – é o fator limitante mais significativo da produção agrícola (Boserup 1965; Pedroso-Junior, 2008, p.179). Assim, a paisagem das florestas é composta por um contínuo de unidades agrícolas, as roças e capoeiras (florestas secundárias que se desenvolvem em unidades da paisagem em que se realizou a coivara), e ecossistemas naturais, sobre os quais ocorrem as práticas humanas (Altieri *et al.*, 1987; Brown & Schreckenberg, 1998; Fox *et al.*, 2000).

Na literatura especializada, a coivara é caracterizada como um sistema de plantio itinerante, em que as áreas cultivadas são submetidas ao pousio (descanso e crescimento de vegetação) por um período maior que o de plantio propriamente dito (Altieri, 1989; Whitmore, 1990; Kleinman *et al.*, 1995; Adams, 2000a; Schmidt, 2003; Warner, 2001; Brown & Schreckenberg, 1998; Conklin, 1961; Denevan, 1996; 2001, Pedroso-Junior *et al.*, 2008a). A área escolhida para o plantio é inicialmente limpa, através do corte e da derrubada da vegetação florestal (Schmidt, 2003; Warner, 2001). A matéria orgânica cortada seca no local até que possa ser queimada. Dessa forma, é possível eliminar os organismos que potencialmente competiriam com os cultivos por luz e recursos do solo (Schmidt, 2003; Warner, 2001). Além de essencial na limpeza da área, o fogo é importante para reduzir a acidez do solo e disponibilizar, através das cinzas produzidas, os nutrientes armazenados na biomassa vegetal, tornando o solo mais favorável ao plantio (Altieri, 1989; McGrath, 1987; Whitmore, 1990; Kleinman *et al.*, 1995; Adams, 2000b; Warner, 2001; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a).

O abandono da área ocorre após alguns anos de cultivo, devido à queda da capacidade produtiva do solo e ao aumento de espécies prejudiciais ao plantio,

competidoras por recursos como luz e água (Altieri, 1989; Adams, 2000b; Brown & Schreckenberg, 1998; Conklin, 1961; Wiersum, 1997; Warner, 2001; Denevan, 2001; Noble & Dirzo, 1997; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a). A rotatividade e descanso de áreas são compreendidos, em literatura, como ações imprescindíveis para que o solo da floresta recupere as funções perdidas ao longo do cultivo (Altieri, 1989; Whitmore, 1990; Kleinman *et al.*, 1995; Adams, 2000a; Schmidt, 2003; Warner, 2001; Brown & Schreckenberg, 1998; Conklin, 1961; Denevan, 1996; Denevan, 2001, Pedroso-Junior *et al.*, 2008a). Ao interromper a degradação do solo e restaurar gradualmente as características estruturais e funcionais da floresta original, ocorre a possibilidade de um novo cultivo no local (Altieri, 1989; Whitmore, 1990; Kleinman *et al.*, 1995; Adams, 2000a; Schmidt, 2003; Warner, 2001).

Da mesma forma que nas clareiras, nas áreas de atividade agrícola em pousio a cobertura florestal se desenvolve através do processo de sucessão ecológica, com a consequente formação de floresta secundária, ou “mata de capoeira” (Coomes *et al.*, 2000; Warner, 2001; Vieira *et al.*, 2003; Noble & Dirzo, 1997). Pode-se dizer, então, que as propriedades regenerativas da floresta são, dessa forma, utilizadas em benefício próprio na prática da coivara (Adams, 1994). Assim, as roças “abandonadas” reproduzem, em tese, os padrões dinâmicos da floresta tropical (Geertz, 1963; Beckerman, 1983; Altieri, 1989; Whitmore, 1990; Adams, 2000a; Warner, 2001), produzindo a heterogeneidade espacial em mosaico da paisagem florestal (Vieira *et al.*, 2003; Brown & Lugo, 1990; Warner, 2001; Kleinman *et al.*, 1995; Ferreti *et al.*, 1995). Entretanto, é importante ressaltar que apesar de a derrubada para o plantio (assim como um distúrbio natural), promover a heterogeneidade estrutural na floresta, ela pode ou não ocorrer na mesma intensidade e frequência. Em cada situação pontual, isso depende de condições climáticas locais, por um lado, e de pressões econômicas e demográficas locais e regionais, por outro.

Ademais, as matas secundárias têm sido cada vez mais reconhecidas como um importante recurso natural (Finegan, 1996). As áreas abandonadas compõem um sistema de uso que não se encerra com as colheitas, e as capoeiras permanecem como importante fonte de recursos úteis às populações humanas. Elas são utilizadas para fins alimentares (frutas e caça) e medicinais, como fonte de combustível e material para construção, dentre outros (Aidar *et al.*, 2001; Adams, 2000b; Coomes *et al.*, 2000; Warner, 2001; Schmidt, 2003; Vieira *et al.*, 2003; Altieri *et al.*, 1987).

Por fim, a coivara é um exemplo de sistema policultural complexo (Adams, 1994), que apresenta uma grande diversidade de espécies e variedades associadas (Conklin, 1961; Nazarea, 1998; Schmidt, 2003; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a), e uma estratégia de manejo dos recursos florestais diversificadas, dinâmicas e flexíveis, que evoluíram em resposta às variações no ambiente (Warner, 2001; Wiersum, 1997). A coivara é, além disso, parte do processo histórico de formação da paisagem (Chang, 1977, Wiken, 1977, Egger, 1981 apud Altieri *et al.*, 1987; Adams, 2000a; Ellen, 1996), com uma influência marcante sobre a idade e composição das espécies arbóreas (Uotila *et al.*, 2002).

Uma das discussões mais relevantes em literatura acadêmica contemporânea trata da sustentabilidade dos sistemas de agricultura itinerantes. Por um lado, acredita-se que a coivara é o principal responsável pelo desaparecimento das florestas tropicais do mundo (Houghton *et al.*, 1991; Angelsen, 1995; Fearnside, 1996; Noble & Dirzo, 1997; Myers, 1988, 1993). Este argumento parte da premissa que muito tempo é necessário para que as matas secundárias de áreas de cultivo recuperem as principais características da floresta “primária”, como mencionado anteriormente (Brown & Lugo, 1990; Tabarelli & Mantovani, 1999), além de tal sistema poder acarretar na extinção de espécies e degradação parcial ou total do solo (Kleinman *et al.*, 1995; Torezan, 1995). Em

contrapartida, existe um número crescente de especialistas que defendem que estes sistemas de plantio são sustentáveis sob baixas pressões de uso do solo (por exemplo, Kleinman *et al.*, 1995; Torezan, 1995; Warner, 2001; Brown & Freitas, 2002; Cunha & Almeida, 2001; Schmidt, 2003; Styger *et al.*, 2006; Wiersum, 1997; Lindborg & Eriksson, 2004; Boserup, 1965; Adams, 1994; Noble & Dirzo, 1997; ver revisão em Pedroso-Junior *et al.*, 2008a). Estes autores afirmam que o grau de erosão – degradação – do solo depende da intensidade do cultivo e do uso do fogo, bem como do tempo destinado ao pousio e do tamanho da clareira formada. Para tais autores, portanto, estes sistemas podem ser manejados sem comprometer drasticamente a fertilidade do solo, desde que ocorram em grandes áreas florestadas, com baixa densidade populacional humana, uso de tecnologia de baixo impacto e pousio prolongado (Kleinman, 1995; Mendoza-Vega *et al.*, 2003; Johnson *et al.*, 2001; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a). Além disso, o manejo do ambiente através da coivara é uma forma de manipulação do ecossistema original em que se alteram apenas alguns componentes selecionados (Adams, 1994); e é também capaz de produzir grande variedade de itens alimentares sob baixo investimento de *inputs* energéticos e tecnológicos (Hardwood, 1979, Clawson, 1985 apud Altieri *et al.*, 1987; Nazarea, 1998; Schmidt, 2003).

A coivara, assim como diversos sistemas de subsistência tradicionais em áreas pobres rurais do mundo, tem sofrido um processo de transformação nas últimas décadas (Pedroso-Junior *et al.*, 2008a; Vadez *et al.*, 2004; Nazarea, 1998; Boserup, 1965). De forma geral, a associação entre o aumento demográfico humano, o avanço da economia de mercado, a criação e implantação de leis ambientais cada vez mais restritivas e políticas desenvolvimentistas infra-estruturais destacam-se como os principais responsáveis pelas mudanças sociais, econômicas e ambientais que as populações que habitam áreas de floresta tropical têm sofrido (Peluso, 1996; Leach & Fairhead, 2000; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a; Queiroz 2006; Adams, 2000b; Mertz, 2005). Tais mudanças proporcionam, por sua

vez, transformações nas estratégias de manejo dos recursos naturais e nos sistemas locais de alocação e acesso aos recursos (Peluso, 1996). Na maioria dos casos apresentados na literatura vigente, o resultado de todo esse processo é a intensificação do sistema agrícola, que em linhas gerais acarreta na “diminuição ou abandono do período destinado ao pousio, gerando a necessidade de práticas alternativas que se ajustem às mudanças” (Pedroso-Junior, 2008, p. 2, ver também Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). A intensificação, por sua vez, pode comprometer a resiliência da coivara, ou seja, sua capacidade de adaptação a novas situações e, por conseguinte, de manutenção de sua diversidade (Pedroso-Junior *et al.*, 2008a), podendo até mesmo chegar ao colapso (Pedroso-Junior, 2008; Pedroso-Junior *et al.*, 2008a; Long & Zhou, 2001; Metzger, 2002; Vadez *et al.*, 2004; Boserup, 1965). Devido às mudanças nas estratégias de uso do solo, a paisagem se transforma, em composição e estrutura, ao imprimir as ações históricas humanas. Este e os demais processos de transformação acima descritos, que ocorrem ao redor do mundo, também são observados nos sistemas agrícolas praticados em áreas do bioma de Mata Atlântica.

MATA ATLÂNTICA

A Mata Atlântica, originalmente, estendia-se continuamente ao longo da costa brasileira, sendo a segunda maior floresta pluvial tropical da América (Tabarelli *et al.*, 2005). Este bioma é extremamente heterogêneo e abrange formações de araucárias, florestas ombrófilas, decíduas e semidecíduas, além da associação com mangues, restingas, e brejos (Oliveira Filho & Fontes, 2000; Tabarelli *et al.*, 2005; Metzger, 2009). Atualmente, este bioma é considerado como um dos mais biodiversos e ameaçados do planeta, devido à dramática fragmentação que tem sofrido e à consequente diminuição de sua área de ocorrência (Aidar *et al.* 2001; Myers *et al.*, 2000; Andrade *et al.*, 2000; Adams, 2000b; Metzger, 2009). Dentre os principais eventos responsáveis pela

degradação e diminuição da Mata Atlântica, estão a extração do Pau-Brasil no século XVI, plantação de cana no século XVIII e café nos séculos XIX e XX, a expansão de áreas de pastagem desde o início da colonização, e recentemente a expansão de centros urbanos e do plantio de Eucalipto (Dean, 1996; Metzger, 2009). Seus remanescentes florestais ocupam atualmente menos de 8% de seu território original (Fundação SOS Mata Atlântica & INPE, 2009; Myers *et al.*, 2000; Aidar *et al.*, 2001; Tabarelli *et al.*, 2005). Ainda assim, a Mata Atlântica é hoje caracterizada por altos índices de diversidade biológica, apresentando mais de 8000 espécies conhecidas entre plantas vasculares e animais, muitas delas endêmicas (Tabarelli *et al.*, 2005; Metzger, 2009). No estado de São Paulo restam apenas 15% da sua cobertura original (Fundação SOS Mata Atlântica & INPE, 2009; Tabarelli *et al.*, 2005).

Grande parte dos remanescentes florestais de Mata Atlântica do Estado de São Paulo (e do país) está localizada no Vale do Ribeira (Andrade *et al.*, 2000; Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). A região ocupa uma faixa entre o sudeste do Estado de São Paulo e o leste do Estado do Paraná, em grande parte de fisionomia de floresta ombrófila densa, abrangendo um total de 2.830.666 ha (Figura 1) (Oliveira Filho & Fontes, 2000; ISA, 1998; Carvalho, 2006). Ao mesmo tempo, o Vale do Ribeira é atualmente o território mais pobre de São Paulo, sendo considerado um paradoxo, por se encontrar entre os principais pólos de desenvolvimento da América Latina (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b; Queiroz, 2006; Andrade *et al.*, 2000). O baixo desenvolvimento econômico e industrial da região é provavelmente causado pelo isolamento geográfico ao qual foi submetida ao longo de sua história. Resumidamente, tal isolamento ocorreu pela impossibilidade de implantação do plantio de cana e de café nos moldes da grande lavoura entre os séculos XVIII e XX, devido às características topográficas e ambientais locais (Braga, 1999; Paes, 2007; Carvalho, 2006; Valentin, 2006; Paoliello, 2006a). Estando relativamente ausente do eixo econômico produtivo do Brasil durante o período

colonial e na primeira metade do Século XX, a região não acompanhou os processos de industrialização e urbanização de outras áreas mais integradas. Assim, a baixa exploração econômica da região permitiu que os remanescentes florestais do Vale do Ribeira fossem preservados, e a maior parte da população do Vale do Ribeira permaneceu no meio rural, sobrevivendo através do sistema agrícola de subsistência (Torezan, 1995; Carvalho, 2006; Hogan et al., 1999).

Além de grandes áreas de floresta, o Vale do Ribeira abriga atualmente diversas populações tradicionais, dentre elas caiçaras, indígenas e a maior parte dos remanescentes de quilombo do Estado, sendo tais populações as principais responsáveis pelo manejo florestal local (Dean, 1996; Andrade et al., 2000; Pedroso-Junior et al., 2008b). Inicialmente considerava-se quilombo “*toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele...*”, como nos demonstra o Conselho Ultramarino de 1740 (Schmitt et al., 2002; Souza, 2004). Tal visão influenciou diversos estudiosos, de forma que até a década de 1970 os quilombos eram relacionados ao período em que perpetuou a escravidão no Brasil, caracterizados por viverem em resistência contra o regime escravista e de forma isolada da sociedade colonial (Schmitt et al., 2002; Souza, 2004). Porém, com o aumento da mobilização social no campo e a elaboração da Constituição Federal de 1988² (Penna-Firme & Brondizio, 2007; Anjos, 2004; Schmitt et al., 2002), estes conceitos foram revistos pela academia, de forma que, atualmente, os remanescentes de quilombo são identificados pela ocorrência de uma identidade social compartilhada (referente ao regime escravista no passado), associada a um determinado território (ocupado historicamente pelo grupo), e a reprodução de seu modo de vida característico, como forma de resistência, em dado local

² “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. (Ato das Disposições Transitórias, Artigo 68, 22 de junho de 1988).

(Schmitt *et al.*, 2002; Souza, 2004). Assim, o termo *remanescente de quilombo* indica “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (Schmitt *et al.*, 2002, p.4).

A origem dos bairros quilombolas do Vale do Ribeira remonta ao século XVI, com o início da colonização europeia na região. A formação de antigos povoados se deu por escravos abandonados, fugidos e alforriados, hoje concentrados nas regiões entre os municípios de Jacupiranga e Cajati, conhecidas por Médio e Alto Ribeira (Santos & Tatto, 2008) (ver Figura 1). Até os dias de hoje, 59 comunidades se auto-reconheceram como quilombolas no Vale do Ribeira (no Brasil todo, este número chega a 3000), dentre as quais 15 já foram reconhecidas pelo Estado, e seis já receberam o Título de propriedade do território (Santos & Tatto, 2008).

Figura 1 – Mapa de localização dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira. Adaptado de: Instituto Socioambiental, 2008; digitalizado pelo Instituto Socioambiental sobre a base cartográfica IGC 1:10.000, com base nos memoriais descritivos fornecidos pelo Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Ao considerarmos um histórico de 300 anos de relação estabelecida entre os quilombolas do Vale do Ribeira e a floresta local (Andrade *et al.*, 2000; Pedroso Junior, 2008; Santos & Tatto, 2008; Paes, 2007; Carvalho, 2006), podemos afirmar que tais florestas se enquadram no conceito de “floresta cultural” supracitado. É possível que essa definição abranja, inclusive, toda a Mata Atlântica, pelo fato de as áreas pertencentes a tal bioma serem manejadas desde tempos pré-colombianos por ameríndios. Dessa forma, é possível que evidências físicas das práticas materiais quilombolas sejam encontradas na floresta local. Ao mesmo tempo, a coivara foi a principal estratégia de subsistência destas populações, no decorrer dos séculos que se seguiram, complementada por práticas de caça e coleta; sendo inclusive considerada a base de toda a estrutura produtiva local (Andrade *et al.*, 2000; Queiroz, 2006; Pedroso Junior, 2008). A partir de então,

adotamos como premissa deste trabalho a idéia de que o sistema agrícola é a prática material que apresenta o maior potencial de interferência na paisagem habitada pelos quilombolas do Vale do Ribeira. Assim sendo, a investigação deste sistema é uma estratégia recomendada para a obtenção de informações detalhadas a respeito dos aspectos culturais, econômicos e ambientais envolvidos na relação entre a cultura das populações negras do Médio Ribeira e a floresta local.

Entretanto, os processos de transformação da coivara anteriormente descritos para um contexto global também são observados nas práticas agrícolas utilizadas pelas populações quilombolas do Vale do Ribeira, como demonstrou Pedroso-Junior (2008). Um levantamento etnográfico detalhado sobre diversos aspectos da atividade agrícola no presente e no passado permitiu ao autor demonstrar que as alterações que a coivara tem sofrido são intensas na região do Médio Ribeira, e apontam para um processo de erosão do sistema (Pedroso-Junior 2008; Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). De acordo com os resultados obtidos no censo socioeconômico e demográfico realizado em tal pesquisa, as mudanças são geradas pela combinação de diversos fatores que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Como em outros locais do mundo, os fatores que vêm influenciando a formação desse novo cenário são complexos e históricos. O crescente estímulo à realização de cultivos comerciais, associado ao aumento da renda familiar, oriunda tanto do cultivo comercial de banana e da extração de palmito como também de subsídios do governo (aposentadorias, por exemplo), e também associado a restrições ambientais que limitam a derrubada de novas áreas de floresta para o plantio, tem levado ao abandono gradual das áreas destinadas ao cultivo. Como consequência, ocorre a perda das técnicas e do conhecimento associado à coivara, bem como de variedades agrícolas, acarretando na diminuição do capital social e cultural, aliado ao trabalho das roças. Além disso, ao refletir sobre a mudança das estratégias de subsistência em perspectiva espacial, o autor acredita que ocorre a

intensificação agrícola, através da diminuição da abertura de novas áreas agrícolas, sendo que nas áreas em uso ocorre a redução do pousio e o aumento dos ciclos contínuos de cultivo (Pedroso-Junior, 2008, p. 168). Para ele, a somatória dessas mudanças pode, por fim, levar o sistema de coivara ao colapso. Portanto, o processo de transformação das estratégias tradicionais de subsistência pode alterar a natureza das interações entre as populações quilombolas e os remanescentes de Mata Atlântica devido, principalmente, às alterações nas práticas agrícolas – como os períodos de cultivo e pousio – podendo, por sua vez, transformar de forma radical a dinâmica formativa da paisagem.

Objetivos e justificativas do trabalho

A partir do exposto, levantamos algumas perguntas abrangentes. Assumindo que a coivara é a prática material quilombola com maior potencial de interferência na paisagem florestal local, como e através de quais aspectos a atividade agrícola atua na dinâmica formativa da floresta? Nesse sentido, poderíamos relacionar a paisagem de Mata Atlântica ocupada por populações quilombolas ao conceito de “florestas culturais”? Além disso, quais são os fatores culturais, socioeconômicos e ambientais determinantes para a configuração da atividade agrícola de coivara? Seguindo o mesmo raciocínio, passamos a questionar: como as transformações que têm ocorrido na atividade agrícola nas últimas décadas afetam a dinâmica de interação entre as estratégias de manejo quilombolas e a floresta? Assim, este estudo tem por objetivo realizar uma descrição detalhada da atividade agrícola no passado, através da investigação da memória social local, enfatizando a estruturação dos padrões de manejo na paisagem, para compreender a configuração espacial da atividade agrícola tradicional. Além disso, pretendemos construir uma narrativa histórica das transformações que vêm ocorrendo na atividade agrícola, através da contraposição entre a perspectiva da memória social local e de fontes secundárias

de informação. Por último, temos por objetivo relacionar o cenário socioeconômico atual à configuração da paisagem local, de forma a concluir a descrição os processos de transformação. Esperamos, dessa forma, compreender como o sistema agrícola de coivara praticado por uma comunidade quilombola do Vale do Ribeira atua na formação da paisagem local em área de Mata Atlântica, e de que forma as transformações sofridas neste sistema se configuram e transformam a mesma paisagem. O período de interesse da pesquisa se inicia a partir das primeiras décadas do século XX, atingindo os dias atuais, pois assumimos que este é provavelmente o período em que o sistema de coivara tem sofrido transformações de forma mais intensa e acelerada.

Sabemos que é extremamente pertinente desenvolver estudos que procurem avaliar a viabilidade ecológica futura do sistema de coivara, praticado pelos remanescentes de quilombo em ambiente de Mata Atlântica. Para tanto, é preciso compreender como a população local interage com o ecossistema de floresta tropical, em escala paisagística, e como tal interação é afetada por contextos de transformações políticas e socioeconômicas. Uma paisagem cultural só pode ser compreendida através de sua história (Heckenberger *et al.*, 2007; Balée, 2006a, 2006b; Whitehead, 1998; Crumley, 1994). Ao compreender as mudanças de longo prazo e os efeitos indiretos que as paisagens sofrem como consequência da ação humana, ou seja, ao integrar informações referentes às práticas históricas locais aos estudos ecológicos, pode-se elucidar novas questões a respeito da preservação da biodiversidade local. No que se refere especificamente à coivara, estudos que possibilitam a sua caracterização podem auxiliar na compreensão de sua origem e desenvolvimento histórico (Schmidt, 2003), e esclarecer a natureza das relações humanas com a floresta (Wiersum, 1997).

As informações obtidas a partir das mudanças podem auxiliar também na compreensão dos mecanismos e impactos gerados pela intensificação agrícola (Schmidt, 2003). Ao mesmo tempo, a relação entre populações humanas e florestas secundárias de Mata Atlântica é superficialmente retratada na literatura vigente (Adams, 2000a; Brown & Lugo, 1990). Dessa forma, pode-se obter uma base conceitual integrada para definir metas mais realistas para futuras pesquisas (Lunt & Spooner, 2005), e produzir subsídios para as ações conservacionistas e planos de manejo participativo de restauração da Mata Atlântica. Ações conservacionistas são, atualmente, consideradas como prioridade para muitos governos e políticas internacionais (Noble & Dirzo, 1997).

Outro fator que justifica a necessidade de investigação e registro do conhecimento da população quilombola sobre a dinâmica e estrutura ecológica das florestas secundárias é a grande alteração a qual os sistemas agrícolas tradicionais estão sujeitos, como o desaparecimento de práticas locais de cultivo, incluindo a substituição de tecnologias e a perda de variedades agrícolas (Nazarea, 1998). No entanto, as florestas secundárias são essenciais aos povos rurais dos trópicos (Brown & Lugo, 1990), pois propiciam certa diversidade paisagística – evidenciada nas diferentes fases de sucessão florestal – permitindo a produção de complexos sistemas de uso (alimento, material de construção, por exemplo) e classificação (Balée, 2006a). Tal conhecimento não abrange apenas sua configuração atual, mas também os registros das atividades passadas, em suas diversas manifestações, nas quais ações são lembradas e reafirmadas (Kuchler, 1993; Ingold, 2000).

ECOLOGIA HISTÓRICA: UMA FERRAMENTA PARA ENTENDER AS MUDANÇAS

A fundamentação teórico-metodológica escolhida para este estudo foi extraída do programa de pesquisa de ecologia histórica, originado da antropologia ecológica (Balée, 2006a). Em linhas gerais, a antropologia ecológica é uma

disciplina baseada no “estudo das relações entre as dinâmicas populacionais, organização social, culturas humanas e o ambiente em que vivem, (...) podendo ser realizado de forma comparativa ou como análise específica de uma população” (Orlove, 1980; p. 235). Os primórdios da antropologia ecológica surgiram na década de 1930, época em que a antropologia se institucionalizava como disciplina (Orlove, 1980). A partir de então, Julian Steward, dentre outros cientistas, incorporou o interesse em como o ambiente influencia certos elementos culturais (o núcleo cultural ou “*cultural core*”), mantendo a idéia de que as culturas preservam processos históricos autônomos. Em outras palavras, Steward procurava a conexão causal entre meios de subsistência e a estrutura social, dando grande importância para o uso dos recursos (Moran, 1990). Na época chamada de *ecologia cultural*, a abordagem de Steward enfatizava os recursos disponibilizados pelo ambiente por um lado, e tecnologia, demografia, organização social e econômica por outro (Orlove, 1980). Dessa forma, a abordagem teórica de Steward foi criada a partir da assimilação de uma perspectiva ecológica e funcionalista, do evolucionismo e do particularismo histórico de Franz Boas (Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996). Como afirmou Moran (1990), a grande contribuição de Steward para a antropologia foi criar métodos de pesquisa com devida atenção para os detalhes empíricos e delimitar pela primeira vez o campo das interações entre homem e ambiente (Moran, 1990, p. 10).

Herdando o arcabouço teórico apresentado, a antropologia ecológica se consolidou como abordagem teórica na década de 1960, sendo influenciada pelo movimento ambientalista do pós-guerra, que também ganhava projeção nesta época (Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996; Moran, 1990). Os princípios da ecologia de ecossistemas assimilados neste momento empregavam a idéia de que os sistemas existentes na natureza são estáveis, fechados e evoluem de forma unidirecional até atingir o clímax, que seria um estado de equilíbrio dinâmico (Little, 1999; Moran, 1990). Tais idéias foram facilmente assimiladas pela

antropologia, pois, sendo elaboradas em termos de estrutura, função e equilíbrio, possibilitavam a criação de princípios comuns entre a ecologia e a antropologia (Moran, 1990). Com tal influência, os conceitos ecológicos passaram a ser aplicados diretamente à esfera social (Peet & Watts, 1996). Nesta tendência, Andrew Vayda e Roy Rappaport, dentre outros estudiosos, utilizavam a idéia de que a organização social e a cultura são adaptações funcionais das populações ao ambiente, que então as permitem explorar de forma bem sucedida e equilibrada os recursos naturais, sem exceder a capacidade suporte do sistema (Orlove, 1980; Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996). A cultura era vista como um regulador da estabilidade ambiental, assim como qualquer outro atributo ecológico (Peet & Watts, 1996). Neste momento, ocorreram mudanças de unidade de análise, que passou dos padrões culturais – principalmente aqueles referentes ao sistema de subsistência – para população ecológica e ecossistema (Orlove, 1980; Kottak, 1999). Entretanto, diversas sociedades estudadas sob tal abordagem eram parte de políticas econômicas abrangentes, complexas e abertas, o que contradizia os preceitos mencionados (Peet & Watts, 1996, p. 5). Assim, tal escola, nomeada *neofuncionalismo*, foi apropriadamente criticada por seu reducionismo ecológico, ao compreender os processos adaptativos e as dinâmicas naturais como parte de sistemas fechados e em equilíbrio (Orlove, 1980; Kottak, 1999; Peet & Watts, 1996).

Na década de 1970, o apelo do Marxismo e da economia política, além da proliferação de estudos de sociedades camponesas que privilegiavam a ênfase na produção em detrimento da preocupação com as relações ecológicas, impulsionaram os cientistas a considerar a perspectiva da economia global nos estudos de sociedades camponesas (Peet & Watts, 1996). Orlove (1980) demonstrou que o neofuncionalismo foi sendo substituído por uma *antropologia ecológica processual*, em que modelos de tomada de decisão individual passaram a ser relacionados a abordagens político-econômicas, de forma a integrar ações

locais a contextos mais amplos (ver também Little, 1999). Paralelamente, com o advento de novas ferramentas e da experiência acumulada em pesquisa, os resultados têm levado os ecólogos a conclusão de que os sistemas da natureza estão sujeitos a transformações, que são naturais, inevitáveis, e ocorrem em todas as escalas temporais e espaciais (Walters & Vayda, 2009). As espécies, por sua vez, respondem a estas mudanças de forma independente umas das outras, e o resultado é um mosaico de interações e associações ecológicas em constante transformação ao longo da paisagem (Walters & Vayda, 2009, p. 536). Dessa forma, a idéia de equilíbrio foi substituída pela ênfase em distúrbio, catástrofe e dinâmicas em não-equilíbrio (Little, 1999). Das críticas voltadas à ecologia de ecossistemas surgiu a nova antropologia ecológica (Kottak, 1999), cujas teorias e análises substituíram a idéia de que populações evoluem e sobrevivem como sistemas fechados, seja ecologicamente, culturalmente ou economicamente, mudando a escala de análise de um contexto local para o global. Assim, a antropologia ecológica passou a integrar a dimensão político-econômica e a considerar a importância da tomada de decisão individual como parte indissociável de todos os processos que atuam no engajamento das sociedades humanas, com o mundo natural (Orlove, 1980; Kottak, 1999; Little, 1999). A partir de então, entre as décadas de 1970 e 1980, diversos campos de pesquisa emergiram, dentre eles a ecologia política, a antropologia ambiental e – o mais importante para esta pesquisa – a ecologia histórica (Little, 1999; Peet & Watts, 1996).

A ecologia histórica, especificamente, procura reconhecer os aspectos históricos envolvidos na relação entre as sociedades humanas e os ecossistemas em que habitam, sendo o ecossistema o seu espaço de vida, natural e construído. Ou seja, a ecologia histórica procura entender como as ações humanas afetam um ecossistema ao longo de intervalos de tempo e de espaço, e como as relações culturais, sociais e ecológicas estabelecidas se configuram na organização social e na formação da paisagem (Lunt & Spooner, 2005; Wu & Hobbs, 2002; Rival, 1998;

Balée, 1998, 2006a). Assim, a paisagem é vista como a manifestação material da relação entre o homem e o ambiente (Little, 1999). A inclusão da dimensão espacial é, como afirmou Little (1999), uma forma de assimilar a geografia às análises antropológicas e, dessa forma, perceber a paisagem como um produto ou resposta de decisões humanas do passado, que assim pode auxiliar na compreensão de mudanças ambientais (Little, 1999; Crumley, 1994). A pesquisa em ecologia histórica é realizada através da investigação da história social e econômica e sua interação com as dinâmicas ecológicas locais. Este tipo de pesquisa também busca compreender as práticas materiais exercidas sobre o meio através do conhecimento e registro das relações sociais e representações culturais referentes à população estudada (Uotila *et al.*, 2002; Rival, 1998).

Além disso, essa abordagem leva em consideração a articulação entre as comunidades e “forças externas, engajadas em contextos socioeconômico e político em transformação” (Brondizio, 2006). Em outras palavras, a percepção temporal sobre a interação homem-meio ambiente, bem como dos fatores que interferem nessa relação, fornece subsídios para a concepção de como as culturas humanas, presentes e passadas, atuam na formação das “paisagens culturais” (Balée, 1998, 2006a; Balée & Erickson, 2006; Crumley 1994, 1998, 2003; Erickson & Balée, 2006; Redman, 1999). Por fim, a ecologia histórica pode explicar as ligações existentes entre os padrões de assentamento, migração, manejo ambiental e mudanças demográficas (Brondizio, 2006), bem como as implicações desta interação na sobrevivência e evolução histórica das sociedades humanas (Balée, 2006a, 2006b).

A escolha da ecologia histórica como a abordagem para esta pesquisa justifica-se pela escolha de determinadas ferramentas e perspectivas para a compreensão de determinado evento ou processo referente à relação homem-ambiente. Entretanto, a ecologia histórica compartilha diversos postulados com

outras disciplinas e abordagens de raiz similar (como descrito anteriormente), podendo ser tratadas como sinônimos dependendo do evento estudado ou da ênfase aplicada (Balée, 2006a). Como a história ambiental, por exemplo, a ecologia histórica é um programa de pesquisa que tem como enfoque a história das interações ecológicas (Little, 1999). Ambas estabelecem diálogo com diversas disciplinas, abordando dessa forma as diversas facetas incluídas na relação de coexistência entre os ambientes naturais e as sociedades humanas. A história ambiental tem o seu enfoque histórico na tecnologia produtiva, em seu papel na organização do trabalho humano e da natureza, ou seja, das relações ecológicas humanas, enfatizado essencialmente a perspectiva histórica de tais aspectos (Worster, 2003; McNeill, 2003). A ecologia histórica, por sua vez, exerce maior dedicação ao conhecimento tradicional local, incorpora dimensões temporais e espaciais de análise e é um tipo de pesquisa realizado de forma mais colaborativa, reunindo diversas fontes de informação (Balée, 2006a; McNeill, 2003). A ecologia política é uma agenda de pesquisa também comparada à ecologia histórica, pois, como a última, procura entender as relações complexas entre o homem, o ecossistema e políticas em diversas escalas, desde as locais até as globais, criando, dessa forma, uma abordagem mais refinada na reconstituição das paisagens do passado e do presente (Peterson, 2000; Balée, 2006a). O aumento da importância da inclusão de uma escala global é, nesse caso, o reflexo da dimensão mundial que os problemas ambientais têm adquirido, assim como da recente intensificação dos processos de globalização (Little, 1999). Estabelecendo o diálogo entre a geografia, a economia política e preocupações ambientais, a ecologia política desenvolveu, ao longo dos anos, uma abordagem crítica em que predominam conceitos como conflito, poder, direitos legais e reivindicação (Little, 1999; Peet & Watts, 1996). Tal abordagem é capaz de abranger uma ampla gama de questões como: a origem social da degradação, a pluralidade de percepções e definições de problemas ecológicos, a necessidade do enfoque sobre o indivíduo que maneja o

solo (suas oportunidades e limitações) e a pressão da produção sobre os recursos naturais (Peet & Watts, 1996, p. 6). Entretanto, a ecologia política dedica maior ênfase às dimensões político-econômicas negligenciando, algumas vezes, as dinâmicas e os aspectos ecológicos de tais relações (Peterson, 2000; Walters & Vayda, 2009).

Como um programa de pesquisa, a ecologia histórica é uma combinação de instrumentos científicos e postulados interdependentes das ciências sociais e naturais (Balée, 2006a; Erickson & Balée, 2006; Balée, 1998; 2006a; Crumley, 1994; 1998; 2003). Ela não se utilizou de teoria própria para desenvolver as ferramentas conceituais necessárias para a interpretação de comportamentos, textos e artefatos; mas herdou-as da antropologia histórica (Whitehead, 1998). A abordagem antropológica na compreensão da prática histórica e ecológica dos indivíduos, ou seja, as formas de atividade humana que estruturaram – e ainda estruturam – os usos do ambiente e nele são registradas inclui: dimensões temporais, espaciais e culturais (Crumley, 1994; Whitehead, 1998).

Nas pesquisas de ecologia histórica, a investigação a respeito de sociedades humanas do passado é realizada através de métodos que investigam vestígios arqueológicos e registros historiográficos, dentre outros. Para investigar sociedades que apresentam relação histórica com determinados ambientes e que ainda são existentes, métodos como a etnografia e a história oral são adequados para investigar a memória social local e fontes bibliográficas que, por sua vez, fornecem informações primordiais e estratégicas. A memória social é uma construção coletiva do passado de um grupo, de seu histórico e identidade, pois constitui o referencial de suas origens transmitido através das gerações (Thompson, 1992; Lima & Alencar, 2001). No entanto, esta construção ocorre através de condições sociais vivenciadas no presente, pois lembrar envolve o esforço de repensar o que ocorreu em situações passadas com o uso de

referenciais do momento (Popular Memory Group, 2006). A memória reconstitui, reinterpreta e preserva experiências e relações com as individualidades e coletividades do passado e no curso da vida cotidiana, caracterizando um processo ativo de criação (Maroti & Santos, 2001). Em outras palavras, lembrar não significa convocar uma imagem interna, mas se engajar perceptivelmente com o ambiente, que por sua vez está impregnado com o passado (Ingold, 2000; Kuchler, 1993). Dessa forma, passado e presente reproduzem-se mutuamente no imaginário coletivo. Recordar aspectos tanto das relações humanas como das relações do homem com o meio, configura-se como um ato presente (Lima & Alencar, 2001).

A percepção do ambiente (ou da paisagem), da qual depende a construção da memória social, é um processo que ocorre em fluxo bidirecional. Ao mesmo tempo em que o homem adquire conhecimento prático do ambiente através da percepção, ele atribui-lhe significados e valores, que são por sua vez construídos a partir de um padrão de atividades diárias e incorporados nos contextos relacionais de engajamento com o primeiro (Ingold, 2000). A percepção é formada por domínios espaço-temporais de pensamento, contextualizados histórica e geograficamente (Barrera-Bassols & Toledo, 2005). Desta perspectiva, a paisagem passa a ser considerada um artefato de construção cultural (Ingold 1996; Ellen, 1996; Balée, 2006b), no qual são registradas as práticas materiais das sociedades humanas (Erickson & Balée, 2006; Rival, 1998; Crumley, 1994; Nazarea, 1998; Rival 2002, 2006, apud Balée, 2006a). Em suma, a paisagem e as maneiras como é percebida são o subproduto da relação entre percepção e memória, presente e passado, realidade sensorial e criação simbólica (Kuchler, 1993; Maroti, 1997). Assim, o estudo da memória social é uma ferramenta fundamental para a compreensão das lógicas culturais subjacentes ao processo histórico de formação e transformação das unidades paisagísticas (Kuchler, 1993; Lawi, 1999).

Para compreender o componente ecológico da interação entre o homem e o meio em que vive, e assim complementar a perspectiva antropológica dessa relação, a ecologia histórica utiliza pressupostos teóricos e ferramentas da *ecologia de paisagens*. A ecologia de paisagens é um programa de pesquisa que tem por enfoque central a interação entre as dinâmicas espaciais (como estrutura e configuração da paisagem) e os processos ecológicos (Metzger, 2001; Turner, 2005b; Pivello & Metzger, 2007; Murphy & Lovett-Doust, 2004). Atualmente, este programa é aplicado a estudos com duas facetas distintas: uma geográfica e outra biológica. Na primeira, que é mais antiga e de tradição europeia, a ecologia de paisagens “privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território” (Metzger, 2001, p 1; ver também Pivello & Metzger, 2007 e Turner, 2005b), onde a paisagem é vista exclusivamente como fruto da interação da sociedade com a natureza. No caso da faceta biológica, que é mais recente e de tradição norte americana, a ecologia de paisagens “ênfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a importância destas relações em termos de conservação biológica” (Metzger, 2001, p 1; ver também Turner, 2005a e Pivello & Metzger, 2007). Para a ecologia histórica (como em outros casos), entretanto, tais facetas não são dissociadas. A paisagem (das florestas, por exemplo) e sua estrutura, como um produto da existência histórica e percepção humanas, é determinante sobre os processos ecológicos locais. Como salientou Metzger (2001), inclusive, unificar estes conceitos é um dos principais desafios da ecologia de paisagens para se consolidar como disciplina. Assim, com o advento da ecologia de paisagens e o desenvolvimento de softwares especializados, tornou-se possível caracterizar, com ferramentas quantitativas, a heterogeneidade espacial (Metzger, 2001; Turner, 2005a); e assim analisar e avaliar a variação temporal e espacial de uma paisagem em escala humana, ou seja, em seu contexto ambiental, socioeconômico e cultural, através da compreensão de sua estrutura e função (Brondizio, 2006; Wu & Hobbs, 2002; Brondizio et al., 1994; Crumley, 1994).

Por fim, a vida humana é vista, pela ecologia histórica, como um processo histórico que transforma a paisagem em que vive. A paisagem vivenciada pelo homem, por sua vez, expressa ações humanas do passado e pode moldar práticas presentes (Balée, 2006a; Ingold, 1996). Embora o homem seja o principal causador de distúrbios nos ecossistemas (Lunt & Spooner, 2005), as consequências proporcionados podem variar em uma escala de impactos dos menos extensivos aos mais degradantes (Uotila *et al.*, 2002). Os eventos históricos, por sua vez, têm um papel importante na ecologia, pois podem causar efeitos geralmente irreversíveis na estrutura e dinâmica dos ecossistemas do presente (Lunt & Spooner, 2005). Além disso, alguns padrões espaciais de distribuição biológica encontrados nas paisagens podem estar associados a sistemas culturais de direito de acesso aos recursos naturais e posses da terra (considerando áreas comuns ou privadas destinada a todo tipo de uso), estabelecido e empregado no passado. Sendo fruto das decisões humanas, os sistemas de posse geram um arranjo lógico e então previsível na paisagem (Lunt & Spooner, 2005).

Ao incorporar o manejo humano como uma variável explanatória, alguns padrões ecológicos podem ser interpretados mais facilmente. No entanto, estes sistemas são diretamente influenciados por instituições de diversos tipos, ou seja, a distribuição e uso dos recursos são determinados por relações político-econômicas (mercado, governo e poder local) (Brondizio, 2006; Balée, 2006a, 2006b). As mudanças que ocorrem em contextos político-econômicos proporcionam então mudanças nas práticas diárias, que geram consequentemente rearranjos dos sistemas locais de distribuição dos recursos. Assim, a ecologia histórica postula que mudanças que ocorrem em estruturas de grande escala, em contextos nacionais ou até globais, se refletem em mudanças na composição das paisagens locais (Peluso, 1996). Como demonstrado nesta revisão, portanto, a ecologia histórica é um programa de pesquisa adequado aos objetivos propostos para o presente estudo, pois abrange os aspectos da interação entre sociedades

humanas e o ambiente dos quais pretendemos discorrer, além de permitir a inclusão de contextos político-econômicos e culturais mais amplos nas análises.

CAPÍTULO 2

Metodologia de pesquisa

O objetivo do presente estudo é identificar os processos históricos envolvidos na formação da paisagem florestal do Vale do Ribeira, tendo como ponto de partida o papel das interações entre as populações quilombolas e a floresta Atlântica local. Admite-se, para tanto, que a agricultura de corte e queima é o elemento central dessa interação, como principal estratégia de subsistência desde a consolidação dos bairros negros rurais (como veremos adiante), e como prática com grande potencial de interferência na dinâmica e estrutura florestais. Pretende-se, portanto, abranger os aspectos ecológicos, culturais e históricos envolvidos na formação da floresta local.

Para cumprir tais objetivos, escolhemos o programa de pesquisa de ecologia histórica, pois, como já comentado acima, este abrange uma área do conhecimento de natureza interdisciplinar que lida com as interações entre a sociedade humana e seu espaço de vida, natural e construído, tendo a paisagem como enfoque central (Wu & Hobbs, 2002). Pode-se considerar o espaço como uma construção complexa de histórias sociais, experiências pessoais e interpessoais, e memória seletiva (Kahn, 1996). A percepção do espaço, por sua vez, se manifesta através de conhecimentos e representações simbólicas do mesmo (Barrera-Bassols & Toledo, 2005; Posey, 1987; Marques, 1995; Toledo, 1992). Tendo em mente estes princípios teóricos, a coleta e análise de dados foi baseada em métodos etnográficos, de história oral e de história de vida na primeira etapa; e em métodos de ecologia de paisagens e etnoecológicos na segunda etapa. As descrições destas etapas constituem, respectivamente, a primeira e segunda parte deste capítulo.

Em seguida, apresentaremos uma descrição da área escolhida para a realização dessa pesquisa: a comunidade remanescente de quilombo de São Pedro. A quarta e última parte do Capítulo 2, por sua vez, constará de um breve histórico da região do Vale do Ribeira nos séculos XVI ao XIX, considerando que dessa forma podemos construir alguns referenciais históricos para o cenário proposto como resultado desta pesquisa, ou seja, o período que começa no início do século XX.

PRIMEIRA ETAPA: MÉTODOS ANTROPOLÓGICOS

A primeira etapa de coleta de dados constou da investigação da memória social de indivíduos e famílias constituintes da comunidade escolhida. Tal investigação implica na reconstituição do histórico recente da comunidade remanescente de quilombo de São Pedro, a partir da perspectiva local, abrangendo ao mesmo tempo o cenário agrícola e socioeconômico do passado e os fatores históricos relacionados com os processos de mudança neste cenário. Portanto, a investigação da memória social só foi possível com a combinação dos métodos de etnografia, história oral e história de vida, herdados pela ecologia histórica da antropologia histórica (Whitehead, 1998). A etnografia consiste em um método de investigação estruturado em uma ampla gama de fontes de informação, que busca compreender e descrever processos sociais e/ou culturais a partir da observação e registro detalhado de aspectos da vida cotidiana (Hammersley & Atkinson, 1983; Rockwell, 1991). Como parte do método etnográfico, foram feitas diversas viagens de campo, com o objetivo de estabelecer certa convivência com os moradores locais, bem como realizar conversas formais e informais com os mesmos. Dentro do mesmo método, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito da região e a produção de um diário de campo, aonde as observações de campo eram registradas.

A história oral, por sua vez, consiste na produção de documentos históricos a partir de relatos orais, que assumem a forma de uma narrativa (Cassab & Ruscheinsk, 2004). Ao longo da coleta de dados, o pesquisador estabelece um diálogo devidamente conduzido e registrado, através do qual os informantes locais reconstroem aspectos determinados da história (Shopes, 2004). A história oral permite o conhecimento de novas perspectivas do passado, bem como o registro de dimensões temporais da experiência material humana e aspectos da vida cotidiana, que de outra forma se perderiam. Além disso, ela pode explicar o processo através do qual a memória é construída dentro das famílias e comunidades (Jones, 1989; Shopes, 2004). Com o uso da história oral foi possível descrever as estratégias de sobrevivência das comunidades, presentes e pretéritas, bem como as práticas envolvidas, os comportamentos e significados conectados a este processo (Cassab & Ruscheinsk, 2004).

No contexto do uso dos métodos de história oral, a investigação da memória social ocorreu a partir da aplicação de entrevistas de história de vida com os informantes locais. A história de vida é uma metodologia de abordagem biográfica. Ela utiliza os relatos de história particulares, e toda a subjetividade que lhe cabem, como acesso a outras dimensões da vida dos indivíduos, os fenômenos vividos (de caráter pessoal, espiritual, social e econômico), sua cultura, meio social e a história coletiva na qual estão inseridos (Silva *et al.*, 2007). As entrevistas de história de vida foram formuladas como entrevistas semi-estruturadas. Este formato é caracterizado por um roteiro pré-estabelecido, que possibilita uma análise comparativa dos dados coletados, inclusive na construção da memória coletiva do grupo, pois este busca respostas para um conjunto padronizado de tópicos (Thompson, 1992; Bernard, 1994). Além disso, tal formato de entrevista permite ao entrevistado se expressar com certa liberdade e flexibilizar a ênfase em cada tópico (Styger *et al.*, 2006).

Para cumprir os objetivos do presente trabalho, a construção da história de vida permitiu aos informantes locais relacionar as dimensões da evolução histórica das práticas econômicas e materiais do manejo de capoeiras, de forma dinâmica e multidimensional (Slim *et al.*, 2006; Styger *et al.*, 2006). Como já comentado em bibliografia pertinente, as entrevistas que abordam as diversas variáveis envolvidas na atividade agrícola podem propiciar uma caracterização precisa e compreensiva do sistema investigado (ver Netting *et al.*, 1995; Madi & Begossi, 1997; Sanches, 2001; Murrieta & Winklerprins, 2006). Para tanto, o roteiro das entrevistas focou principalmente os aspectos relativos à vida dos participantes da pesquisa e de seus grupos familiares, bem como a caracterização do sistema de coivara e unidades paisagísticas associadas (ver Apêndice 1). Foi possível, portanto, abranger as transformações do sistema agrícola local desde a década de 1930 até a atualidade, pois este é o período mais distante o possível de ser resgatado pelas gerações dos informantes mais velhos. As entrevistas consistiam, dessa forma, como parte da aplicação dos métodos de história oral voltados para a história de vida individual e sua inserção em acontecimentos mais amplos, de caráter político, econômico e ambiental. Assim, como referido acima, pudemos identificar os fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais responsáveis pelas mudanças ocorridas.

Unidades de análise

De acordo com os objetivos citados e métodos levantados, a definição da unidade de análise deve considerar o delineamento das variações regionais, gerando uma amostragem baseada em escalas determinadas e no contexto socioambiental (Brondizio, 2006). Assim, tomamos a paisagem como a principal unidade analítica, vista como o conjunto de áreas de roça, de capoeiras em diferentes estágios de sucessão, áreas de floresta nunca derrubadas e áreas de moradia, antigas e atuais. Para facilitar a delimitação da paisagem estudada,

decidimos por considerar, a princípio, todo o território titulado como área do remanescente de quilombo de São Pedro como a paisagem a ser estudada (descrito mais adiante). Outras unidades de análise, como o indivíduo e a unidade doméstica tornaram possível aumentar a compreensão da agência humana na dinâmica da paisagem. A complementação das unidades de análise é justificada pelo fato de o indivíduo e a unidade doméstica serem fundamentais na explicação de comportamentos e escolhas, representando os principais elementos de produção e reprodução das estruturas simbólicas, econômicas e políticas (Murrieta & Winklerprins, 2006; Murrieta, 2001). Consideramos a unidade doméstica como a manifestação organizacional do grupo familiar: uma unidade espacial e social complexa, de produção e consumo, em que a vida do núcleo familiar se estrutura e adquire os recursos necessários à sobrevivência (Netting, 1995). Ao mesmo tempo, a unidade doméstica provê a unidade socioeconômica mais funcional, facilmente reconhecível e frequentemente pesquisada em sociedades humanas (Netting, 1995). Caso necessário, outras formas de agrupamento solidário poderão também ser utilizadas como unidades analíticas complementares (comunidades, associações, etc.).

A seleção dos informantes-chave foi realizada através de uma filtragem da base de dados de censo socioeconômico e demográfico realizado na comunidade de São Pedro por Pedroso-Junior, Murrieta e colaboradores (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b; Pedroso-Junior, 2008), construída no programa de computador Microsoft Office Access. Os critérios considerados pertinentes a esta pesquisa foram: os informantes se identificarem como quilombolas, terem morado a maior parte de suas vidas na comunidade estudada e depender principalmente da agricultura para sua subsistência. Além dos critérios citados, a escolha de indivíduos mais velhos foi apropriada por estes serem repositórios potenciais de maior conhecimento das estruturas lógicas que compõe a percepção e compreensão sobre o ambiente e das sociedades em que vivem (Maroti & Santos, 2001; Nazarea, 1998). Por isso,

foram selecionados, também a partir da base de dados, homens e mulheres nascidos até o ano de 1970. Assim, foram escolhidos 30 possíveis informantes, que vêm a representar 25% da população total de São Pedro (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b).

Coleta de dados

Como é característico do método etnográfico, antes da coleta de dados ser iniciada, algumas etapas de campo exploratórias foram realizadas. As etapas exploratórias, ao longo do ano de 2006, constaram de ajuda à pesquisa de campo de Pedroso-Junior (2008) ao mesmo tempo em que proporcionaram maior conhecimento do contexto local e da comunidade de São Pedro. A partir da familiarização prévia com a população local, foi possível uma segunda seleção de informantes-chave para a presente pesquisa, com a ajuda da filtragem acima referida e o auxílio dos moradores do bairro para a indicação de novos informantes. Assim, alguns indivíduos foram descartados como possíveis informantes e outros selecionados. Outro fator que foi muito importante na escolha dos informantes foi sua disponibilidade em contribuir para a realização deste projeto. Houve algumas rejeições, que podem ser explicadas pelo fato de a entrevista ser muito extensa (cerca de duas horas), além da presença de pesquisadores e ambientalistas nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira ter ocorrido de forma intensa nos últimos anos. Assim, foram realizadas, ao todo, entrevistas de história de vida com 25 habitantes da comunidade (ver Tabela 1). Estas ocorreram no período entre julho de 2007 e setembro de 2008.

Tabela 1 – Relação entre sexo e idade dos informantes entrevistados nesta pesquisa, da comunidade de São Pedro.

Faixas etárias	Mulheres	Homens
31-35	0	0
36-40	2	1
41-45	2	1
46-50	0	2
51-55	2	2
56-60	1	2
61-65	2	0
66-70	2	2
71-75	2	2
76-80	0	0
81-85	0	0
TOTAL	13	12

O procedimento metodológico utilizado, que gera as amostras através de indicações dos próprios informantes locais (e não de forma randômica), é denominado “Amostragem em Bola-de-Neve”. Este procedimento compõe um método de pesquisa intensivo, seletivo e considerado adequado para o estudo de grupos sociais de nível comunitário local (Biernaccki & Waldorf, 1981; Meter, 1990). A delimitação destes critérios de amostragem se justifica pelo fato de possibilitar a seleção de indivíduos mais dispostos a participar da pesquisa, além dos que se mostram mais indicados em fornecer a maior quantidade e qualidade de dados necessários para compor um quadro histórico e cultural da região.

Outro procedimento adotado – e não menos importante do que os anteriormente mencionados – foi a obtenção do consentimento local para a realização desta pesquisa. Previamente à coleta de dados do projeto de pesquisa de Pedroso-Junior (2008), foi obtido o consentimento verbal para a viabilização da pesquisa através de reuniões realizadas nas comunidades, com a presença dos moradores. Nestas, o projeto foi apresentado detalhadamente, e um termo de

anuência foi assinado pelo presidente da associação de moradores de cada comunidade estudada em tal pesquisa, viabilizando o acesso ao conhecimento tradicional pertencente aos quilombolas. Parte dos dados coletados referentes ao censo demográfico e sócio econômico foi apresentada aos moradores em reunião, em julho de 2007. Nestas, os novos projetos de pesquisa, vinculados ao projeto inicial³, incluindo o presente, foram introduzidos aos moradores locais. Os pesquisadores responsáveis por projetos específicos em andamento se comprometeram, então, a apresentar futuramente, da mesma forma, os dados obtidos para as comunidades estudadas. Além de obter o consentimento verbal, este projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – Seres Humanos, do Instituto de Biociências da USP, sendo adequado às normas estabelecidas pelo CGEN/MMA (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; Decreto nº 6.159 de 17 de julho de 2007) (ver Apêndice 2). Ademais, cada informante-participante foi informado individualmente, antes do início da coleta de dados, a respeito dos objetivos da pesquisa e das implicações envolvidas em sua participação.

³ Outros projetos que ocorreram paralelamente à presente pesquisa, em acompanhamento e complementação da pesquisa de Pedroso-Junior (2008):

CREVELLARO, MIRELA ABRAHÃO. Transição Nutricional em Populações Quilombolas da Mata Atlântica: Correlação entre níveis de Sobrepeso e Obesidade e Indicadores Socioeconômicos/Demográficos em oito Comunidades do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil Dissertação (Mestrado em Biologia) – Universidade de São Paulo. 2009. 128 p.;

TAQUEDA, CAROLINA DOS SANTOS. A Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel nos sistemas agrícolas tradicionais de populações quilombolas do Vale-do-Ribeira, São Paulo. Pesquisa de Mestrado realizada no Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo (USP), em finalização.

SEGUNDA ETAPA: TRILHAS MONITORADAS

Encerrada a etapa de entrevistas de história de vida, iniciamos a etapa das trilhas monitoradas. As trilhas consistiram em visitas às antigas áreas de ocupação residencial e de atividade agrícola, realizadas com os informantes locais, que por sua vez determinaram a escolha dos locais visitados. Isso se deu de forma que os pesquisadores pudessem percorrer junto aos informantes o território associado à sua história familiar, e obter elementos acerca da história das roças e capoeiras formadas ao longo da história da comunidade (Brondizio 2006; Brondizio & Neves, 1996). Além disso, as trilhas foram realizadas para que pudéssemos obter um levantamento da composição estrutural da paisagem florestal em áreas historicamente manejadas, bem como compreender a configuração espacial da atividade agrícola e das unidades domésticas no passado e no presente, conforme os objetivos propostos neste trabalho. Dessa forma, as unidades de análise selecionadas nesta etapa são as mesmas da etapa anterior: a paisagem, a unidade doméstica e o indivíduo. Ao mesmo tempo, a elaboração das trilhas foi baseada na conjugação dos métodos utilizados na primeira etapa com métodos da etnoecologia e da ecologia de paisagens (descritos mais adiante), este último ainda parte dos métodos propostos pelo programa de pesquisa de ecologia histórica.

Tal qual a entrevista aplicada na primeira etapa da pesquisa, a entrevista nas trilhas tinha o formato semi-estruturado (ver roteiro da entrevista no Apêndice 3). Todas as falas dos informantes foram registradas em micro cassetes. Nas entrevistas aplicadas durante o trajeto das trilhas, o informante foi estimulado a fornecer a maior quantidade possível de informações, tanto históricas quanto atuais, da comunidade e das unidades de paisagem circundantes (Brondizio & Neves, 1996; Slocum et al, 2001).

Para aumentar a compreensão da estruturação espacial da ocupação quilombola, alguns esquemas foram elaborados nos locais visitados, com a ajuda dos informantes. Baseando-se nos dados coletados nas trilhas, foi possível elaborar mapas cognitivos e croquis, que permitiram identificar e ilustrar um padrão no qual os elementos da paisagem se articulam com significados afetivos e sociais, de indivíduos ou grupos, bem como as formas de uso e manejo de áreas de floresta (Slocum et al, 2001; Murrieta & WinklerPrins, 2003).

Ao todo, visitamos 15 áreas residenciais e agrícolas utilizadas no passado, no período de setembro a dezembro de 2008, abrangendo áreas que foram abandonadas há mais de 50 anos até áreas que ainda estão em uso. Oito informantes locais que já haviam participado da primeira etapa contribuíram para a realização das trilhas (Figura 2), dentre eles sete homens e apenas uma mulher, a única que se dispôs a contribuir para tal etapa de pesquisa.

Figura 2 Fotografias obtidas durante as trilhas monitoradas, em companhia dos informantes locais, no bairro de São Pedro.

Método etnoecológico

Além das metodologias propostas pela ecologia histórica, assimilamos métodos oriundos da *etnoecologia* na presente pesquisa. A etnoecologia, assim como outros programas de pesquisa apresentados no Capítulo 1, é de natureza interdisciplinar, originada da combinação da antropologia ecológica e da

antropologia cognitiva (Kottak, 1999). A etnoecologia constitui um campo de pesquisa que postula que os seres humanos são sujeitos sociais que, na apropriação da natureza, colocam em prática procedimentos intelectuais, criando sistemas únicos de percepção e classificação do meio (Barrera-Bassols & Toledo, 2005; Kottak, 1999). Esta abordagem utiliza conceitos da linguística para investigar as categorias taxonômicas nativas (Berlin, 1992; Balée, 1992; Moran, 1992). Assumindo que a etnoecologia investiga a percepção e uso humano do ambiente através de conhecimentos e representações simbólicas da natureza, que são por sua vez histórica e geograficamente contextualizados (Barrera-Bassols & Toledo, 2005; Posey, 1987; Marques, 1995; Toledo, 1992), acreditamos que a aplicação destes métodos é, portanto, essencial para esta pesquisa. O procedimento no qual aplicamos este método resumiu-se em visualizar, ao longo das trilhas, as diferentes “fisionomias” florestais da perspectiva dos nativos, conseguindo assim amostrar os elementos caracterizadores da paisagem e retratar interações entre o ambiente físico e as atividades humanas (Brondízio & Neves, 1996; Slocum et al, 2001).

De forma mais detalhada, os dados etnoecológicos obtidos consistiram de registros descritivos de espécies de plantas e animais, de unidades paisagísticas e do calendário agrícola, bem como das principais práticas de manejo referentes ao uso da paisagem (Sanches, 2001). Portanto, a partir desses dados ênicos, ou seja, das informações que refletem a visão de mundo dos informantes, procurou-se incorporar a interpretação local acerca da realidade social e ambiental da região, bem como suas referências mnemônicas.

Análise espacial

Para auxiliar na compreensão dos padrões de manejo e configuração espacial da atividade agrícola, no presente e no passado, realizamos uma análise espacial exploratória, além da elaboração dos croquis. A combinação de dados de campo, entrevistas e dados espaciais (como imagens satélite e fotos aéreas) tem

sido considerada uma metodologia de pesquisa fundamental para responder questões importantes, como: a variação em distância das roças às unidades domésticas, a distribuição da agrobiodiversidade relacionada à distribuição das capoeiras em seus diversos estágios de maturação, bem como as transformações que a paisagem sofre, ao longo do tempo, na relação entre áreas de floresta derrubadas para o plantio e áreas remanescentes de floresta madura (Schmidt, 2003; Brondizio et al, 1994; Jiang, 2003). Como afirmou Jiang (2003), as imagens geradas por sensoriamento remoto refletem a base material de paisagens culturais que só podem ser compreendidas através de percepções e significados atribuídos pelas pessoas ao ambiente. Além disso, o mapeamento do manejo do território é uma forma importante de representação espacial gráfica, por permitir a compreensão da distribuição dos tipos de ocupação em dado momento histórico (Jiang, 2003; Anjos, 2002). A análise exploratória possibilitou discutirmos a variabilidade dos fatores que afetam as mudanças no sistema de manejo quilombola e suas evidências materiais, registradas na paisagem (Brondizio, 2006; Jiang, 2003).

Para tanto, realizamos o georreferenciamento das áreas visitadas, através de técnicas de sensoriamento remoto. As unidades da paisagem apontadas e identificadas pelos informantes foram demarcadas com o uso de aparelhos de sistema de posicionamento global, GPS (em Projeção UTM e *Datum* SAD 69), sendo que o erro do aparelho em campo variava de 8 a 30 metros. Com a indicação dos pontos de GPS e as informações locais, interpretamos visualmente as áreas visitadas, e então desenhamos e classificamos polígonos sobre mosaicos de fotos aéreas da região. As fotos aéreas foram obtidas em sobrevôos dos anos de 1962 e 2000, ambas na escala de 1:25.000. As fotos aéreas de 1962 foram digitalizadas a partir do arquivo do Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto (LASERE – FFLCH USP) e georreferenciadas para que, dessa forma, um mosaico que reproduzisse o território de São Pedro no passado fosse criado. O mosaico de

fotos aéreas do ano de 2000, por sua vez, além da demarcação georreferenciada dos territórios quilombolas, foram gentilmente cedidos pelo Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

O procedimento de interpretação das fotos aéreas e criação de mosaicos foi realizado em computador, com o auxílio do programa de computador ArcGis 9.2. Unindo as informações locais às observações sobre mosaicos de fotos aéreas da região, tentamos elucidar algumas questões a respeito da transformação espacial ao longo do histórico das áreas indicadas (como realizado por Lillesand & Kiefer, 2000; Moreira, 2003; Metzger *et al.*, 2009).

Dessa forma, classificamos e comparamos as áreas visitadas sobre os dois mosaicos de fotos aéreas. As informações obtidas em tais visitas foram utilizadas para a classificação das imagens geradas, gerando polígonos com base nos pontos demarcados no GPS e classes de uso do solo indicadas pelos informantes locais (Jiang, 2003). Os mosaicos foram usados como referência para delimitar os limites destes polígonos. As classes determinadas foram: áreas de clareiras em cultivo de coivara, clareiras em cultivos mais intensivos (cultivos mais prolongados como por exemplo: bananal, cafezal, área de maracujá), clareiras em pastagens e clareiras abertas ao redor das residências, destinadas à criação de animais (terreiros); áreas denominadas pelos informantes como mata virgem e classes para diferentes fases/idades de sucessão florestal nas áreas de capoeira. A diferenciação entre cultivo de coivara e cultivos mais intensivos se deve ao fato de considerarmos que o histórico do uso do solo provoca diferenças no processo de sucessão (Moran *et al.*, 2000). As diferentes capoeiras amostradas foram agrupadas, por sua vez, em classes de idades para que pudéssemos visualizar mudanças estruturais na vegetação. É importante lembrar que todas as capoeiras amostradas foram áreas apenas de coivara no passado, pois cultivos intensivos são recentes nas comunidades.

No entanto, as informações obtidas sobre cada unidade da paisagem se referem exclusivamente ao histórico da área e à idade da capoeira em questão, ou seja, não coletamos outros tipos de informações ecológicas. Portanto, para determinar as classes, apenas com base em informação de idade, ou seja, para escolher como cada classe agruparia as diferentes idades apontadas, optamos por adotar uma escala logarítmica. Tal escala é aplicada em estudos de ambientes frios e temperados, mas sabemos que existe um padrão de transformações encontradas ao longo da sucessão ecológica, que pode ocorrer em qualquer tipo de comunidade encontrada na natureza (Begon, 2006). Ao longo do processo, as diversas modificações que ocorrem como mudanças de acúmulo de biomassa, riqueza e diversidade de espécies e acúmulo de nutrientes no solo, dentre outras, são muito rápidas nos primeiros anos, mas ao longo do tempo elas vão desacelerando (Saldarriaga *et al.*, 1988; Vieira *et al.*, 2003; Finegan, 1996; Begon, 2006). Dessa forma, extraímos o logaritmo natural (Ln) do valor máximo que o processo de sucessão atinge, determinamos o número de classes que desejávamos criar, e então cada classe atinge a idade que vem a gerar uma porção (dependente do número de classes escolhidas) desse logaritmo (log) encontrado. Ou seja, se considerarmos que o clímax da sucessão na Mata Atlântica ocorre com 150 anos (como apontaram Saldarriaga & Uhl, 1991 e Hartshorn, 1980 para florestas tropicais úmidas), e escolhermos trabalhar com quatro classes: $\text{Ln } 150 = 5,01$, o valor da idade da classe I gera $1/4$ desse log, o valor da idade da classe II gera $2/4$ desse log e assim por diante. Dos valores obtidos, arredondamos para facilitar a classificação das idades apresentadas pelos informantes locais. Assim:

- Classe I: $\text{Ln } x = 1,2526$ então $x = 3,499$; aproximando: 0 a 4 anos;
- Classe II: $\text{Ln } y = 2,5052$ então $y = 12,25$; aproximando: 5 a 15 anos;
- Classe III: $\text{Ln } z = 3,7579$ então $z = 42,8$; aproximando: 14 a 45 anos;

- Classe IV: de 46 a 150 anos.

Além de estabelecer as classes, as comparamos com classes de idade publicadas em artigos científicos, estimadas a partir da combinação de diversos parâmetros ecológicos em ambientes de matas secundárias florestas tropicais. Vieira *et al.* (2003) por exemplo, compararam biomassa, diversidade de espécies de plantas, dados de sensoriamento remoto e idade em diversas áreas de capoeira após a coivara na floresta Amazônica. A partir de então estabeleceram estágios sucessionais de 3 a 6 anos (inicial), de 10 a 20 anos (intermediário), e de 40 a 70 anos (avançado) além da floresta madura. Para estes autores, o clímax é atingido aos 190 anos. Finegan (1996), por sua vez, em revisão bibliográfica sobre o assunto, estabeleceu que a primeira fase da sucessão dura três anos, a segunda fase vai dos 10 aos 30 anos e a terceira fase vai dos 75 aos 150 anos. Ao mesmo tempo, Lucas *et al.* (1993) confirmam que a idade da floresta secundária pode ser usada para inferirmos a composição de espécies e a estrutura de dossel, mas também a biomassa acima do solo, que é considerada um bom indicador de maturidade da floresta tropical. Assim, consideramos que a escala logarítmica escolhida pode de alguma forma representar diferentes estruturas de desenvolvimento de matas de capoeira.

Por fim, é importante ressaltar que consideramos tal análise de caráter exploratório por diversos motivos. Em primeiro lugar, as áreas que conseguimos demarcar em campo representam apenas 3,24 % da área total do território demarcado para a comunidade de São Pedro. Além disso, não foi possível conferir em campo, com os informantes locais, os polígonos criados e classificados em laboratório, pois utilizamos apenas as entrevistas realizadas nas trilhas e os pontos obtidos com GPS. Dessa forma, é possível que os dados não reflitam os padrões existentes na área de total de interesse. Apesar disso, acreditamos que a utilização dos dados resultantes da análise exploratória pode ilustrar e reafirmar alguns

padrões espaciais evidenciados na análise dos resultados qualitativos, ou ainda, nos auxiliar na compreensão de padrões que não são tão evidentes (Jiang, 2003).

Análise e apresentação dos resultados

A análise dos resultados foi realizada a partir dos dados obtidos em todas as etapas de coleta de dados acima descritas, ou seja, a partir da combinação de dados de diferentes naturezas: dados qualitativos (etnográficos, de história oral e etnoecológicos), dados quantitativos oriundos da análise espacial e as informações obtidas a partir de fontes bibliográficas. A apresentação dos resultados, realizada no Capítulo 3, é composta de três momentos. No primeiro momento, elaboramos um cenário econômico, ecológico, social e cultural da comunidade de São Pedro no início do século XX. No segundo momento, identificamos os fenômenos históricos apontados pela população local como responsáveis pela transformação do sistema de coivara tradicional. Na terceira e última parte dos resultados, apresentamos como os aspectos que compõem o cenário passado se configuram no cenário atual, ressaltando o quão diferenciado o presente se encontra em relação ao passado. Finalmente, na discussão dos resultados (Capítulo 4), elaboramos uma narrativa cronológica que, através da contraposição entre a perspectiva local e a literatura acerca de aspectos históricos e socioeconômicos da região (artigos, teses e livros), contextualiza e discute os fenômenos que tiveram grande atuação na transformação da paisagem local. Neste momento, são apresentadas as condições políticas e socioeconômicas em que as comunidades se encontraram ao longo do século XX, bem como os principais eventos ocorridos no Vale do Ribeira no mesmo período. Esperamos, então compreender detalhadamente quais os principais fatores responsáveis pelas mudanças levantadas e de que forma eles transformaram e ainda podem transformar a paisagem da comunidade estudada.

DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Os dados deste trabalho foram levantados na comunidade remanescente de quilombo de São Pedro. Consideramos pertinente ressaltar que, antes do início desta pesquisa, foi realizado um censo sócio-econômico por Pedroso-Junior, Murrieta e colaboradores (Pedroso-Junior, 2008; Pedroso-Junior *et al.*, 2008b), em dez comunidades remanescentes de quilombo. Todas as comunidades recenseadas neste projeto se localizam na região do Médio Ribeira (Figura 4), entre os núcleos urbanos de Eldorado e Iporanga, no estado de São Paulo. A partir do censo – realizado entre os anos de 2004 e 2005 – foi possível notar que a comunidade de São Pedro se encontra entre os bairros quilombolas da região que ainda possuem maior vínculo com a atividade agrícola, o que é demonstrado pelo fato de apresentar uma das maiores proporções de famílias que praticam a agricultura e uma das maiores porcentagens de chefes de família que se reconhecem como lavradores (ver Tabelas 2 e 3). Dessa forma se justifica a escolha deste bairro para compor uma narrativa sobre os sistemas agrícolas do passado e sua interação com a paisagem florestal ao longo do tempo.

Tabela 2 – Finalidade da produção agrícola das famílias quilombolas do Vale do Ribeira. Em destaque, a porcentagem de famílias de São Pedro que cultivam exclusivamente para a subsistência. (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b).

	Só subsistência		Subs1 > Com2		Com > Subs		Só comércio		Não planta	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Total	255	53,68	161	33,89	18	3,79	4	0,84	37	7,79
André Lopes	39	57,35	15	22,06	1	1,47	1	1,47	12	17,65
Galvão	22	78,57	3	10,71	0	0	0	0	3	10,71
Ivaporunduva	22	28,21	40	51,28	12	15,38	2	2,56	2	2,56
Maria Rosa	5	45,45	6	54,55	0	0	0	0	0	0
Nhunguara	44	44,90	46	46,94	1	1,02	0	0	7	7,14
Pedro Cubas	48	71,64	13	19,40	1	1,49	0	0	5	7,46
Pilões	16	66,67	8	33,33	0	0	0	0	0	0
São Pedro	19	70,37	6	22,22	0	0	0	0	2	7,41
Sapatu	41	54,67	24	32,00	3	4,00	1	1,33	6	8,00

1 Subs - subsistência

2 Com - comércio

Tabela 3 – Porcentagem dos chefes de família que se declararam lavradores no censo socioeconômico (realizado por Pedroso-Junior, Murrieta e colaboradores; Pedroso-Junior et al., 2008b), em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, e o número de Unidades Domésticas (UDs) encontradas em cada comunidade.

	André Lopes	Galvão	Ivapo- runduva	Maria Rosa	Nhunguara	Pedro Cubas	Pilões	São Pedro	Sapatu
Nº de UD's	68	28	78	11	96	67	24	28	75
Lavradores	57,35	82,14	80,77	100	68,75	71,64	75	89,29	58,67

Na época de realização do censo, a vila de moradores da comunidade de São Pedro possuía 123 habitantes e 28 unidades domésticas (Petroso-Junior et al., 2008b). O bairro de São Pedro, especificamente, se originou na década de 1830, com a chegada de Bernardo Furquim nestas terras, que como “negro livre” gerou várias famílias que passaram a ocupar e habitar a região (Santos & Tatto, 2008). Portanto, a área estudada foi submetida à ocupação quilombola por um período de 150 a 200 anos (Figura 3).

O único acesso à vila ocorre através de uma estrada não pavimentada, com a extensão de cerca de oito quilômetros, que se inicia a partir de uma saída da rodovia estadual SP 165, após a travessia de balsa sobre o rio Ribeira de Iguape (Figura 4). Em 2004, a comunidade recebeu o título de propriedade do território, e em 2006 o direito as terras particulares, para uma área de 4.688,26 hectares (Santos & Tatto, 2008).

Figura 3 – Vila de moradores da comunidade remanescente de quilombo de São Pedro (abril de 2007).

Figura 4 – Mapa da localização das comunidades do Médio Ribeira em relação ao rio Ribeira de Iguape e à rodovia estadual (SP 165), entre os limites municipais de Eldorado (a leste) e Iporanga (a oeste) (SP). Acima, a delimitação do território do Vale do Ribeira (em cinza), localizado entre os estados de São Paulo (SP) e Paraná (PR), Brasil. Em destaque, a extensão integral do rio Ribeira de Iguape e o trecho da rodovia BR 116 que liga as capitais dos dois estados. Construído com base em dados fornecidos pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), do ano de 2000.

Contextualização histórica

De acordo com os objetivos propostos, os resultados do presente trabalho serão compostos por uma narrativa histórica que apresentará os aspectos envolvidos na transformação do sistema de coivara, bem como de uma descrição das transformações da estruturação da atividade agrícola sobre uma paisagem de floresta ao longo dos anos. Como a reconstrução histórica será realizada com base na perspectiva local, partiremos das primeiras décadas do século XX. Entretanto, é muito importante que a reconstrução do cenário do passado, dos remanescentes de quilombo como bairros negros rurais, não seja desconexa de seu próprio contexto de origem. Portanto apresentamos aqui, antes dos resultados, um breve histórico da formação destes bairros e da região do Médio Ribeira, bem como sua inserção num contexto mais abrangente (nacional). O histórico foi construído com base em literatura secundária: artigos, livros e dissertações a respeito da história do Vale do Ribeira, de São Paulo e do Brasil. Este histórico seguirá dos primórdios da colonização do Brasil até os anos anteriores ao período de interesse deste estudo (séculos XVI ao XIX), e será a base formadora e referência sólida para o cenário proposto como resultado desta pesquisa.

O VALE DO RIBEIRA E A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO LOCAL

A relação da formação dos bairros negros com a história do Brasil fica ainda mais evidente quando a apresentamos sob a ótica do surgimento de um segmento relevante da sociedade brasileira, reconhecida em literatura por sociedade camponesa. Antes de iniciarmos a descrição do contexto histórico da formação dos bairros negros, é necessário, portanto, definirmos o que denominamos por campesinato.

Existe um esforço da academia em criar uma definição que compreenda as diversas populações rurais distribuídas ao redor do mundo, que representava, pelo

menos até o fim do século passado, um quarto da população mundial (Cancian, 1989). Dentre uma grande diversidade encontrada em termos de cultura, organização social e econômica, algumas características parecem ser mais genéricas, e consideramos pertinente a este estudo levantá-las. Em primeiro lugar, as populações camponesas têm as atividades produtivas voltadas principalmente para a subsistência local (Cancian, 1989; Wanderley, 1996; Boserup, 1989; Wolf, 2003; Woortman, 1983). São populações relativamente autônomas e “isoladas” social, demográfica e economicamente (Wanderley, 1996), mas que sempre mantêm algum grau de relação com a sociedade dominante (Cancian, 1989; Wanderley, 1996; Boserup, 1989; Wolf, 2003; Woortman, 1983). Assim, são populações sujeitas às forças político-econômicas externas por um lado, mas capazes de se distanciar da sociedade ampla, graças à habilidade de produzir o próprio alimento (Cancian, 1989). Outra característica relevante dos grupos camponeses é a importância estrutural do grupo doméstico. O sustento e a reprodução do núcleo doméstico ao longo das gerações configuram as práticas do sistema de produção e do patrimônio familiar, em toda sua especificidade (Wanderley, 1996). O uso e ocupação do território camponês também apresentam alguns padrões. Como afirmou Woortman (1983, p. 164), o sítio camponês é “um sistema de espaços diversificado, complementares e articulados entre si, (...) que se reorganiza através do tempo” em resposta a processos históricos. O espaço é considerado pela autora como diversificado por ser composto por áreas sob diversas categorias de uso como: cultivos anuais, campos em pousio longo, áreas florestadas e pastagens (Woortman, 1983; Netting, 1993).

O CAMPONÊS BRASILEIRO

A partir da caracterização proposta de campesinato, procuraremos compreender como o cenário camponês se construiu ao longo do processo de colonização do Brasil e do Vale do Ribeira, respectivamente. Desde seus

primórdios – a partir do século XVI – a colonização do Brasil é caracterizada pela exploração intensa do território, pela coroa portuguesa, para a produção de bens comercializáveis (Wolf, 2003; Holanda, 1963). Ao longo dos séculos que se seguiram, da extração de pau-brasil e de minérios, do cultivo de cana e café, até o início da Revolução Industrial, a constituição da sociedade nacional esteve associada a padrões culturais de produção e consumo impostos pela economia externa. Para a dinâmica econômica local, isso significava estar sempre subordinada aos impulsos dos mercados internacionais, para onde a produção local escoava (Wolf, 2003; Garcia Jr, 2002). Ao mesmo tempo, o sistema produtivo era dominado pela esfera agrícola e centrado no latifúndio, que foi o detentor do espaço físico e do poder social na colônia (Wolf, 2003; Garcia Jr, 2002). A realização da grande lavoura usufruiu de técnicas de cultivo européias, que tiveram grande impacto no solo nacional, o que só foi possível pela mão de obra escrava negra (Holanda, 1963). Este cenário nacional foi o pano de fundo para o desenvolvimento da história da região do Vale do Ribeira, descrita adiante.

Concomitante aos movimentos exploratórios e migratórios durante a colonização ocorreu a formação de populações de mestiços, que eram de certa forma resistentes ao regime vigente, que por isso passaram a ocupar o interior do território nacional. Neste contexto, o campesinato brasileiro teve sua formação associada à expansão do capitalismo na Europa desde os primeiros séculos do processo de criação das colônias (Wolf, 2003), mas sobreviveu de forma marginal ao eixo econômico central (Garcia Jr, 2002, da Silva, 2008). As populações camponesas foram marcadas, desde sua origem, pela dominação social, política e econômica da grande propriedade e pela escravidão; mas também pela existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas (Wanderley, 1996; p. 8). A estrutura produtiva destas sociedades era de certa forma determinada pelo grau de intensidade da relação com a sociedade envolvente, sendo que tal intensidade variava tanto em acordo com o período

histórico quanto com o contexto geográfico local (Garcia Jr, 2002, da Silva, 2008). Assim, ao longo dos séculos que se seguiram, as populações camponesas sobreviveram interagindo com ambientes específicos, se adaptando a novas condições sociais e de mercado, adquirindo suas particularidades (Wolf, 2003; Wanderley, 1996).

A MOBILIDADE PAULISTA E O VALE DO RIBEIRA

A formação do segmento camponês do Vale do Ribeira, parte constituinte do contexto nacional descrito, está diretamente associada ao histórico da atual região do estado de São Paulo, cujo processo acarretou na formação de um cenário muito característico dentro do quadro nacional, e determinou as feições do que se tornou o caipira. No período pré-colombiano, a região do sudeste do Brasil foi ocupada por etnias ameríndias com baixas densidades demográficas. Estas habitaram a faixa litorânea e o curso de alguns rios, além de percorrer o território em busca de recursos sazonais (Petrone, 1960; Ladeira, 2003). A ocupação européia do território paulista, por sua vez, se iniciou no século XVI, nos primeiros anos de colonização portuguesa no Brasil. A colonização européia no Vale do Ribeira também se iniciou no século XVI, nas cidades litorâneas de Iguape e Cananéia (Andrade *et al.*, 2000; Paes, 2007; Valentin, 2006). Alguns anos depois, a promessa da exploração aurífera incitou expedições ao seu interior, que ocorreram através do curso dos rios (Petrone, 1966).

Em seu primeiro século de colonização, o território do estado de São Paulo – capitania de São Vicente na época – já era marcado por uma mobilidade intensa da população (da Silva, 2008; Kok, 1998; Holanda, 2000), inclusive se comparada com as populações de outras capitanias da colônia. Por um lado, a tentativa frustrada de produção de cana de açúcar no litoral fez com que a capitania de São Vicente ocupasse lugar marginal no eixo produtivo da colônia. O isolamento geográfico e o ambiente com poucos recursos estimularam os movimentos de interiorização, na

busca por melhores oportunidades de vida nas terras ainda desconhecidas (da Silva, 2008; Holanda, 2000; Kok, 1998). Além disso, o papel desempenhado pelos habitantes desta capitania, de exploração e conquista do sertão, era muito coerente com o contexto de colonização portuguesa da época (da Silva, 2008). Assim, pode-se dizer que esse processo de interiorização foi favorecido por condições históricas e ambientais e pela grande disponibilidade de terras (da Silva, 2008; Kok, 1998).

Ao mesmo tempo, a mobilidade dos habitantes do território paulista foi marcada, desde o século XVI, pela atividade intensa de bandeirantes. As bandeiras eram incursões oficiais ou particulares, realizadas por sertanistas, que buscavam o apresamento de índios para a venda de mão de obra escrava, assim como metais preciosos (Kok, 1998). Como consequência do contato com os indígenas, os bandeirantes, portadores de cultura e referenciais portugueses, aos poucos assimilavam a cultura nativa (Paes, 2007; Kok, 1998; da Silva, 2008; Holanda, 2000), formando “uma mescla de culturas luso-tupis” (Kok, 1998). Tal influência pode ser evidenciada nas técnicas utilizadas no manejo dos ambientes que ocupavam (como a agricultura de coivara), no vocabulário, bem como na dieta estabelecida e orientação espacial (Kok, 1998; Queiroz, 1973; da Silva, 2008; Holanda, 2000). O conhecimento da tecnologia indígena viabilizou a ocupação e sobrevivência do bandeirante em florestas tropicais e serras íngremes, dentre outros ambientes hostis ao europeu (Kok, 1998). Da mesma forma, o rio Ribeira de Iguape e seus afluentes foram explorados e povoados por bandeirantes, carregando escravos negros e estabelecendo contato com as populações indígenas locais (Andrade et al., 2000; Almeida, 1955 apud Paes, 2007; Valentin, 2006).

As populações da capitania de São Vicente eram caracterizadas por apresentar uma atividade produtiva quase exclusivamente de subsistência, com a venda dos excedentes, além de estabelecer certo grau de relação comercial com a

sociedade envolvente, especialmente as redes do governo central (Queiroz, 1973; da Silva, 2008), cuja intensidade poderia variar com o contexto histórico. Eram, portanto, populações camponesas. A prática da atividade agrícola se deu inicialmente como parte da política de conquista dos sertões, mas também como uma tentativa dos colonizadores de ordenar a natureza (Kok, 1998). No entanto, a plantação de roças de milho, feijão e mandioca, através do corte e queima, era uma necessidade tecnológica. Como herança do conhecimento indígena, este é um sistema bem adaptado às condições ambientais da região, e viável sob pouca disponibilidade de recursos (*inputs* energéticos e ferramentas de trabalho, por exemplo), mas principalmente muito adequado aos padrões de deslocamento dos paulistas da época (da Silva, 2008; Candido, 1971; Holanda, 2000).

A ocupação extremamente móvel e instável, exercida pelos portugueses, imprimiu um caráter improvisado nos primeiros povoamentos formados na capitania de São Vicente. Aos poucos, os núcleos foram se estabelecendo e as paisagens sendo reformuladas, com a construção de ranchos, conventos e fortalezas (Kok, 1998). No caso específico da região do Médio Ribeira, os primeiros povoados assim formados se estabeleceram por meio de atividades de mineração e da agricultura de subsistência (Stucchi, 2000 apud Paes, 2007; Valentin, 2006), sendo Xiririca (formado em 1630, o atual município de Eldorado-SP) o mais importante daqueles tempos (Braga, 1999). Tais povoamentos eram ocupados por descendentes de europeus em busca de ouro de aluvião e grandes contingentes de escravos negros e índios, a mão de obra que daria a sustentação para a atividade mineradora (ITESP, 2003; Stucchi *et al.*, 2000; Valentin, 2006; ITESP, 2008). Assim como houve fatores que favoreceram a preferência pela agricultura de corte e queima no território paulista, de forma geral, tal estratégia de manejo do solo também marcou o início da ocupação pós-colonial do Vale do Ribeira.

As características do habitante dos tradicionais bairros rurais do território paulista conferem, de acordo com os estudos que procuram caracterizar os tipos de campesinato, a denominação de caipira a este tipo específico de camponês. Como camponês, o caipira sobrevive em economia baseada na subsistência (em geral de coivara) e mantém o envolvimento periférico com a economia de mercado (Candido, 1971). A família é o referencial básico para as atividades produtivas e para a relação com a terra e com os vizinhos, constituindo o pequeno comércio, o trabalho baseado na mão de obra familiar e as relações solidárias (Candido, 1971). Como um grupo específico, a feição tradicional do que viria a ser o caipira caracteriza-se pela combinação de traços indígenas, portugueses e africanos e por uma economia baseada em práticas de caça, coleta e agricultura de subsistência, além da intensa mobilidade sobre o território (Candido, 1971; Andrade *et al.*, 2000; Queiroz, 2006). A partir desta perspectiva, pode-se dizer que são estas as feições do tradicional habitante da capitania de São Vicente, assim como o do Vale do Ribeira.

OS PRIMEIROS BAIRROS NEGROS

No século XVII, o comércio de escravos era a principal atividade econômica da capitania de São Vicente, que proporcionou o aumento de propriedades e a concentração de terras em posse dos comerciantes. Como consequência, houve a redução de áreas produtivas para a maioria da população. Nessa época, portanto, a mobilidade característica do paulista sobre o território se associou à falta de recursos e de propriedades (Kok, 1998).

No Vale do Ribeira, a atividade mineradora entrou em declínio no fim do século XVII, devido à descoberta de ouro em Minas Gerais, e à falta de condições infra-estruturais locais (Paes, 2007). Na região do Médio Ribeira, o declínio da mineração no século XVIII causou o esvaziamento da população branca, surgindo um novo contingente populacional, formado por escravos libertos, abandonados

ou refugiados, que provavelmente incorporaram caboclos e índios às suas comunidades (Andrade *et al.*, 2000; Queiroz, 2006; Carvalho, 2006; Paes, 2007). Estes iniciaram a ocupação da paisagem em um processo de interiorização orientado pelos afluentes do rio Ribeira de Iguape estabelecendo, como produtores rurais autônomos (camponeses), vida econômica e social paralela às elites dominantes (Stucchi *et al.* 2000; Paes, 2007).

Mesmo em período de decadência aurífera, a região apresentou certo dinamismo econômico e social. A extração mineral perdurou, de acordo com evidências, até o século XVIII, impulsionando inclusive a aquisição de novos escravos africanos. Dessa forma, negros, escravos e libertos passaram a coexistir na região, influenciando-se mutuamente (Paes, 2007).

ASCENSÃO E DECADÊNCIA DA PRODUÇÃO DE ARROZ

A atividade agrícola foi atividade econômica marginal nos primeiros séculos de colonização do Vale do Ribeira, sendo praticada quase que exclusivamente para a subsistência, enquanto a mineração foi a atividade principal. Tal atividade só ganhou impulso no século XVIII, quando o excedente produzido tornou-se suficiente para a exportação (ITESP, 1998). A atividade passou a ganhar estabilidade, no entanto, apenas no início do século XIX, com o fim da exploração aurífera. Foi registrada nessa época a produção de cana, fumo, mandioca, café, feijão e principalmente a monocultura do arroz (ITESP, 1998), que se tornou a principal atividade econômica da região (ITESP, 2000; Paes, 2007; Valentin, 2006). A chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, é reconhecida como responsável pelo fenômeno de exportação do arroz, por dinamizar a economia no sudeste da colônia (da Silva, 2008; Paes, 2007; ITESP, 1998). A produção era escoada pelo porto de Iguape (SP). Para melhorar as condições de exportação do arroz, foi construído um canal no rio Ribeira de Iguape, em 1837 que, ligando a

cidade de Iguape ao “Mar Pequeno”, encurtava as distâncias percorridas pelos barcos para chegar ao porto (Figura 5) (Paes, 2007).

Figura 5 – Mapa da localização do canal do Valo Grande (em destaque), aberto em 1837 no município de Iguape para o funcionamento do Porto de Iguape. Extraído e adaptado do sítio da internet “Google Maps”:

http://maps.google.com.br/maps?utm_campaign=pt_BR&utm_source=pt_BR-ha-latam-br-bk-gm&utm_medium=ha&utm_term=google%20maps

De acordo com Valentin (2006), a rizicultura possibilitou a formação de novos núcleos populacionais e de novos pontos de articulação entre os setores agrícola e comercial. Apesar de a atividade mineradora ter declinado, ainda nesta época se utilizava de mão-de-obra escrava, mas de forma residual (ITESP, 1998). A produção do arroz para atender demandas de grande escala, diferente da mineração, atingiu todos os núcleos populacionais do Vale do Ribeira: os pequenos lavradores, escravizados e negros livres, dentre outros, se tornaram atores sociais estratégicos (Paes, 2007; Stucchi et al. 2000; ITESP, 1998). Podemos então incluir os bairros negros do Médio Ribeira como parte desta rede de fornecedores de arroz. Além da prática agrícola para a própria subsistência, sua produção agrícola foi central para atender a crescente demanda do mercado regional (Stucchi et al. 2000; Paes, 2007; Itesp, 1998).

A decadência da cultura do arroz ocorreu no Vale do Ribeira no fim do século XIX. Isto ocorreu principalmente pela ausência de condições de competir pela demanda de mão de obra e meios de transporte eficientes com a cultura cafeeira, em ascensão no planalto paulista na mesma época (Braga, 1999; Paes, 2007; Valentin, 2006; ITESP, 2000). Os fatores histórico-geográficos envolvidos neste processo devem ser compreendidos no contexto de crise do complexo rural escravista, e concomitante processo capitalista de modernização das relações de produção no planalto paulista, em que a cultura do café desempenhou um papel central (Braga, 1998). De forma simplificada, a cultura cafeeira apresentava maior demanda de mão de obra e meios de transporte muito mais eficientes do que a cultura do arroz (Braga, 1999; Paes, 2007; da Silva, 2008; Valentin, 2006; ITESP, 2000; Paoliello, 2006a). Enquanto novas estradas ferroviárias ligadas ao porto de Santos garantiam todo o transporte necessário para manter a atividade cafeeira no planalto, a erosão do canal do Valo Grande provocou, na mesma época, a obstrução do porto de Iguape. Assim, após esse período de dinamização econômica, a região entrou em situação de estagnação econômica (Braga, 1999; Paes, 2007; ITESP, 2000; Hogan *et al.*, 1999; Carvalho, 2006). Como tentativa de reerguer a economia local, houve esforços para integrar a região no ciclo do café; que foram, entretanto, frustradas, graças à inviabilidade ecológica para uma produção em escala de mercado (Braga, 1998). Provavelmente, a expansão da cultura do arroz marcou um período de intensa atividade comercial entre os bairros negros, que deve ter-se retraído, com o declínio deste cultivo na região, ocorrendo o refluxo para a agricultura de subsistência (Braga, 1999; Paes, 2007; ITESP, 2000; Paoliello, 2006a).

Ao comparar o histórico das populações do Ribeira com o de outras do território paulista, pode-se afirmar que as primeiras foram submetidas a um relativo isolamento socioeconômico, enquanto as últimas prosperaram ao integrar-se na expansão do agronegócio cafeeiro. De qualquer forma, pode-se

dizer também que ao longo dos séculos, a sobrevivência dos bairros quilombolas foi consolidada através da agricultura de subsistência associada a práticas de caça e coleta, mão de obra familiar e relações solidárias, bem como na comercialização dos excedentes nos mercados locais, com maior ou menor intensidade dependendo do período (Queiroz, 2006; Andrade et al., 2000). Sob uma perspectiva espacial e geográfica, tais populações se constituíram e persistiram ao longo de seu histórico em bairros rurais (Andrade et al., 2000; Queiroz, 2006; Carvalho, 2006; Paes, 2007; Stucchi, et al. 2000; ITESP, 1998). Em poucas palavras, compreende-se um bairro rural como uma unidade territorial constituída em função das relações sociais locais, ou seja, a partir de uma identidade territorial estabelecida (Bombardi, 2004). Um bairro rural se reproduz dentro de um regime econômico capitalista, porém com certo grau de isolamento da sociedade dominante local (Andrade et al., 2000; Queiroz, 2006; Carvalho, 2006; Paes, 2007; Stucchi, et al. 2000; ITESP, 1998; Bombardi, 2004). Além disso, Paoliello, (2006a) descreve uma intensa dinâmica territorial nestes bairros nesta época, que ocorre através de re-apossamentos e reconstituição de pequenos patrimônios, graças a grande disponibilidade de terra. Estes padrões de subsistência se mantiveram praticamente inalterados até a metade do século XX, quando o Vale tornou-se foco de projetos de desenvolvimento, entre os anos de 1930 e 1945 do governo de Getúlio Vargas (Martinez, 1995).

A estruturação social e econômica da sociedade ribeirense, no período acima descrito, é fundamental para a compreensão do contexto em que os bairros negros de Eldorado estão inseridos, ao longo do século XX. Acreditamos que o fim do ciclo do arroz, no século XIX, foi o período em que começou a se delinear o cenário socioeconômico abordado neste estudo (Braga, 1999; Paes, 2007; ITESP, 2000).

CAPÍTULO 3

Resultados

O início deste capítulo trata de uma reconstituição detalhada de diversos aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais envolvidos nas estratégias de subsistência e uso da paisagem quilombola, especificamente da comunidade remanescente de quilombo de São Pedro, nas primeiras décadas do século XX. Tal reconstituição é baseada nos relatos locais (que foram registrados principalmente nas entrevistas de história de vida, mas também ao longo das trilhas monitoradas) e complementada com bibliografia pertinente. No entanto, é importante lembrar que ao longo da coleta de informações muitos aspectos da vida quilombola foram levantados, mas decidimos focar nossa descrição apenas nos que se mostraram com maior influência sobre a coivara e se destacaram como fundamentais para a compreensão do manejo e ocupação da paisagem local, principalmente no que se refere à formação das capoeiras. Este cenário reconstituído é, por sua vez, referência para a construção da segunda parte do presente capítulo. Nesta, apresentaremos os fatores envolvidos na transformação das estratégias locais de subsistência, apontados exclusivamente pelos quilombolas. Em seguida, descreveremos brevemente o cenário socioeconômico atual da comunidade de São Pedro, com base nas declarações dos informantes locais a respeito das mudanças em relação ao passado, e também em estudos anteriores na comunidade. A descrição dos resultados integra, de forma complementar, as duas etapas de coleta de dados. A contextualização histórica das transformações levantadas pelos informantes, bem como a reflexão a respeito das consequências para a paisagem local, será parte da discussão central deste trabalho, no capítulo seguinte.

RECONSTITUIÇÃO DO CENÁRIO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Diversos aspectos que compreenderam a vida do camponês negro do Médio Ribeira na primeira metade do século XX têm suas origens atreladas a processos históricos locais. Portanto, alguns destes aspectos já foram levantados na Contextualização Histórica, na descrição do processo de formação destes bairros. Este capítulo, por sua vez, se baseia no maior detalhamento dos relatos locais, de maneira a descrever a complexidade que envolve a vida do bairro nas primeiras décadas do século passado. Como dito nas considerações metodológicas, levantamos relatos de 25 informantes, entre homens e mulheres. No entanto, apresentaremos no texto apenas os mais ilustrativos para cada aspecto abordado, enquanto as falas complementares serão citadas no Apêndice 4, para possíveis consultas.

Aspectos gerais da subsistência e relações econômicas

O bairro de São Pedro, assim como outras populações caipiras do estado de São Paulo, apresentou estratégias de subsistência muito semelhantes às descritas para o bandeirante, consolidadas já nos primeiros séculos de colonização deste território. Como Antonio Candido afirmou, as atividades eram baseadas na produção de um mínimo alimentar necessário à sobrevivência, que correspondia a um “mínimo social” (Candido, 1971, p. 48). São descritos em literatura a realização de pequenas roças temporárias em grandes áreas de floresta, para o cultivo de feijão, mandioca e milho, aquisição de proteínas através da criação de porco, e complementação com a caça e coleta de produtos florestais (Queiroz, 1967; Candido, 1971; Queiroz 2006; Paes, 2007). No entanto, estas são generalizações e

simplificações das formas de vida caipira. Os moradores⁴ do bairro de São Pedro revelam, em sua particularidade histórica, um espaço de vida extremamente complexo. Os relatos a seguir se referem ao momento da entrevista em que eram abordadas as formas de sustento na época da infância e juventude dos informantes locais.

Roberto, 70 anos

– É naquela época acho que o pessoal plantava assim, e sobrevivia da lavoura que eles plantavam. Criavam os porco, as galinha, e plantava o arroz, o feijão, o milho, a mandioca. (...) Olha nosso sustento era esse aí. Plantar o arroz, o feijão, o milho, plantava mandioca e a gente sobrevivia da lavoura. Engordava os porco e tirava a banha pra temperar a comida, e a gente sobrevivia daquilo. Plantava o café, tomava o café das lavoura mesmo. Nossos mais velhos que consumaram esse sistema. (...) Eu e minha mulher ainda comemos bastante coisa que nós comia aqueles tempos. Cará, batata, essas verduras assim, a gente ainda continua comendo, ainda que nós plantamos.

(LCM): – E o jeito de preparar o alimento era diferente do que é hoje?

– Olha, um pouquinho diferente, porque naquele tempo os povo, eles não tinham assim negócio de tá comprando muito as coisa, olha que nem o macarrão não existia naquele tempo, a batatinha não existia naquele tempo, o frango congelado não existia, o óleo não existia, a carne de boi não existia. Existia mas era muito difícil, mas de vez em quando que matava um boi. E o sabão era difícil também, o povo fazia o sabão em casa.

Leandro, 41 anos

– Ah, o sustento da família era arroz, feijão, e aí tinha as coisa mais natural, as fruta, tinha o peixe, tinha aqui mesmo o peixe que a gente pescava, no rio, ia pegar uma aniá, que o pessoal falava, que era aqueles peixe cascudo. E às vezes vinha a oportunidade de pegar alguma coisa na selva, de matar um bicho, e aí colocava ele no poleiro e ia assar.

(LCM): – Nada vinha de fora?

– Nada. Era tudo natural. O que mais vinha de fora era o sal, que a pessoa não tinha como construir na comunidade. E tinha mais outras coisa que não podia construir na comunidade, que nem, o fogo, o fósforo. Vela mesmo o pessoal já fazia aqui, que eles usavam a própria cera do mel, que eles usavam aquela própria cera do mel, o sebo do boi pra fazer vela.

A partir de então, alguns padrões a respeito das estratégias locais de subsistência foram revelados. Um deles é uma complexidade de dieta maior do que a encontrada em literatura, com grande diversidade de itens consumidos. Segundo as declarações locais, as roças forneciam, além dos itens alimentares

⁴ De acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa – seres humanos (CEP IBUSP), e em consonância com os acordos estabelecidos com a população de São Pedro, todos os nomes utilizados neste relatório para se referir aos quilombolas são fictícios.

principais, componentes da base da alimentação local (arroz, feijão, milho, mandioca), diversos legumes, hortaliças, temperos, e frutíferas (ver Apêndice 5). A fonte principal de proteína era oriunda da criação de porco e galinha, e complementada com a caça e a pesca. O porco e a galinha eram alimentados com os produtos de roça, o que determinava, principalmente, a necessidade de produção substancial de milho, mas também de alguns legumes como mandioca e taiá, bem como de frutíferas como banana e goiaba. Outro aspecto que ressalta nestas falas é a auto-suficiência de produção de alimentos que havia há poucas décadas atrás. Os informantes – inclusive os mais novos – revelam que poucos itens alimentares eram adquiridos exclusivamente através da compra, e havia a quase total ausência de comida industrializada. O porco, criado em grandes números por todas as famílias, teve grande importância nesse sentido, pois além de alimento, era também fonte de gordura para cozinhar, conservar a carne e fazer sabão. Além disso, alguns cultivares como a mandioca e o milho eram processados para a produção de farinhas, importante fonte de subsistência na época (Figura 6).

Figura 6 – Exemplos de antigo tráfico (esquerda) e fogão a lenha (direita) da região do Médio Ribeira (bairro de Sapatu), utilizados exclusivamente para a produção de farinha de mandioca.

Como bairros negros, os quilombos estiveram inseridos, ao longo de sua história, em uma ampla rede de relações sociais e econômicas com as sociedades locais (conforme Queiroz 1973 e Queiroz, 2006). Isto significa que, mesmo sendo auto-suficientes, estes bairros não eram isolados: eram capazes de produzir o próprio alimento e subsistir de forma independente, porém mantinham contato com a sociedade envolvente. De acordo com Stucchi *et al.* (2000), os camponeses negros do Vale do Ribeira, no século XIX, plantavam para a subsistência e vendiam os excedentes aos armazéns localizados estrategicamente à beira dos rios. Em pesquisa realizada entre as décadas de 1950 e 1960, Queiroz (1967) averiguou que o comércio “pouco desenvolvido” da região era viabilizado por comerciantes com dupla função: estes vendiam produtos externos ao mesmo tempo em que compravam produtos dos sitiantes locais. De fato, os informantes demonstram uma relação estreita com alguns comerciantes locais.

Adélia, 61 anos

(LCM): – *Como era a subsistência na época?*

– (A) O forte mesmo mais arroz e feijão, milho, mandioca, cará, batata, banana... Isso tudo só pra subsistência porque vender na época só vendia arroz, porque plantava bastante, daí vendia. Tinha um comerciante que chamava Ismael da Silva e o Antonio Julio. (...) O pessoal saía daqui, e levava o saco de arroz, e vendia pra comprar o pano que falava, para fazer o vestido pra gente, que naquele tempo não tinha nada de roupa comprada, era feito em casa. (...)

(LCM): – *Como que era essa história de vender o arroz?*

– Eu lembro do meu pai né, chegava mês de maio, que era tempo da colheita, ele levava lá nesses dois homem, Ismael e o Antonio Julio ele levava três quarto de arroz nas costa. Que é aonde todo mundo comprava era lá. Fica na balsa pra cá, na beira do rio (...). A gente saía de madrugada, a pé, daqui, todo mundo ia compra ali. Aí comprava lá o sal, querosene, que a luz antigamente era querosene.

Para realizar a compra e venda, era necessário que as pessoas se deslocassem por quilômetros a pé, através de “*picadas*” (trilhas), transportando produtos de compra e venda, com a ajuda de animais de carga se a família os possuísse. Os relatos revelam a importância dessa dinâmica de troca, e como ela estava entrelaçada com as outras atividades: a venda da produção era a única forma de obter itens essenciais que não fossem capazes de produzir, como sal, querosene, roupas e alguns instrumentos de trabalho. A produção para o

comércio era principalmente de arroz, provavelmente uma herança do século XIX, quando os bairros negros se articularam para a exportação de arroz. Após o declínio da produção de arroz, entretanto, a comercialização do arroz deve ter sido mantida em menor escala, implicando em menor demanda de produção. Animais de criação também eram vendidos. Se fosse necessário, a venda da produção não se restringia apenas aos excedentes, tornando inclusive necessária a compra de itens de roça em algumas épocas do ano, como na fala a seguir. Portanto, apesar de periférica, esta relação econômica parece ter estruturado boa parte da produção agrícola.

Wilson, 72 anos

– Ali perto da balsa onde tinha aquela casa na banda de baixo, ali que era o negociante que tinha aqui que era o Ismael Julio, é onde tinha o armazém das coisa. O arroz, a gente levava tudo pra vender prele, pra comprar outras coisa que a gente não tinha, que nem o sal, querosene. E depois acabava a gente ia buscar de novo. Porque antes a gente tinha vendido que a gente não tinha como conseguir. E quando a gente não podia comprar a gente, como a gente tinha feijão, que os mais velho plantava feijão, tinha mandioca, fazia farinha, a gente ficava comendo feijão com farinha assim. (...) Às vezes vendia porco assim. Os mais velho obrigava a vender pra se remediar pra comprar outras coisa que não tinha. E quando acabava o da gente a gente ia lá comprar deles. (...)

(LCM): – *Como que seu pai fazia pra levar essas coisas?*

– Nas costas! Eu mesmo ajudei muito, levei até 30 kg de arroz, nós saia de madrugadinha. Era dois vendedor: o Antonio Julio e o Ismael, era só eles que supria aqui, os Pilão, Nhungurara, André Lopes. (*bairros quilombolas vizinhos, conferir no Mapa*)– quase tudo o sábado a gente ia, sempre era no fim de semana que a gente ia comprar as coisas. (...)

(LCM): – *o senhor tava contando que depois da estrada o Ismael perdeu comércio aqui...*

– depois da estrada o Ismael já foi ficando velho, até que morreu, e a família dele já não tocava mais a venda. Os tempo que a gente saiu comprar em Eldorado, porque quando abriu a estrada, o transporte, o povo já foi se espalhando pra fazer compra em Eldorado. Aí foi perdendo a freguesia toda.

Os informantes se lembram de dois locais de comércio com os quais mantinham relação mais estreita. O mais próximo e mais antigo era dos irmãos Ismael e Antônio Julio, localizado próximo à margem do rio Ribeira de Iguape, onde hoje ocorre a travessia de balsa de acesso às comunidades de Galvão, Ivaporunduva e São Pedro (Figura 4), com distância de oito quilômetros da vila de São Pedro. Este armazém também abastecia outros bairros vizinhos de São Pedro, como disse Wilson, mas foi desativado e abandonado pela família. O outro

armazém citado é de Gregório, no bairro de Castelhanos, próximo à outra margem do Ribeira, e cerca de quatro quilômetros de distância após a travessia do rio, em direção ao município de Iporanga (sentido oeste). Este parece ainda existir, mas com um movimento muito fraco, em detrimento do comércio dos núcleos urbanos de Eldorado e Iporanga. A relação entre os caipiras e estes comerciantes era tão intensa que eles foram lembrados em outros momentos pelos informantes, por contratarem os moradores locais para diversos tipos de serviço, como mostrou o relato seguinte:

Roberto, 70 anos

– *(falando dos pais dele)* Eles trabalhavam no deles aqui, mas ajudavam eles lá. Ganhavam essas diárias dele lá.

(LCM) – Ajudavam a quem?

– Então, os comerciantes lá, porque eles tocavam o sitio deles também, assim. Mexiam com criação, boi esses criação assim. Então eles precisavam de gente pra ajudar eles também, não precisavam só da lavoura, então quando eles precisavam assim, eles sabiam que o povo trabalhava em qualquer tipo de trabalho. Então eles falavam: “não que vir trabalhar pra mim essa semana?”.

(LCM) – Mas como que pagavam o trabalho deles?

– Eles pagavam assim, se eles quisessem em dinheiro, eles pagavam em dinheiro, se eles quisesse comprar em mercadoria também eles vendiam também.

As viagens às cidades próximas, por sua vez, eram muito raras. Além das horas de caminhada usuais para chegar às margens do Ribeira de Iguape, ainda era necessário viajar muitas horas a pé ou de barco, para chegar a Eldorado ou Iporanga (ver Figura 4). O suprimento dos armazéns locais devia ser suficiente, pois as incursões aos centros urbanos não são muito relatadas.

Relações sociais

Grande parte das atividades de cultivo era realizada em conjunto. O trabalho em conjunto era uma das formas principais de reforçar a coesão do grupo, “definindo as fronteiras geográficas do bairro rural” (Candido, 1966, p. 44; Queiroz, 1973; Paes, 2007; Bombardi, 2004). Em categorias de trabalho diferenciadas, as atividades poderiam abranger desde os trabalhos realizados pelo

núcleo familiar, encontros diários entre vizinhos e parentes até as grandes festividades (Figura 7). As reuniões menores eram conhecidas por trabalho de dia trocado (ou “ajutório”), enquanto que as maiores eram chamadas de “mutirão” (também conhecido por “puxirão”).

Saulo, 48 anos

– Quando não era mutirão, tratava do dia com mutirão com a diferença né. A troca de dia e o mutirão, o mutirão você não devolve o dia. Não dá o dia de troca, às vezes faz mutirão, eu faço mutirão quando dá o baile, por exemplo. Aí depois você não volta o dia pra pessoa. E a troca de dia eu você, por exemplo, amanhã você vai, depois de amanhã você vai me ajudar. Essa era a troca de dia, e o mutirão era diferente.

(LCM) – Mas aí, a troca de dia ele fazia o ano inteiro, ou ele fazia só de vez em quando?

– A troca, durante o ano quando precisava né, precisava ou qualquer coisa eles faziam. Fazia até de uma pessoa, até de duas, de três pessoas. Sempre fazia também.

Vera, 55 anos

– A troca de dia é o seguinte, a gente fazia até de vez em quando, conforme o serviço. Vamos supor, se eu precisar fazer essa casa assim, junto as madeiras do mato e eu tenha dificuldade pra carregar ela sozinha, então a gente fazia uma troca de dia assim pra arrumar uns três ou quatro companheiros pra ajudar a remover a madeira. Às vezes, pra arrancar o sapê ou pra carregar do mato também, se a gente por acaso tinha dificuldade pra carregar sozinho, arrancar sozinho, também a gente fazia uma troca de dia assim. Não era só pra roçar e nem só pra plantar. A gente fazia a troca de dia, então quando era pra barrear) assim que nem essa aí, essa aí eu fiz um mutirãozinho pra barrear (*barrear faz parte do processo de construção da casa de pau-a-pique, trata-se de preencher com barro úmido as paredes já estruturadas com madeiras, bambus e cipós*).

Figura 7 – Exemplo de atividade realizada em grupo, que acompanhamos em fevereiro de 2007 na comunidade de Pedro Cubas.

Ainda falando sobre os “tempos antigos”, os informantes mostraram que o ajutório era uma atividade combinada entre os agricultores, realizada

ordinariamente durante a semana e em pequenas escalas, contando com duas ou três pessoas, até o máximo de dez. A principal moeda dessa atividade era o próprio dia de trabalho, sendo que o beneficiado deveria retribuir o mesmo tempo de trabalho nas necessidades de cada convidado do ajutório. O ajutório, de forma semelhante ao trabalho realizado pelo núcleo familiar, poderia servir para a abertura, plantio e colheita de unidades agrícolas pequenas, a manutenção de áreas plantadas (“*carpição*” que significa retirada de plantas competidoras, por exemplo), a construção de habitações e até de áreas para a criação e cerca para hortas.

O mutirão, por sua vez, era uma atividade que agregava pessoas em grande número, proporcionando uma força de trabalho em grande escala para realizar atividades agrícolas, havendo relatos de até oitenta pessoas participando de um mesmo mutirão. Diferente do ajutório, o esforço empregado no mutirão era recompensado com uma refeição substancial, (sempre com carne de porco) e com o *baile*. O baile era a festa realizada também no sábado, após o encerramento das atividades do mutirão e geralmente persistia até o domingo de manhã. Contando com a presença de músicos da região, o baile promovia a integração social entre as famílias que, de acordo com os relatos, passavam a madrugada dançando. Portanto, os mutirões mais frequentes envolviam as etapas e atividades agrícolas que demandavam maior esforço, como a abertura de clareiras na floresta e preparação do terreno para o plantio (roçada e derrubada da mata), e, em sua grande maioria, se encerrava em um único dia. Dessa forma, os mutirões eram mais frequentes entre os meses de setembro e dezembro, a principal época de abertura de mata para o plantio. O mutirão poderia ser realizado também para o plantio ou a colheita de uma área, caso o chefe de família achasse necessário: para áreas muito grandes ou para uma colheita com risco de ser perdida, por exemplo.

Nélio, 73 anos

(LCM) – O seu pai fazia mutirão?

– Fazia. Era puxirão, reunia bastante gente, fazia negócio de baile. O povo vinha pro puxirão por causa do baile mesmo, gostavam mesmo. Aí dançavam a noite inteira até o outro dia com o sol quente dançando. Eles faziam puxirão direto, quando faziam a roça para plantar milho, a roça maior era para plantar milho, dois, três alqueires de milho (*um alqueire equivale a 24.200 m²*). (...) Naquela época lá, o povo do sítio, do Tavares de lá se sabiam do baile eles vinham tudo. Uma vez que meu pai fez um que juntou 80 pessoas de dia, quatro bairros. Veio do Pedro Cubas, do Ivaporanduva, do São Pedro, gente que conhecia ele, veio bastante gente. Ah! Vamos comer aquele porco, naquele tempo tinha bastante porco. Matava dois, três porcos para o mutirão, compravam vinho, pinga. (...) Enfim nesse tempo, foram 60 pessoas e foram roçados três alqueires e três quartas de roça. Não me esqueço disso até hoje. Foi plantado cinco alqueires de semente de milho nessa roça. Aí deu milho pra caramba. Foi colhido e foi tirado dois paióis de milho, tinha mais ou menos duas mil mão (...). A gente fazia o comitativo em casa, dava o café e amanhã às sete horas todo mundo tava saindo do seu serviço e quando era ali onze horas, meio dia (que o almoço de puxirão sempre sai tarde) vinham almoçar, ficavam até uma hora mais ou menos e depois iam de novo. Aí terminavam por volta das quatro horas e depois que terminavam o trecho que a gente queria fazer vinham embora.

(LCM) – *Quantas vezes num ano seu pai dava mutirão?*

– Era uma vez, porque era tempo de roçado, né? Pra plantar, às vezes eles também faziam. Porque milho, para plantar quatro ou cinco alqueires é bastante. Então faziam uma reunida, um puxirão, sempre era duas vezes por ano.

O dono da unidade a ser trabalhada convidava as famílias a participarem do mutirão, e dependendo da atividade, mulheres e crianças também integravam o grupo, enquanto outro grupo de mulheres preparava a refeição. Aparentemente, todas as famílias realizavam mutirão, mesmo que algumas não tivessem condição de fazê-lo todos os anos ou de convidar um grupo grande de pessoas quando o promovesse. Realizado exclusivamente aos sábados, demonstrando o caráter especial da atividade, o mutirão integrava as famílias em festividades, proporcionando uma vivência social de grande intensidade. Dessa forma, pode-se perceber a existência marcante de *capital social* nos bairros negros na primeira metade do século XX que, como definido por Pretty & Ward, (2001): o recurso de trabalho disponível aos indivíduos, composto por uma rede de relações do grupo, normas comuns, reciprocidade e relações de confiança; e que assim organiza e fomenta atividades produtivas.

Uso e ocupação do território – Unidades de cultivo

Como já levantado anteriormente, a atividade agrícola fornecia alimentos para a família e para os animais de criação. Aparentemente, o milho e o arroz eram

os cultivares plantados em áreas de clareira maiores, o que pode ser explicado por serem destinados à engorda dos animais de criação e à venda nos comércios locais, respectivamente, demandando roças com produção relativamente maior. Estas eram áreas em média de dois alqueires por família, por ano. Além desses cultivos, clareiras eram abertas para produção de café, mandioca (ou *rama*, como eles dizem), cana e feijão. Estes cultivos exigiam a abertura de áreas menores, em geral com uma quarta de roça ($1/4$ de alqueire; sendo que um alqueire = 24.200 m²), ou dois salamís ($1/16$ de alqueire).

Regina, 71 anos

(LCM) – *E perto de casa, a sua mãe tinha alguma área de roça?*

– Tinha uma rocinha pra banda ali, do outro lado do rio, que eles plantaram rama neles.

(LCM) – *E a senhora lembra o tamanho dessa área?*

– Eu acho que tinha uns dois salamís de rama. Eles plantaram cana lá também.

Helena, 68 anos

(LCM) – *E pra feijão é quanto de roça?*

– Ah, o feijão é pouco, porque ela fazia ali, na base de um pedacinho pra plantar verdura, batata, essas coisinha. Aí, fazia meia quarta, uma quarta de roça.

Unidades de cultivo de arroz, milho, café e feijão eram, em geral, separadas umas das outras. No entanto, muitas vezes as áreas de cultivo eram sobrepostas, como mostram Izildinha e Carmen, a seguir. O arroz e o milho poderiam ser plantados na mesma clareira, seja lado a lado, ou de forma misturada. Alguns legumes (como pepino, abóbora e batata-doce) também poderiam ser plantados no meio dos grandes cultivos. Além disso, uma pequena parte das áreas abertas para arroz e milho poderiam ser reservadas para o cultivo de hortaliças (legumes e temperos), e até mesmo feijão; ou então, as hortaliças poderiam ser plantadas na mesma área, na *soca* (rápido período de pós-colheita na coivara, antes do desenvolvimento de nova vegetação, a ser descrito posteriormente), depois da colheita do arroz, do milho ou do feijão (Figura 8).

Izildinha, 64 anos

(LCM) – *Mas, assim, se ele estivesse numa área que tivesse arroz plantado, ele tinha uma outra com mandioca, ou ele plantava mandioca junto com o arroz?*

– Não, o que eles fazia era com o feijão, né. Primeiro eles plantava o feijão, primeiro, pra daí, depois, plantar a rama, porque não pode plantar feijão dentro da rama, né. E até hoje é assim. Primeiro você vai plantar feijão, depois você vai plantar a rama, e depois planta feijão, planta milho, tudo misturado, tudo. Aí planta feijão, e deixava lá pra poder crescer.

Carmen, 42 anos

(LCM) – *E quando a roça era aberta e começava a plantar, quanto tempo ficava trabalhando nela até deixar descansar?*

– Então, quando plantou feijão, quando deu três, quatro mês, já abriu, plantou, colheu...

(LCM) – *E aí já deixa descansar?*

– É. Porque tem feijão de dois meses e feijão de três meses. Então, se você plantou o feijão de dois meses, em três meses você já abandonou essa terra. Se você plantou o de três meses, com quatro meses você já abandonou a terra. E o milho, geralmente é cinco meses. Cinco meses quebra tudo e abandona também.

(LCM) – *E rama, tinha rama?*

– É, tinha mandioca, mas mandioca, que às vezes essa rama não está muito boa pra fazer farinha, aí ficava um ano. Depois de um ano, dois, ano, três ano, aí, quando ia ficando grande, quando dava dois ano, três ano, aí já ia tirando.

(LCM) – *E aí abandona então?*

– Aí vai abandonando.

(LCM) – *E tinha alguma coisa que era plantada junto?*

– Tinha o taiá, o cará, essas coisa que sempre que você planta na terra, ela fica como nativo também. Que nem o taiá, o cará e o indaiá, ele fica como se você roçasse como se fosse plantar, né.

Figura 8 – Exemplos da complexidade de cultivo na região do Médio Ribeira. Esquerda: Área de soca de feijão, com um varal de secagem do feijão colhido, bananeiras na borda da área e mudas de taiá plantadas no meio (bairro de Pedro Cubas). Direita: Área de cultivo de banana, mandioca, taiá, cana e batata-doce (bairro de São Pedro).

Para contornar a queda da produtividade agrícola, a roça era abandonada após a estação de plantio. O arroz, o milho e o feijão produzem em período de três a seis meses, dependendo da variedade em questão. A mandioca, por sua vez, permanecia na mesma área durante três anos, e o café permitia um cultivo mais

intensivo, podendo ser manejado durante até 15 anos no mesmo local. Portanto, considerando todas as variáveis levantadas, podemos afirmar que em geral, as grandes áreas de clareira de floresta destinadas ao cultivo eram manejadas durante um a dois anos, enquanto que pequenas áreas de mandioca e café demandavam períodos maiores de cultivo antes de serem abandonadas.

Carlos, 47 anos

(LCM) – *E quantas roças o seu pai costumava abrir ao mesmo tempo?*

– Era sempre uma roça, porque ele sempre fazia uma pro arroz, uma pro milho, e na sobra do arroz ele tirava uma pra plantar no mesmo lugar.

(LCM) – *E a mandioca?*

– A mandioca também, porque a área sobrava tudo, e a gente plantava numa área, plantava na outra.

(LCM) – *Então abria numa área?*

– É. Aí, se abria no outro ano, aquela área estava com mandioca, então podia ocupar. E aquela área ali ficava descansando, dois, três ano, quatro, cinco ano. Aí depois, naquela área, a última que ficava era a mandioca, e depois a gente ia plantar.

(LCM) – *Era tudo junto, e depois ficava por último a mandioca?*

– Exatamente.

(LCM) – *Até acabar a mandioca, ficava quanto na terra?*

– Um ano e meio, dois ano. A mandioca a gente costumava plantar ela e ia até dois anos.

Entretanto, o tipo de manejo realizado em cada clareira, com uma espécie ou mais, ou depois da soca de cultivares de curta duração (feijão, arroz ou milho), parecia depender em grande parte da qualidade do solo local. Portanto, o solo parecia determinar a quantidade de clareiras que estariam sob manejo ao mesmo tempo, para cada família. Alguns informantes como Carlos (acima) disseram que se abria uma única área para a roça, mas outros como Helena (a seguir) afirmaram que várias áreas abertas ao mesmo tempo eram necessárias para suprir a unidade doméstica com todos os cultivares.

Helena, 68 anos

(LCM) – *Aí a senhora tava me contando: tinha uma de arroz, uma de milho meio perto. A de feijão fazia perto da de milho e de arroz?*

– Não, se tivesse um mato adequado, meio próprio pro feijão, também não tem problema, mas às vezes.

(LCM) – *Café, seu pai não tinha?*

– Café tinha, mas era lá pro outro lado, porque é pra terra forte, né? Então precisava conseguir outro lugar pro lado de lá de acordo com o café. Cana também, o pessoal plantava bastante cana também. A cana era plantada quando não acontecia nenhum desses.

(LCM) – *E a cana era plantada perto de algum desses?*

– ficava separado.

(LCM) – *E mandioca?*

– Fazia mandioca também.

(LCM) – *Se eu fosse tirar um retrato do tempo, eu diria que ele tinha, assim, umas cinco roças?*

– É, cinco roça. (..) Porque na época ele plantava legume, porque na época ele não fazia perto, assim, não fazia o cercado perto, né, por causa da criação de animais, porco... Então ele fazia mais longe, né, mais pra capuova pro lado de lá, pra criação não ir pra lá.

(LCM) – *Mas plantava perto do arroz, junto com o feijão, junto com o milho, como é que era?*

– Perto, mas não junto. Não misturava. Cada um no seu lugar.

As declarações apresentadas revelam o caráter complexo da coivara, expressado tanto nos aspectos socioculturais e econômicos relacionados à atividade, quando na ocupação do território. Alguns fatores determinantes na tomada de decisão para a quantidade e tamanho de clareiras abertas, destinadas ao cultivo por família, podem ser relacionados a diversos fatores como: as condições socioeconômicas de cada família que influenciam na sua capacidade de recrutar indivíduos para os mutirões, a disponibilidade de mão de obra no núcleo familiar, e até mesmo a um conhecimento ecológico do território. A seguir, mostraremos como o conhecimento ecológico definia a escolha das áreas a serem desmatadas para o plantio.

Uso e ocupação do território – Escolha do local das unidades de cultivo

De acordo com os depoimentos obtidos nas entrevistas de história de vida, havia enorme disponibilidade de território a todos. A descrição dos critérios de escolha de um novo território para o plantio envolveu principalmente indicadores de qualidade do solo como sua cor, estrutura e a presença de algumas espécies da vegetação, além da idade da capoeira e distância do local a corpos d'água. As características do local deveriam estar de acordo com as necessidades específicas de cada cultivar a ser produzido, dentre os principais itens de roça.

Mateus, 51 anos

(LCM) – E como é que fazia pra escolher aonde ia plantar?

– A gente não escolhia na verdade. A gente já tinha as manha pra saber qual terra era boa pra plantar arroz, qual terra era boa pra plantar milho.

(LCM) – Como vocês sabem?

– Pela terra, né. Se for uma terra meia branca, é bom pra arroz. Se for uma terra mais vermelha, é bom pra milho. A que é meio pedrenta é bom pra feijão.

(LCM) – Escolhia o lugar em função de ser perto de água, ou não precisava?

– Se tivesse perto da beira do rio, era preferível. Porque se tiver muita água no solo também, não dá.

(LCM) – Mas tinha alguma madeira, tinha alguma coisa no meio do mata que dizia que era bom pra plantar?

– Tem o jacaré, o ingá, várias madeira que era bom pro milho. Pra arroz era a jacatirana, embaúba, tudo isso aí é bom.

(LCM) – Pra feijão tem isso também?

– Pra feijão tem o jaborandi⁵. Pra rama, a gente pode plantar em qualquer lugar.

Em geral, a terra mais clara era adequada ao plantio de arroz, e a mais escura para milho e feijão, assim como para os legumes e hortaliças. No entanto, a escolha parecia ser baseada na combinação da cor do solo com a estrutura (pedregoso ou não, mole ou duro) e umidade do local, revelando um conhecimento complexo e profundo das características ecológicas locais e de seus indicadores. O que ressalta destas falas é a diversidade de ambientes disponível na floresta atlântica local, que pode ser explicada pela combinação de características ecológicas abióticas entre a topografia acidentada, gerando grande variação de incidência solar nas áreas de floresta ao longo das estações do ano, além da distribuição de diversos tipos de solo, bem como da presença de muitos corpos d'água.

Além disso, alguns informantes declararam que apesar de as áreas de floresta madura serem produtivas, em geral as áreas de “mata virgem” eram evitadas para abrir clareiras, sendo preferível as capoeiras. *Mata virgem* corresponde a áreas nunca derrubadas para o plantio (pelo menos até quando a

⁵ Nomes científicos das espécies indicadoras citadas. Embaúba: *Cecropia* sp.; Ingá: *Inga* sp.; Jacatirana: *Miconia cinnamomifolia* (DC.) Nand; Jacaré: *Piptadenia gonoacantha*; Jaborandi: *Pilocarpus* sp.

memória social alcançava). Ao longo das trilhas em visitas às antigas áreas agrícolas, os informantes indicavam que havia um limite de ocupação do território. A partir de determinadas unidades de cultivo ou de capoeira, só existem áreas de mata virgem. Das conversas ao longo das trilhas, chegamos a conclusão de que os 200 anos de história de ocupação e manejo deste território foram restritos a uma parcela determinada. A Figura 9 mostra o mosaico de fotos aéreas de 1962, cujas áreas de ocupação são indicadas pelas clareiras.

Figura 9 – Mosaico de fotos aérea do território do remanescente de quilombo de São Pedro, do ano de 1962. As manchas mais claras correspondem às clareiras de floresta, abertas para a realização de cultivo.

Outro aspecto interessante a respeito de como a coivara influenciava a ocupação do território é a distribuição espacial e temporal das unidades domésticas. Sendo um sistema itinerante, era realizado através do abandono de uma área para o pousio, seguido da abertura de outras áreas, para a continuidade

da produção. Como veremos a seguir, o caráter itinerante da coivara se refletia na organização do espaço agrícola, determinando a disposição das unidades residenciais na paisagem, que dessa forma eram relativamente variáveis ao longo do tempo. A descrição obtida dos relatos locais, da organização espacial da unidade doméstica seguirá esta seção.

Uso e ocupação do território – Unidade Doméstica

A ocupação do território ocorria de forma espaçada, provavelmente pela necessidade de grandes áreas de floresta para a subsistência de cada núcleo familiar, e pequenos conglomerados residenciais se estabeleciam por relações de parentesco, formando pequenas vizinhanças. Ao longo das trilhas pudemos perceber que tais vizinhanças não eram muito distantes umas das outras. Cada unidade doméstica abrangia algumas áreas reservadas para o plantio, em uso ou não, para garantir a subsistência familiar. A área atualmente reconhecida como remanescente de quilombo era dividida em bairros, que hoje ainda são lembrados.

Sérgio, 73 anos

(LCM) – *Quando o senhor nasceu, onde sua família morava?*

– Era aqui mesmo nesse bairro (*chamado Lavrinha*), mas a casa não era aqui, era dois quilômetros na frente. Era uma casa de morada mesmo, nós já morava no sítio, mas nós ainda tinha capuova. Apesar de nós ter nossa casinha de morada nós ainda tinha capuova. (...)

(LCM) – *A capuova dele levava quanto tempo andando a pé?*

– Aqui na casa de fora, nós era vizinho né, só que meu pai morava um pouquinho pra frente de mim, eu morava mais pra baixo... Mas o mesmo tanto que a gente gastava pra ir na capuova, vamos supor, a mesma coisa. Dali de casa na capuova de fora era uma média de 40 minutos de pé. Agora pra ir na capuova de dentro acho que ia gastar mais uns 55 minutos pra ir da casa dele até a capuova de dentro.

Roberto, 70 anos

(LCM) – *E a roça dos seus pais, elas eram de capuova?*

– Era capuova, nós trabalhava, tinha a nossa região que pertencia ao nosso comércio, e tinha as capuovas também, porque nós temos essas terras aí nós temos outro canto de capoeirada (*áreas grandes de capoeiras que foram roça do informante em algum momento do passado*). Só que não mora ninguém mais. Eu morei vinte dois anos lá com o meu sogro lá. Mas é uma capoeirada também esse aqui também. A outra margem também isso aqui vai embora. (*Roberto descreve alguns locais ao olhar um mapa do bairro de São Pedro*). Esse rio de cá que eu trabalho, trabalhei nele que nós temos nossa propriedade grande nele lá. É rio São Paulinho (que deu o mesmo nome ao bairro). (...) Meu pai fazia capuova aqui no Boqueirão. Tinha nome, pôs nome de Mato Limpo.

Os nomes de bairros levantados ao longo da pesquisa delimitam áreas do território bem definidas. Os bairros citados dentro do território atualmente titulado são: Braço Grande, Mato Limpo, Boqueirão, Tiatan, Sítio Alegre, Sítio Vargem, Piu, Pedra Preta e o local aonde a vila de moradores posteriormente se estabeleceu, conhecido por Lavrinha.

Existem descrições em literatura, já no século XIX, de bairros caipiras que se caracterizavam por unidades espaciais móveis sobre o território, que se integravam em algum grau entre si e com o mundo externo (como apontou Queiroz, 1973; p. 51). A mobilidade característica do caipira é atribuída à disponibilidade de terras férteis para a exploração, mas principalmente ao sistema de posses, vigente no Brasil desde o período da colônia. Devido à ausência de um aparelho do estado para administrar a ocupação do território, as terras eram obtidas através de concessão pouco formal (sem a intervenção de um aparelho de fiscalização do estado ou sem o uso de documentação e contratos), ou simplesmente pela ocupação propriamente dita (Candido, 1971; da Silva, 2008).

Assim, a precariedade e rusticidade das construções camponesas refletiam uma estratégia de ocupação móvel, baseada na roça e em sua necessidade de mudança constante. A casa de pau-a-pique poderia ser facilmente abandonada e construída em outro local (Figura 10) (Queiroz, 1973). As colocações dos quilombolas exprimem tais caracterizações. Como é demonstrado nas entrevistas, cada núcleo familiar possuía unidade doméstica composta por duas áreas de ocupação: uma “*casa de fora*” e uma casa na “*capuova*” (que era uma construção chamada paiol). A diferença básica entre as duas categorias de unidade residencial era o tipo de atividade a qual cada uma estava associada, principalmente no que se refere à criação de animais e atividade agrícola.

Figura 10 – Na fotografia, uma das poucas casas da vila de São Pedro ainda construída de pau-a-pique e cobertura de folhas secas de “capim do morro”.

A “*casa de fora*” se localizava próxima aos caminhos de passagem do povoado e aos núcleos de vizinhança, cuja área do entorno (terreiro) era destinada principalmente aos animais em grande número (porco e galinha), e à manutenção de plantas que não fossem afetadas pelos mesmos, as chamadas “*plantas duras*”, como a cana e algumas frutíferas (banana, cítricas, jabuticaba, guacá e goiaba, também identificadas na Tabela 4, mais adiante). Também poderia haver horta, caso fosse cercada, ou se os animais fossem criados presos. A casa de fora consistia em moradia mais estável, mas não necessariamente mais ocupada.

Saulo, 48 anos

– Todos os mais velhos tinham isso. Eles tinha a capuova deles tinha o paiol, e depois tinha aqui casa na vila aqui.

(LCM) – *Na casa da vila aqui, eles plantavam alguma coisa no terreiro?*

– Plantava. Tinham as verduras de se manter. Eles tinham criação, galinha, porquinho dele na casa da vila. Sempre na época, aqui na época era mais quase solto. Era porco aqui solto. Eles tinham desde quando eu ainda conheci porco aqui andava aqui, essa rua acabava suja. (...) essa horta que ele tinha aqui na casa da vila era de todo lado cercada. Pra cuidar da criação que ficava ele sempre, quando ele saía ele sempre deixava alguém né, os vizinhos né. Os vizinhos sempre cuidavam. Pra alimentar porco e galinha era mandioca, milho, e o cará que nos, o cará que tinha achado, e a banana. É isso aí que a gente dava. A abóbora também né. (...) No paiol era mais arroz e feijão e o milho que plantava. Aí em volta que tinha uma época ali plantava. A gente ficava ali só cuidando pra no próximo ano a gente tornar a fazer a roça em outro lugar né, ou mais perto né.

A interpretação da foto aérea de 1962 em locais visitados ao longo das trilhas nos permitiu visualizar a organização espacial da casa de fora e das unidades paisagísticas associadas, como podemos ver na Figura 11 abaixo. A

interpretação foi realizada para ilustrar a distribuição das unidades paisagísticas em relação às residências, apontadas em azul. A separação entre as áreas de terreiro, em laranja, é feita por uma cerca de bambu plantado (filete em verde escuro). Em áreas separadas das ocupadas pelos animais, algumas unidades de cultivo em uso ou recém abandonadas, em rosa. As áreas em marrom indicam unidades de capoeiras mais desenvolvidas e as áreas em verde claro indicam florestas aparentemente com estrutura mais complexa, podendo ser áreas nunca desmatadas.

Figura 11 – Interpretação de foto aérea de 1962, representando a estruturação espacial de uma casa de fora. A barra de escala representa 100 metros

A capuova era localizada em áreas distantes, acessada por trilhas percorridas basicamente pela família que trabalhava no local. Por estar associada à principal atividade agrícola (cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, café e cana), não havia na capuova áreas destinadas à criação (terreiro), e poderiam ser plantados os temperos, verduras e legumes que a família apreciasse, que assim ficariam acessíveis na preparação das refeições. Dessa forma, o paiol era comumente construído na beirada da roça. O paiol tinha a função de abrigar da chuva e do sol forte, de estocar a produção e guardar instrumentos de trabalho, sendo uma construção mais simples. Entretanto, este poderia ser ocupado pela

família por alguns períodos, principalmente na época do trabalho mais intenso (época de roça), quando todos participavam das atividades agrícolas (como também observado por Carvalho, 2006).

Mais uma vez, a interpretação das fotos aéreas auxiliou na compreensão da distribuição espacial das unidades de manejo na paisagem, desta vez em área de capuova (Figura 12). A residência (paiol), destacada em azul, está localizada entre diversas unidades agrícolas. Destas unidades, as que estão assinaladas em rosa são as que estavam em cultivo ou abandono recente no momento retratado. As áreas em laranja destacam capoeiras em desenvolvimento inicial, enquanto que as áreas em amarelo aparentam idade mais avançada, e as áreas em verde claro constituem florestas com estruturas mais complexas. Por fim, as áreas em verde escuro são unidades de floresta muito antigas ou nunca derrubadas.

Figura 12 – Interpretação de foto aérea de 1962, representando a estruturação espacial de uma capuova. A barra de escala representa cerca de 500 metros.

É importante lembrar que as diferenças levantadas são extraídas de padrões que observamos depois de conversar com os informantes. Entretanto, estas diferenças não são tão claras para eles, mesmo porque percebemos através de suas falas que ocorriam áreas de cultivo próximas à casa de fora, com animais em

cercados, ou a moradia da família em locais distantes, em capuovas, com a criação de animais ao redor da casa e áreas de cultivo mais afastadas.

Nélio, 73 anos

(LCM) – *Nessa casa que o senhor morava com seus pais, tinha coisa plantada em volta, ou era só criação?*

– Tinha. O que era plantado em volta da casa era flor. Agora as outras plantações eles plantavam longe. Era tudo longe de casa. Plantava flor, porque mulher sempre gosta de plantar flor, mas o serviço era sempre longe de casa por causa da criação.

(LCM) – *E fazia roça na capuova?*

– Fazia.

(LCM) – *E era longe quanto, da casa?*

– De onde nós trabalhava lá, tinha lugar que nós gastava uma hora, uma hora e meia. Lá mesmo de onde era a tapera do meu pai, tinha capuova lá que dava uma hora e dez minutos para a gente ir de cá lá.

(LCM) – *E ele fazia paiol?*

– Ele fazia um paiolão lá, levava uma barraca, um arame de plástico. Bom, quando tinha içá (*um tipo de cipó de espécie não determinada*) ele cortava um pouco de içá e fazia o coberto tudo de trançado de içá, um barracão coberto de pau de içá e ali, trançava o içá e lançava o capim por cima, aí ia anos e anos.

(LCM) – *E o seu pai parava nessa casa?*

– Não, a casa de ele morar mesmo, era coberta de sapé.

(LCM) – *Mas servia para que, esse paiol?*

– Não, fazia para morar enquanto fazia a roça, né? Lá eles faziam o paiol na roça, quando fosse roçar derrubava e deixava o paiol começado. Quando fosse ano tempo da plantação, daí você limpa.

(LCM) – *Mas a família ia junto, ou só ia ele?*

– Quando a gente tinha gente que trabalhava tudo em casa ia todo mundo. Dormia todo mundo lá no paiol. Agora no outro dia vinha um, dois cabras cuidar da criação cá fora, e a gente cuidava do serviço. Trabalhava a semana. Às vezes dois, três dias. Mas no negócio de carpição de arroz, colheita, a gente ficava direto lá até terminar. Era homem e mulher.

(LCM) – *Na capuova, em volta da casa, tinha criação de bicho?*

– Não, não tinha. Lá era só mesmo a planta, né. Só a gente levava negócio de galinha quando tava colhendo arroz, soltava devagarinho os pintinhos no meio do arroz, para as galinhas criarem os pintinhos mais rápido. Mas outra criação, se a gente tinha uma roça de milho por perto, tinha que levar e fazer o chiqueiro para eles não ficarem soltos, para ficarem lá até colher o arroz.

Como Nélio e Saulo mostraram, na época de plantio ou colheita, a família toda permanecia alguns dias no paiol, mas a manutenção de *casa de fora* era uma preocupação constante, por causa dos cuidados necessários à criação. Assim, era necessário que alguém da família deixasse o paiol de vez em quando para voltar à casa de fora e alimentar os animais. Além disso, mesmo nas épocas do ano em que a atividade agrícola fosse menos intensa, o chefe de família visitava a capuova

constantemente, para manutenção do local, busca de parte da produção estocada no paiol e limpeza das áreas em cultivo. De uma forma ou de outra, a vida cotidiana estava sempre conjugada entre os dois núcleos da unidade doméstica.

Marília, 41 anos

(LCM) – *Pra ser capuova então tem que ter barraco?*

– Olha, nós consideramos capuova o lugar que a gente para, o lugar que para ali, a consideração dos mais velho capuova é onde mora. Onde tem barraco. Antigamente os mais velho considerava capuova se tivesse teipa, que eles cozinhava, que eles dormia.

(LCM) – *Mas o pessoal costumava morar na capuova?*

– Tinha pessoas que morava, assim alguns morava dizer oito dias depois vinha pra cá, pra lavrinha, e alguns ficava durante o dia, porque as vezes uma chuva que molhava, ou então passava da hora de comer logo já levava as coisinha deles já fazia uma comida, (...) passa dois, três dias lá, ou pode levar marmita e esquentar lá. Ou se num quiser levar marmita ele tem a comida dele lá, ele leva o que num tem.

Assim, a capuova se constituía como um complexo de unidades de produção agrícola e de florestas secundárias e um abrigo, com múltiplas funções. Isso determinava o caráter errante do paiol, que poderia ser constantemente abandonado e reconstruído de acordo com a estação de plantio, ou assim que a capuova fosse abandonada, para a abertura de uma nova (também observado por Carvalho, 2006). Dessa forma, as habitações quilombolas se encontram de acordo com a mobilidade dos bairros rurais descrita na literatura (como em Candido, 1971 e Queiroz, 1973), em função da atividade agrícola. No entanto, esta mobilidade ocorria para cada núcleo familiar individualmente, e a mudança de uma família não implicava na dissolução de um grupo de vizinhança. As pequenas vizinhanças se estabeleciam, em geral, nas áreas mais movimentadas do bairro, ou seja, eram formadas por um conjunto de casas de fora, que eram mais fixas. Podemos afirmar, portanto, que as vizinhanças eram unidades espaciais bem estabelecidas, enquanto as unidades produtivas se moviam ao longo do tempo e espaço.

A capuova se mostrou o eixo central da ocupação e organização do território quilombola no passado. A compreensão da importância da categoria “capuova” para a formação da paisagem local foi fundamental para o amadurecimento desta pesquisa. A partir de então, foi possível definir a

continuidade da coleta de dados, bem como delimitar a análise de resultados. Por conta disso, decidimos realizar as trilhas com os informantes locais nas áreas de antigas capuovas e antigas moradias, onde de fato era realizada a maior parte da ação e produção material humana sobre o território de floresta. O segmento de texto a seguir é fruto da coleta de dados realizada nas trilhas com os informantes locais, e revela aspectos da ocupação do território que não surgiram nas entrevistas.

Organização da paisagem agrícola

Uma faceta pouco evidente do uso do território por essas populações se revelou ao longo trabalho em São Pedro, após algum tempo de pesquisa em campo e diálogo com os informantes locais: a questão do direito de acesso aos locais para o plantio. Os chefes de família tinham o domínio de algumas zonas (dentre as casas de fora, mas principalmente as capuovas), que delimitavam o território utilizado para a manutenção das diversas atividades envolvidas na subsistência do núcleo familiar. Aparentemente, a “posse” inicial de uma área se dava a partir da primeira abertura (roçada) de uma área para o plantio, da derruba de uma área nunca manejada para a ocupação e realização da coivara.

Ângelo, 60 anos

– Fez essa capuova, deixou pros filhos, dos filhos tão pros neto, se quiserem vir trabalhar, se num quiserem vão procurar outro destino. (...).

(LCM) – *Como é que faz pra roçar em área de outra família, tem que pedir?*

– A gente pede, a gente conversa com a pessoa assim, onde a família trabalhou, vamos supor até aqui né, olha aquele capoeira do seu pai, da sua mãe, se oce emprestar pra mim eu roço. Aí a pessoa diz pra mim: pode roçar, que eu num vou roçar mesmo as terras que ta lá. Então eu faço minha roça de arroz, de feijão, deixo assim, outro que quiser vim fazer, pede pra pessoa. Mas aqui é tudo nosso, é geral só que a gente faz essa conversa com as pessoas, que esse tudo nós sabemos, que nas terra assim posso tentar o lugar mas pelo menos se conversa com a pessoa, pra num ter aquele negócio de bagunça, de briga.

Leandro, 41 anos

(LCM) – *E se alguém quiser plantar aqui hoje?*

– A norma da comunidade é assim, se tem uma coisa que fui eu que construí, uma capoeira, aí vem um vizinho falando e a gente identifica o local pelo nome, ele diz que queria usar a capoeira e pergunta se não vou usar esse ano. Aí eu falo tudo bem, pode usar, e a pessoa vai lá e roça. É uma

regra que tem hoje dentro da comunidade, não tem assim um local que possa dizer assim: isso aqui é meu. Eu posso até dizer que isso aqui foi eu que construí, ou meu irmão, então é da nossa família, né. Agora hoje no caso pra derrubar aquela mata, aí a gente tem que ver, as vezes eu tenho um plano praquilo ali. Às vezes eu tenho um projeto pra ser implantado dentro dessa área. Então é por isso que tem que a pessoa chegar e fazer uma pergunta né? Se eu vou usar ou não a área.

Existia uma organização espacial intrínseca no sistema, suficientemente importante para limitar a possibilidade de cultivar ao longo de todo o território. O direito de acesso ao território era herdado, por filhos e genros. Ao longo das gerações, a capuova utilizada pelo pai era transferida para os filhos, que escolhiam entre dividir o mesmo território, abrir novas áreas ou utilizar as áreas da família dos cônjuges. A existência de um sistema local de divisão do território explica o fato por nós observado de que as vizinhanças eram geralmente formadas por grupos familiares. As terras poderiam ser “*emprestadas*” para agricultores que não fossem familiares, mas seriam devolvidas após o uso, e necessitavam de permissão concedida.

Assim, as áreas de plantio recente ficavam geralmente próximas às anteriores, delimitando uma grande área de uso ao longo do tempo. Dessa forma, a existência de uma divisão do território explica o fato de os agricultores trabalharem por tantos anos em uma mesma capuova, mesmo que a cada ano as áreas de cultivo fossem trocadas (o que primariamente parecia ser uma preferência). Portanto, a capuova era um território destinado ao plantio, porém limitado. Entretanto, cada família poderia possuir mais do que uma capuova, e revezar a utilização das áreas, permanecendo em cada uma por períodos de cinco a dez anos.

Após o abandono de uma área, seja ela unidade de roça ou o complexo de unidades denominado capuova, ocorre a regeneração da floresta secundária (capoeira). No entanto, alguns indicadores da ação humana permaneceram no local. Os moradores de São Pedro citaram a presença de vestígios de construções de casas e áreas de criação nas áreas de capoeira. Porém, os principais indicadores

na paisagem florestal são as espécies vegetais, entre cultivares, árvores frutíferas para alimentação da família e dos animais de criação e plantas para outras finalidades como construção de casas e cercados (ver Tabela 4). Mais do que isso, estas plantas são marcadores da presença e da ação de determinadas pessoas em locais específicos. Ao mesmo tempo em que podem ser utilizadas como referência e identificadores a locais particulares, tais plantas também são uma herança para as novas gerações (exemplos na Figura 13). Ao conversar sobre a paisagem de capoeiras abandonadas com os informantes, tais marcadores são citados como plantas ligadas a história de ocupação do local:

Hamilton, 54 anos

(LCM) – Quando a gente passa no mato e vê uma capoeira velha com um pé de fruta, quer dizer que alguém plantou lá?

– é um sinal que é planta dos mais velhos que já plantou ali. Pode ser um pé de laranja, um pé de lima, às vezes tem um ano desse que aqui a pessoa já deixou ali pra se criar. Cará: muitos que deu no mato é que alguém plantou. – Às vezes a gente dá uma descortinadinha. – arará tem no meio do mato virgem, agora a goiaba nunca vi no meio do mato virgem. A banana, se ficar no meio do mato, ela morre. O café também morre. A cana o bicho do mato pega, come.

Além disso, existe uma relação de formas de manejo das capoeiras atrelada a esses marcadores. Se houver o desejo de produção das frutíferas, deve haver uma manutenção constante, com a limpeza do terreno de entorno.

Figura 13 – esquerda, jabuticabeira que o informante declarou ter mais de 90 anos, e à direita, fotos aéreas de 1962 e 2000, em que o bambuzal com 70 anos de idade declarada é perceptível.

Tabela 4 – Listagem de algumas espécies marcadoras da paisagem, citadas pelos informantes nas trilhas monitoradas. A identificação em campo foi realizada apenas pelo nome vernacular, fornecidos pelos informantes; os nomes científicos foram obtidos em fontes secundárias, como Lorenzi et al., 2006 e Lorenzi, 2002, 2008. As plantas classificadas como utilitárias eram utilizadas na construção de casas e como cercados para animais, as classificadas como alimentares eram consumidas pela família e as de criação eram utilizadas para alimentar os porcos e/ou galinhas.

Nome Local	Família biológica	Nome Científico	Utilitárias	Alimentar	Criação
Abacate	Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.		X	
Amora	Rosaceae	<i>Rubus</i> sp.		X	
Bananeira	Musaceae	<i>Musa paradisiaca</i> L.		X	X
Bambus	Poaceae	<i>Bambusa</i> sp. e <i>Phyllostachys</i> sp.	X		
Cará	Dioscoreaceae	<i>Dioscorea</i> sp.		X	
Castanheira	Bombacaceae	<i>Bombacopsis glabra</i> (Pasq.) A. Rob.	X	X	
Goiaba	Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i> L.		X	X
Guacá	Sapotaceae	<i>Pouteria venosa</i> (Mart.) Baehni			X
Jabuticaba	Myrtaceae	<i>Myrciaria grandifolia</i> Mattos		X	
Jambo	Myrtaceae	<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr. & L.M.Perry		X	
Jambo amarelo	Myrtaceae	<i>Syzygium jambos</i> (L.) Alston		X	
Laranja	Rutaceae	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck		X	
Limão	Rutaceae	<i>Citrus limonia</i> Osbeck		X	
Mamão	Caricaceae	<i>Carica papaya</i> L.		X	
Mexerica	Rutaceae	<i>Citrus reticulata</i> Blanco		X	
Palmito	Arecaceae	<i>Euterpe edulis</i> Mart.	X		

As descrições anteriores se referem às áreas historicamente submetidas a um manejo intenso. No entanto, como uma distribuição em mosaico, existem áreas de *mata virgem* intercaladas às capoeiras. No entanto, não se pode considerar que as áreas de mata virgem são completamente intocadas. Muitas delas estão sob intensa circulação, foram e ainda são submetidas à extração de madeiras para a construção de casa e de barcos e palmito, além de existir a possibilidade de terem sido cultivadas há tanto tempo que já não é mais registrado pela memória social local.

Vera, 55 anos

(Vera está falando sobre a capuova do pai): – Eles usavam ali mesmo, plantavam ali mesmo, então era naquele mesmo território de lugar que eles trabalhavam. Ele sempre plantava ali. Acho que lá ninguém morava nesse lugar. Ninguém nunca morou, então ficou no centro que ele fez capuova. E lá a terra era de mato virgem até. E era terra boa. Até hoje ainda continua mato virgem. Mas antes mesmo esses tempo era tudo mato virgem. Só ficava capoeirado mesmo que a pessoa roçava e derrubava.

A estruturação espacial da atividade agrícola dependia, portanto, da combinação entre o conhecimento ecológico e o sistema de regras de acesso aos recursos locais, definindo o território acessível ao plantio para cada família. Através da prática da coivara, os quilombolas assinalaram na paisagem o resultado de suas ações históricas. As marcas deixadas são hoje referenciais mnemônicas destes sistemas que constituem a lógica de percepção e ocupação da floresta no passado e no presente, até certo ponto.

Enfim, ao notarmos certa uniformidade nos relatos de informantes de diversas gerações, quanto aos aspectos levantados até então, concluímos que o cenário descrito se modificou apenas depois da primeira metade do século XX. Assim, a paisagem de Mata Atlântica habitada pelo quilombo de São Pedro na primeira metade do século XX pode enfim ser compreendida como um contínuo de unidades agrícolas, roças e capoeiras, e *matas “virgens”*, onde se exerceu complexos sistemas de manejo.

Sistema de classificação das capoeiras

Outro aspecto da cultura local que procuramos investigar foi a existência de um sistema de classificação das matas secundárias que percebesse as diversas fases de sucessão florestal. Inicialmente, não parecia haver uma relação estreita da cultura local com as matas de capoeira pois, quando questionados nas entrevistas de história de vida sobre a utilização da capoeira, os informantes afirmavam prontamente que não havia uso algum. Portanto, tal questão só foi abordada em maior detalhamento na etapa das trilhas monitoradas, com oito pessoas. Os

informantes foram questionados a respeito de como eles percebiam as diferentes idades de capoeira e se havia uma denominação para cada uma delas.

Marília, 41 anos

- (LCM) *A capoeira tem que altura?*
- Por metro eu num calculo. Mas por idade, no momento de 3, 4 anos já é uma capoeira.
- (LCM) *E antes disso?*
- Antes disso a gente conhece como soca.

De acordo com Marília, a área recém abandonada é conhecida por *soca*. Entretanto, de acordo com outras informações locais, acreditamos que a denominação *soca* seja referência apenas ao período entre o abandono e o início do processo de recolonização por plantas, sendo utilizada inclusive para nomear a palha que sobra na área de cultivo após a colheita, como “a soca do feijão” (Figura 8) ou “a soca do milho”. Em seguida, no início do desenvolvimento da vegetação, correspondente aos primeiros seis meses após o abandono da área, ocorre o crescimento da *tiguerá*. Aparentemente composta apenas por capim, a *tiguerá* chega a atingir no máximo dois metros de altura, e ainda pode ser manejada com a enxada.

Saulo, 49 anos

- Depois que larga a terra, começa a *tiguerá*, que tem 2 metros pra baixo. A *tiguerá* pra nós é quando nós conseguimos carpir ela na enxada, né?
- (LCM): *Pra ela chegar a 2 metros, quanto tempo leva?*
- 5, 6 meses.

Hamilton, 54 anos

- A *tiguerá* é de 6 meses pra trás, de 6 meses pra frente ela já vira *capoeirinha* de novo.

A partir de então, surge a *capoeira baixa*, *capoeira fina* ou *capoeirinha*. Esta chega a atingir cerca de seis metros de altura, ao completar três anos após o abandono. Acreditamos que este é o momento no qual as plantas passam a exibir porte arbóreo. A *capoeirinha* constitui um tipo de vegetação na qual o manejo com foice é o mais apropriado.

Leandro, 41 anos

– A capoeirinha com 3 anos no máximo ela já tá igual essa aqui. Capoeirinha a gente chama quando vai roçar uma árvore dessa aí e leva tudo na foice. Agora quando é capoeirão, aí já tem que usar outro tipo de ferramenta.

Nivaldo, 60 anos

– (LCM): Se tem árvore num é mais tiguera?
– Não, já é capoeirinha.
– (LCM): A tiguera vai até que altura, mais ou menos?
– É durante o sumiço daquelas plantação que a gente deixa, das palha sabe. Que as vezes a palha do milho fica ali, um ano ele já perde, já acaba no chão.

Em seguida, a vegetação em desenvolvimento é conhecida por *capoeira* ou *capoeira média*, que então é seguida pelo *capoeirão*, ou *capoeirão velho*. Não há muito acordo sobre altura e idade destas fases de sucessão florestal, mas poderíamos afirmar que a capoeira média atinge 15 anos, pois a partir de 15 anos a área já é considerada capoeirão. Aparentemente, com 10 anos em sucessão, o dossel da capoeira já atinge 30 metros de altura.

Mateus, 52 anos

– (LCM) E a capoeira vai até quando?
– até 8, 9 anos, e vai virando capoeira média, que vai até 10, 12, 15 anos. Aí se ninguém roçar, vira capoeirão.

Leandro, 41 anos

– Porque ela passou de 4, 5 anos a árvore vai sendo maior, aí chama capoeirão, a partir duns 5. A árvore com 7, 8 anos, ela já vai tá bem mais grossa, mais ou menos com uns 10 cm ou 20 de espessura, e chega até 30 metros ou mais, depende da árvore. Ela pega 30, 40 metros de altura.

(LCM) – Fica capoeirão até que idade?

– Até a idade de 15 anos, aí depois vai se tratando que num é mais capoeirão, a espessura tá com 40 cm, 50 cm, aí já é mata virgem, porque já ficou um bom tempo restaurada. (...) É uma coisa que a capoeira no caso, considerada como mata virgem, ela tem que atingir essa faixa, pra lá de 30 anos.

Após atingir os 30 metros, muitos dos informantes consideram que a capoeira já está se transformando em *mata virgem*. Mas consideramos pertinente incluir a classificação trazida por Hamilton que, com maior detalhamento, inclui a categoria *mato grosso* antes de a capoeira atingir a mata virgem.

Hamilton, 54 anos

– (LCM): Essa mata de 50 anos, a gente pode chamar de mato grosso?

– Não, de capoeirão. Mato grosso vem depois de capoeirão. Pra ser mato grosso tem que ser 60, 70 anos. Depois se largar dele mais uns 15, 20 anos, ele já vai ser quase o mato virgem. Vem primeiro a capoeirinha, depois a capoeira de meias posição, depois vai pro capoeirão.

Para Hamilton, o capoeirão chega aos 50 anos, e o mato grosso atinge os 80 anos do processo de sucessão florestal. Assim, o que chamam de mata virgem se iniciaria a partir dos 80 anos. Como já comentado anteriormente, notamos que é consenso local que a categoria mata virgem se refere a áreas nunca derrubadas. Entretanto, todos utilizam essa descrição para denominar uma capoeira muito antiga, por ela se assemelhar a áreas não derrubadas, em composição e estrutura. Podemos sugerir alguns motivos pelos quais existe tal denominação para matas de capoeira mais antigas. Por um lado, a descrição da lógica de uso da paisagem agrícola no passado (que dependia do sistema de ocupação local e do conhecimento da variedade de características ecológicas da paisagem local), demonstrou que a maioria das unidades agrícolas era submetida a um período de pousio não muito extenso. Assim, as capoeiras mais antigas poderiam não fazer parte das áreas de maior vivência social. Isto também pode ser demonstrado pelo fato de não haver classificação local muito específica para fases mais avançadas. Por outro lado, sabemos que ao longo do processo de sucessão, a variação de diversos parâmetros ecológicos é muito mais rápida no início, e que o processo que ocorre na clareira aos poucos recupera as características de florestas não derrubadas. A classificação local pode refletir a percepção deste processo. Ainda assim, acreditamos que quando os informantes eram questionados a respeito da idade das unidades paisagísticas amostradas nas trilhas, e qualificavam uma área como mata virgem, como as áreas mencionadas na análise espacial, estavam denominando uma área que confiavam não ter sido roçada.

Por fim, pudemos notar que o reconhecimento das idades de capoeira se dá pela análise da espessura dos troncos e da altura das árvores, mas principalmente pela memória da utilização e abandono de cada área: os informantes lembram quando as áreas foram submetidas ao cultivo. Além disso, cada fase de

desenvolvimento da vegetação requer um tipo diferente de ferramenta adequada ao seu manejo, o que também é utilizado no seu reconhecimento. Existe também uma percepção local clara de que ao longo da sucessão, ocorre a colonização da área por diferentes espécies de plantas, como mostra a fala de Hamilton a seguir. Entretanto, não aprofundamos a pesquisa de campo neste aspecto, mas acreditamos que algumas espécies de plantas podem ser utilizadas como indicadores das fases de sucessão.

Hamilton, 54 anos

– Quando a capoeira tá de dois anos, tem uns tipos de madeira, 4 tem outros, quando chega pra 10 anos, ela já ta feito capoeira mesmo. Quando ela pega de 30, 40 anos ela já vai por capoeirão, que já vai pegando madeira nesse estado aí nem a guia já ta por liberdade de cortar.

Nivaldo, 60 anos

– Num lugar que a o mato tá muito tempo que num foi roçado mais, as vezes a madeira já diminui pra madeira vir uma debaixo da outra. Quando ela é uma capoeira de 20 anos, ela tem muita árvore. E quando ela vai ficando bem velha, essas árvores vai acabando. Algumas morre nova, pequeninha pra dar lugar pra essa outra que vem.

De fato, existe um sistema de classificação local, mas os critérios e denominações compartilhadas não parecem ser bem definidos. Assim sendo, tentamos reproduzir este sistema de forma a integrar as diferentes informações obtidas. A Figura 14 a seguir demonstra a interpretação realizada de tal sistema de classificação.

Figura 14 – Interpretação do sistema de classificação das diversas fases de desenvolvimento das matas de capoeira.

TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA LOCAL

Nesta seção serão descritas as mudanças apontadas pelos moradores de São Pedro na atividade agrícola e em seu modo de vida como um todo. O roteiro de perguntas utilizados nas entrevistas de História de Vida (Apêndice 1) questiona diretamente sobre alguns acontecimentos históricos na região, a respeito dos quais já tínhamos conhecimento – a partir de bibliografia e de informações locais – e as mudanças consequentes.

Depois de descrever diversos aspectos sobre a atividade agrícola e a ocupação do território, os informantes foram estimulados a lembrar de mudanças em suas vidas, como casamento, épocas em que moraram fora da comunidade, dentre outros. A partir de então, foram levantados os eventos históricos que mais afetaram o bairro. Primeiramente, os informantes foram questionados a respeito do surgimento das estradas regionais: a pista estadual local (SP165) e a estrada de acesso ao bairro, a partir da mesma pista, depois da travessia de balsa (Figura 4).

Saulo, 48 anos

(LCM) – *E a estrada que vem da balsa até aqui?*

– Essa aí eu lembro quando foi aberta, mas não sei que ano foi. Mais ou menos eu tinha uns, eu tinha dezenove anos, por aí.

(LCM) – *E você acha que mudou alguma coisa depois que construiu essa estrada?*

– É mudou várias coisas, mudou muito. Mexeu quase em tudo a estrutura nossa aqui, mexeu. Estrutura de roça, estrutura de desenvolvimento da comunidade, da comunicação das pessoas com outro, com as pessoas lá fora. Que nós não tinha telefone (...), antes de vim à estrada nós tinha que ir estudar noutra escola, que não tinha escola, uma escola assim como essa aqui, que essa escola aí é antes de abrir a estrada. E daí foi construindo essa escola aí, que foi construído tudo bloco carregado nas costas. Daí depois veio à estrada, aí já veio professores, já veio carro, que não vinha aqui, é foi uma novidade boa pra todo mundo. Ai depois já veio a luz.

De acordo com os depoimentos, existiu um intervalo de tempo entre a abertura da pista estadual e da estrada de acesso ao bairro, entre as décadas de 1960 e 1970. Como contou o senhor Saulo, esta última foi aberta depois da construção da escola. Provavelmente, a abertura da pista estadual foi o momento em que o contato dos moradores de São Pedro com a sociedade envolvente se

intensificou, pois esta aumentou a acessibilidade aos centros urbanos e aos bairros a partir dos mesmos, bem como atraiu um contingente de pessoas de fora para a região.

A demanda pelo palmito juçara (*Euterpe edulis* Martius) se intensificou também na década de 50 (Figura 15). Alguns informantes declaram que o corte de palmito era uma opção extremamente tentadora: enquanto o trabalho poderia não ser suficiente para o sustento da família, a grande valorização do palmito e sua abundância e larga distribuição na floresta local compensavam o esforço investido, trazendo bons retornos financeiros relativos.

Figura 15 – Indivíduo de Palmito Jussara (*Euterpe edulis* Martius).

Roberto, 71 anos

– O palmito chegou a estar por mais ou menos uns, uns sessenta anos que o palmito chegou o corte de palmito aqui. Tiremos palmito, muitos palmitos, não tinha problema, não tinha assim impedimento de florestal, nada. Então depois que então começou, parece que desconfiaram lá que o povo tava, que tem algum que tava criando grandes recursos com o palmito, com a natureza. Então ele começaram a colocar o florestal assim pra cá, pra tá impedindo o povo.

Paralelamente, o governo do estado de São Paulo passou a levantar esforços para o conhecimento, registro e demarcação das terras devolutas, no período desde a década de 1950 até a de 1970. Na região do Vale do Ribeira, isso ocorreu com a ação do órgão estadual chamado SUDELPA (Superintendência do desenvolvimento do Litoral Paulista), extinto em 1987 (informação obtida através de comunicação pessoal, fornecida pelo ITESP em julho de 2009). Como resultado, as áreas dos quilombolas passaram a ter

delimitação formal, e alguns obtiveram títulos de posse, o que foi comentado diversas vezes ao longo das trilhas. Isso pode ter acarretado na introdução de processos de compra e venda de propriedades no bairro, que passaram a ser praticados com pessoas de fora e mesmo entre os próprios moradores locais.

Carlos, 47 anos

– É que em 1970 o governo estabeleceu área pras pessoas, e aonde cada posseiro, que foi criado o termo “posse”, né, que cada pessoa que morava tinha direito a uma posse de dez alqueire. E aí, como era uma área muito grande, que o pai da minha mãe, o meu avô, morava tudo pra cá, e meu pai ficou com uma área ali mais pra cima, e aí a gente começou a morar e eu comecei a estudar aqui na vilinha aqui na época.

Segundo os informantes, a abertura das estradas trouxe diversas consequências para o bairro. Entre os benefícios mencionados estão: a acessibilidade ao sistema de saúde e aos centros urbanos. Mas, junto com isso, passou a ocorrer a entrada de pessoas de fora, com interesse em explorar os recursos naturais da região, passando a ocupar e explorar o território através do uso da violência. Com isso surgiu o fenômeno da grilagem, retratada nas falas seguintes.

Carlos, 47 anos

– A história da grilagem prejudicou muito o nosso meio. Quando falam que mudou muito esse atrativo de roça que a gente tinha pra se manter aqui, e que ajudou a nós a se desmoralizar um pouco, a perder a vontade, a perder o modo de trabalhar, perder tudo, isso foi tudo junto...

(LCM) – Mas quando apareceu a história da grilagem?

– A história da grilagem apareceu em 1980. De 1978 pra cá apareceu a história da grilagem.

(LCM) – E tem alguma história que você lembre, alguma história do que aconteceu que o senhor gostaria de contar?

– Tem, porque eu, assim, em 1980, em 1978, 1979, 1980 eu acompanhei várias coisa sobre a grilagem, porque eu já estava bem grande, e eu já estava bem de maior e eu já acompanhava muita coisa aí. E a grilagem foi uma das pouca coisa que eu sei que... Não lembro se foi em 1980, 1979, que uma mulher comprou uma área de terra pro Tibúrcio, uma pessoa que morava ali vendeu uma área de terra. Vendeu na base de uns dez alqueire de lote. E esse rapaz que comprou, comprou de mais algumas pessoa, na base de uns vinte, trinta alqueire de três ou quatro pessoas. E aí começou, nessa fase o rio dividia o município, dividia de Iporanga a Eldorado, e ele comprou o lado de Iporanga. E no lugar que ele comprou morava uns quatro, cinco casal de pessoa, e ali nas compra ele começou a aumentar as grilagem. Então ele começou com uma briga muito grande de nada. Porque ele comprou de algumas pessoa e começou a tocar muito serviço, como bananal, pecuária, roçava muito mato ali. E aí... Eu já trabalhei pro grileiro, na época. Eu, o meu pai... Quase todo mundo aqui! Mas quando a gente percebeu que estava aumentando as briguinha por

causa da área, só briguinha, então a gente começou a cortar, porque eu já trabalhei de carvão, já trabalhei com bananal, trabalhei plantando, roçando, quer dizer um monte de coisa.

(LCM) – Com o grileiro?

– Com o grileiro. Mas sempre com a expectativa de estar sempre melhor no lugar. Não imaginava o que estava acontecendo. E na época tinha um homem, que era o Carlos da Silva, que morava aí no Eldorado e veio embora pra cá. Quando ouviu que estava mudando o negócio da grilagem, o no Brasil o forte era a grilagem, que era forte nessa época, e aí o Carlos da Silva veio embora, ele com o pai dele. Aí vieram embora, e essa foi uma das coisa que veio a acontecer pior, e aí começou a acontecer muita briga, muita briga. Ele começou a colocar muitos funcionários aí... Muito cangaceiro, né não sei se é esse o modo de falar, muita briga, brigando com um, brigando com outro daqui, e aí começou a criar muito clima muito forte, muito. E aí é que começou a criar ameaça de morte, querendo matar o pessoal daqui, alguns, e foi até que um dia aconteceu dele mandar matar o Carlos da Silva.

(LCM) – E você lembra quando foi isso?

– Lembro. Foi dia 03 de julho de 1983.

A grilagem de terras é um fenômeno secular no Brasil, descrito como o processo de apropriação de terras alheias mediante falsificação escrituras de propriedade (Fernandes *et al.*, 2003). No caso do Vale do Ribeira, algumas pessoas de fora chegaram à região na década de 1970, com interesse de estabelecer fazendas, basicamente para a produção de gado. Estas pessoas compraram algumas áreas por baixos custos, de acordo com os informantes, se aproveitando da ignorância local. Aos poucos, os terceiros foram expandindo as fazendas, expulsando os moradores locais de forma violenta. A resistência local gerou conflitos com os fazendeiros, culminou em dois assassinatos no ano de 1980. Constatamos, a partir dos relatos, que os resultados da grilagem no bairro de São Pedro, além dos assassinatos e da expulsão de muitos de suas casas (que foram queimadas em alguns casos), os fazendeiros desmataram grandes áreas para criação de pastagens.

Adélia, 61 anos

(Antes ela estava contando a história do Grileiro) – Pra ele não passar a divisa, que nós sabia onde era a divisa, sabemo até hoje onde até hoje onde é que é a divisa dele, foi juntado um grupo de pessoas e foi formado a associação. Aí através da associação foi formado um grupo de pessoas pra tá fazendo uma roça, uma divisa, pra baixo da divisa da onde ele dizia que era dele, pra que ele num tivesse aquela força de passar pra cá, e foi assim que foi até hoje nós conseguimos. Ele num passa, num faz nada pra cá, pressa área pra cá. (...)

(LCM) – Quando aqui foi titulado?

– foi nessa época de Mario Covas pra cá. (...) Quando nós fomos em São Paulo, receber o título da terra, aí foi eu que era parte da diretoria da associação, meu tio, e um grupo de pessoas mais que era representante lá e fomos lá pra receber o título da terra. – Mas o esforço pro título foi por causa dele? – Foi por causa dele, porque a gente tava com os títulos na mão e ele não tinha força de tá vindo pra dizer que tudo era dele. Mas na época foi muito sofrido, aquela época nós sofremos demais, demais, por causa dele.

Marília, 41 anos

(Marília falava sobre a sogra) – ela sempre morou ali naquele lugar

(LCM) – Mas a casa era aonde quando tinha a capuova na sede da fazenda?

– Era lá, mas num tinha esse terreno aqui. Lá nós morava na fazenda, a capuova era noutro lugar já.

(LCM) – E aquela casa o terreno era de quem?

– Ela morou há muito tempo lá, só que ela vendeu essa área pro fazendeiro que chamava Aurélio. Aí ele pagou o direito dela aí veio o Amadeu. Isso tá com uns 20 anos. Então nós compramos a área dum senhor que era dono só do local que ele vendeu pra nós, aí a capuovina já é abertura nossa mesmo de antigo.

Como disse dona Adélia, o conflito com os grileiros foi estratégico para desencadear a organização local para adquirir o título da terra. A organização do grupo foi auxiliada pela articulação com alguns setores da sociedade, dentre os informantes citaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT – Igreja Católica), partidos e sindicatos (Partido dos Trabalhadores – PT e Central Única dos Trabalhadores – CUT, como disseram), que levaram aos moradores locais a idéia de que o bairro fosse um remanescente de quilombo. Com o trabalho de advogados e estudos técnicos para comprovar a descendência dos escravos, a associação de moradores do quilombo de São Pedro foi criada, em 1980. A partir disso, o grupo começou a dialogar com o governo do Estado de São Paulo, e por fim conquistou o título de terra do território do quilombo de São Pedro, na década de 1990.

Roberto, 70 anos

– A história foi o seguinte, a titulação de terra foi, foi às igrejas começaram a tomar providência e elevar o povo pra reunião, e correr atrás de outros homem que invadem assim, pessoas já que fazem à parte pra ajudar a tomar providência. E começaram a trazer a pessoas pra trabalhar na organização, então dali eles foram correndo atrás até que eles conseguiram. Aí foi indo que eles criaram a lei dos remanescentes de quilombo. Que eles descobriram que, naquele tempo não tinha, nós não conheciamos os remanescentes de quilombo, nós não sabíamos que existia esse tipo de, das pessoas que eram do tempo da escravidão por remanescente de quilombos. Então como eu ia na reunião, eles perguntavam assim, faziam entrevista assim que nem a senhora tá fazendo, pra saber as

suas origens, qual é a suas origens. De que, da onde que o senhor, de que descendência vocês foram, começou as suas famílias? Ah eu não sei, nossa família foi gerado escravo, nós somo, de nossa história é tudo escravo. Então nós já existia, pessoas que já tavam correndo naquele tempo, dos escravos, e se atiçavam no sertão assim. Lá eles faziam uma propriedadezinha e lá eles ficavam lá, naquele tempo não tinha aquele negócio de o avião ta descobrindo os morador por cima. Não tinha, nem caminho, muitas vezes ele não tinha um caminho. Às vezes eles andavam assim, tinha um caminho na beira do rio lá, e lá ninguém achava. Eles chegavam lá, às vezes tinham encontrado lá, descobriam uma pessoa pra levar a mercadoria deles pra Eldorado, pra Registro, pra Iguape, mas o povo não sabia nem que morava com as pessoas.

Como pudemos perceber, o vínculo com a escravidão no passado do Vale do Ribeira é presente nas comunidades, evidenciado pela história de origem do bairro. Os informantes ouviam a história contada pelos antigos moradores de que o território São Pedro foi desbravado por um ex-escravo (Bernardo Furquim), que gerou muitos descendentes, dando origem ao bairro (Santos & Tatto, 2008). Além disso, laudos antropológicos realizados na região na década de 1990 pelo ITESP confirmam este vínculo com a atividade escravista no passado (Andrade *et al.*, 2000). No entanto, a assimilação da identidade quilombola parece ter sido estimulada pela articulação política citada, por ser esta uma possível estratégia de luta pela posse da terra ⁶.

Carlos, 47 anos

(LCM) – *E você tinha conhecimento da palavra titulação antes dessa história de quilombo?*

– Não. A gente ficou sabendo dessa história de quilombo quando um homem veio fazer uma visita aqui chamado Guilherme, e ele veio fazer uns curso com nós, e começou a contar essa história de quilombo, de pessoas mais velha que existia na época, e depois começou a mostrar pras pessoas. Mas, depois, as pessoas, as irmã, vieram fazer um curso com nós, vários dias, assim, várias noite e dizer que era quilombo, do porquê, de como existia. E muitas pessoas foram pela terra, no caso, pelo direito da gente, e a gente foi aceitando as idéia e viu que não era, assim, uma coisa ruim pra nós, que a principal bandeira era essa. Que a gente tinha que sair daqui, e aí a gente viu a oportunidade de não ter de sair daqui, que de fato muitas pessoas tinham saído fora, e tinham a chance de poder voltar. E aí a gente começou a conhecer.

(LCM) – *E você sabe de onde esse homem era?*

– Eu sei que ele era baiano e era antropólogo, acho.

⁶ A questão da assimilação da identidade quilombola será mais profundamente discutida no Capítulo 4.

(LCM) – *Mas você já tinha ouvido algo de que aqui era de descendente de escravo?*

– Não, só depois é que a gente ficou sabendo dessa história de descendente de escravo.

Ao mesmo tempo, o período da grilagem gerou uma grande evasão de moradores do bairro, que parece ter deixado suas marcas até hoje. A venda e/ou expulsão das terras estimulou muitas famílias a mudarem para os centros urbanos, buscando novas alternativas de sobrevivência. Muitas destas famílias nunca voltaram a morar no bairro.

Clotilde, 44 anos

– Era grileiro essas pessoa precisavam de mais terra, e aí foi pondo gente pra ir tomando conta. E aí é que o pessoal daqui começou com o quilombo, pra que as pessoa daqui que quisessem vender não tivessem pra quem comprar. E foi aqui que começou a titular, porque senão a gente nem estava mais aqui. Tinha alguns que tinha os seus, mas cada um é que defendia os seus. Mas a gente via aí, que muitos que saíram e foram embora.

(LCM) – *Mas foram embora por quê?*

– Esses que eram de fazenda expulsaram, mas quem morava em Ivaporunduva eles saíram. Porque a pessoa que morava ali já vendia pra os fazendeiro. Eles anulavam um pouco essa área. E aí eles acabam trocando muito entre eles essas área, e aí acabavam vendendo a área deles.

A partir da titulação e demarcação das fronteiras do remanescente de quilombo de São Pedro, o território tornou-se legalmente coletivo. Como mostraram os informantes, isto interferiu na regra de acesso aos recursos locais. Alguns como o senhor Roberto, abaixo, dizem que não há mais necessidade alguma de pedir licença para roçar uma área de capoeira de outra pessoa, mas outros dizem que esta pode ser uma boa conduta, que evita conflitos locais.

Roberto, 71 anos

(LCM, em visita à área que foi da família dele) – *E se alguém quisesse plantar aqui?*

– É da família se quisesse plantar pode plantar. Da comunidade, qualquer um da comunidade pode plantar.

(LCM) – *Mas tem que pedir permissão pro senhor?*

– Não precisa, pode vir direto. É só falar, olha eu vou fazer uma roça naquela capoeira do mato limpo lá. Aí a pessoa quiser cortar.

(LCM) – *Mas aí tem que falar com o senhor?*

– Num precisa falar, pode até falar assim pra contar que vai fazer uma roça, vai dizer que a pessoa vai fazer assim de propósito, vai decidir se a gente dá liberdade pra ele, num precisa disso. Porque a terra já pertence ao quilombo, se ele volta num tem nem a liberdade do outro. Então aquelas leis de primeiro que nós tinha assim, em seguimento de um num

trabalhar na área de outro sem falar com ele acabou. Eles fazem assim uma requisição lá perto da vila, numa areazinha que a pessoa já era posse o lugar que trabalhava assim, plantava alguma coisa, então, eles faziam requisição pra modo de eles tirar um lugarzinho pra plantar um pomarzinho, plantar arroz, milho essas coisas assim.

Quando os informantes mencionavam os locais, dentro dos limites do bairro, nos quais construíram habitações, outro aspecto da ocupação foi ressaltado. A aparição da escola, nos anos de 1970, parece ter sido determinante na reorganização da ocupação do território.

Vera, 55 anos

– E antes nós morava lá na vargem, acho que lá nos ficamos morando acho quem uns vinte, uns vinte oito anos mais ou menos.

(LCM) – *Direto lá? E vocês vieram pra cá por quê?*

– Nós viemos pra cá morar aqui na vilinha por causa das crianças, pra estudar, porque lá não tinha condição, porque lá não dá porque eles não guentavam vir, eles começaram de lá andando assim à escola e eles cansaram muito.

A partir da construção da escola, as famílias passaram a se concentrar na vila de moradores, de forma a facilitar o acesso dos filhos à educação. Alguns atribuem também a acessibilidade aos centros de saúde como fator que impulsionou a mudança para a vila. Desta forma, houve uma reconfiguração espacial dentro do bairro de São Pedro.

A legislação ambiental foi bastante citada pelos informantes, de forma espontânea em diversos momentos da entrevista, como um importante fator de restrição de uso dos recursos e principalmente da atividade agrícola. Aparentemente, tais leis são empregadas no bairro desde a abertura da estrada local (anos 70), restringindo o corte de palmito, a caça e o desmatamento para a coivara.

Nélio, 73 anos

– Essa história tá complicada, bastante grilo, não sei como eles querem, eles não querem que as pessoas derrubem mato para sobreviver e querem fazer barragem para matar os bichos. Porque aí a água vem subindo, o que tiver na beira do rio vai tudo para o mato. Não querem dá no modo deles, o voto deles não era para dar nem guia para o pessoal fazer desmatamento. Foi feito porque foi pegado o papel da terra lá, então eles fizeram no DPRN uma coisa para sempre... Mas tem que demarcar, dizer lá onde é que é para roçar, lugar de alto não é para roçar, beira d'água não é para roçar. Eles que vem demarcar. Se é terra bom, se é terra ruim, os caras vêm demarcar. Demarca num lugar que a pessoa não é

competente. Eu sei que é ruim o meio ambiente, eles querem criar, além da gente trabalhar e manter os bichos com a água. Tocar a barragem deles, eles podiam também ser contra a barragem.(...) Agora o meio ambiente está, acho que faz uns 25 para cá. Foi depois que fez essa estrada aqui. Agora lembrei, foi depois que essa área e aí chegou aqui, mais ou menos uma base de 15 anos para cá que eu vi uns caminhão ali com 40 burro, para dizer que veio de fora. Aí eles descarregaram esses burro aí e diz que iam acampar com barraca, armando em tudo lugar. E aí tinha planta por aí tudo separado para a gente trabalhar. Eles ficaram duas semanas aí, quando foi de uma quantidade os burros chegaram do mato, soltavam os burros, raparam tudo a planta que tinha.

Por fim, a ameaça da construção da Barragem do Tijuco Alto parece ser temida por todos da comunidade. A reação quando se pergunta sobre a barragem é bastante padronizada, apesar de muitos não compreenderem exatamente o processo em andamento. A postura local é bem expressa na fala de Eurídice a seguir.

Eurídice, 39 anos

– Nossa, muito sufocante, sofrido... O pessoal aqui tem sofrido uma pressão muito triste porque apesar de... A gente já ser um povo sofrido por ser quilombola, ser excluído de várias coisas, porque às vezes você chega nos locais só porque você fala que é do quilombo, tem pessoa que até hoje ainda olha atravessado na gente. Ainda com mais essa pressão de barragem que, no caso o governo dá autoridade pra gente trabalhar, fazer uma coisa, fazer outra, mas só que tem esse negócio da barragem que é chato sabe? A gente vive muito assim assustado. Medo de uma hora ou outra virem tampar tudo onde a gente vive, de água. Se fizerem essa barragem vai vim.

(LCM) – Mas desde quando tem essa história?

– Bem velinha essa história. Eu mesmo venho participando agora, de 97 pra cá, 98, tipo assim, porque, antes eu tinha as criança pequena eu nem me envolvia muita nessas coisas. (...) Você vai lá hoje, conversa um pouco, (...) já fica em silencio, quando chega amanhã (...) “ah, vão fazer a barragem de novo”, aí volta tudo à estaca zero. Alguns de nossos jovens até hoje não se sentem animados por causa desse tipo de coisa, que eles falam assim, tem alguns que falam: “o pessoal luta, luta pra não acontecer essa barragem e ela nunca acaba!”.

Análise espacial da transformação da paisagem

Como explicado na metodologia, os pontos demarcados com GPS, durante as trilhas de visita às antigas capuovas, foram sobrepostos a mosaicos de fotos aéreas dos anos de 1962 e de 2000. As fotos aéreas auxiliaram na construção dos polígonos, mas as informações foram obtidas essencialmente a partir dos informantes, ao longo das trilhas monitoradas. Portanto, conseguimos classificar apenas as áreas sobre as quais obtivemos

informações suficientes para conhecer sua situação na década de 1960 e no ano de 2000, já que os mosaicos são as referências para a realização da análise. Este não foi o caso de todas as áreas visitadas, mas da grande maioria. Em alguns momentos, os informantes não tinham conhecimento suficiente do histórico das unidades visitadas, e muitas vezes o aparelho não obtinha sinal de satélite para realizarmos a marcação, por estarmos em área de mata muito fechada, por ser um dia nublado ou por percorrermos uma feição de morro que não viabilizasse a sinalização de satélites em dado momento. Por fim, conseguimos realizar análises sobre 15 áreas distintas, entre mosaicos complexos ou apenas unidades de cultivo isoladas, que correspondem ao todo a 151,73 hectares. Esta área representa, por sua vez, 12,32% da área que foi historicamente manejada (segundo Santos & Tatto, 2008, a área manejada ocupa apenas 26,26% do território titulado, com 1.231,14 hectares).

Consideramos esta análise como exploratória, pois além de ser um território não muito representativo para o total utilizado na comunidade, as classificações das áreas foram baseadas nas informações fornecidas apenas em campo ao longo das trilhas, sem a conferência dos informantes sobre as fotos aéreas. No entanto, acreditamos ser possível que esta análise evidencie alguns padrões de mudança. A Tabela 5, abaixo, mostra a transformação de cada classe neste intervalo de 38 anos, nas áreas agrícolas visitadas.

Tabela 5 – Resultados da análise de paisagem. Transformação das diferentes classes em intervalo de 38 anos.

Classe	1962 (%)	2000 (%)
I (0 a 4 anos)	27,13	4,86
II (5 a 15 anos)	7,54	21,14
III (16 a 45 anos)	1,46	15,33
IV (46 a 150 anos)	0,00	7,60
Coivara	4,74	2,16
Mata virgem	57,46	37,84
Terreiro	1,67	0,00
Pasto	0,00	11,07
TOTAL	100	100

Os dados apresentados mostram que muitas mudanças ocorreram nas áreas analisadas. As áreas de pastagem, anteriormente inexistentes, passaram a representar mais de 10% das áreas visitadas. O fato de não existir área para pastagem na década de 1960 corrobora com o que foi dito pelos informantes, de que as áreas de pastagem surgiram apenas após a chegada dos grileiros, a partir da década de 1970. Ao mesmo tempo, as áreas em cultivo na paisagem mais recente representam a metade da sua cobertura em 1962, o que pode ser explicado pela maior ênfase nas atividades comerciais e também pode ser interpretado como um indicador da diminuição da atividade agrícola na comunidade. Houve também uma redução importante das áreas consideradas de mata virgem e áreas de terreiro não foram encontradas no ano de 2000. A diminuição de áreas de mata virgem demonstra que houve abertura de clareiras neste período de 38 anos, que em parte pode ter sido realizado para pastagens, mas não explicaria a redução de 20% da área total, já que esta última aumentou em pouco mais de 10%. Portanto, provavelmente ocorreu atividade agrícola nestas áreas no dado intervalo. Quanto às matas de capoeira, as áreas em pousio recente diminuíram muito, mas as capoeiras mais velhas aumentaram, como

podemos ver na classe II, III e IV. Esta última classe sequer foi encontrada nas áreas analisadas na década de 1960. A redução da classe I indica não ter ocorrido atividade agrícola recente nas áreas analisadas, assim como o aumento das classes com idade mais avançada indica que as capoeiras não estão sendo mais derrubadas para qualquer atividade.

O PRESENTE (A PARTIR DO ANO DE 2000, APROXIMADAMENTE)

Os comerciantes locais, que abasteciam os bairros, deram lugar ao crescente número de bares e pequenas vendas nas vilas e aos mercados urbanos, atualmente de fácil acesso. Grande parte dos itens alimentares hoje é adquirida através de compra, sendo esta uma tendência crescente, observada ao longo dos anos desta pesquisa. Além disso, a possibilidade de obtenção de produtos importados e/ou industrializados, desde eletrodomésticos até materiais de construção, contribui para o aumento gradual da importância do mercado. Como consequência, percebemos o aumento de áreas de produção agrícola voltadas para o mercado, em detrimento das áreas destinadas à subsistência local (Figura 16) (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). De acordo com o levantamento censitário supracitado, São Pedro está entre as comunidades que dependem mais da atividade extrativista para a renda familiar, ainda altamente lucrativa para os quilombolas, apesar dos riscos constantes nela implicados, por ser antagônica à legislação ambiental.

Figura 16 – Áreas de cultivo comercial. Da esquerda para a direita: maracujá, banana e pupunha.

O mutirão se tornou atividade rara nas comunidades (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). O trabalho de diarista ocorre em poucas ocasiões e só mediante pagamento em dinheiro. Algumas tentativas de organização em grupo para o cultivo foram presenciadas em São Pedro, como estratégia alternativa. No entanto, estas são realizadas quase que exclusivamente para o cultivo comercial. Além disso, os padrões demográficos encontrados na pirâmide etária, gerada a partir dos dados do censo demográfico, apontam para um aumento da migração de jovens e adultos a partir das décadas de 1970 e 1980 (Figura 17). Tal evasão pode indicar a diminuição do capital social disponível ao trabalho agrícola.

Figura 17 – Distribuição etária das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, com redução significativa no contingente de jovens adultos (21-25 anos) e adultos (36-40) como assinalado pela seta amarela (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b).

O censo sócio-econômico realizado por Pedroso-Junior, Murrieta e colaboradores (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b) demonstrou que para as populações do Médio Ribeira a coivara ainda é o principal meio de subsistência, apesar de existirem fortes evidências da sua erosão em favor de

uma agricultura de caráter mais intensivo e comercial. De acordo com esses autores, o processo de intensificação é, para as populações quilombolas, caracterizado por uma série de transformações, dentre elas uma sensível queda da rotatividade das unidades da paisagem destinadas ao cultivo, ou seja, diminuição do tempo de pousio para no máximo seis anos, e aumento do período de cultivo em cada unidade (os bananais, por exemplo, podem ser permanentes) (Pedroso Junior *et al.*, 2008b). A perda de 52,1% das variedades agrícolas nas últimas cinco décadas (Pedroso-Junior, 2008, p. 153) é mais um indicador da menor ênfase na atividade de subsistência, que acarreta na diminuição gradativa da resiliência da população de São Pedro (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b; Vadez *et al.*, 2004). Os resultados da presente pesquisa corroboram tais colocações.

Pedroso-Junior *et al.*, (2008b) também apontam como um dos resultados da intensificação da agricultura a aproximação das unidades de cultivo às residências. Entretanto, a partir da reconstrução do cenário das atividades agrícolas no passado, pudemos notar que as áreas de produção agrícola estavam próximas às residências, com certa distância quando houvesse áreas de criação de animais, ou a casa poderia ser construída no local escolhido para a realização do plantio, como foi caracterizada a capuova anteriormente. A transformação ocorreu com a concentração das unidades domésticas na vila de moradores. As roças parecem ter acompanhado as residências, e estão sendo abertas em locais mais próximos à vila. A análise espacial exploratória permitiu a visualização desta transformação na paisagem, como na Figura 18. A comunidade possui escola primária, igreja, postos de saúde, bares e construções comunitárias que servem aos eventos sociais. Assim, o isolamento relativo que permeava a vida social das unidades domésticas foi se diluindo com o tempo em favor de interações cotidianas mais intensas com a nova configuração espacial dos bairros.

Figura 18 – Mosaicos de fotos aéreas da comunidade remanescente de quilombo de São Pedro, em 1962 e 2000, com destaque para as áreas de moradia. O círculo amarelo indica a redução da área de moradia na comunidade, ao longo do tempo.

Poucos agricultores ainda possuem capuova (ver Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). Dos oito informantes que conduziram as visitas às antigas áreas agrícolas, apenas um permanecia cultivando a área. Mesmo entre os que ainda praticam a coivara, é raro o uso de áreas que “sejam afastadas da vila o suficiente para demandar a construção de paiol para pernoite e armazenamento da produção” (Pedroso Junior, 2008, p. 81). Para este autor, a capuova, que foi palco para a reprodução da vida cotidiana da família, hoje se limita à designação de áreas específicas de atividade agrícola.

Além das características levantadas, é importante lembrar que as transformações do cenário passado foram apontadas muitas vezes pelos informantes nas entrevistas, inclusive de forma espontânea (algumas delas inclusive citadas neste texto). Em muitas ocasiões, os informantes refletiam sobre como a atividade de roça diminuiu e como os moradores passaram a apreciar e depender de produtos alimentares oriundos de comercialização. A auto-suficiência da produção de alimento com base na atividade agrícola, referida anteriormente, parece não mais existir.

Outro aspecto frequentemente levantado foi o desinteresse das gerações mais novas pelas atividades agrícolas:

Nivaldo, 62 anos

– Quando eu era criança, quando eu num ía pra roça, eu ficava cuidando da casa. Hoje criança dorme até 10, 11 horas, mas nós num dormia. O pai saía pra roça, às vezes tinha que ficar, cortar lenha, isso a gente aprendeu muito, fazer o pão que já ficava feito de madrugada quando eles levantavam, a gente punha o feijão na panela, que hoje tem um monte que não sabe o que é por o feijão na panela. Nós desde idade de 8 anos que já sabia o que era fazer isso. (...) Mudou muito. Em termo de trabalho de trabalho manual, porque hoje criança num trabalha na roça, por causa da escola.

A possibilidade de formação dos jovens nos níveis de ensino fundamental e médio tem redirecionado o capital de trabalho para outras atividades que não a agrícola, pela impossibilidade de ajudarem os pais na roça e pela consequente perda de interesse dessas gerações.

No que se refere à extração de produtos florestais, a demanda em larga escala pela extração do palmito Jussara tem causado seu desaparecimento do entorno dos territórios quilombolas. Sendo esta uma das espécies considerada como chave para a sobrevivência de diversas populações de animais na Mata Atlântica (Galetti et al. 1999), este parece ser outro fator que gerou grande alteração na dinâmica e estrutura da paisagem local.

As restrições às atividades fundamentais para a subsistência local, por um lado, e a proibição da extração do palmito, por outro, têm resultado em diversos conflitos entre os quilombolas e o governo, principalmente com a intensificação recente da fiscalização. A legislação ambiental atual (Decreto Federal 6.660/2008) permite a abertura de roças de até dois hectares por família por ano, apenas em florestas em estágio inicial de regeneração (até 10 anos, Art. 24), excluindo as beiras de cursos d'água e topos de morro (Stucchi, 2000; Pedroso-Junior, 2008). Ao considerar as características topográficas da região, pode-se perceber que, dessa forma, as restrições

legais limitaram significativamente o uso da paisagem. As áreas atuais de roça, por sua vez, ocorrem graças à existência de capoeiras de roças antigas (ver Apêndice 6) (Pedroso-Junior, 2008).

Com relação à paisagem atual, o diagnóstico socioambiental recentemente realizado pelo Instituto Socioambiental, a partir da interpretação de fotos aéreas por informantes locais⁷ (ver Santos & Tatto, 2008), a área destinada à coivara na comunidade de São Pedro atualmente corresponde a 0,08%, sendo que mais 0,17% são as áreas recém abandonadas, denominadas como soca, 12,67% estão em estágios mais avançados, denominadas localmente por tiguera, capoeirinha e capoeira, e 7,77% são as capoeiras mais antigas (conhecidas por capoeirão). A área de mata nunca derrubada ou cujo uso se perdeu na memória social local corresponde a 73,21% do território total. Quanto ao uso do solo para fins comerciais, o cultivo de banana ocupa 0,22% e o cultivo de pupunha e maracujá juntos ocupam 0,2%. Em outras palavras, a maior parte da área delimitada como remanescente de quilombo de São Pedro é ocupada por ambientes de floresta em diferentes estágios de sucessão, e a área destinada ao cultivo comercial é quatro vezes maior do que a destinada à coivara. As pastagens, por sua vez, ocupam 3,94% do território e, de acordo com os quilombolas foram originalmente criadas pelos grileiros que se apossaram de terras a

⁷ Informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade em 2007 pelo ISA (Instituto Socioambiental), posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (vôo PPMA/SMA de 2001/2002, escala média de 1:35.000) cedidas pelo Instituto Florestal - SP e no "Croqui de Uso e Ocupação da Comunidade de São Pedro" (Itesp, 1998).

partir dos anos de 1970. Atualmente, os grileiros negociam com o Estado⁸ sua saída do território em questão, graças à titulação do território. Entretanto, ainda não há dados suficientes para comparar tal zoneamento, que abrange todo o território da comunidade.

Por outro lado, estas mudanças vêm aumentando a importância das áreas do entorno das residências para o cultivo e manutenção de plantas (Figura 19) (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). A diminuição brusca da criação de animais no terreiro por causa da aproximação das residências permitiu que essas áreas fossem utilizadas para o cultivo de espécies mais vulneráveis como herbáceas e lianas, e também possibilitou a aproximação das unidades de roçado às residências.

Figura 19 – Áreas de jardins complexos do entorno das residências, na comunidade de São Pedro.

Além disso, observou-se o aumento de espécies cultivadas destinadas a ornamentação. Portanto, parece estar ocorrendo a complexificação biológica dessas áreas, com maior número de estratos vegetais, a manutenção de diversas categorias de uso das espécies vegetais e uma

⁸ De acordo com informações obtidas no Itesp, o INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) é o órgão federal responsável pelo pagamento de indenização aos terceiros que têm posses em áreas de quilombos.

tendência de aumento de espécies cultivadas nessas áreas (Figura 20) (Taqueda, 2009⁹, comunicação pessoal).

Figura 20 – Croquis de representação da transformação do espaço ao redor das residências. À esquerda, área de entorno da antiga casa de fora. À direita, jardim complexo com espaço de uso diversificado e categorias complexas de uso. (Modificado de Taqueda, 2009).

Pudemos perceber, portanto, que as transformações enfrentadas pelos quilombolas nas últimas décadas resultaram em um cenário bem diferente do levantado na primeira metade do século XX. No entanto, a contextualização histórica e as implicações dessas mudanças para a paisagem local serão discutidas no próximo capítulo.

⁹ TAQUEDA, CAROLINA DOS SANTOS. A Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel nos sistemas agrícolas tradicionais de populações quilombolas do Vale-do-Ribeira, São Paulo. Pesquisa de Mestrado realizada no Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo (USP), em finalização.

CAPÍTULO 4

Discussão dos resultados

O presente capítulo é composto pela discussão dos resultados do trabalho, apresentados no capítulo anterior. Esta discussão é construída a partir da contraposição entre os relatos quilombolas, a análise da paisagem e a literatura secundária disponível (artigos, teses e livros). Inicialmente, levantaremos os aspectos da atividade agrícola de coivara que interferiram na formação da paisagem local e de que forma atuaram, ao longo do histórico de interação entre a população de camponeses negros e a floresta atlântica. Em seguida, faremos uma reflexão sobre os processos históricos responsáveis pela transformação da atividade agrícola, através de uma contextualização histórica e da composição de uma narrativa cronológica dos eventos responsáveis pela erosão do sistema de coivara. Ao construirmos tal narrativa, pretendemos ressaltar os eventos locais mais importantes para a erosão do sistema agrícola de coivara e elucidar sobre os efeitos da erosão na formação e transformação da paisagem local. A partir de então, ao avaliarmos a paisagem do presente, pensaremos sobre a sua reconfiguração, e em como ela está se transformando para a perspectiva local. Por fim, na última parte deste capítulo, apresentaremos as conclusões da presente pesquisa.

Como dissemos anteriormente, a região do bairro de São Pedro foi ocupada pelos camponeses negros a partir do início do século XIX. Portanto, a formação do bairro ocorreu no período de ascensão da produção e exportação de arroz no Vale do Ribeira. Apesar de tal produção ter vivido uma retração no fim do século XIX, ela parece ter deixado marcas na base das relações econômicas das populações locais. Isso explicaria a importância da

roça de arroz no cenário construído nesse trabalho, das primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, podemos considerar que este cenário não mudou significativamente no decorrer do século anterior. Dessa forma, ao discorrer a respeito do papel da coivara na formação da floresta local antes desta atividade entrar em processo de erosão, provavelmente estaremos refletindo sobre estratégias de manejo dos recursos naturais exercidos sobre a paisagem ao longo de 150 anos.

PASSADO

A investigação da memória social e da percepção ambiental relacionada às práticas agrícolas revelou a relação fundamental e extremamente complexa entre os quilombolas e a paisagem florestal. Alguns elementos interessantes a respeito da lógica de uso do espaço emergiram ao longo dessa investigação. Em primeiro lugar, percebemos que mesmo com a subsistência marcada por certa autonomia, as relações econômicas com o mercado regional tiveram papel decisivo no manejo da paisagem local. As grandes clareiras abertas para a coivara eram destinadas à produção de arroz e milho, que serviam ao comércio e à manutenção da criação de animais. Ao mesmo tempo, percebemos que a abertura e manutenção de grandes áreas de roça só foram possíveis devido a disponibilidade de capital social e respectivas formas de organização do trabalho.

O estabelecimento do complexo que compõe a unidade doméstica era determinado por regras locais de divisão do território. Ao mesmo tempo, a conformação do mosaico das unidades domésticas, entre áreas em cultivo, áreas em pousio (florestas secundárias) e áreas de floresta com manejo menos intenso (mata virgem) era completamente articulada à atividade agrícola. Além disso, a escolha do local adequado para a realização de cada tipo de cultivo era determinada por indicadores locais da qualidade do solo

(características dos diversos micro-ambientes disponíveis na floresta). Em outras palavras, a lógica de ocupação da paisagem era composta por uma compreensão sobre a dinâmica ecológica local e um conjunto de normas sociais estabelecidas de controle de recursos naturais e uso de forças de trabalho familiares. A unidade doméstica foi a expressão material da agência humana na paisagem florestal.

A relação entre território e parentesco, aqui observada, é parte do cenário de constituição do campesinato no Brasil, no qual o acesso às posses é garantido pela via hereditária. A terra é um bem móvel, repostado pelo parentesco: a ocupação do território ocorre de forma itinerante e o direito de cultivo em dado local é transferido do pai para os filhos e genros (Scmitt et al., 2002; Paoliello, 2006b). Ao observar o sistema de ocupação no Vale do Ribeira, Paoliello (2006b) concluiu este se dá de forma cíclica: quando a terra herdada não é suficiente, ocorre uma re-fundação de áreas, que passam a constituir novos bairros, ocorrendo concomitantemente a reconstrução de laços sociais. Assim, “parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior” (Scmitt et al., 2002, p. 4).

Outros elementos que se destacaram na relação da coivara com a paisagem foram as espécies de plantas associadas a tipos de manejo no passado, e que se tornaram os principais marcadores de uso de cada local (áreas de roça e de capuova). Estes marcadores hoje trazem evidências da experiência espaço-temporal dos quilombolas, sendo percebidos como referenciais históricos da paisagem. Mais interessante do que isso, esses marcadores permanecem em uso coletivo, o que também implica em um manejo característico e constante de certos locais. Além disso, as plantas cultivadas e manejadas (frutíferas e utilitárias como jabuticaba, limão e

bambu) são assimiladas à floresta local, compondo a diversidade das matas de capoeira. Assim, a paisagem quilombola se insere no conceito de paisagem antropogênica da ecologia histórica, em que a distribuição e composição de espécies vegetais e a coexistência entre espécies de cultivares e não cultivares são indicações da presença humana (Rival, 1998; Denevan, 2001; Warner, 2001; Balée, 2006a).

A composição da unidade doméstica em áreas com diferentes finalidades, com estabelecimento mais ou menos estável ao longo do tempo, também contribuiu para proporcionar grande complexidade à paisagem local. Acreditamos que os diferentes tipos de uso geram transformações diversificadas na floresta, apesar de não termos dados capazes de avaliá-las. Por exemplo, o cultivo de café, por durar alguns anos, gerava um tipo de transformação no solo diferente daquela do cultivo de arroz, de alguns meses. Da mesma forma, uma área de cultivo causava mudanças no solo diferentes das que ocorriam em uma área de terreiro, onde o terreno era limpo e compactado pela presença de animais, ou de uma área constantemente destinada à produção de hortaliças. Além disso, tipos de manejo distintos deixam marcadores distintos na paisagem, como as cercas e frutíferas em áreas de terreiro, ou então cultivares (como o cará) e algumas frutíferas (principalmente bananeiras) em áreas de roça. Assim, a grande variedade de micro-ambientes originada a partir da agricultura, associada às diversas categorias de manejo exercidas em todas essas áreas, pode ter sido responsável por promover uma grande complexidade florestal.

Entretanto, de acordo com a memória local, a ocupação da área em questão parece ter ocorrido principalmente em uma parcela determinada do território, enquanto que a outra não foi utilizada para a abertura de clareiras, constituindo uma área homogênea de florestas maduras (Figura 9). Em parte, isto pode ser explicado pelo fato de não haver necessidade de abertura de

matas virgens para a coivara, aparentemente mais trabalhosas para a derrubada, pois capoeiras com cerca de dez anos de idade já eram suficientemente produtivas. Assim, roças do passado se tornavam possibilidades de uma roça no presente. Outro fator que pode explicar a escolha destes locais para o cultivo é a topografia. O relevo local é acidentado, mas a área ocupada, variando de 100 a 300 metros de altitude, é a mais baixa e menos acidentada do território, enquanto que as outras áreas podem apresentar até 900 m de altitude e maior declividade (IBGE, 1987).

NARRATIVA CRONOLÓGICA

Diminuição do isolamento

No início do século XX, o Vale do Ribeira continuava a apresentar a tendência de falta de integração com o resto do estado, já esboçada ao longo de seu histórico (Paes, 2007, p. 93). A região só foi parte de projetos de desenvolvimento do governo a partir dos anos de 1930, com o objetivo de superar seu isolamento (Paes, 2007; Martinez, 1995). Como parte do projeto de desenvolvimento realizado pelo governo de Getúlio Vargas, injetou-se capital no vale através do estímulo à produção industrial de chá, que em poucos anos viria a ser rapidamente interrompida. Apesar de passageira, a entrada de capital causou algumas mudanças na região, como um aumento da concentração fundiária na teicultura e o estímulo à produção comercial de banana (Martinez, 1995). O empenho do estado de São Paulo entre os anos de 1930 e 1950 de promover a expansão agrícola no Vale do Ribeira é evidente pelos incentivos à produção de banana nessa época (Queiroz, 2006; Paes, 2007).

Com a mesma iniciativa governamental de diminuir o isolamento do Vale, ocorreram diversos estudos na região na década de 1950 (Martinez, 1995; Paes, 2007), voltados à caracterização do cenário sócio-econômico

local, principalmente no que se refere à marginalização e pobreza do Vale do Ribeira, ao predomínio da população no meio rural e à agricultura de subsistência. Os principais problemas apontados neste primeiro diagnóstico foram a falta de infra-estrutura e a completa ausência de capital industrial (Queiroz, 1967; Paes, 2007). O Vale era visto como um verdadeiro paradoxo, por ser uma região ao mesmo tempo tão pouco povoada e tão próxima da cidade de São Paulo, a capital de um estado de grande afluência e prosperidade (Petrone, 1960). Nesta época, a produção de banana e de chá obtinha visibilidade de mercado, e o principal meio de escoamento era a estrada de Ferro Sorocabana, que ia até o porto de Santos (Martinez, 1995). Aos poucos, a cultura de banana foi ocupando o lugar da cultura de arroz. Ambas podiam ser desenvolvidas em pequenas propriedades e com certa autonomia, porém a banana tinha como vantagem a maior possibilidade de exportação (Martinez, 1995).

Segundo alguns autores, as comunidades quilombolas do Médio Ribeira não sofreram qualquer consequência desta entrada de capital e empenho da expansão agrícola no vale neste período (Queiroz, 1967; Paes, 2007). Os padrões de subsistência do bairro de São Pedro, descritos acima, parecem ter permanecido relativamente inalterados até a década de 1950, quando se iniciou um processo de “reincorporação capitalista” da região do Vale do Ribeira, por parte do Estado (Queiroz, 2006; Braga, 1999). A década de 1950 foi marcada, no Brasil, pela política de aceleração da industrialização, decorrente da entrada de Juscelino Kubitschek ao governo. A lógica capitalista expansionista e agressiva deste período foi estendida também para o setor rural – palco da ação e controle das principais oligarquias do Brasil na época (Martinez, 1995). Como parte da mesma lógica desenvolvimentista, o programa de governo passou a construir estradas para ampliar a rede de transportes, e fornecer maior facilidade de acesso aos

mercados, bem como melhor aproveitamento energético no território nacional. Assim, em 1958, a rodovia Regis Bittencourt (BR-116) foi construída, diminuindo muito o isolamento relativo do Vale do Ribeira, reduzindo a distância da região à capital do estado (Figura 4) (Martinez, 1995; Paes, 2007).

Extração de palmito

Uma fábrica de palmito foi instalada na região do Médio Ribeira na década de 1940, e na década seguinte, o mesmo período de construção da BR-116, a demanda por sua extração comercial se intensificou (Paes, 2007). Para alguns autores, foi a partir da relação comercial estabelecida através do corte e venda de palmito que os bairros do Médio Ribeira tiveram maior inserção no mercado, redirecionando consequentemente as atividades econômicas (Sanchez, 2004; Queiroz, 2006; Queiroz, 1967). De acordo com Queiroz (2006) e Paes (2007), este foi, inclusive, o primeiro fator de desestabilização dos modos de vida dos bairros negros. O extrativismo de palmito ocorreu de forma crescente até os anos de 1980, acompanhado pelo gradual abandono das roças de subsistência. Assim, os quilombolas passaram a se submeter aos compradores de palmito e a comprar a maior parte dos alimentos que antes produziam (Paes, 2007).

Além de contribuir para o abandono da atividade agrícola de subsistência, a extração do palmito também pode ter gerado consequências diretas para a paisagem florestal local. É importante lembrar que a extração de um indivíduo significa a sua morte pelo fato dessa espécie ter crescimento monopodial, diferente do que acontece com o açaí e a pupunha (Alves, 1994; Pizo & Vieira, 2004). Com o passar do tempo, a população desta palmeira foi se tornando escassa nas florestas próximas, sendo necessário percorrer distâncias maiores para encontrar indivíduos em quantidade suficiente para realizar um carregamento. O Palmito Jussara (*Euterpe edulis* Martius) era uma

espécie originalmente dominante de sub-bosques de algumas áreas de Mata Atlântica (Pizo & Vieira, 2004), onde encontra-se atualmente ameaçado de extinção (Alves, 1994; Romeiro *et al.*, 1996). De acordo com os informantes locais, isto inclui o território considerado neste estudo. Dentre as consequências geradas pela grande diminuição de sua ocorrência, podemos mencionar a colonização do sub-bosque por outras populações de arbóreas tolerantes à sombra, o que pode transformar parâmetros de abundância e riqueza nas comunidades de plantas dessas áreas. Além disso, esta espécie é considerada um recurso alimentar extremamente importante para a fauna local, pois além de apresentar alta produtividade de frutos, é um dos únicos alimentos disponíveis em algumas estações do ano (Pizo & Vieira, 2004). Portanto, acredita-se que a sua ausência em grades áreas de floresta é uma séria ameaça para populações de mamíferos de pequeno e médio porte, aves, roedores, morcegos e até lagartos (ver Pizo & Vieira, 2004). Inclusive, alguns informantes atribuíram à falta de palmito a grande diminuição de animais que tem ocorrido nas últimas décadas nas áreas do entorno. A diminuição de algumas populações de animais pode também prejudicar populações de plantas que dependem destas para sua dispersão. Dessa forma, acreditamos que ao alterar padrões na comunidade vegetal e interferir na ocorrência das populações animais, a exploração do palmito pode estar acarretando na transformação da estrutura da floresta local.

Construção da rodovia local, intensificação comercial e grilagem

Anos após a abertura da BR-116, o golpe militar de 1964 ocasionou um movimento centralizador da administração política nacional e ao mesmo tempo de estímulo ao progresso e desenvolvimento econômico do país – através de várias formas de incentivo econômico –, e com grande ênfase na interiorização do controle do Estado e na eliminação dos movimentos sociais camponeses (Martinez, 1995). A combinação dessas motivações teve como

um dos seus principais meios o aumento da malha rodoviária no Vale do Ribeira (Martinez, 1995). Foi no rastro desse processo que em 1969, a região do Médio Ribeira foi beneficiada com a construção da estrada que liga os municípios de Eldorado e Iporanga (SP 165). A melhoria das condições de acesso proporcionou a valorização econômica das terras e a atração de novos atores sociais (movimento descrito de chegada dos “terceiros”) interessados no estabelecimento da pecuária na região (como também levantado por Queiroz, 2006 e Paes, 2007). A violência do processo de grilagem estimulou a evasão da população local para os centros urbanos. Além disso, a criação de pastagens foi apontada pelos informantes locais como responsável pelo grande desmatamento que teve lugar em seu território.

Um processo histórico ocorrido no bairro que parece ter gerado alterações na lógica de uso do espaço de forma mais sutil foi o *loteamento*: perímetros gerenciados pela SUDELPA (Superintendência do desenvolvimento do Litoral Paulista). No caso de São Pedro, foram: o 12º Perímetro de Eldorado Paulista, o 14º Perímetro de Eldorado Paulista e o 30º Perímetro de Apiaí, todos ajuizados na década de 1930 e homologados na década de 1960 (ITESP, comunicação pessoal). Carvalho (2006), em pesquisa no mesmo bairro, também levantou a concessão das permissões de uso que o governo do estado forneceu aos moradores dos bairros negros do Médio Ribeira. Segundo a autora, a relação com a terra se alterou a partir de então, que passou a adquirir um sentido de “propriedade fixa da terra e de sua convertibilidade comercial” na percepção local (p. 92). Assim, as famílias ficariam ligadas de forma mais permanente ao território (Carvalho, 2006). Entretanto, acreditamos que as transformações não ocorreram exatamente nesse sentido. De acordo com os nossos informantes, esta concessão, parece ter obedecido aos limites das áreas já ocupadas por cada uma das famílias do bairro, de acordo com um sistema de organização do espaço já utilizado a

gerações (de garantia de direitos através da hereditariedade). A ocupação local já era fixa, ainda que não aparentasse: mesmo que as residências fossem reconstruídas em locais diferentes, ou mesmo que as famílias praticassem a coivara em mais de uma capuova, a localização da casa obedecia aos limites pré-estabelecidos. Dessa maneira, não deve ter ocorrido um impacto direto no sistema de ocupação com o advento das concessões. A convertibilidade comercial, por sua vez, parece de fato ter sido estimulada pela concessão de posse. Com esta última, surgiu a possibilidade de compra e venda de terras que, concordamos com Carvalho (2006), auxiliou no estabelecimento da grilagem, pois as posses poderiam ser vendidas a terceiros, mesmo que o preço fosse irrisório como enfatizaram os informantes.

A extração comercial do palmito foi levantada como o primeiro fator de estímulo a um maior envolvimento com a economia de mercado. No entanto, a abertura das estradas também gerou novas possibilidades de relação com o mercado externo, como a produção comercial de banana, já estimulada no Vale do Ribeira anteriormente. A chegada dos terceiros e a convertibilidade comercial do território também contribuíram nesse sentido. O estímulo à realização de atividades que gerassem renda proporcionou o redirecionamento das atividades produtivas para atender ao mercado e uma maior dependência do comércio para a obtenção de alimentos (Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). A necessidade de compra de alimentos, pelo redirecionamento das atividades e abandono gradual das roças de subsistência acabou por consolidar a dependência da população local do mercado externo. Assim, o papel dos comerciantes locais começou a perder a importância para os mercados das cidades, o que pode ter ocasionado na diminuição da produção de arroz destinada a estes compradores, cedendo lugar a áreas perenes para o cultivo de banana (vendida para um mercado

mais abrangente). Consideramos que estas mudanças se refletiram na paisagem local das seguintes maneiras: a abertura das grandes clareiras voltadas para a produção de arroz foi se tornando rara, por não ser mais necessária. Além disso, o redirecionamento das atividades deve ter causado a diminuição ou o abandono das atividades de cultivo que demandavam maior esforço para abertura e manutenção, como as roças de arroz e milho. Assim, as clareiras reservadas ao plantio de subsistência foram diminuindo em tamanho e número. Ao mesmo tempo, as clareiras de cultivo de banana são menos rotativas, o que acrescenta à essa paisagem áreas de clareiras estáveis no tempo e no espaço.

Legislação ambiental

O surgimento do movimento ambientalista no Brasil na década de 70, em consonância ao fortalecimento do ambientalismo em contexto mundial, impulsionou o processo de criação de uma série de leis de regulamentação do manejo dos recursos ambientais, e posteriormente ocorreu a implantação de diversas modalidades de Unidades de Conservação no Vale do Ribeira (Andrade *et al.*, 2000; Carvalho, 2006; Hogan *et al.*, 1999; Paes, 2007). Entretanto, tais políticas ambientalistas se basearam no pressuposto de que as áreas não eram ocupadas por populações humanas, o que era – e ainda é – totalmente oposto à situação local (Stucchi *et al.*, 2000; Penna-Firme & Brondizio, 2007).

Primeiramente, o Código Florestal (lei federal nº 4.771), criado em 1965, com o objetivo de regulamentar a proteção das florestas nativas, definiu as Áreas de Preservação Permanente (APPs), onde a vegetação nunca pode ser derrubada, nas margens de corpos d'água (matas ciliares), topos de morro e encostas com declividade superior a 45° e locais acima de 1800 metros de altitude. Por ter em seu território muitas áreas com tais características e

habitarem região de Mata Atlântica, os moradores dos bairros negros do Médio Ribeira se tornaram sujeitos às leis de proteção ambiental. Como consequência direta deste processo, as atividades agrícolas, de caça e de extração do palmito foram limitadas. Outra lei ambiental importante para as populações do Vale do Ribeira foi a lei de 1981 (nº 6.902), que criou a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA). Esta é uma categoria de Unidade de Conservação que permite a existência de propriedades privadas, aonde as atividades econômicas podem ser limitadas para fins de proteção ambiental. Mais tarde, a APA foi assimilada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação como uma Unidade de Uso Sustentável, que tem por objetivo: “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Art. 7º do SNUC, lei nº 9.985, de 2000).

A criação da APA da Serra do Mar, por sua vez, em sobreposição as áreas ocupadas pelos bairros negros do Médio Ribeira, ocorreu em 1984, intensificando a fiscalização ambiental na região (Stucchi *et al.* 2000; Paes, 2007) (ver mapa de representação das Unidades de Conservação do Vale do Ribeira no Apêndice 6). A partir de então, diversos conflitos foram gerados entre a população local e alguns órgãos do governo federal e estadual. De acordo com Paes (2007), tais imposições legais causaram profundas mudanças nos modos de vida locais dos moradores da região, reduzindo a autonomia do pequeno agricultor, com o controle rígido de roças e a necessidade de guias e autorizações para poder realizá-las (Paes, 2007, p. 100; Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). A complexidade e lentidão da burocracia necessária para a aquisição da permissão legal de abertura de roça já é por si só um desestímulo às práticas agrícolas, como enfatizaram os informantes locais. Aliado a isso, a restrição à abertura de clareiras em grande parcela do território, que anteriormente eram áreas disponíveis para a agricultura,

também contribui para limitar a coivara, além de transformar a estruturação da unidade doméstica e a percepção local da paisagem.

A extração de palmito, por sua vez, mesmo sendo considerada ilegal, não foi abandonada: do contrário, tornou-se uma atividade arriscada: mesmo com a necessidade de percorrer distâncias cada vez maiores e com a crescente ameaça da fiscalização pela polícia florestal, ainda é uma das atividades de maior retorno econômico na região. De acordo com Romeiro *et al.* (1996), no Vale do Ribeira, a extração de palmito rendia em média R\$200,00 por semana, contra R\$30,00 a R\$50,00 para o trabalho com banana e chá, na década de 1990. De acordo com os informantes locais, atualmente o rendimento destas atividades é similar ao mencionado.

Escolas

A concentração das unidades domésticas em torno de escolas e de outros serviços também teve um papel significativo no abandono do sistema de coivara. As primeiras escolas rurais foram implantadas na década de 70, por iniciativa do Governo estadual. O investimento da família na formação escolar dos filhos os obrigou a morar em locais com melhor acesso às escolas. Assim, as famílias passaram a ocupar o território de forma mais concentrada, na vila de moradores, transformando a estrutura espacial, econômica e ecológica da unidade doméstica. Ao ser associada à erosão da atividade agrícola, a mudança para a vila estimulou o gradual abandono das capuovas, modificando as estratégias de uso de grandes parcelas de seu território. A concentração das casas no território diminuiu o espaço do terreiro, o que inviabilizou a criação de porcos e galinhas em grandes números, por um lado, mas possibilitou a complexificação dos jardins do entorno das residências, por outro. A atual criação de apenas algumas galinhas nestas áreas viabiliza,

por assim dizer, a ocorrência de diversas espécies nos jardins-quintais, antes “predadas” pelos porcos e galinhas em grandes números.

Além disso, o investimento na educação formal dos filhos fez com que as mulheres passassem mais tempo em casa, reduzindo sua disponibilidade para o trabalho agrícola. O fenômeno no qual as mulheres abandonam o trabalho agrícola mais prematuras e em maior número do que os homens, também tem sido observado em todo o universo rural brasileiro, reconhecido como processo de *masculinização* do trabalho rural (Mello et al. 2003). Dessa forma, a mão de obra da mulher e dos filhos anteriormente totalmente direcionada à subsistência familiar, tornou-se cada vez mais escassa. Além disso, a possibilidade de acesso dos jovens ao ensino Fundamental e Médio tem redirecionado o capital de trabalho para outras atividades que não a agrícola. Mello et al. (2003), em pesquisa com pequenos agricultores na região Oeste de Santa Catarina, perceberam a mesma associação entre o maior acesso à educação formal dos filhos e a diminuição da mão de obra familiar voltada ao trabalho agrícola. De acordo com tais autores, o mesmo fenômeno é inclusive observado em diversas áreas rurais na América Latina. Dentre uma série de fatores envolvidos na escolha profissional dos jovens, a possibilidade de maior renda em trabalhos assalariados do que no trabalho agrícola parece ser determinante (Mello et al., 2003). Acreditamos que no Vale do Ribeira, soma-se a isso a impossibilidade de ajudarem os pais na roça enquanto estão na escola e a consequente perda de interesse dessas gerações pelas atividades agrícolas. A perda da mão de obra jovem significa, para o núcleo familiar, a perda da força de renovação do trabalho, o que acaba por desestimular o investimento estrutural e de conhecimentos necessários para a continuidade e sucessão da agricultura pelas novas gerações, na unidade doméstica (Mello et al., 2003). Assim, somado ao movimento de evasão do bairro durante a grilagem, o acesso à educação

formal parece ter contribuído para a diminuição do capital social disponível ao trabalho. Portanto, seguindo a mesma lógica, podemos afirmar que a diminuição de capital de trabalho, associada à menor ênfase na atividade agrícola de subsistência em prol de atividades voltadas ao mercado, pode ter causado o declínio das formas de organização de trabalho em grupo, como o mutirão e o auxílio, que eram articulados às atividades de roça.

A invenção da identidade quilombola

Entre as décadas de 1970 e 1980, em contexto nacional de crescente mobilização social no campo e discussão sobre a reforma agrária, populações rurais negras de diversas regiões do país passaram a dialogar com atores sociais, sendo estimuladas a se organizar e reivindicar os direitos de acesso e permanência no território (Penna-Firme & Brondizio, 2007; Anjos, 2004; Schmitt *et al.*, 2002). Até este momento, não existia no país uma lei que regularizasse a posse de terras, que era um tipo de ocupação do território extremamente comum no segmento camponês brasileiro (Schmitt *et al.*, 2002). Assim, foram criadas organizações como o Movimento Negro Unificado e a Comissão Nacional de Articulação de Quilombos (Anjos, 2004). Paralelamente, a noção de comunidades tradicionais, criada pelo debate conservacionista, aos poucos se consolidava no Brasil, herdada do cenário internacional. Tal noção era direcionada para a relação de grupos sociais com a conservação da biodiversidade *in situ*: as comunidades eram encaixadas no conceito de “culturas originárias e autóctones, com estratégias de manejo adaptadas e com herança cultural valiosa” (Barreto Filho, 2006 p.113), ou seja, ecologicamente sustentáveis, mas estagnadas em aspectos culturais, econômicos e demográficos (Penna-Firme & Brondizio, 2007). Em meio a este cenário e no ano do centenário da Lei Áurea, a Constituição Federal de 1988 assimilou de forma efetiva, pela primeira vez, a questão quilombola,

reconhecendo o seu direito de propriedade do território, com a criação do Artigo 68 (Anjos, 2004; Andrade, 2000; Carvalho, 2006):

“Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.
(Ato das Disposições Transitórias, Artigo 68, 22 de junho de 1988).

O mesmo debate sobre populações tradicionais culminou no estabelecimento das Diretrizes do Programa dos Direitos Humanos no Brasil para a população negra, em 1998, na “promoção do tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras” (Anjos, 2004, p.3). Além disso, houve a criação do Decreto Presidencial nº 6.040, de 2007, no qual estas são definidas como: *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.*

No Brasil, diversos fatores têm influenciado um número crescente de populações negras rurais a se reconhecerem como comunidades remanescentes de quilombo. A auto-identificação como população tradicional é vista como uma estratégia viável de atualização do direito a terra quando não existem alternativas de produção e trabalho, como é o caso destas populações (Paoliello, 2006b). Historicamente, a constituição do Estado brasileiro foi permeada pela ideologia do branqueamento, o que manteve no esquecimento milhares de populações negras que se formaram antes e depois da criação da Lei Áurea (Anjos, 2004). Atualmente, os grupos rurais negros estão entre as populações mais marginalizadas do Brasil, em condição de “invisibilidade”, sendo excluídas do acesso à educação, aos

recursos da terra, aos incentivos econômicos e a oportunidades no mercado de trabalho (Penna-Firme & Brondizio, 2007). Entretanto, para alguns autores, assumir esta identidade perante a sociedade implica em adquirir o estigma de população adaptada ao meio ambiente, em condição cultural, econômica e demográfica imutável (Penna-Firme & Brondizio, 2007), o que pode ser uma interpretação reducionista dos modos de vida destas populações, refletindo inclusive sua invisibilidade histórica (Schmitt *et al.*, 2002). Ao mesmo tempo, por terem sobrevivido como populações isoladas e marginalizadas, portanto desenvolvendo estratégias de manejo de baixo impacto relativo, muitas estão associados a áreas atualmente consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente (Penna-Firme & Brondizio, 2007). Assim, se por um lado essas populações ganham visibilidade com a aquisição de uma identidade étnica e ambiental, por outro elas correm o risco de se manter em estado de pobreza, pois em sua conduta não pode haver transformação de suas condições materiais, que são as marcas de sua identidade. Além disso, elas se tornam sujeitas a restrições ambientais, tendo um poder limitado de decisão sobre o uso dos recursos naturais, principalmente a agricultura (Penna-Firme & Brondizio, 2007). Dessa forma, como afirmaram Schmitt *et al.* (2002), são incorporadas novas relações de diferença na vida destas populações.

Diante destas implicações, alguns autores chamam a atenção para outra motivação para a auto-identificação como quilombola: a saída da condição de invisibilidade destes grupos. Em face ao estigma de populações de negros e camponeses pobres perante a sociedade nacional, a aquisição do que poderíamos chamar de uma identidade étnica se caracteriza como um esforço para adquirir status social e respeito, cidadania e inserção, no campo jurídico e político (Paoliello, 2006b; Penna-Firme & Brondizio, 2007; Schmitt *et al.*, 2002). Ademais, deve-se reconhecer que a mobilização política e

reconhecimento cultural adquiridos desta forma nunca teriam ocorrido com base apenas em sua posição social e status marginal (Penna-Firme & Brondizio, 2007).

Além deste contexto nacional, para as comunidades do Médio Ribeira, o engajamento no movimento conservacionista foi também uma solução imediata mediante pressões exercidas pela grilagem de terras e pela ameaça de construção de barragens no rio Ribeira de Iguape (Schmitt *et al.*, 2002; Paes, 1997; Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). Engajados com segmentos progressistas da Igreja Católica, movimentos sociais, entidades governamentais e diversos órgãos ambientais, os bairros negros do Médio Ribeira também se articularam com as discussões de âmbito nacional, e assim foram estimulados a declarar o auto-reconhecimento como comunidades de remanescentes de quilombo, entre as décadas de 1980 e 1990. Dentre os atores sociais com maior influência e articulação com estes bairros estão: a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Ameaçados por Barragem (MAB), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Florestal (Pedroso-Junior, 2008; Paes, 2007; Paoliello, 2006a). A partir da criação do Artigo 68, e da inclusão subsequente de novos critérios legais para o reconhecimento e titulação dos remanescentes de quilombo, iniciou-se o processo de demarcação das terras¹⁰, expulsão de grileiros da região e a indenização das terras desapropriadas de fazendeiros (Paes, 2007; Pedroso-Junior, 2008).

Por fim, na tentativa de obter uma visualização causal dos processos históricos descritos, criamos uma linha do tempo (Figura 21), ilustrando o que

¹⁰ Como dito no Capítulo 2, a comunidade de remanescente de quilombo de São Pedro recebeu o título de propriedade do território em 2004 (Santos & Tatto, 2008).

consideramos como os principais eventos responsáveis pela configuração socioeconômica e ambiental atual do bairro de São Pedro.

Figura 21 – Linha do tempo representando os principais eventos históricos do bairro de São Pedro.

FUTURO

Em função das transformações supracitadas, ocorreram mudanças nas estratégias de uso e ocupação do território. A centralização das residências em vilas em função do acesso às escolas, aos postos médicos e ao mercado local é uma das principais alterações nesse sentido, pois a tendência encontrada hoje é a de concentração de áreas de cultivo no entorno imediato das comunidades (também observado por Dahlberg, 2000 e Pedroso-Junior *et al.*, 2008b). Aliado a isso, tem ocorrido a redução no tamanho e número de roças, bem como a diminuição de sua rotatividade. A partir de então, pode-se sugerir que a paisagem florestal está sofrendo algumas mudanças, em função da erosão do sistema de coivara, como a diminuição de áreas nos estágios iniciais de sucessão florestal e o consequente aumento de florestas secundárias. Tal segmentação da paisagem em áreas destinadas a um tipo exclusivo de atividade (áreas exclusivas e constantemente em cultivo, por exemplo) pode significar, em termos ecológicos, a perda da complexidade estrutural (diminuição da biodiversidade) e dinâmica (redução da variedade de ambientes) da Floresta Atlântica local.

A Figura 22 apresenta a interpretação que realizamos sobre o mapeamento produzido por Santos & Tatto em 2008, na comunidade de São Pedro¹¹, cujos resultados foram apresentados no capítulo anterior. As áreas em verde são áreas que, de acordo com a legislação ambiental em vigor, não podem ser derrubadas para a atividade agrícola, por serem: as áreas classificadas como *capoeirão* e *mato grosso*, que acreditamos

¹¹ Informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade em 2007 pelo ISA, posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (vôo PPMA/SMA de 2001/2002, escala média de 1:35.000) cedidas pelo Instituto Florestal - SP e no "Croqui de Uso e Ocupação da Comunidade de São Pedro" (Itesp, 1998).

corresponderem às florestas primárias ou maduras com pouca alteração, florestas em estágios médios e avançados de regeneração; além destas as áreas de vegetação de herbáceas associadas a áreas de várzea e áreas de corpos d'água. Juntas estas áreas totalizam mais de 80% do território de São Pedro. As únicas áreas do território que ainda hoje podem ser legalmente utilizadas para qualquer atividade de manejo são as áreas amarelas e as áreas representadas em branco. As áreas em amarelo são as pastagens, abrangendo 3,94% do território. As áreas em branco, por sua vez, representando 1,46% do território, se referem a áreas em cultivo de coivara, áreas sob diversos tipos de cultivos intensivos comerciais, como maracujá, pupunha e banana, além de áreas recentemente abandonadas nas quais ainda não se desenvolveu vegetação secundária (como as áreas classificadas como *soca*). Ao todo, as áreas passíveis de uso compreendem 5,4% do território, mas devemos lembrar que, mesmo nas áreas em que há possibilidade de abertura de clareiras, a presença dos corpos d'água (representados em azul) é limitante, nas respectivas áreas de matas ciliares e nascentes. As áreas classificadas localmente como *tiguera*, *capoeirinha* e *capoeira*, que acreditamos serem as áreas em estágio inicial de regeneração, estão destacadas em vermelho, ocupando 12,67% do território. Estas são áreas que ainda podem ser derrubadas de acordo com a legislação, mas estão prestes a se transformar em áreas de estágio médio e serem categorizadas como áreas que não podem ser derrubadas. As áreas em violeta são áreas de ocupação estabelecida e não passível à atividade agrícola, de estrada e vila.

Figura 22 – Interpretação do uso solo (baseado em Santos & Tatto, 2008).

Acreditamos que a paisagem está se transformando em um sentido similar ao apresentado na Figura 22, isto é, um composto de segmentos com categorias de manejo fixas no tempo e no espaço. Para a percepção local, tal transformação pode acarretar na perda do conhecimento prático associado a

atividade de coivara, como por exemplo, as características e distribuição dos diferentes tipos de solo, assim como a compreensão do processo de sucessão florestal.

O modelo teórico utilizado pela ecologia de paisagens assume a paisagem, em escala determinada, como um território binário, composto por habitat e matriz (Murphy & Lovett-Doust, 2004). A matriz corresponde à porção do território que em algum momento sofreu perturbação antrópica, podendo ser uma área heterogênea, composta por diferentes tipos de uso e cobertura do solo (Antongiovanni & Metzger, 2005, p. 441). A porção restante de habitat, ou seja, a área que não sofreu ação antrópica, aonde permanece a vegetação original, é chamada de fragmento. No caso da paisagem de São Pedro, a área que poderia ser considerada matriz está representada pelas áreas em amarelo, vermelho, branco e violeta (18,2%), além de pequena parcela da área em verde correspondente ao capoeirão (7,77%), totalizando 25,97% do território. Ao mesmo tempo, a área de habitat original (de acordo com a percepção local), corresponde a quase 74% do território. Assim, poderíamos afirmar que o território de São Pedro corresponde a uma área de Mata Atlântica pouco fragmentada, e talvez denominar a grande parcela de habitat original por fragmento não seja apropriado.

Ao mesmo tempo, assume-se que a diversidade biológica de um sistema natural ocorre em níveis de organização variados, sendo dependente da interação entre processos ecológicos e padrões espaciais (Groves *et al.*, 2002; Murphy & Lovett-Doust, 2004). Cada espécie percebe a paisagem de forma diferente, o que gera grande variedade de escalas nas quais os processos ecológicos ocorrem (Groves *et al.*, 2002; Murphy & Lovett-Doust, 2004). Em uma floresta que foi submetida a interferência humana, a manutenção da biodiversidade depende da estrutura paisagística,

relacionada ao tamanho, forma, e distribuição espacial de seus fragmentos, bem como ao tipo de matriz envolvente. Por um lado, o efeito do tamanho e da conectividade entre os fragmentos é fundamental para viabilizar a ocorrência e sobrevivência das espécies na paisagem (Metzger *et al.*, 2009). Quanto maior o fragmento, maior a variedade de recursos disponíveis, o que em teoria proporciona um número maior de espécies e populações maiores, e maior estabilidade demográfica, genética e ambiental para as mesmas (Metzger *et al.*, 2009). A conectividade, por sua vez, definida como a capacidade da paisagem em facilitar os movimentos biológicos entre áreas nas quais os recursos são encontrados, é fundamental para que uma população realize seleção de habitat, fluxo gênico e assim a possibilidade de seu colapso seja reduzida (Metzger *et al.*, 2009; Bélisle, 2005). Por outro lado, tal fluxo depende também da matriz: sua composição e estrutura podem atuar como barreira ou condutor de tais movimentos, sendo determinante para o crescimento ou colapso das populações biológicas (Murphy & Lovett-Doust, 2004; Antongiovanni & Metzger, 2005; Metzger *et al.*, 2009). Nesse sentido, podemos afirmar que as áreas de floresta secundária constituem a porção mais permeável da matriz, pois, a ocorrência de diversas espécies de plantas e de características ecológicas mais próximas à floresta original provavelmente facilitam o fluxo de espécies da fauna e o estabelecimento de espécies da flora. Por outro lado, as pastagens são áreas que se fixaram em tempo e espaço, e constituem porções da matriz com ambientes extremamente homogêneos, com solo relativamente menos fértil e ocorrência de baixa variedade de espécies de plantas. Tudo isto provavelmente se configura por uma baixa disponibilidade de recursos para grande parte das espécies locais.

Como pudemos perceber, a paisagem de São Pedro no passado era composta por manchas relativamente pequenas (máximo de três alqueires),

móveis em tempo e espaço, que se restringiam a locais determinados do território, mantendo outros em estado inalterado (a mata virgem). Graças ao mosaico resultante da atividade de coivara, tais unidades paisagísticas eram conectadas a outras unidades de florestas primárias e secundárias. Além disso, cada unidade de mata de capoeira, resultante do pousio, se constituía como uma unidade que aos poucos recuperava a fertilidade do solo e era recolonizada por diversas espécies vegetais. Acreditamos que tal estrutura paisagística viabilizava a ocorrência de muitas espécies características da floresta local, além de promover heterogeneidade espacial que poderia, em dadas circunstâncias, promover o incremento da diversidade biológica. De forma contrária, a criação de pastagens transformou a estrutura da paisagem, proporcionando provavelmente um impacto maior sobre a biodiversidade local. Com isto, provavelmente ocorreu a redução de área e de recursos disponíveis para muitas populações biológicas locais, além da limitação do fluxo entre as áreas de floresta.

A atividade agrícola de subsistência ter sido apontada na literatura como um dos principais causadores do desmatamento nas florestas tropicais ao redor do mundo (Myers, 1993, 1998). Apesar disso, acreditamos que no caso de São Pedro, o processo de fragmentação da floresta de Mata Atlântica local ocorreu com a criação de pastagens. Quanto às áreas em cultivo, a tendência atual encontrada é a de sua fixação e concentração em espaço e tempo, e do aumento de cultivos comerciais intensivos (como banana, maracujá e pupunha). Por isso, na perspectiva da ecologia de paisagens, as áreas agrícolas podem estar se tornando similares às pastagens. Ainda assim, as áreas que podem limitar o fluxo biológico (como pasto, vila e cultivo) não ultrapassam 7% do território total e, aparentemente, seu tamanho e disposição espacial não isolam tais fragmentos completamente. Apesar de atualmente mais fragmentado do que antes da chegada dos grileiros, o bairro

de São Pedro se mostra potencial abrigo para uma alta diversidade de espécies.

Apesar das tendências observadas para a nova configuração da paisagem quilombola em função da erosão da coivara, da concentração das moradias e do surgimento das pastagens, a comunidade de São Pedro está se deparando com alguns fenômenos que tornam ainda incerto o futuro da paisagem florestal local. Em primeiro lugar, está claro que a identidade quilombola, mesmo sendo instrumento de luta fundiária e de reconhecimento social, é uma concepção alienígena ao corpo sócio-cultural local (Schmitt *et al.*, 2002; Penna-Firme & Brondizio, 2007). Como consequência, se inicia um processo interno de reestruturação da identidade, de valores e práticas sociais, para que o grupo possa se ajustar às oportunidades geradas por essa nova identidade. O desafio resultante deste processo é encontrar um equilíbrio entre a constituição de sua própria identidade, aspirações econômicas e as expectativas criadas pelos discursos ambiental, cultural e legal (Penna-Firme & Brondizio, 2007). Um exemplo disso é a imposição, pela legislação que autoriza a criação de territórios quilombolas (Artigo 68, 1988; Lei n 9.757, de 1997; Decreto n 6.040 de 2007, dentre outras), de uma nova concepção de território, que se torna coletivo e indisponível para a venda. Não se sabe ainda como esta nova configuração vai se refletir sobre as regras tradicionais de uso do território, que são originalmente baseadas no sistema de posses e no direito familiar de acesso ao território. Este fato, aliado às restrições legais para a derrubada de florestas secundárias, diminui ainda mais a porção do território disponível para a agricultura, e aponta para a necessidade de criação de um novo sistema local de regras para o uso dos recursos naturais da paisagem.

Conclusão

O objetivo central deste trabalho foi compreender o papel do sistema de coivara, historicamente praticado no bairro de São Pedro (atualmente considerado um remanescente de quilombo), na formação da paisagem florestal local. Em primeiro lugar, a investigação da memória social e da percepção ambiental relacionadas às práticas agrícolas e as visitas às antigas áreas de cultivo revelaram que a relação entre os camponeses negros e a paisagem florestal foi e ainda é extremamente complexa, baseada em conhecimento prático acumulado ao longo de décadas de interação com a floresta. Os resultados sugerem que a atividade agrícola, através do sistema de coivara, foi determinante na estruturação da paisagem e na complexidade da floresta local nos últimos 200 anos de ocupação deste território.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a lógica de uso da paisagem foi estabelecida através de uma compreensão sofisticada sobre a dinâmica ecológica local. Como um sistema agrícola de coivara praticado em floresta tropical, este se beneficia das características ecológicas da Mata Atlântica (Oliveira, 2007). O conjunto de técnicas utilizadas tem a função de contornar a baixa fertilidade dos solos tropicais, disponibilizando com o uso do fogo os nutrientes presentes na biomassa vegetal, que serão repostos no pousio, graças à capacidade regenerativa da floresta (Oliveira, 2007; Pedroso-Junior, 2008a; Adams, 2000a). Além disso, os informantes revelaram um conhecimento bem detalhado sobre as características ecológicas dos diversos tipos de solo recorrentes no território.

Quanto à estruturação social da coivara, um dos aspectos mais interessantes é a centralidade desta atividade na unidade doméstica. A investigação de categorias locais como a *capuova* e a *casa de fora* revelou que a composição espacial complexa da unidade doméstica abrangia toda a área

passível de cultivo por parte do núcleo familiar e determinava, assim, a distribuição espacial e temporal das unidades agrícolas e subsequentes matas de capoeira. O território referente à unidade doméstica era determinado, por sua vez, por um sistema de regras familiares de herança da terra.

Assim, a conformação espacial da floresta, resultante da coivara, dependia de uma gama de fatores (ambientais, sociais e econômicos) que interagiam em diversos níveis. A quantidade e o tamanho de clareiras abertas dependiam, por exemplo, da relação entre a demanda do núcleo familiar (e dos animais de criação), o capital social de trabalho disponível (familiar e da vizinhança) e da relação com o mercado local. Além disso, a escolha da área para o plantio era determinada pela associação entre o conhecimento ecológico local sobre as propriedades do solo e o sistema local de regras de acesso aos recursos, baseado principalmente na hereditariedade. Além das unidades de capoeira em diversas idades de sucessão florestal, algumas plantas associadas às residências eram deixadas nos locais, indicando ações humanas do passado. Como marcadores de sua ocorrência na paisagem, as plantas que são assimiladas à capoeira trazem evidências da experiência espaço-temporal dos quilombolas, sendo percebidos como referenciais históricos da paisagem. Assim, a grande variedade de ambientes originada a partir da agricultura, associada às diversas categorias de manejo exercidas em todos esses ambientes, proporcionou certa complexidade estrutural na Mata Atlântica local. A partir de então, acreditamos que, se praticada dentro de determinados limites (em baixa pressão demográfica, alta rotatividade e pousio extenso), a coivara e a heterogeneidade dela resultante poderiam acarretar em certo incremento na biodiversidade local (Pedroso-Junior *et al.*, 2008a).

A erosão da coivara foi detectada em diversas mudanças dos padrões de subsistência das comunidades estudadas, como a intensificação agrícola, o

redirecionamento das atividades produtivas ao mercado, a perda de conhecimento associado à atividade de cultivo, a diminuição do capital social de trabalho disponível para a coivara e a maior dependência do comércio para a obtenção de alimentos (Pedroso Jr. et al. 2008b). É possível afirmar que estas mudanças estão relacionadas a uma soma de processos e transformações aos quais estas populações têm sido submetidas ao longo das últimas décadas. Dentre elas, a urbanização da região, o êxodo rural, a crescente inserção na economia de mercado, o aumento de renda proveniente de trabalhos assalariados e aposentadorias e pensões, restrições legais de uso do solo, e a mudança infra-estrutural da região, principalmente no que se refere à malha rodoviária (Pedroso-Junior et al., 2008b). Em função das transformações socioeconômicas e agrícolas, ocorreram mudanças nas estratégias de uso e ocupação do território. A centralização das residências em vilas devido ao acesso às escolas e ao mercado local é uma das principais alterações nesse sentido, acompanhada da redução drástica do número de capuovas, diminuição da rotação de cultivo e da duração do pousio. Considerando a crescente importância de atividades que geram renda, a tendência encontrada hoje é a de concentração de áreas de cultivo ao redor da comunidade (também observado por Dahlberg, 2000 e Pedroso-Junior et al., 2008b).

Este quadro tende a se agravar no futuro, uma vez que a diminuição de áreas de capoeira nos estágios iniciais de sucessão, devido à redução na atividade agrícola, deve resultar numa menor disponibilidade de áreas cultiváveis no futuro (Pedroso-Junior, 2008). Além disso, a segmentação da paisagem observada, com áreas destinadas a um tipo exclusivo de atividade (cultivo comercial, roças e hortas sem rotatividade) pode significar, em termos ecológicos, na diminuição da complexidade estrutural e dinâmica (redução da variedade de ambientes) da Floresta Atlântica local. Apesar

desta tendência de diminuição da heterogeneidade espacial local, a criação de pastagens e a quase extinção do palmito parecem ser mais impactantes para o território de floresta considerado. Nesse sentido, recomendamos a elaboração de uma análise mais abrangente e detalhada da transformação da paisagem, incluindo diversos parâmetros ecológicos. Ações conservacionistas futuras também poderiam assimilar tais afirmativas. Ao mesmo tempo, não acumulamos informação suficiente para prever quais serão os efeitos da nova legislação, principalmente no que se refere à propriedade comunal da terra e seus desdobramentos sobre as formas de uso e apropriação da paisagem.

A combinação entre a recente articulação política e institucional das comunidades remanescentes de quilombo, a legislação de proteção ao meio ambiente, e as demandas econômicas e sociais locais pode proporcionar um futuro relativamente distinto do que o observado até o início do século XXI para São Pedro. A tendência a polarização e simplificação da paisagem em dois segmentos – um agrícola pouco ou não rotativo, de um lado, e um florestal, inacessível, representado unicamente por florestas secundárias em estágios avançados de regeneração – é um desafio para iniciativas que incorporem formas mais complexas de manejo. A busca de estratégias alternativas de renda e de subsistência pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira precisa combinar as restrições ambientais à necessidade de produzir itens com valor de mercado, além de obter novos tipos de organização do trabalho coletivo (Pedroso-Junior, 2008 p. 105). Neste sentido, o papel das ONGs que atuam nestas comunidades através da formulação de planos de manejo comunitários certamente será preponderante. Assim, com a reformulação da relação de percepção e uso do território, ou seja, da própria identidade local, a preservação do ecossistema florestal e a permanência destas populações neste território podem ser garantidas.

Como introdução a esta dissertação, apresentamos os fundamentos teóricos relacionados ao conceito de florestas culturais. Ao concluir este trabalho, acreditamos que a paisagem estudada se enquadra neste conceito. Os aspectos que caracterizam o território de São Pedro como uma floresta cultural emergiram a partir da descrição do histórico da ocupação deste território e da compreensão da interferência da coivara na paisagem local. Em primeiro lugar, diversos autores como Adams (1994), Rival (1998), Denevan (2001), Redman (1999), Balée (2006a), Barreto Filho (2006) e Walters & Vayda (2009), afirmaram que desde seu surgimento, o homem exerce práticas no meio que acabam por se tornar parte essencial dos processos dinâmicos dos ambientes de floresta. Sabemos que a Mata Atlântica foi ocupada por ameríndios no período pré-colombiano. Ao mesmo tempo, Wiersum (1997), Clement (1999), e Zeder (2006), dentre outros, acreditam que nas Américas, o processo de domesticação de elementos da paisagem precedeu a emergência da agricultura. Podemos então sugerir que a Mata Atlântica é uma floresta que sofre forte interferência humana desde a ocupação indígena. Acreditamos também que com o início da colonização européia na região, no século XVI, a área foi submetida a um vazio demográfico pelo esvaziamento da população indígena. A ocupação humana só deve ter sido retomada na referida paisagem com a chegada de Bernardo Furquim no século XIX. Assim, tal área de floresta pode ter sido submetida a alterações realizadas ao longo de milhares de anos – sendo considerada uma floresta cultural desde então – que foram interrompidas durante um período de 200 ou 300 anos, e retomadas a partir de 1830, com o tipo de ocupação descrito no capítulo 3 deste trabalho.

A ocorrência de mudanças antrópicas que são assimiladas e transformam as dinâmicas ecológicas florestais foi sugerida por Adams (1994), Pedroso-Junior *et al.* (2008a), Denevan (2001), Zeder (2006), Lunt &

Spooner (2005), e Hayashida (2005). Apesar de não conhecermos em detalhe os resultados da ocupação indígena na floresta local, sabemos algumas das características da floresta que a partir da formação do bairro de São Pedro foram alteradas. Em primeiro lugar, podemos apontar alguns tipos de intervenção humana capazes de transformar a dinâmica da paisagem, praticadas pelos antigos moradores de São Pedro: a caça, o uso do fogo, o manejo de clareiras para o cultivo e a interferência na distribuição de espécies vegetais (como levantaram Denevan, 2001; Zeder, 2006; Hayashida, 2005). Quanto aos indicadores da floresta cultural resultantes destas atividades, Barreto Filho (2006), descreveu a paisagem composta de fragmentos historicamente manejados, que variam em forma, tamanho e arranjo. Como demonstramos, este é o resultado que a coivara praticada pelos habitantes de São Pedro imprime na floresta local. A distribuição e composição de espécies vegetais também pode ser o resultado de ações antrópicas (como levantaram Rival, 1998; Denevan, 2001; Warner, 2001; Balée, 2006a e Little, 1999). No caso do território de São Pedro, a configuração da comunidade de plantas é consequência do arranjo das capoeiras em tempo e espaço. Os mesmo autores mencionaram a coexistência entre espécies de cultivares e não cultivares (Rival, 1998; Denevan, 2001; Warner, 2001; Balée, 2006a e Little, 1999), que em São Pedro pode ser exemplificado pela ocorrência das espécies indicadoras de manejo humano como as frutíferas e utilitárias em muitos locais de mata de capoeira, nas quais ocorre a assimilação dessas espécies pela floresta local.

Por fim, cabe fazer uma reflexão deste trabalho sob a luz do programa de pesquisa de ecologia histórica. A proposta de aliar a investigação histórica – através da história oral – e perspectiva geográfica (espacial) – com as ferramentas da ecologia de paisagens – da relação entre as sociedades humanas e o meio ambiente se mostrou suficiente para a compreensão de

diversos aspectos fundamentais da coivara e seu impacto na paisagem florestal de Mata Atlântica. Nesse sentido, a inclusão de eventos históricos de grande escala para a contextualização dos processos históricos locais proporciona um conhecimento amplo dos fenômenos econômicos, sócio-culturais e demográficos, que por sua vez interferem na configuração das estratégias de manejo. No entanto, a compreensão mais detalhada acerca do papel destas populações na formação da paisagem florestal, bem como das transformações levantadas, não pode ser concluída sem uma série de dados a respeito da dinâmica ecológica e biodiversidade local. Nesse sentido, o estudo da influência do processo de sucessão florestal em áreas de roça para a diversidade vegetal local, das propriedades dos diversos tipos de solo e de sua distribuição, assim como levantamentos de populações da fauna silvestre são exemplos de estudos que podem fornecer dados mais consistentes nesse sentido. Por outro lado, a investigação das novas instituições locais e de sua articulação com os atores sociais e as instituições do governo pode auxiliar na concepção da organização futura da população em nível comunitário local, e como isto afetará as estratégias de manejo da paisagem. A abordagem em ecologia histórica permite a identificação dos sistemas culturais de direito de acesso aos recursos naturais, mas não auxilia no aprofundamento de como as instituições locais interagem com outros níveis de organização da sociedade. Deixamos aqui as sugestões para a continuidade da pesquisa e para complementar a abordagem utilizada.

RESUMO

A Mata Atlântica é um dos biomas mais biodiverso e ameaçados do planeta. Grande parte de seus remanescentes está localizada no Vale do Ribeira (SP), onde se encontra a maioria das populações quilombolas do estado. Os quilombos do vale surgiram de povoados formados por escravos abandonados, fugidos e alforriados que vem ocupando o vale desde o início da colonização européia na região, no século XVI. A principal estratégia de subsistência destas populações ao longo dos séculos foi a coivara, sistema agrícola capaz de conferir grande heterogeneidade à paisagem florestal. Entretanto, nas últimas décadas, a coivara tem sofrido um processo de transformação, devido a fatores como: o aumento demográfico, o avanço da economia de mercado, a implantação de leis ambientais e políticas desenvolvimentistas. O objetivo deste estudo é compreender como a coivara contribuiu para a formação da paisagem florestal na comunidade de remanescente de quilombo de São Pedro, no vale do Ribeira. A construção de uma narrativa histórica dos processos que contribuíram para as transformações deste sistema auxilia na compreensão das mudanças nos padrões de subsistência locais e de que forma estas se refletem nessa paisagem. Para tanto, levantamos a memória social local, através de técnicas etnográficas e de história oral. Além disso, realizamos trilhas monitoradas para estudar a percepção ambiental das unidades paisagísticas, bem como a configuração espacial das roças e capoeiras. Com a aplicação de tais métodos, pudemos constatar que no passado, a abertura de clareiras para o cultivo dependia de uma série de fatores: a disponibilidade de capital social para o trabalho, a demanda familiar para a produção de alimento e as relações econômicas com o mercado regional. Ao mesmo tempo, a lógica de ocupação da paisagem era fruto da associação entre o conhecimento da dinâmica ecológica local e normas sociais estabelecidas. A unidade doméstica, composta pela *casa de fora* e pela *capuova*, foi a expressão material mais constante da agência humana na paisagem. Os processos de transformação da coivara se iniciaram na década de 1950, com a construção de rodovias e consequente diminuição do isolamento regional. A partir disso, a intensificação do corte de palmito e o estabelecimento da pecuária com a chegada dos grileiros, na década de 1970, levaram ao redirecionamento das atividades econômicas. Por consequência, ocorreu a diminuição da área das unidades agrícolas e do número de áreas sob cultivo. A partir da construção de uma escola no bairro, nos anos 70, ocorreu a concentração das residências em vila, que estimulou a concentração das unidades de cultivo ao redor. A intensificação da fiscalização ambiental na região, nos anos 80, passou a restringir as atividades locais de subsistência. Como resultado, observamos que duas tendências podem ser observadas atualmente: segmentação e homogeneização da paisagem em áreas destinadas ao manejo, por um lado, e o estabelecimento de uma formação de floresta madura, não mais passível de derrubada, por outro. Tal tendência pode resultar na diminuição da complexidade estrutural e da dinâmica ecológica da floresta local. Concluímos que, apesar da nova configuração espacial da coivara e da tendência à segmentação, a criação de pastagens e a extração de palmito parecem ser mais impactantes para a fragmentação da paisagem florestal. Por conta das mudanças levantadas, atualmente a população de São Pedro se depara com o desafio de combinar as restrições ambientais à necessidade de produzir itens com valor de mercado. Somado a isso, precisam reorganizar o trabalho coletivo e reformular a concepção local da paisagem e o seu uso para garantir, no futuro, sua permanência neste território.

ABSTRACT

The Atlantic Rainforest is one of the world's most diverse and threatened biomes. The majority of its remnants are located at the Ribeira Valley (SP) where several of the State's quilombola populations remain. The Valley's quilombos originated from a population of freed, abandoned or refugee slaves brought to the region in the beginning of the European colonization during the 16th century. The main subsistence strategy these populations have developed is the slash-and-burn agriculture (*coivara*), a system capable of proffering great heterogeneity to the forest landscape. However, the *coivara* system has been undergoing a transformation process in the last decades due to demographic increase, advance of the local economy and the implementation of environmental and political developmental legislation. The aim of this study is to understand how the *coivara* system has contributed to the forest landscape formation of the São Pedro quilombo community at the Ribeira Valley. A historic narrative of the processes that contributed to the system's transformation helps understand the changes in the local subsistence patterns and the way these changes reflect in the landscape. In order to do so, the local social memory was sought through ethnographic and oral history methods. Furthermore, monitored trails were carried out to study the environmental perception of landscape units and the spatial configuration of swidden and fallow plots. These methods allowed us to realize that, in the past, gap openings for crop cultures depended on a series of factors, such as: availability of social capital for labor, family demand on crop production, and economic ties with the regional market. Simultaneously, the landscape occupation was a product between the knowledge of the local ecological dynamics and the established social norms. The domestic unit, composed of the *casa de fora* and the *capuova*, was the most constant expression of human presence in the landscape. The *coivara* transformation processes began in the 1950s with road constructions decreasing the region's isolation. From then on, the intensification of palm-heart extraction and cattle ranching brought along with land grabbers in the 1970s, redirected the communities' economic activities. As a consequence, both the number of cultivated areas and the area of each agricultural unit decreased. During the 70s, with the construction of a school in the region, the houses were displayed in a village form, which stimulated the concentration of cultivated units around it. Moreover, the intensification of environmental inspection in the region during the 80s restricted their local subsistence activities. As a result, two tendencies may be observed nowadays: segmentation and homogenization of the landscape into areas destined to management on one hand, and the establishment of a mature forest formation, unable to be cut down, on the other. This might result in a decrease of the structural complexity and ecological dynamics of the local forest. We conclude that, despite the new spatial configuration of the swidden plots and the tendency to segmentation, cattle grazing sites and palm-heart extraction seem to be most harmful, causing most of the forest landscape fragmentation. Due to these changes, the São Pedro community faces, nowadays, the challenge of combining their need to produce items with market value with the environmental restrictions brought upon them. Moreover, they must reorganize their collective labor activities and reformulate the local landscape conception and use to ensure, in the future, their permanence in that territory.

APÊNDICE 1 – Entrevista de história de vida

Parte I: Contextualização histórica e descrição da agricultura no passado.

1. Qual o seu nome?
2. Quando você nasceu?
3. Onde sua família morava quando você nasceu?
 - Em qual comunidade?
 - Qual era o local da casa (capuova ou vila)?
 - O que é uma capuova?
 - Seus pais são da mesma comunidade? Se não, de onde eles são?
 - Quais eram os outros moradores? (chefes de famílias, irmãos e outros membros).
4. Como era a vida do bairro nessa época?
 - Como era disposição das casas?
 - Como era o cotidiano e a vida social? (missas, festas, datas comemorativas).
 - Como era o sustento de vocês?
5. Como era alimentação de vocês? (Família)
 - O que comiam?
 - Quais alimentos não comem mais?
 - Como os alimentos eram preparados?
 - Algum desses alimentos vinha de fora?
6. Quais eram as fontes de renda e subsistência da sua família desde quando era criança até você sair de casa?
 - Vocês tinham roças?
 - As roças eram de capuova?
 - Vocês tinham planta no quintal e jardim?
 - * Quais eram as plantas?
 - * Para que serviam?
 - Vocês caçavam o quê?
 - Vocês pescavam o quê?
 - Vocês criavam animais?
 - * Quais eram os animais?
 - * Para que eram utilizados?
 - * Como eram criados? (alimentação, estruturas, etc).
 - Vocês extraíam algo da floresta?
 - * O que extraíam?
 - * Pra que servia?
 - Vocês vendiam alguns produtos? Quais?
 - Como era o processo de venda?
 - * Pra quem os produtos eram vendidos?
 - * Como era o transporte dos produtos?
 - As famílias trocavam alguma coisa?
 - * Alimento?
 - * Animais?
 - * Mudanças e sementes?

7. Como era o trabalho na família?

- Você ajudava na roça quando criança?
- A partir de que idade?
- Quem mais da família ajudava?
- O que cada um fazia?

8. Como eram os mutirões?

- Quantas pessoas trabalhavam em um mutirão?
 - * Mulheres, idosos e crianças também trabalhavam?
 - * Quem e quantos trabalhavam na roça e na bóia?
- Com que frequência ocorriam os mutirões?
- Quanto tempo durava um mutirão?
- Quais as principais tarefas de um mutirão?
- O que era a troca de dia?
- Quais as atividades relacionadas ao mutirão?
 - * As refeições, o baile etc.

9. Como era feita a roça naquela época? (Para a família e a comunidade)

- Qual a técnica utilizada na abertura da roça?
 - * Corte / roçada / queima / destoco / capinagem/derrubada/picada/plantio?
 - * Quanto tempo levava todo o processo de abertura da roça?
- Como era feita a escolha da área a ser derrubada? (Fatores determinantes)?
 - * Pelas espécies indicadoras? (Plantas que mostravam que a área era boa para determinada roça)
 - * Pelo solo?
 - * Pela distância da unidade doméstica?
 - * Era feita pela declividade do terreno?
 - * Era feita pela proximidade de fontes de água?
 - * Pela proximidade de outras áreas agrícolas?
 - * Pela acessibilidade ao local?
 - * A escolha era feita pela idade da capoeira?
- Qual era a distância média da roça até sua casa?
- O que era plantado na roça?
- Quantas roças vocês costumavam ter?
- Qual era o tamanho das roças? (Relacionar o tamanho com o tipo de cultivar)
- Quando a área era aberta, por quanto tempo ela era trabalhada? (Período de cultivo médio por área)
- Você lembra de alguma planta e/ou variedade, de todas as citadas anteriormente, que a sua família tinha e não existe mais?
- De onde eram extraídas as mudas e sementes destas plantas?

10. Quanto tempo em média a roça abandonada descansava até ser cultivada novamente?

- O tempo de pousio variava de acordo com a roça futura ou a cultivada anteriormente na área?
- Durante o período de descanso da terra, a área era utilizada para alguma coisa?
- Era plantada alguma coisa na roça pra colher depois de deixada a área para o descanso?
- A capoeira era utilizada para outras coisas?
 - * Extração de madeira? Quais?
 - * Caça?
 - * Colheita de frutos? Quais?
 - * Para manutenção de mudas? Quais?

Parte II: As mudanças na subsistência, acontecimentos marcantes e sua cronologia.

11. Com que idade você saiu da casa de seus pais?

- Por quê? (casamento, trabalho etc)
- Você morou fora da comunidade?
 - * Onde?
 - * Por que motivo?
 - * Por quanto tempo?

12. Você se lembra quando a rodovia (SP 165) ficou pronta?

- O que aconteceu com o comércio local?
- Vocês passaram a ter acesso a novos produtos?
- A roça mudou?

13. Você se lembra quando começou a grilagem de terra?

- O que aconteceu?
- Você consegue relacionar com outros acontecimentos da época?

14. Como se deu a titulação das terras de quilombo?

- Quando se iniciou a movimentação das comunidades?
- Quando ocorreu?
- Quais foram os principais motivos para o esforço para a titulação?
- Você tinha conhecimento da palavra “quilombo” antes do movimento da titulação?
- E você sabia sobre a origem da comunidade? (Descendentes de escravos)

15. Desde quando a região é ameaçada pela construção das barragens?

- Frente à ameaça, qual foi a postura das comunidades da região?

16. Quando apareceu o meio ambiente? (legislação de acesso aos recursos e de uso do território):

- Você sabe quando se iniciou a ação dos órgãos como o ITESP e o ISA?
 - * Você lembra de outros órgãos, que permaneceram ou não?
 - * Quais foram os resultados?

17. O quê mudou desde então, a partir do que foi mencionado?

- Na casa?
- Na roça?
- Na caça e pesca?
- Na extração de produtos florestais?
- No comércio local?
- Na alimentação?

18. Você se lembra de algum acontecimento importante da sua vida que não foi comentado?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Universidade de São Paulo

Instituto de Biociências - Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH), USP.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: Memória Social e Ecologia Histórica: a Agricultura de Coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.

O seu povo foi convidado a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo é de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, Guilherme Dias, profissão: LA VENDEDOR, residente e domiciliado na Comunidade Quilombo São Pedro portador da Cédula de identidade, RG 17950310, e inscrito no CPF/MF nascido(a) em 09/09/1962, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar do estudo “Memória Social e Ecologia Histórica: a Agricultura de Coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.”, e esclareço que obtive todas as informações.

Estou ciente que:

- I) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- II) A instituição responsável pelo estudo é a Universidade de São Paulo e o pesquisador responsável é o professor Rui Sérgio Sereni Murrieta. Além dele, participam também do projeto os pesquisadores Lucia Chamlian Munari, Nelson Novaes Pedroso Junior, Cristina Adams, Carolina Taqueda, Natasha Navazinas e Aglair Ruivo.
- III) Esse estudo vai contribuir para o resgate parcial do nosso conhecimento tradicional e assim compreender como a agricultura local está sendo praticada, bem como o era no tempo de nossos antepassados. Além disso, vamos entender a formação das matas que ainda existem hoje nas áreas ocupadas por nossa comunidade;
- IV) Para a realização desse estudo, os pesquisadores têm buscado informações em nossa comunidade sobre os nomes, os usos e o manejo das espécies e variedades vegetais que

cultivamos nas roças e nos terreiros das nossas casas, além da história dos nossos antepassados;

- V) Esse estudo está sendo realizado com membros de algumas famílias da comunidade, que são convidados a responder questões pertinentes aos do tema do projeto e percorrer trilhas, roças e quintais para o reconhecimento visual e confirmação das informações obtidas. O início do estudo se deu em fevereiro de 2006 e o prazo de término é dezembro de 2009.
- VI) Nossa comunidade tem a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- VII) Os resultados obtidos durante esta pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que a identidade dos integrantes de nossa comunidade seja resguardada;
- VIII) Todos os resultados obtidos com esta pesquisa serão repassados para nossa comunidade pelos pesquisadores através de apresentações orais e relatórios;
- IX) Caso desejarmos, poderemos a qualquer momento, tomar conhecimento do andamento da pesquisa.
- X) Caso tenham sido tiradas fotografias,
☐ concordo que sejam incluídas em publicações científicas, se necessário
☐ concordo que sejam apresentadas em aulas para profissionais
☐ não concordo que sejam incluídas em nenhum tipo de publicação ou apresentação.

São Paulo, 05 de julho de 2007

() Responsável Guilherme Dias

Testemunha 1 : Lucia C Munari RG 3 5 Tel (11) 50000000
Nome / RG / Telefone

Testemunha 2 : Adriana Maria Pereira RG 5 Tel (11) 50000000
Nome / RG / Telefone

Responsável pelo Projeto: Dr. Rui Sérgio Sereni Murrieta, Antropólogo

Telefone para contato: (011) 3071-1740

APÊNDICE 3 – Entrevista de trilhas/capuovas

ENTREVISTA NA CAPUOVA-DISCRETA

1. Para cada unidade de capoeira (antiga roça)

1.1. Qual o tamanho dessa área?

1.2. Qual a distância dessa área até o paiol?

1.3. Qual a idade dessa capoeira?

1.3.1. Como se chama essa idade de capoeira? (Classificação da fase de sucessão)

1.3.2. Como dá pra saber a idade? (Indicadores da idade da capoeira)

1.3.3. Depois que uma roça é abandonada, o que cresce no local? E o que vem depois? (Investigar mais profundamente a classificação local da sucessão)

1.4. Qual foi a última roça realizada na área?

1.4.1. Por quanto tempo esta área foi cultivada da última vez?

1.4.2. O que era plantado associado?

1.4.3. O que foi plantado antes disso?

2. Paiol

2.1. Qual a distância do paiol até a casa de fora?

2.2. Para que esse paiol era utilizado?

2.2.1. Alguém dormia nesse paiol?

2.2.2. Com que frequência?

2.3. Quantas áreas de roça foram trabalhadas ao mesmo tempo?

2.4. Quantas pessoas eram mantidas por essa capuova?

2.5. Por quanto tempo esse paiol foi utilizado da última vez?

2.5.1. Foi usado para uma estação de cultivo ou mais de uma?

2.6. Antes desse período de uso do paiol, a área já tinha sido utilizada para capuova (construção de paiol) alguma outra vez?

2.7. Alguma coisa era plantada ao redor do paiol (temperos, frutíferas, criação)?

2.8. Quem plantou estas árvores que ainda vemos por aqui?

2.8.1. É de interesse que elas continuem produzindo?

2.8.2. É preciso fazer algo para que isso aconteça?

2.8.3. O que é normal, cuidar ou largar?

2.8.4. Quais são as plantas que, se encontradas em local de capoeira antiga, indicam que só podem ter sido plantadas por alguém?

3. Áreas Para Outros Usos

3.1. Para que era usada essa área?

(Corte de madeira/Caça/Coleta de água/Extração de outros produtos florestais)

3.2. Qual era a área de uso para cada atividade? Quanto tempo era gasto para cada atividade?

3.2.1. Qual era a frequência de cada atividade?

ENTREVISTA DE TRILHA (DA CASA DE FORA ATÉ O PAIOL)

(Ao longo do percurso, perguntar a utilização de cada unidade percorrida. De acordo com a finalidade determinada, utilizar as questões acima).

4.1. Antes de a capuova ser da sua família, de quem era? E depois? Como funcionava isso? E o que aconteceu com o loteamento de terra?

4.2. O que quer dizer “Mata Virgem”? Elas eram usadas pra alguma coisa? Atrás dessa área de Mata Virgem que estamos vendo, tem alguma coisa?

APÊNDICE 4 – Depoimentos complementares dos informantes

PARTE I: DECLARAÇÕES DOS INFORMANTES LOCAIS COMPLEMENTARES ÀS APRESENTADAS NOS RESULTADOS.

Aspectos gerais da Subsistência

Sérgio, 73 anos

(LCM) – *Naquela época, como era o sustento da família?*

– o sustento da família, a nossa alimentação era da roça. Era muito difícil trazer coisa da cidade. Nossos mais velho era muito inteligente... Apesar que nesses tempo trabalhava sossegado. Fazia roça em qualquer parte aí, podia plantar, queimar, plantar... E... Mas era arroz, milho, feijão, que eu me lembro. Era cana, fazia rapadura. Tinha cafezal. Aqui nesses tempo ninguém quase sabia o que que era compra de café. Meu pai foi um homem que teve até 2 alqueire de café. Secava, levava pra Iporanga pra vender, Eldorado. E deixava pro gasto de casa.

Wilson, 72 anos

(LCM) – *E como é que era o sustento?*

– O sustento era o que a gente plantava da roça. Nesse tempo a gente trabalhava na roça quase a gente não comprava as coisa, era maioria do sítio. Também a gente não tinha nada gelado, a gente não conhecia geladeira, não... Nós aqui num conhecia relógio nem rádio. Quando a gente ia pra roça, ia seis hora pra roça, quando dava meio dia em ponto é que a gente vinha da roça almoçar. A gente calculava. Daí trabalhava até seis hora da tarde. Mas sempre trabalhando na roça.

(LCM) – *Tinha alguma coisa que vocês comiam que vinha de fora?*

– Na época era muito difícil. Mais era daqui. A gente usava café de rapadura, e nesse tempo tinha muita caça mais fácil, o povo não cortava nem o palmito. E como muita caça a gente não comprava quase comida. Matava alguma caça, e também criava galinha, nesse tempo todo mundo criava bastante porco. Porque se criava solto.

Glória, 71 anos

– A família morava em um sítio. As casas era tudo de barro naquela época, coberto de sapê e de barro. Morava no mato, no sítio assim, fazia a casa, nós subia de sapê e barreava de barro. (...) A vida de sobreviver era trabalhar na roça, roçar, derrubar, carpir, plantar. Plantava milho, arroz, feijão, que é a comida mais fácil da casa que é o que a gente tem que procurar primeiro pra comer. Então era esse que a gente trabalhava pra ter dentro de casa. Milho porque a gente tinha galinha e porco. Porque nesses tempo, ninguém comprava milho pra tratar de criação, de galinha, era tudo plantado no mato, na roça, fazia aquela roça, roçava, queimava e plantava.

Carmen, 42 anos

(LCM) – *E como era a subsistência na época*

– Na época a gente colhia muito milho, arroz, feijão.

(LCM) – *E vocês comiam só coisa da roça?*

– Às vezes a gente comprava óleo porque o meu pai criava também muito porco, muita galinha, muita abóbora pra dar pra porco, aquela rama, milho, porque o porco comia muito milho, Então tinha muito milho. Mas a única coisa que era comprada mais fora, na época era óleo, fósforo, sal, porque açúcar, mesmo, a gente não precisava. Aí também colhia cana, fazia melado, fazia rapadura, e fazia aquilo mesmo.

Nélio, 73 anos

(LCM) – *Tem alguma coisa que o senhor comia que não era da roça?*

– Não. O que vinha de fora, que não era da roça, era a querosene que nós não tínhamos luz, e o sal. O resto tinha tudo aqui. Tinha cafezal, cada um colhia o café dele. Tinha cana e não precisava comprar o açúcar de fora, e quando entrou esse problema de ficar tudo morando um perto do outro, aí a criação foi parando. Aí aquele negócio de tradição, não tem. Só que a gente não esqueceu daquilo. Por que o que a gente come e bebe hoje, essas coisas que vêm de fora é tudo cheio de química.

(LCM) – *Na época que o senhor era criança ainda, de onde que vinha o sustento?*

– Vinha da roça. Plantava o arroz, o milho, o feijão. A gente tinha porco, naquela época. Criava porcada assim, não bastante, mas criava ali para comer, que a gordura a gente comia dali, da gente mesmo. Engordava ali dois, três porcos, matava um ali, punha na lata e dava a banha pra gente gastar. A carne tirava e fritava ele, punha na gordura ali e deixava, e aí ficava anos e anos.

Vera, 55 anos

– A vida do bairro nessa época, (...) eu acho que não era tão difícil, porque a pessoa trabalhava mesmo, porque o povo gostava de trabalhar, plantar um arroz feijão, esse tipo de coisa, tudo de verdura essas coisas, então a pessoa tinha de tudo para comer, chegava na hora de comer tinha porco, criava porco essas coisas. Então, a pessoa tinha, não precisava ficar comprando, (...) eles compravam só o sal mesmo e o fósforo, o resto tudo eles tinham deles. Que quando eu fui ficando menina dos seis anos em diante que eu já aguentava ficar em casa fazendo as coisas, eles saíam para trabalhar pra capuova (*trabalhar na roça*), o dia inteiro, e me deixavam em casa fazendo as coisas. Eu ficava tomando conta da casa e fazendo as coisas. Ai eu ficava em casa cozinhava feijão e limpava as coisas dentro de casa, e quando eles chegavam às coisas estavam prontinhas. (...) Então, o sustento vinha da gente mesmo, de casa que trabalhava, e da roça que nós plantava. Era farinha, era feito da mandioca que a gente plantava em casa. Até a farinha de milho, quando a gente queria comer farinha de milho fazia de milho que plantava também. Ninguém comprava óleo, era tudo gordura de porco que a gente guardava em casa mesmo. Frango a gente não comprava, não existia esse frango da granja. A gente tinha tudo de terreiro, e café era também colhido de cafezal. Colhia aquele café ali, a gente bando de criança já aprendia lidar com o café, pra purificar ele pra tomar. Eu mesmo sei, aprendi com a minha mãe o jeito de fazer. (...) Aí a pessoa trabalhava, socava, o arroz era socado tudo no pilão. Juntava aquela gentarada quando era para uma festa, unia aquele tanto de gente para socar aquele monte de arroz, fazer aquelas comidas, “faz tudo junto ali na casa do festeiro” que dizia. As pessoas que iam na festa socavam em casa e levavam pra comer na festa. Matavam o boi já deixavam pronto, reservado pra matar naquele dia pra levar pra fazer. Porque nesse tempo não tinha nem esse negocio de venda.

(LCM) – *Tem alguma coisa que a senhora comia nessa época que não come mais?*

– É, eu acho que a gordura de porco né, porque a gordura de porco a gente comia bastante nessa época e agora a gente não come, e mesmo a gente come agora até mal faz, a gente não suporta comer mais como a gente comia. E a gente come mais o óleo, mas não come a gordura de porco. Ainda faz um tempo, pra temperar a comida assim era só com a gordura de porco, não era óleo.

Saulo, 48 anos

– Acho que a minha família era o nosso trabalho ali na roça. E daí nos tirava com o braço o sustento da nossa casa. Era da roça, antes de agora nos não comprava, o único que nos comprava era o sal né. (...) Outro era arroz, feijão, milho, verdura vinha tudo da roça.

(LCM) – *Não tinha mais nada que vocês compravam de fora?*

– Lampião a querosene. Que era lampião, que nos chamamos lampião.

(LCM) – *Você não comia nada que vinha de fora?*

– Era muito difícil. Pra começar era o dinheiro, não tinha pra comprar quase. Quando ganhava dinheiro era pra comprar sal e querosene, e o café também que aqui não produziam. Nos ainda não plantávamos café. *(Ele começa a contar a respeito de um senhor que morava no bairro e tinha cafezal)*. Então eu pra ganhar, pra mim trazer pra minha casa, eu trabalhava pra ele no começo do dia, a tarde ele me dava um pouco de café. Mas depois de uns tempos pra cá já foi acabando. Até que tá nesse ponto aí, todo mundo traz da cidade.

(LCM) – *E o jeito de preparar a comida era diferente do que é hoje?*

– Era bem diferente. Pra começar não era no gás, a forma das senhoras fazer o alimento. Então eu acho que a comida era mais saudável pra gente. Hoje não, quanto mais se prepara uma coisa pra comer, às vezes quanto mais ta comendo uma coisa que ta fazendo mal pra gente. Que a gente comia, comia só verdura as coisas orgânicas que vinham da roça, era muito melhor.

Joana , 58 anos

– O sustento era mais o que a gente trabalhava na roça, então o sustento era arroz, feijão, milho, rama, essas coisas... Que, nesse tempo, como a gente plantava bastante, como fazia roça mesmo, que a pessoa tinha a oportunidade de roçar, de roça grande... Aquele mutirão tão gostoso, aquele mutirão com bastante gente, levar comida na roça pras pessoa comer... O que a gente comia mais era porco, galinha, que a gente tinha bastante. Porque hoje quase ninguém tem, mas naquele tempo era porco e galinha. O meu pai matava aquele porco, enlatava. Agora a gente não... Enlatava aquela carne de porco, depois ia, deixava ali, pra depois a gente tirar assim, aqueles pedacinho... Era tão gostoso! E depois, aquele tanto de lavoura, que dava pra gente varar o ano, e o que sobrava a gente levava pra casa do seu Ismael, irmão do Júlio, que era aqui pra cá do rio, porque agora está tudo acabado ali, mas de primeiro... (...).

(LCM) – *E a senhora disse que aproveitava o osso do porco pra fazer sabão?*

– É. Porque naquele tempo tinha bastante carne de porco, e ninguém comia torresmo de porco. Era aquela gordura, deixava na vasilha ali. Pegava pra comer, mas deixava uma lata ali pra fazer sabão, né. Aproveita tudo, só não aproveita o osso, dá pro cachorro, né, porque antigamente aproveitava.

Relações Econômicas

Roberto, 70 anos

– Então daquilo que o pessoal plantavam, colhiam aquele de tirar uma quantidade pro sustento de casa, e dali eles pegavam o resto e tiravam uma parte pra vender, pra comprar outras coisas que eles dependiam de comprar, a roupa.

(LCM) – *O que era vendido?*

– É, vendia o arroz, o feijão quando sobrava assim. Às vezes o milho mesmo eles criavam porco, engordavam, dali eles tiravam um pro gasto, um pro custeio de casa, e aquele resto ali eles vendiam. (...) eles compravam assim no comerciante, pra pagar no final da lavoura também assim. Lá eles pegavam e levavam lá, vendiam pro comerciante lá, acertavam aquela conta que eles deviam até naquela época. E daí o resto que sobrava eles compravam, aquela coisa, e se preparavam pra próxima roça outra vez. Aí eles pagavam aquela dívida e se preparavam pra fazer roça outra vez.

(LCM) – *E como é que fazia pra vender?*

– Pra vender eles levavam no cavalo, e o que não tinha para levava nas costas. Nós levamos quando às vezes, eles precisavam lá comprar alguma coisa eles levavam, faziam ali uns dez quilos de farinha, naquele dia às vezes levavam uns dez quilos de farinha, na próxima vez que eles iam, às vezes levavam uns dez ou quinze quilos de feijão, e ali eles vendiam aquela mercadoria e compravam, porque não era muita coisa que eles compravam, as coisa que eles levavam pra vender dava pra eles comprarem. E quando não era o feijão era o arroz que eles levavam pra vender também pra comprar aquelas coisas. Quando não era o arroz ou o feijão, ou outras coisas levavam ali pegavam três, quatro frangos às vezes. (...) Era quase toda semana, antes do dia de sábado eles iam no comércio comprar algumas coisa pra varar o domingo e começar a semana de novamente. Dali eles (ne) direto. Que o sistema no tempo deles era direto. E hoje já é mais diferente que o povo compra mais de por mês.

(LCM) – *E pra quem que vendia?*

– Olha, naquela vereda vendia pra, dos mais velhos mesmo nosso eles vendiam pra José Julio da Silva, que era um comerciante mais antigo que existia aqui na região. Era ali pra casinha da balsa ali, ali bem pra cá da balsa ali. E outro comerciante ficava ali pra baixo da balsa ali naquela casa ali, naquela pousada que tinha ali.

Vera, 55 anos

(LCM) – *Então o seu pai vendia um pouco do que sobrava do gasto, o que ele vendia?*

– Vendia um pouquinho de arroz, vendia um pouquinho de feijão, de milho. Tudo ele vendia, às vezes sobrava porque era bastante, ali ele vendia também. Porco também vendiam, galinha, tudo eles vendiam. Criavam com o milho que dava e quando aqueles tanto de coisa de galinha de porco. E quando chegava na época de vender eles vendiam também.

(LCM) – *E como é que ele fazia pra vender?*

– Traziam o porco eles vinham andando, vinha andando tocado numa corda uma teia que dizia, punha a matéria do porco e aí eles iam tocando até onde é a ribeira ali perto do rio grande, tinha dois comerciantes. Que um era Ismael, e outro era Antonio Júlio que dizia. Eles eram dois, dois pessoas assim que tinham comércio de vender as coisas, comprar e vender. Eram só esse dois. Depois dali eles transportavam, pra beirada, de motor de canoa desse tipo de coisa porque não tinha estrada. Então eles que compravam, comprava e vendiam essas coisas. Aí a pessoa vendia porque já tinha a roupa, que nesse tempo a pessoa

tinha que comprar. Fazenda pra fazer roupa, pano pra fazer roupa. Então a pessoa pra vestir tinha que comprar, e eles tinha que vender essas coisas pra eles comprarem. Que as coisa de comer eles compravam o sal e o fósforo mesmo.

Mateus, 51 anos

(LCM) – *De onde vinha o que vocês comiam?*

– Comprava do armazém, às vezes, quando precisava de alguma coisa, porque quase tudo a gente fazia aqui na roça mesmo.

(LCM) – *O que é que vinha de fora?*

– De fora vinha o sal, que a gente não faz, a carne seca, o óleo, que naquele tempo usava a gordura, a banha do porco.

(LCM) – *E tinha alguma coisa que ele vendia pra fora?*

– Tinha o arroz, que plantava perto bastante e vendia. Tinha o feijão, milho, o que sobrava ele tirava pra vender. – Sobrava, assim, uns dois saco de 50 kg.

(LCM) – *E como é que ele fazia pra levar?*

– Ah, ele botava no cargueiro, no burro.

(LCM) – *E pra quem é que ele vendia?*

– Vendia pra uns homem chamado Ismael Júlio, eles tinham uma loja lá em cima, onde eles vendiam e compravam nesse lugar.

(LCM) – *Mas não tinha a ocasião, assim, de vender o arroz, e depois o arroz faltar?*

– Não, porque o já desse pra sobrar eles já levavam lá na casa do homem lá.

(LCM) – *E se acabasse?*

– Quando acabasse aí plantava outro e aí a gente já comprava de outro já.

Joana , 58 anos

– E depois venderam tudo aquela lavoura, o que sobrava a gente levava pra casa do seu Ismael Júlio, que era aqui pra cá do rio. Daí, daquele arroz, sobrava pra gente comprar os pano, pra gente mesmo fazer aquela roupa, porque naquele tempo a gente mesmo fazia.

(LCM) – *Onde seu pai tirava o dinheiro pra comprar?*

– Porque ele vendia o arroz. O que sobrava ele vendia.

(LCM) – *Como é que ele fazia pra vender? Ele levava o arroz lá?*

– É, é, ele levava o arroz lá no seu Ismael, no burro, né? Não tinha embarcação aqui. Nem essa estrada que tem aqui... Quem vê, pra gente chegar lá do Castelhana pra gente chegar aqui, a gente tinha que passar oito passagem. Antigamente Não tinha estrada, era tudo caminho de porco, assim, aqueles mato assim... A gente vinha lá do Castelhana, fazia farol do bambu pra vir do lado de lá – Na venda, então, a senhora estava falando, comprava roupa.

(LCM) – *E o que mais a senhora comprava lá?*

– A gente comprava a carne seca, né? Na procissão o pessoal gostava de comer, porque dizia que era uma carne mais forte, né?

Carlos, 47 anos

(LCM) – *E tinha alguma coisa que vinha de fora?*

– Do meu tempo, não, nada vinha de fora. Quase todo o pessoal tinha cafezal. Era pequeno, mas sempre tinha. O que comprava era o sal e a querosene.

(LCM) – *E seu pai vendia alguma coisa?*

– Não, o meu pai quase não vendia muita coisa não. Ele gostava mais de trabalhar assim no seu terreno.

(LCM) – *E não tinha nenhuma coisa que sobrava da roça?*

– Quase não sobrava. É um trabalho meio sobre medida, né? Pra começar: tinha muita dificuldade pra vender, o valor era muito baixo. E a distância, também, era demorado. Por exemplo, pra ir de lá da capuova até a balsa, que o nosso comerciante, é muito difícil, né? Então, levar um saco, meio saco de arroz, então não compensava.

(LCM) – *E como ele fazia pra comprar o sal e a querosene, por exemplo?*

– Então, o sal e a querosene, em alguns momento, enquanto não tinha as coisa mais fácil que a gente vendia, que tirava o dinheiro, às vezes emprestava.

Izildinha, 64 anos

(LCM) – *As coisas que vocês comiam vinham da onde?*

– Olha, nós plantava e às vezes nós ia pra Gaspar ali na Balsa, um vendedor que mora lá na beira do rio. A gente vendia algum arroz quando sobrava do gasto da gente. Algum feijão, algum porco, algum frango.

(LCM) – *Vendia tudo isso?*

– Vendia pra comprar o que a gente não tinha. O porco ia andando, agora as coisa, sempre a gente caminhava com viagem nas costas aqui, de 20 quilo pra baixo, a gente pegava levava lá a pé e atravessava o rio. E, às vezes quando era bastante, a gente punhava numa carguinha no burro. Às vezes a gente não tinha com o que comprar, depois quando chegava a lavoura a gente pegava e ia pra ele pagar.

(LCM) – *E o que é que vocês compravam dele?*

– Às vezes um sal, às vezes um óleo mesmo, às vezes um feijão, às vezes um arroz. Que naqueles tempo a gente usava cana, café, tudo era lavoura, que aqui dava bem. Meu pai mesmo tinha cafezal.

Hamilton, 55 anos

(LCM) – *E naquela época, ou o seu pai, ou o seu padrasto, eles vendiam alguma coisa?*

– Quando, a criação crescia, que sobrava do gasto, vendia ali uns dois ou três. Que o arroz também, quando tinha mais um pouquinho, repartia, e resto vendia, pra gente comprar nossa coisa. O feijão também, que naquela época a gente plantava coisa dava com abundância. A gente plantava mandioca, às vezes fazia farinha, que também de bastantinho, pra vender também.

(LCM) – *Mas como fazia pra transportar essas coisa?*

– No lombo do animal, levava até a balsa lá, onde atravessa da balsa pra cá. Então era um comerciante que vendia as coisa pra nós. A única pessoa pra gente comprar pano, comprar roupa, essas coisa, era tudo de lá.

Ângelo, 60 anos

(LCM) – *Tinha alguma coisa que vocês comiam que vinha de fora?*

– Olha, no meu tempo, o que vinha de fora era quase nada, porque tudo a gente fazia aqui. Era farinha de mandioca, que a gente vendia também. E tinha o senhor ali, também, que morava ali perto do casarão da entrada da balsa ali (*balsa de São Pedro*). Aí negociava com esse Ismael da Silva. E tinha outro, também comerciante. E aí era assim, fazia os negócios. Vendia arroz, vendia porco, vendia milho. Vendia galinha também, quando tinha. E eles eram o comprador, sabe?

(LCM) – *Aí vendia essas coisa pra ele pra comprar o quê?*

– Pra comprar sal, carne seca. Roupa, sapato, coisa fina assim, tamanco, né, que as mulher vestia. Ferramenta, que eles compravam lá, o algodão também, pra fazer as roupa. Comprava os fósforo, que as roupa, as camisa, os corte, mandava fazer ainda. Esse tempo aí era complicado pra caramba, aí... Era difícil!

Relações sociais

Adélia, 61 anos

(LCM) – *Tinha mutirão?*

– Tinha. Quando plantava assim bastante arroz e milho, fazia o mutirão pra nós colher. Hoje, sábado, era mutirão nosso né. E no outro sábado fazia o de outra pessoa. Então reunia aquelas pessoa no dia hoje, fazia aquele, e depois no outro sábado, o povo ia praquele...

(LCM) – *E quantas pessoas trabalhavam no mutirão?*

– 30, 40 pessoas, num mutirão só. Trabalhava homem, mulher, criança, idoso, 13 ano pra lá já ia ajudar. – *E tinha mutirão pra que?* – Pra plantar arroz, plantar milho. – *Tinha mutirão pra roçar?* – Pra roçar, muito! Ih, isso era o maior! Tinha mutirão pra tudo, tudo, tudo. – *Tinha bóia no mutirão?* – Tinha comida, matava porco, moía cana, que não tinha açúcar né, moía aquele tanto de garapa... E arroz também. Tinha uma época de uns tempo que tinha monjolo né, aqueles manjolo que socava aqueles tanto de arroz pra cozinha né. Acabava de sair roça ia pro baile... Em época de plantação de arroz, que queimava a roça, né, e o povo vinha cheio de sujeira de carvão da roça, vinha tudo sujo mesmo de carvão. Alguns nem banho num tomava! (...) Aí o pessoal dançava daquele jeito, só trocava a roupa limpa.

Nivaldo, 62 anos

(LCM) – *E como era o mutirão?*

– Ah, o mutirão, porque o pessoal, naquela época, porque pra plantar o arroz, o milho, pagava também o dia pras pessoa, às vezes durante a semana. Às vezes, dependendo da necessidade, às vezes eu ia trabalhar pressas pessoas a semana inteira. As pessoa trabalhava, fazia aquele paiol lá no fundo da roça, lugar que, se tivesse água, meu pai varava a semana inteira plantando arroz. Quando era pra colher, quando estava maduro, aí ele tirava um pouco daquele arroz, punha pra secar e ia socando lá na mata mesmo. Lá, arrumava uns saco de arroz pilado, e convidada as pessoa: “ó, tal dia nós vamos fazer um mutirão”. Pra fazer a colheita. Ah, era um sacrifício danado!

(LCM) – *Quantas pessoas iam fazer o mutirão?*

– Olha, esse tempo que o pessoal era pouca gente aqui, chegava a juntar até oitenta pessoa aqui. Entre homens e mulheres.

(LCM) – *Criança também?*

– Ia, ia. Nesse tempo não tinha esse negócio de criança chegar na roça e “ah, eu estou com preguiça, vou embora pra casa”. Não fazia isso. O pai não deixava.

(LCM) – *Mas e aí, fazia o mutirão só pra colher o arroz?*

– Pra roçar também fazia. Às vezes queria roçar meia mata, que ia roçar por dia, aí juntava umas dez, doze pessoa, e aí ia lá e roçava. Aí depois ia lá colher sozinho. Aí depois o outro lá ia fazer o mutirão, já pagava pelo serviço, aí era cobrado um do outro.

(LCM) – *E quando é que tinha mutirão?*

– Era sempre, sempre de dia de sábado. Quase todo sábado. Quando chegava setembro, começava a roçada pra milho, arroz... Aí roçava. Tinha nego que roçava dois alqueire de

mato, assim, plantava cinco, seis alqueire de arroz. Hoje ninguém faz isso mais. (LCM) – E tinha baile? – Ô, o pessoal dançava!

(LCM) – E quem é que fazia a comida?

– Ah, ali juntava três, quatro mulher que chamava “oh, você vem trabalhar pra cozinhar pra mim, pra fazer almoço pro pessoal”. Ali, se você tinha porco, você matava dois, três, pra fazer mutirão. Era a carne que mais o pessoal comia no mutirão era isso.

Nélio, 73 anos

(LCM) – O senhor fazia troca de dia, também?

– Fazia sempre. Cada um pegava no seu serviço e ia fazendo, chegava no fim do ano cada um estava com sua roça pronta. Sempre a gente trocava dia. (...) Por que fazia um puxirão não terminava aquela roça. Às vezes ficava um restinho. Sempre a derrubada, sempre sobra. Então a gente trocava o dia com os meninos e eles também faziam o puxirão deles lá que o pai deles também, que era meu tio, sempre fazia o puxirão dele. (...) E no outro dia ia terminar o deles e aí ficava prontinho num tempo só. Quando fazia verão, que queimava a gente fazia troca de dia na plantação que tudo mundo era grande para trabalhar. Ali era dez doze num instante tava...

(LCM) – Mas trocava o dia o ano inteiro, ou só de vez em quando?

– Não, não era o ano inteiro, era mais aquele serviço que estava mais apurado. Por que ali, outro servicinho mais leve a gente fazia sozinho e fazer a troca mais no negócio da roçada, da derrubada e da plantação. Por que na plantação às vezes é bastante a planta e quanto mais logo achava o que plantar por que os bichos tiravam a planta, na terra quente.

Glória, 71 anos

(LCM) – Seu pai dava mutirão?

– Fazia, pra 14 pessoas mais ou menos. E tudo pra roçar, pra fazer aquela roça. Bastante gente trabalhava, mulher cozinava e criança num ajudava porque era serviço de roçada. (...) Num ano, ele fazia só um mutirão, pra plantar arroz, milho. O milho precisa de roça muito grande, mas o arroz não. Ele fazia o mutirão em época de roçada, de outubro, maio é tempo de colheita, em janeiro ainda é tempo de plantar. De outubro em diante já é tempo de ir plantando o milho. Porque quando a gente planta feijão, tem dois meses de plantar feijão, aí a gente planta milho no meio dele.

Saulo, 48 anos

– Ah nessa época, fazia mutirão, vinha vinte, vinha trinta pessoas. Quarenta pessoas, mas de cinquenta pessoas no mutirão eu cheguei a alcançar. Variava vinha essa quantidade de pessoa certa. Tem vez que vinha menos, tem vez que vinha mais. Mas sempre vinha. (...) As crianças trabalhavam na colheita de arroz, né.

(LCM) – E mulher trabalhava?

– Trabalhava. Colheita de arroz trabalhava mesmo. Ai vinham às cozinheiras também que faziam à comida. (...) Ah mutirão fazia um de agosto até de dezembro né, depois setembro, outubro dezembro. Depois que deu um mês, aí no outro ano fazia.

(LCM) – Mas aí nesses três meses quantos mutirões ele fazia?

– Ah fazia pra roçar. Aí ia fazer só pra roçar, esse primeiro mês, que é o mês de roça, mês de agosto até setembro. Fazia pra roça, aí fazia queimar a roça no mês de dezembro, novembro. Aí ele fazia pro plantio também, pra plantar fazia um. Era três mutirão. Porque tem fazer pra colheita.

Eurídice, 38 anos

– O pessoal usava muito o sistema de mutirão, por exemplo, tem o fulano lá querendo fazer uma roça, aí ele vai, convida todo mundo naquele sábado no dia lá que pode o pessoal ir, vai lá, faz a roça dele, na outra semana já ia, fazia; o pessoal fazia roça sempre assim.

Vera, 55 anos

(LCM) – *O seu pai dava mutirão?*

– Fazia, ih fazia muito mutirão. Fazia aquele mutirão, e de juntar aquele monte gente pra colher arroz pra, quebrar milho, pra quebrar milho e colher arroz que sempre ele fazia. E ia bastante gente. Tinha vez até de ir, até de ir de quarenta, quase cinquenta pessoa que ia pra trabalhar. Ia homens e mulher. (...) É nesse tempo de meio do maio que às vezes ficava aquela roçona de arroz maduro, aí eles faziam aquele mutirão, mas eles já faziam pra fazer o baile de tarde. Aí ia aquele monte de gente, às vezes precisava matar de duas leitoas pra fazer mistura. Daí aquelas duas cozinheiras fazendo comida, era bonito os repentes, aquela gentarada.

(LCM) – *E ele fazia pra colher arroz?*

– É, era sempre mais pra colher arroz e milho. Que é uma coisa que precisa aproveitar né. Pra aproveitar de tempo o arroz sobe, então eles já se reuniam pra fazer logo com gente pra aproveitar as coisas. (...) Mas o mais que eles faziam era pra colher o arroz, porque o arroz é mais demorado, e nesse tempo eles não cortavam o arroz, eles tinham que colher com canivete, demorava mais. Então eles achavam de fazer mais de um por ano. E pra fazer roçada também eles faziam, mas mais eles faziam pra derrubada, pagava a pessoa pra ajudar e depois a roça era grande e pra derrubar era aqueles pauzão muito grosso, que tinha. E ele faziam pra derrubar, aí juntava aqueles homens pra derrubar as árvores.

Carlos, 47 anos

– Teve mutirão aí de juntar 70, 80 pessoas, não de meu pai. Mutirão a gente dá bóia, dá comida, bebida, o baile, e fica pro serviço. O mutirão era muito importante na nossa comunidade. Nesse tempo o serviço já existia. Como o serviço não era bastante, então não precisava de muitas pessoa, mas ajudava muito. Quando meu pai resolvia fazer uma roça, e achava que o tempo não ia dar, que era curto, no caso, então ele fazia mutirão. Então, com aquela comida do passado, por exemplo, o arroz, o feijão, a gente segurava um pouco, e deixava pra fazer mutirão pra roça, naquela roça.

(LCM) – *E fazia mutirão pra quê?*

– Tinha bastante pra milho. (...) Às vezes dava um começo de roçada boa, então a gente pegava umas pessoa pra terminar de roçar, e outros já pra derrubar. Pra plantar era mais difícil. A gente então ficava quinze dia, um mês plantando. – *E quantas pessoas juntavam no mutirão?* – Tinha mutirão que juntava setenta, oitenta pessoa. Não o do meu pai, mas o do meu sogro, sim.

(LCM) – *E tinha bóia?*

– No mutirão a gente dava bóia, dava bebida, dava baile. E então fazia o serviço. (LCM) – *E quem é que trabalhava no mutirão?* – Ah, era todo mundo, homens e mulheres que tinha. Sempre tinha os serviço de mulher também de roçar, de carpinar, que a gente fala, plantar uma rama de mandioca, que às vezes, nessa época, tinha o plantio de milho numa época boa.

(LCM) – *Criança também?*

– Criança, de primeiro, trabalhava, mas era mais simples. Era bem pouco que trabalhava.

(LCM) – *E tinha sempre?*

Tinha todo sábado? – Tinha, tinha. Todo sábado não, mas sempre tinha mutirão.

Francisca, 53 anos

(LCM) – *E o seu pai dava mutirão?*

– Dava.

(LCM) – *E quantas pessoas trabalhavam quando ele dava mutirão?*

– Ah, nessa época trabalhava bastante gente assim, queimando, derrubando. Eu acho que uma dúzia, duas, era bastante gente. Porque quando a gente trabalhava, que ia fazer o mutirão, deixar a roça pronta, eles tiravam um pouco com o machado, assim, pra aquele pessoal ir roçando, né, e eles iam derrubando. Era bastante gente, assim, bastante, que não dava pra gente contar, né. Mais de vinte. Tinha mutirão que às vezes a gente juntava até quarenta pessoa.

(LCM) – *E ele fazia mutirão pra quê?*

– Ele fazia, assim, pra fazer roça, pra derrubar, queimar.

(LCM) – *Se fosse olhar em um ano, quantos mutirões ele dava?*

– Às vezes fazia, às vezes não fazia, às vezes fazia sozinho na roça, assim. Que às vezes fazia o mutirão, né. E às vezes os filho homem fazia questão de ajudar também.

(LCM) – *E quando ele dava mutirão, mulher trabalhava também?*

– Trabalhava. Às vezes, assim, de plantar rama, quando era época de plantar rama, né?

(LCM) – *E aí no mutirão ele dava baile?*

– Às vezes dava, às vezes não.

(LCM) – *E quem é que tocava quando ele dava?*

– Ah, aí era uns pessoal que vinha aí, que tinha uns instrumento. Que naquela época não tinha esse negócio de som, né, era só sanfona, viola, e pandeiro, que hoje ainda tem. E era só isso que eles tocava, né, que de noite eles faziam esses baião de terreiro, né, e punha num canto, num canto, e tocava, assim.

Hamilton, 55 anos

(LCM) – *Seu pai fazia mutirão naquela época?*

– É, meu pai fazia também. Fazia com baile, às vezes sem baile, e ia assim mesmo. Às vezes fazia pra roçar, às vezes pra colher, é, tinha. Às vezes até pra quebrar milho o pessoal fazia também, de todos fazia, às vezes era uma coisa, outra hora pra outra... Mais era pra roçar, pra colher e pra quebrar. Que naquela época, que de primeiro o povo gostava de trabalhar, tinha vez que juntava quarenta, cinquenta pessoa num dia pra fazer o serviço da roça. Às vezes plantava dois alqueire, assim, semente de arroz, que era sessenta quilo, né, então eu plantava dois saco daquele de arroz. Aí quando não dava, que eu não aguentava tudo aquilo de arroz, aí ia lá e chamava o pessoal, umas sessenta pessoa, e aí dava uma feijoada num dia, que e pra poder colher. Aí dava a bóia pra ele, né, e aí dava o baile pra eles se divertir, dava a comida no dia mesmo, né?

(LCM) – *E mulher trabalhava também no mutirão?*

– Trabalhava, trabalhava. Era homem e mulher na colheita, na carpição. Naquela época, que era plantação. Só não ia mesmo pra roçar. Quer dizer, às vezes tinha uma ou outra mulher, coitada, ela roçava também, é, roçava!

Uso e ocupação do território – Unidades de cultivo

Saulo, 48 anos

(LCM) – *E quando plantava assim o arroz, dava cinco meses mais ou menos pra dar a colheita. Aí faz o que depois?*

– Aí na área que plantar arroz ou milho, nos já largava alí, né. O único que plantava ali era uma soqueira, era milho, depois do arroz. Aí largava durante uns cinco anos, seis anos. E plantava noutro lugar. Da área que encostava ali mesmo.

Regina, 71 anos

(LCM) – *E o seu pai fazia roça grande?*

– Fazia.

(LCM) – *Que tamanho ele fazia?*

– Daqui em diante.

(LCM) – *E se ele plantasse uma coisa num lugar, depois ele ia plantar outra coisa em outro lugar, ou plantava tudo junto?*

– Às vezes plantava um milho no meio do arroz.

Ângelo, 60 anos

(LCM) – *E o que era plantado? Assim, porque o senhor falou muito que era plantado no meio, né?*

– Então, tinha muita coisa que era plantado. Tira o feijão. Depois tira o arroz, né? Depois do arroz, que é no mês de março, abril que colhe, aí quando é junho até que começa a carpir ela. Então carpe ela, e planta junto... Então, e a gente pega, aproveita e planta o feijão, se quiser plantar uma rama, e se quiser pode plantar um milho desse jeito, até dá pra trabalhar junto. Aí tira o feijão depois desse tempo que a gente carpia, né. Depois o milho com cinco, seis mês, e a rama, se ficar, trata dela, carpe ela e deixa ela lá, porque depois que carpe ela de primeira vez, depois ela pode ficar lá. E depois a gente via o que faz com ela. Aí deixa lá. Depois de um ano, se tiver necessidade, aí a gente via lá pra tirar ela lá.

Francisca, 53 anos

(LCM) – *Os seus pais eles plantavam tempero junto com a roça?*

– Plantava. Ah, plantava assim em casa, né. Tinha sempre alguma coisa que eles plantavam. Plantava bastante couve, manjeriço, e essa salsinha aí, que de uns tempo pra cá, que eu não conhecia. E a gente gosta de plantar, porque tem gente que não gosta. (...) Que tinha outras mais velha que plantava, plantava alface, assim, como o meu pai e a minha mãe. Plantava mais essas coisa assim. Às vezes plantava taiá, plantava inhame.

(LCM) – *E aí plantava onde?*

– Plantava na roça, que, às vezes, plantava a roça e deixava separado o lugar pra plantar legume. E plantava batata doce, batata salsa, que a gente diz. Que tem gente que chama de mandioquinha, que a gente chamava de batata salsa, que o pessoal, hoje, chama de mandioquinha.

Joana, 58 anos

(LCM) – *E o milho estava plantado junto com o arroz ou não?*

– Estava plantado junto com o arroz, né? Quando ele fazia a roça, assim, grande, aí ele plantava metade de arroz, e metade era de milho.

Clotilde, 44 anos

(LCM) – *E depois que plantava o arroz, que colheu o arroz de cinco meses, aí, planta alguma coisa logo depois?*

– Ali naquela parte de milho, aí, depois de um tempo, a gente aproveitava um tempo pra fazer uma rocinha de feijão nela. O arroz também, às vez, depois de plantar em algum lugar, aí faz mais ou menos em toda a área onde está o arroz.

(LCM) – *E dessas plantas que a gente falou, junto com o arroz ele plantava mais alguma coisa junto com o arroz, ou era só o arroz mesmo?*

– Às vezes ele plantava também alguns pés, alguns pés de milho. No meio, mas dependendo da terra boa que planta arroz, planta milho. Já o feijão já plantava no milho. (...) Horta, era difícil o pessoal fazer horta. Às vezes o pessoal fazia, plantava uma horta junto com a roça. No meio do feijão, do arroz, plantava uma horta.

Marília, 41 anos

(LCM) – *E no meio do arroz você falou que ele plantava abóbora?*

– É, isso.

(LCM) – *E o milho?*

– Às vezes a minha mãe plantava coisa ali junto com o milho junto como pepino, às vezes dava alguma coisa, e às vezes não dava nada.

Clotilde, 44 anos

(LCM) – *Se olhasse num período de um ano, se olhasse num retrato do tempo, quantas roças os seus pais tinham? Quantas, mais ou menos, num período?*

– Mandioca nem tanto, às vezes a cana também. Às vezes as pessoa fazia uma roça perto. Então aí já plantava o feijão, porque nesse tempo era plantado. Às vezes fazia também só um pedaço de terra, que aí eles plantava mais de uma vez e deixava. Agora, arroz e milho sempre cada um fazia num lugar.

(LCM) – *E qual é que era o tamanho da roça?*

– Era um alqueire, uma quarta, era essas medida.

Leandro, 41 anos

(LCM) – *Se eu pensasse, assim, quantas roças, quantas áreas o seu pai cuidava ao mesmo tempo?*

– Ah, tinha, assim, que o arroz e o milho cultivava só numa área, né. Que nem, pegava a parte mais de morro pra milho, e a parte mais de vargem pro arroz. Que nem, agora, o feijão o pessoal planta assim numa área de roça, porque pode ser numa área pequena, não precisa ser uma área muito grande (...).

(LCM) – *E planta o quê quando vai plantar feijão?*

– Aí o feijão geralmente planta é abóbora, planta pepino...

(LCM) – *Mas o feijão, ele estava sendo cultivado ao mesmo tempo do milho e do arroz?*

– É.

(LCM) – *Então aí já são três áreas diferentes sendo trabalhadas ao mesmo tempo?*

– São três áreas diferentes se eu roçar uma área pra arroz, uma pra feijão, e uma pra milho.

(LCM) – *Mas o seu pai fazia isso?*

– Não, mas geralmente o pessoal fazia a roçada pra arroz, e na mesma área a roçada pra milho, porque o próprio milho você podia roçar no meio do arroz.

(LCM) – *Então seria uma pra arroz e pro milho. E aí, a do feijão, seria separada?*

– É que a do feijão era sempre uma roceira muito pequena, que aí você roça aquilo naquele ano ali e volta ali quando está crescendo. Aí você vai lá e usa. Aí você usa ali a quarta, a meia quarta ali. E aí a pessoa já usa uma roceira que ela tem ali, e já pega a quarta, a meia quarta ali e roça e já planta o feijão e pronto.

(LCM) – *O feijão não precisa de muito alto pra dar?*

– O feijão, ele no mato muito alto ele já não dá.

(LCM) – *E a mandioca, fazia uma área só pra ela?*

– A mandioca é uma área.

Adélia, 61 anos

(LCM) – *Quantas roças que a família conseguia manter ao mesmo tempo?*

– No caso, chega quase mês de agosto, agora vai ter que roçar pra plantar rama, milho, arroz e feijão, as quatro coisa ao mesmo tempo.

(LCM) – *mas no mesmo lugar ou em lugar separado?*

– lugar separado, quatro lugares separados.

(LCM) – *e uma longe da outra?*

– longe da outra, sempre foi uma longe da outra.

(LCM) – *e qual que era o tamanho da roça mais ou menos?*

– sempre, a maioria, pra feijão eles plantavam menos, né, sempre plantam menos. Sempre plantação menos que o arroz e do milho.

(LCM) – *que tamanho era de feijão?*

– eles plantavam uma quarta de feijão. O arroz era sempre um alqueire, e meio, dois alqueire, tinha gente que plantava até dois alqueire de arroz, né. Milho também plantava de alqueire.

(LCM) – *Milho plantava separado do arroz?*

– separado, as vezes plantava no meio do arroz, consorciado no meio do arroz (...). Meio, um alqueire... Mandioca também eles plantavam assim, tarefa né, que falava, eles falavam, mas também plantava um alqueire de terra. E essas planta, tinha planta que eles plantavam no meio, né, no caso, plantava mandioca aqui, às vezes plantou um cará, às vezes plantou uma batata, às vezes plantou inhame, às vezes plantou taiá, às vezes plantou tudo no meio da rama. Semente de pepino... E no meio do milho também às vezes plantava semente de abóbora, semente de pepino. Essas coisa também era plantado no meio do milho. Ainda hoje ainda tem isso né?

Uso e ocupação do território – Escolha do local das unidades de cultivo

Hamilton, 55 anos

(LCM) – *E quando ia querer plantar alguma coisa, como é que fazia pra escolher o lugar?*

– Olha, a gente enfiava a cabeça no mato assim, e olhava por debaixo da terra, assim sabia qual era a melhor terra pra lavoura. É, aquela que estava mais esterçada a gente sabia que estava mais própria pra plantar, mais forte pra planta nele pegar a força, né. Porque essa terra muito lavada ela depende muito do adubo, do esterco, né. E a gente, como não tinha a situação de comprar, como não tem até hoje, então a gente caminhava assim, pra gente achar ainda aquela outra quantidadezinha de terra (...).

(LCM) – *E tinha alguma madeira assim no mato que dizia que a área era boa?*

– A madeira tem. A madeira tem lugar que mostra que a terra é boa. A terra, quando ela está inteirada, que a gente pisa nele e ela vai até o chão, que entorta toda, aquela não vale

nada, nem pra plantar a rama nela não presta. Onde, assim, a de guanandi tem terra boa, que dá pra plantar feijão e milho. Onde tem essa mamona, quando dá de primeiro é terra boa. É, tem várias na terra que mostra que a terra é boa. Agora, nos lugar que dá certos tipo de mato, aí não presta, porque é terra seca. Aí não adianta plantar, porque não pega.

Wilson, 72 anos

(LCM) – *Tinha alguma qualidade do lugar que você sabia que aquilo era bom pra plantar?*

– Ah, pelo modo da terra a gente conhece o lugar que a terra é mais próprio pra arroz, e mais próprio pra feijão.

(LCM) – *Como que é?*

– Por causa da qualidade da terra, da cor da terra. Às vezes uma terra preta meio solta ela é boa pra feijão e pra milho. E uma terra barrenta branca, mais mole, aí já é bom pra arroz. A gente já tem essa experiência dos mais velhos.

(LCM) – *Tinha alguma madeira que dizia que a terra era boa?*

– Tem também. No mato o lugar que tem a terereca é terra pra milho e pra feijão. E aonde tem essas embaueira, esses jacatirão, natal. Esse já é próprio pra arroz. (...) O cafezal na época tinha que escolher também aquele lugar próprio. Terra vermelha que é bom pra café.

Sérgio, 73 anos

(LCM) – *Como que o seu pai fazia pra escolher um lugar pra plantar?*

– Olha, ele tinha muita prática de, eles tinha muita prática de conhecer o chão, a terra. Era pelo tipo do mato. E pela cor da terra também. Eles escolhiam pela madeira, pela cor da terra. Aonde existia, vamo supor, essa jacaré.

(LCM) – *Aquilo era bom pra plantar o quê?*

– Aquilo é pra milho. Onde tem essa que eu to falando, terereca, jacaré, gambaiero, espinho de agulha. Tem o nhupindá. Também o terreno é lugar de terra boa. Tudo é terreno pra plantar milho. – *E pra arroz?* – Pra arroz é outro tipo de coisa, essa lhuva, jacataúva, caeté roxo.

Leandro, 41 anos

– Pra escolher o lugar, as pessoa saía, entrava na mata, via a mata que era boa pra fazer roça era a pé, olhando.

(LCM) – *Olhando o solo?*

– É. E às vezes depende do mato.

(LCM) – *E você sabe dizer como é que era? Você conhece também?*

– Um pouco conhece.

(LCM) – *Você sabe qual é o solo bom pra arroz, pra milho?*

– O solo bom pra milho é bom o terreno que tem mais área, mais úmido. Não pode ser muito encharcado, mas tem que ser bem úmido a terra.

(LCM) – *Tem que ser um úmido, mas não pode ser muito?*

– É, tem que ser mais fresca a terra.

Carlos, 47 anos

(LCM) – *E como escolhia o lugar pra abrir roça?*

– A gente ia lá no lugar que a gente sabia que era bom pra arroz, aí a gente já pegava e falava: “eu vou fazer uma roça aqui esse ano”. E se a procura fosse certa, fosse grande, e o mato fosse meio grosso e se o tempo não desse pra fazer tudo aquela área, aí eu preparava o mutirão pra fazer aquilo. (...) Era assim: terra branca era pra terra de arroz, mas tem terra

branca que é boa pra milho também. Às vezes ela é muito forte também. E às vezes a gente fazia também as duas coisas. A terra preta é boa pra tudo, pra arroz, pra milho, feijão, depois a gente deixava pra plantar feijão, um pedaço da roça. Então plantava de tudo: pepino, abóbora (...).

(LCM) – *Mas não tinha, assim, uma madeira lá que dizia que a terra era boa?*

– Isso também tem, o conhecimento tradicional das pessoas, assim, mas é mais pela terra mesmo.

Nélio, 73 anos

(LCM) – *E para escolher o lugar que é para plantar, como é que os antigos faziam?*

– Eles usavam assim, para ter uma base mais ou menos da parte do terreno, onde era o terreno bom, onde era apropriado para aquela planta... Então ali eles pegavam uma capoeira lá de dez, quinze anos, então eu vou fazer a capoeira lá... Porque ela já tem bastante madeira, né? Já está descansada a terra. Eles viam que tinha área, deixava descansar aquela área e dali eles faziam rodízio em cima dela. Ali passava cinco, seis anos e até dez anos para fazer outra roça de novo.

(LCM) – *Tinha um tempo mínimo de espera?*

– É tem, porque conforme a capoeira ela cresce, se a terra é boa depois de três anos ela se forma tudo de novo. E aí depois de quatro anos, cinco anos, já tá bom (...). A cor da terra tem que olhar, porque só uma terra apropriada para o arroz o milho, já sabe onde é que é, vai lá.

(LCM) – *Como é que é?*

– Por que a terra do milho é uma terra solta, e a terra de arroz, ele dá numa terra mais apertada. Por que se tem que plantar numa terra branca ela não sai muito bem. Por que se tem que plantar numa terra escura, como essa aqui, é bom para arroz. Já não é bom pra milho. (...) A terra que dá arroz dá milho, por que a gente salteia milho no meio do arroz sempre dá bom. Mas, mais é terra vermelha para o arroz. É terra vermelha, solta. Agora para o milho é uma terra mais escura, do tipo misturado, né? Que não seja uma terra barrenta, muita água. O milho não gosta de muita chuva quando ele está se formando. A chuva para ele é duas, três chuvas, para ele se criar.

Glória

– Às vezes plantava longe do paiol, às vezes perto, na beirada da outra roça, tem outro pedaço onde roçar. Depende mais da terra, se a terra tem a terra adequada pra plantar aquela planta.

(LCM) – *Mas aí se fosse planta o feijão em outro lugar, plantava perto do lugar que tava sendo plantado o arroz ou plantava longe?*

– Não aí plantava, se desse a terra, a pessoa planta no mesmo lugar, se num der, planta aquele num, e planta outro noutro lugar, porque se tiver outro lugar pra roçar pra plantar outra planta, aí o pessoal faz outra roça e planta.

(LCM) – *Aí esse outro lugar era longe desse onde tava o arroz?*

– Às vezes é longe, as vezes é perto, na beirada da outra roça, tem outro pedaço onde roçar.

(LCM) – *Então depende mais se o lugar tá bom pra plantar?*

– depende mais da terra, se a terra tem a terra adequada pra plantar aquela planta.

Saulo, 48 anos

– Cada planta dessa tem o tipo da terra. Que a gente conhece as terras que dão feijão, as terras que dão pra milho. Que a terra branca, eu chego aqui a terra marcada daquele lado. Terra branca aquele lado. Aí é mais pra arroz. E a terra que dá madeira, a natureza dela é de mato, então aí é pra feijão. A terra que dá feijão ela dá milho também, é a terra escura, mais adubado. Arroz da pra plantar na terra branca. Em terra lavrada até.

(LCM) – *Então pra escolher onde vai plantar tem que olhar a terra?*

– É olhar a terra.

(LCM) – *Que mais que olha?*

– Olha terra, nos olha a terra e toda a madeira em cima também. A mata né. Tem varias, primeiro nos chega e olha a terra ali, a terra ali tem outra madeira, onde tem aquela madeira é bom pro feijão e pra milho. E onde tem aquela madeira lá aquilo é só pra arroz. Então a gente escolhe pela madeira também, que conhece.

Uso e ocupação do território – Unidades doméstica

Adélia, 61 anos

– Olha, nós morava numa capuova né.

(LCM) – *E onde que era?*

– A capuova fica uns dois quilômetros longe daqui, fica bem no morro, lá pra cima. Daquele mato de trás, beira essa estrada, segue o morro, e vai lá pro fundo pra lá.

(LCM) – *Como é que chamava pra lá?*

– Chama capuova mesmo!

Vera, 55 anos

(LCM) – *A senhora tava falando, a senhora morava lá né perto do ranchinho aí, mas o seu pai tinha a capuova?*

– É papai, a capuova dele era num lugar chamado Casa de Pedra, que a gente ficava ali, na beira do rio. E era lá que era a capuova dele, era um lugar, assim, de mato virgem, que tinha aquele mato, taquarossu que diziam. E lá ele fazia a roça.

(LCM) – *Da sua casa até a capuova era quanto tempo a pé?*

– É eu acho que uma assim, uma hora e meia mais ou menos.

(LCM) – *E tinha alguma coisa plantada no terreiro da casa?*

– (...) Em volta da casa ele tinha, ele não tinha assim plantação porque ele num plantava porque ele tinha um pasto grande, assim em volta da casa porque nesse tempo ele tinha bastante animal, tinha gosto pelo animal, então ele fazia aquele pastão grande por fora, e roçava assim só pra ter os animal dele. Ele tinha pasto, dizer que um tipo de um pasto que ele tinha por fora da casa, então de plantação, ele não plantava perto da casa. Criação ele tinha porco, ele tinha galinha. Esse tempo também o pessoal criava tudo solto, não era preso, criava tudo solto em volta da casa, e eles saiam pro lugar longe assim par pastar, então não tinha como ter plantação.(...) A mamãe tinha horta, ela tinha assim, horta assim que ela sempre plantava. Ia na hortinha plantava o tempero, e o que mais ela gostava de planta era flor, de plantar flor.E a horta era cercada de bambu. Esse tempo o pessoal cortava bambu e fazia de cerca de bambu, aquele bambu. Hortinha pra plantar cebolinha, assim pra ficar mais perto da casa, porque se tava na roça era muito longe né, pra cozinhar, então...

(LCM) – *Tá, e aí tinha fruta no quintal?*

– É fruta tinha, laranja, e lima, essas coisas sempre tinha pro lugar deles, que eles só quando eles saíram que meu pai morreu, foi ficando, ficou, tem até agora lá na beirada lá. Você olha lá na vargem é só laranja que tem, jabuticaba, essas coisas sempre tinha. E tem até agora lá.

(LCM) – *E ele fez alguma roça perto da casa?*

– É, ele fez perto, mas não muito perto, ele sempre fazia mais pro longe, mais longe assim. Mas num lugar que, mais longe, porque muito perto o povo comia, então ele gostava de trabalhar mais na capuova, porque a capuova ficava longe num tinha como o povo ir e comer. E ele gostava de plantar mais longe (...).

(LCM) – *E não usavam o paiol pra pousar?*

– Não, era difícil. Quando era pra ir pra bolinha daí eu ia também, mas era mais difícil. Porque a mamãe não gostava de deixar a casa por causa das criação, então eu fica aqui em casa eu tomava conta das criação. Eles tava vendo a gente sair eles saiam. Ela plantava mandioca, cana nesse tempo plantava. Plantava só legume e verdura, batata essas coisas. Daí ela levava eu pra ajudar ela.

(LCM) – *Ai ela ficava numa área só por vez, ou ela ficava em varias áreas?*

– É ela ficava quase só em uma porque o terreno lá era muito bom, porque só plantava uma vez e dava gosto de ficar trabalhando bastante tempo nele. Que era tudo adubado então não dava coisa de trocar... (...).

(LCM) – *Perto da casa da capuova, seu pai plantava? Perto do paiolzinho?*

– Lá ele plantava, lá ele fazia a roça até pra alqueire, que é o meio pra plantar de arroz de milho. Era sempre mais arroz e milho e feijão que eles plantavam. Mandioca essas coisas tudo eles preferiam lá pra plantar, porque terreno lá era terreno muito bom demais, plantava ali nem adubo não precisava. (...) Às vezes a roça ficava até em volta da capuova, do paiol ele tinha o paiol no meio. É, porque não tinha criação, então ali eles faziam aquela roçona de arroz em volta. Saía do paiol e ia colher arroz.

(LCM) – *E tinha pé de fruta aqui também na capuova?*

– Na capuova era difícil, não tinha.

(LCM) – (...) *Depois que largou a roça aqui, e vai pra outro lugar, fica usando o mesmo paiol ou larga também?*

– Às vezes usava o mesmo paiol porque o terreno era muito grande né, e aí naquela capuova não dava pra trabalhar, mas aí a outra capuova era meio perto, às vezes aquele paiol ainda dava pra eles usar ainda, um, dois ano.

Roberto, 70 anos

(LCM) – *E lá no Boqueirão, onde tinha a casa dos seus pais, tinha mais alguém que morava, que tinha casa lá?*

– Tinha os meus tios. Olha só que eu alembro na época, tinha uns quatro tios. cada um tinha a casa dele. Eram perto do caminho de passagem só que ainda meio distante assim do outro.(...) – A casa que nós morava já pertencia a uma capuova, mas tinha um capuova mais pra frente ainda. Porque eles faziam o seguinte, naquele tempo eles tinha criação de porco, e aquela criação deles na hora que dava eles soltavam assim em volta da casa, praquelas criação se desenvolverem melhor. E dali eles iam trabalhar mais longe, trabalhar mais longe pra manter as criação, pra deixar a criação que ficasse a vontade ali.

(LCM) – *Mas andando da casa que vocês moravam, a casa dos seus pais, que era no Boqueirão, até a roça de capuova, quanto tempo levava andando?*

– É mais ou menos uns quarenta minutos (...). Tinha paiol. Pra eles dormirem ali passarem a semana trabalhando e dormirem lá. Nós demorava lá, primeiramente nós morava. Nós tinha nossa moradia lá, e cá no rio São Paulinho nós tinha como capuova (...).

(LCM) – *Essa roça era bem perto da casa?*

– Não, se tivesse assim condição de fazer perto da casa, eles fazia até perto da casa. Veja assim, vamos supor, se a nossa casa é essa casa aqui e se nós não fizesse a roça assim tão perto, quando chegar de uns cinco anos, essas capoeiras tá tudo em riba da casa. E se não fizer, naquele tempo se não fizesse a roça ela ia ficar mais alta, ia ficando mais perto e daqui a pouco já nem as galinhas não podia ta solto já. Já vinha o gato já. Era bem encostado na casa. A galinha ficava solta.

(LCM) – *Além de coisa de roça, tinha mais alguma coisa plantada em volta da casa?*

– É tinha esse alho assim que eles plantavam um pouco, assim também goiaba que nem, mexerica, essas frutas eles tinha, banana que eles plantava assim pra, naquele tempo não plantava pra vender mas plantavam pro costeio de casa. Eles plantava se por acaso eles tinham uma área assim que tinha as frutas, então eles não faziam roça perto. Às vezes fica um pouquinho assim em volta da casa que nem a goiaba assim, as laranjeiras assim. Aí eles não chegavam com a roça, deixavam um pouquinho mais longe. (...) Tempero a gente plantava assim, hoje eles fazem horta pra plantar, e naquele tempo eles faziam. Tinha um pedaço pra fazer a rocinha, plantava a verdura numa rocinha assim que a galinha e o porco não mexia mas os temperos sempre dava no terreiro. Cebola que eles plantavam mais fora um pouquinho. (...) Tinha pimenta, coentro, de tempero assim pra peixe, sempre nós tem aqui. Coentro, pra peixe isso a pessoa planta assim no terreiro. Agora cebola, o alho, essas coisas planta na roça. Colocando na roça ou senão faz no quintal de varinha de madeira e plantava dentro quintal. Cercava, fincava as varinhas assim, fazia um quintalzinho assim.

Ângelo, 60 anos

– Aqui era só pra ficar assim, colher a lavoura dele, deixava um barraco e parava, quando ele num tinha lá ele vinha buscar aqui, assim que era a capuova, plantava feijão, milho.

Saulo, 48 anos

– Ai é o costume dos mais velhos, eles faziam roça cedo, eles faziam roça, faziam a do mês de julho, plantavam em setembro. Aí setembro eles faziam outra, iam plantar em novembro ou dezembro. Eles tinham que fazer em duas rocinhas assim, duas roças. É, acho que se você plantar de agosto até setembro, vai chegar à mesma época que se plantar de novo de dezembro. Não tem diferença nenhum, a de trás ela ata dura mais do que a de cedo. Por causa do tempo, o tempo é curto, então a planta cai no chão tem tempo de parar a planta e sair. E se pegar de janeiro é a mesma coisa. A rapidez dela é do mesmo jeito, que ela não pode, não pode dar muito no chão. O tempo é curto então ela vem muito rápido.

(LCM) – *Ai você ta falando que sempre fazia duas roças, né, uma de arroz uma de milho? Ela era feitas separadas ou juntas?*

– Eram separadas. Eles faziam com uns quinze, vinte metros longe da outra. Só que na hora de queimar, o fogo não passar na outra. Era perto do paiol.

Roberto, 70 anos

(LCM) – *O paiol dessa capuova aqui ele era sempre construído no mesmo lugar?*

– aqui? Não às vezes construía aqui, às vezes lá em cima também construía um paiol, daquele lado pra lá também fez um paiol também. Conforme ele fazia uma roça, ele fazia um paiol. Se por acaso ele fosse fazer uma roça aqui, então ele fazia um paiol aqui. Então se esse paiol aqui, se ele fazia uma roça aqui, que desce aqui, aí depois quando elen ao quisesse fazer por acaso outra roça em outra parte... ele fazia outro paiol. Lá do lado tinha um paiol dele, lá no morro também tinha um paiol dele, nesse morro que tem pra La também, onde tem umas 3 ou 4 laranjeira, onde tem umas banana pra lá. Todo lugar que

faz um paiol ele plantava um pouquinho de banana. Só ali pra cima aquele lado de cá foi assim, num to bem alebrado mas lá eu me lembro, eu lembro que tinha um paiol e tinha bananeira perto.

(LCM) – *então ele fazia um paiol assim a cada ano?*

– quando dava pra fazer uma roça ele fazia um paiol. Fazia coberto com folha de jussareira, então num dura muito, um ano.

(LCM) – *e ele só plantava fruta em volta do paiol?*

– as vezes mexerica, as vezes trazia mexerica com tempo que com tempo deixava madura, eles jogavam semente dela perto dum toco, perto duma pedra e ela nascia aí eles cuidavam dela.

Sérgio, 73 anos

(LCM) – *Ele ia e voltava todo dia da capuova?*

– Provavelmente, lá é um lugar que a gente ia pra lá sempre ficava a semana. Ia segunda-feira, só saída de lá no sábado. Às vezes a gente vinha aqui... Tinha culto, a gente vinha, parava na casa depois da entrada, e no domingo se arrumava pra ir pra capuova. Sempre era assim (...). Tinha um milho, às vezes tinha arroz, quando terminou aqui e gente pegava o animal e ia lá buscar e (...).

(LCM) – *la toda família?*

– Aqui ficava fechado.

(LCM) – *E a criação ficava aonde?*

– O porco era mais na capuova, então tinha que ta mais... Aqui fora, porco era mais, vamo supor, tinha mais era galinha.

(LCM) – *Tinha alguma coisa plantada em volta da casa de fora?*

– Não tinha... Tinha só amoreira, laranja, abacate. E na casa da capuova, tinha porco solto.

(LCM) – *Além do porco, o que é que tinha em volta da casa?*

– A gente tinha plantação de rama.

(LCM) – *Então essa aqui ta perto do rio Braço Grande, é isso? Na beira do rio que é que tem?*

– Naquela época era, o que a gente tinha era rama, era verdura... Batata.

(LCM) – *Tinha uma hortinha?*

– A gente plantava e deixava abertura.

(LCM) – *E a plantação de arroz, milho, ficava aonde?*

– Ficava mais de lado, os porco não mexia enquanto não quebrava o milho a gente não soltava o porco.

Wilson, 72 anos

(LCM) – *Que frutas que tinha plantada no terreiro?*

– Na época, por causa da criação de porco, a gente não trabalhava assim perto, só nas capuova.

(LCM) – *Mas tinha fruta?*

– As fruta era goiaba, laranja, as coisa assim que já era nascido. Fruta que hoje em dia tem de fora assim, nesse tempo não plantava. Por aqui não tinha. Hoje mesmo eu tenho essa laranja poncã, na época não tinha essas muda de coisa diferente, era só goiaba, laranja, jabuticaba... Era o que mais tinha. O porco come laranja, come jabuticaba, come goiaba. (...)

(LCM) – *E na casa da capuova, você lembra se seu pai plantava alguma coisa em volta?*

– Olha lá, que eu lembro que tinha plantado na casa perto assim, era mexerica. Outra coisa eu não lembro.

(LCM) – *Tinha criação lá?*

– Lá eu não cheguei a conhecer se tinha criação, certeza não tinha. Acho que não tinha.

(LCM) – *E a casa era construída perto da roça ou longe da roça?*

– Ele fez a casa num baixo e trabalhava pros alto, Era longe. (...) Eu e meu irmão fizemo roça na capoeira que ele deixou quando era solteiro ainda. Plantava milho, arroz... Nesse tempo, chegava tempo de roça, não precisava ta tirando ordem... Na época não era marcado, roçava qualquer lugar. Quando dava tempo de roça a pessoa tinha aquela aflição de fazer roça. Agora não (...). Os mais novo não sabe trabalhar na roça que nem a gente já conversou. Na época chegava o tempo de roça dos mais velhos...

Adélia, 61 anos

(LCM) – *e vinha da onde tudo isso que vocês comiam?*

– então, vinha da roça né! Da roça e do quintal também... (...) Num era uma horta porque plantava assim bem no fundo do quintal né?...

(LCM) – *o que era plantado no quintal?*

– é, laranja, couve... Cebolinha, cheiro verde, que era plantado no quintal... E também plantava na roça, a maior parte era na roça. – no quintal e na roça? – nos dois... A couve era mais plantada na roça (...).

(LCM) – *e tinha alguma coisa que era só plantada no quintal?*

– só no quintal era mais a cebolinha... Também plantava na roça mais... Pepino...

(LCM) – *pepino era no quintal?*

– no quintal e na roça também.

(LCM) – *tinha alguma fruta que ficava só no quintal?*

– mais laranja né, que ficava mais no quintal. Mamão, abacate

Organização da paisagem agrícola

Roberto, 71 anos

– Eu morava antes de casar lá nos fundos pra lá, perto da divisa das vargem, bem perto. A propriedade do meu pai era lá, fiquei trabalhando lá no direito, que ele morava ali. Aí depois saí de lá e deixei lá.

(LCM) – *depois que o senhor deixou lá alguém usou?*

– A terra fazia parte da nossa família, larguei mão aí um tio meu lá trabalhou um pouco, aí ele saiu, aí depois tinha um sobrinho, um irmão meu que voltou e foi pra lá também trabalhar.

(LCM) – *Originalmente a terra era de quem?*

– Era da família, meu pai, meu tio, outro tio meu, uns quatro tio meu que trabalhava assim tipo uma vizinhança, todo mundo junto. Um fazia uma roça aqui, o outro fazia outra lá, mas um não estorvava o outro. Então aí morreu um tio meu, aí depois meu pai morreu, e outros dois tios meus saíram.

Nélio, 73 anos

(LCM) – *E tem alguma coisa que era plantada na roça e deixava crescendo na capoeira?*

-Deixava. Nós deixava lá bananal, sempre que nós plantava lá, sempre deixava muda de banana. (ele conta de um lugar em que houveram grandes áreas de roça de milho, a dele foi largada faz seis anos. Agora tem bananal nesse lugar) – Tem cará de angola por lá, tudo tem plantado.

(LCM) – *E além de cará e banana, não tem nada mais que planta, para ficar na capoeira?*

– O mais, se alguém plantou é uma muda de bambu.

(LCM) – *Lá tem uma muda de bambu? Para que?*

– Ah! Se e agente vai fazer um paiol lá, vai crescendo, um dia ele serve para cortar...

Leandro, 41 anos

(LCM) – *E pra escolher o lugar que ele vai plantar, tinha uma certa área que o seu pai podia usar na época?*

– geralmente o pessoal já tinha uma área certa né?

(LCM) – *Ele dividia com alguém ou era uma área só dele?*

– De primeiro o pessoal chegava e falava assim: “compadre, ce vai roçar aquela parte do Guararema, da casa de pedra”, então todo local tinha um nome, ou tem um lugar aí chamado capoeira da mula, “lá da capoeira se num for roçar eu quero fazer uma roça lá”. “não, vou roçar só um pedaço dela, se quiser fazer a outra parte.” Aí eles já faziam ali, já aproveitavam, mas era uma coisa que num era assim, trabalhar aqui o meu cumpadre vai trabalhar lá, e essa área dele ia ser minha né? Num tinha isso.

(LCM) – *Mas aí tinha que combinar onde ia usar?*

– A não ser que ele fosse usar uma capoeira que num fosse ele que tivesse feito, ou então o pai dele que tivesse feito, porque se fosse o pai dele que tivesse feito, se fosse o caso o pai dele na verdade próximo dele teria os irmão dele né? Então os irmão dele podia até usar aquela capoeira, então ele tinha que perguntar primeiro pros irmão, né? Então se fosse uma coisa dele mesmo que fosse a capoeira que ele tivesse feito, então lógico, ele já tinha roçado fazia dez anos aquela capoeira ou 5 anos, se falar, já faz cinco anos que eu rocei aquela capoeira, já ta num tamanho que dá pra roçar, eu vou La tiro um pedaço dela, ele chegava lá num precisava ficar consultando ou perguntando pra ninguém.(...)

(LCM) – *Eles ficaram 5 anos aqui daí foram morar em outro lugar, é isso?*

– Foi morar em outro lugar mas era dentro dessa própria área. Então fazia assim vamos supor, fazia aquela construção ali que era a casa aqui de primeiro era tudo de pau-a-pique né? De taipa. E naquela época o pessoal construía aquela casa ficava ali, habitava um tempo ali depois construía uma casa aqui. Aí podia até mudar né? Porque era uma área que era livre.(...)

(LCM) – *E como seu avo fazia pra dizer: esse tanto de área é meu, a minha família que vai usar?*

– Era assim, tinha aqui na faixa de 600 alqueires, vamos supor, que pertencia a área do São Pedro, em hipótese. Aí quem morava dentro da área da vargem, vamos supor que fosse só a família do meu avo. Então praticamente aqueles 600 alqueire, como era uma terra devoluto, então ele podia trabalhar dentro dos 600 alqueire. Porque a família no caso foi crescendo através dos filhos dele, dos neto hoje do meu pai, hoje então já ta maior, mas de primeiro era só a família dele.

Ângelo, 60 anos

(LCM) – *O pessoal, quando larga a terra pra descansar, geralmente deixa uns pés de fruta no meio, num é? Ou é só de vez em quando?*

– dependendo do tempo que ele fica ali, porque é um tempo aonde se faz a roça pra arroz, ou pra milho, é o tempo das laranjas, que tem. Aí no que a gente vai lá, faz um paiol pra guardar o milho, ou o arroz, que às vezes num tem como levar pra casa né, aí a gente faz um almoço, vara um dia na roça, dependendo do lugar, aí a gente leva uma laranja, aí a semente fica ali, se no caso a pessoa der continuidade naquele lugar que fez aquele paiol, tratam daquela semente de laranja ou de limão aí ele cresce até uma altura, depois se a

gente larga lá, e deixa descansar a terra, as vezes a gente volta lá de novo, como acontece sempre, a gente vai roçar naquele lugar, naquele lugar que a pessoa fez aquele barraco pra guardar a lavoura dele lá, milho, arroz, feijão, aí cuida daquele árvore que tá lá, principalmente da laranja, aí ela vai crescendo. O pé de palmito, se ele num morreu, laranjeira, jabuticaba, aí fica lá no mato. Se ninguém for mais lá ele fica lá. Se voltar lá, limpar de vez em quando, ele tá lá. Ele fica dessa forma.

(LCM) – *Mas então pra manter um pé de fruta tem que limpar ele sempre?*

– Nós aqui sempre fazemo isso. Se nós varar em lugar que tiver um pé de laranja, de jabuticaba, ou um pé de limão, a gente passa lá e dá uma limpada no pé dele, porque sabe que uma hora a gente vai fazer o serviço lá tem uma fruta pra comer. Principalmente a laranja, porque se num fizer ela num dá nada, ela cresce e num dá fruta.

(LCM) – *Mas com que fruta que vocês costumam fazer isso, faz com jabuticaba, faz com laranja?...*

– O abacate também se der assim. *(mostra um pé de abacate que é planta do Vandir)*. O limão a gente limpa. A banana também é a mesma coisa, a maçã, a pêra, a nanica, a preta, a gente usa plantar perto daonde a gente faz um barraco, daí fica lá também. Porque se a gente tiver cuidando ela tá vivendo, se num cuidar ela morre. A gente usa sempre plantar, os mais velho toda vida eles plantaram, os mais novo agora é que num faz muito.

(LCM) – *Mas o costume é deixar aquele pé crescendo e cuidar dele, ou é largar e plantar em outro lugar?*

– não, a gente planta esse, onde a gente trabalhou, depois a gente vai noutro lugar, se der pra gente plantar a gente planta, as vez a gente muda pra outro lugar, planta noutro lugar também e vai deixando criar, quem for trabalhar lá ele come dele, se não for, fica lá, vai se acabando. Se num vorta vai se acabando.

(LCM) – *mas com que fruta que era mais costume fazer isso?*

– com a laranja e o abacate, porque o abacate é uma fruta, se a gente trabalha lá a gente vai cuidando, se a gente passa ali e tem fruta, colhe e leva, e a banana também é a mesma coisa, passa lá e come, goiaba é a mesma coisa. Ela é meio assim do mato mesmo, ela dá no mato. As vezes dá uma fruta, a raposa come, quati, macaco. (...)– O cará fica no mato, essa banana fica.

(LCM) – *Então se encontrar cará no mato quer dizer que foi roça?*

– Em mato virgem num tem cará. Aonde eles trabalhavam eles levavam a laranja pra comer na roça, ficava a semente lá, e nasce, jabuticaba é a mesma coisa, a gente come ela e vai fazer coco no mato, no mato virgem num tem como ela. Mas na capoeira fica.

(LCM) – *Então laranja e jabuticaba é marcação?*

– Exatamente. E a banana se num cuidar ela some. A laranja também, se tiver lugar pra ficar descobrindo ela, ela vai ficando. Abacate também num dá embaixo do mato. A goiaba num nasce no mato virgem. Araçá já é do mato, no mato virgem ele fica. (...) Se nós varar em lugar que tiver um pé de goiaba, laranja, jabuticaba, ou um pé de limão, a gente passa lá e dá uma limpada no pé dele, porque sabe que uma hora a gente vai fazer o serviço lá tem uma fruta pra comer. (...) Porque se num fizer ela num dá nada, ela cresce e num dá fruta. As vez a gente muda pra outro lugar, planta noutro lugar também e vai deixando criar, quem for trabalhar lá ele come dele, se não for, fica lá, vai se acabando.

Roberto, 71 anos

(LCM) – *Quando a gente anda no mato e passa num lugar que alguém fez roça, tem como saber? Tem alguma coisa no mato que indica que alguém plantou lá?*

– Se achar no mato pé de laranja, qualquer coisa assim, a gente sabe quem foi.

(LCM) – *Mas o pé de laranja dá sozinho?*

– É muito difícil, quando vc vê uma laranjeira criado assim é porque alguém tratou dela até uma certa altura. Quando um pé fica no mato, ele vai crescendo de acordo com a capoeira, que nem árvore natural.

(LCM) – *Tem alguma outra coisa que eu olho no mato e só pode ter sido plantado? Que não nasce sozinho, alguma fruta?*

– A banana num da sozinha, tem uma qualidade que dá é a banana flor, ela dá sozinha mas ninguém dá por fruta. Tem fruta que a gente come que dá natural no mato. Tem guacá, guapeva, que dá natural e a gente come, jatobá também, brejauva, indaiá, jerivá.

(LCM) – *Mas se o pessoal quer que aquele pé de fruta continue dando tem que cuidar então?*

– desses que dá natural no mato, não precisa a pessoa cuidar, agora do que não é, laranja, banana, que nem banana da terra, tem que cuidar.

(LCM) – *e o que tem que fazer pra cuidar dela?*

– tem que limpar, carpir, roçar. Agora banana branca, preta dá no mato, banana ouro também.

(LCM) – *qual é o costume do pessoal daqui? Largou uma capoeira que tem uns pé de fruta, uma capuova que num vai mais e aí tem uns pé de fruta lá o pessoal costuma cuidar?*

– num faz conta. Se fosse uma coisa que a gente pudesse comercializar, que nem... do lado da estrada lá tem bastante fruta, laranja essas coisas, mas agente num vende. Como na área que tem o serviço lá. Lá tem jaca, tem manga (que num dá), tenho ameixa, mexerica bastante. Eu cuido deles ali, num cuido direto assim, mas eu sempre limpo eles. Mas a gente num vende. (...) o pessoal num vem buscar tão longe. (...)

(LCM) – *essa capuova que foi do senhor ficou uns pés de fruta, aí qualquer um que vier pode comer?*

– pode. Se tivesse laranja madura aqui podia levar, comer, ninguém faz conta, nunca ninguém fez conta.

Hamilton, 55 anos

– Quando a gente vê uma capoeira velha com um pé de fruta, é um sinal que é planta dos mais velhos que já plantou ali. Pode ser um pé de laranja, um pé de lima, às vezes tem um ano desse que a pessoa já deixou ali pra se criar.

Saulo, 48 anos

(LCM) – *Ai você falou que era cinco, seis anos que ficava descansando a terra né? Deixava alguma coisa plantada nessa hora que tava descansando?*

– Eles deixava banana branca né, ela nunca saía do meio do mato.

(LCM) – *Tinha que ficar cuidando ou ela dava no mato mesmo?*

– Ela dava no mato do mesmo jeito, faz um touceirão ali ela continua dando. Era mais, era mais a banana mesmo. E cará, esse cará de espinho. A laranja mexerica, dava, fica também. Todos os lugar que a gente vai, dificilmente é lugar que não tem mexerica. Ela dava em vários lugares. Tudo esse lugares que as pessoas moravam tem. Não tem mesmo lugar que não tem, é muito difícil.

Nélio, 73 anos

– É que assim a mata virgem ninguém mexe, mas se for pegar aqueles que já foi feito naqueles tempo (...), é a terra mais fácil que tem. Mato virgem a gente hoje mesmo num tem como derrubar a mata de 60, 70 anos.

Mateus, 52 anos

- (LCM): *Uma mata de 50 anos chama do que?*
- Eu chamo de mata virgem.
- (LCM) *Que altura que ela ta pra dizer que é mata virgem?*
- Mais que 30 metros.

Sistema de classificação das capoeiras

Leandro, 41 anos

- (LCM) *Como chama esse mato que vem logo depois que abandona?*
- Logo que faz a roça e vai crescendo o mato ali a turma chama de tiguera.
- (LCM) *Ela fica ali até quanto tempo?*
- Ela fica ali o tempo que for necessário. Depois da tiguera vem a capoeirinha mais grossa e depois tem o capoeirão né?

Nivaldo, 60 anos

- (LCM) *quando você larga um lugar pra descansar e começa a crescer mato nele. O que é a primeira coisa que vem?*
- Sempre costuma vir capim, mesmo na altitude que tá, mais capim. Aí depois começa a vir essas madeira. Aí que tem as madeira mais... uma madeira fina, aí ela morre aí nasce essa uma madeira que dá mais em mata virgem. Ela começa a surgir em capoeira mas num acerta a época que a terra já ta diferente, num tem mais aquele capim pra sufocar ela. – Aí já vem a capoeirinha.
- (LCM): *E a capoeirinha vai até que idade?*
- Até 5 anos.
- (LCM): *E até 5 anos ela pega que altura?*
- Num lugar de terra mole como é esse aqui de rio, ela chega a subir já por 5 metros, ou 10 de altura. A madeira cresce muito rápido.
- (LCM): *Essa é a capoeirinha, né?*
- É.
- (LCM): *E depois vem o que?*
- Aí já chama de capoeira alta.
- (LCM): *Mas depois que larga a terra pra descansar, a primeira coisa que vem é a tiguera ou vem alguma coisa antes?*
- Aí chama tiguera.
- (LCM) – *E ali é tiguera até que idade?*
- Ela fica com um ano só. E depois as árvores começa a tomar conta...

Hamilton, 54 anos

- De 2 a 4 anos é capoeira baixa. Agora de 6 anos pra frente é capoeira de meia posição. De 6 a 7 anos ela vai virando por capoeira de derrubada que a gente fala, de 8, 10 anos é capoeira formada, só num é capoeirão ainda, é capoeira meia média.
- (LCM) – *essas capoeiras de 10 e 15 anos a gente chama do que?*
- de capoeira de meia média, aquela de 25 já ta capoeira formada.

Saulo, 49 anos

– Aí depois vem a capoeira fina vai até uns 4 anos, de 5, 6 anos já é capoeirão já. Capoeira tem 5 anos, depois capoeirão tem mais de 15 anos.

Mateus, 52 anos

– (LCM) *Falando de mata de capoeira, quando abandona uma roça, o que vem primeiro?*

– É, a tigueria, de 6 meses pra cima ela vai virando a capoeirinha, né?

– (LCM) *E capoeirinha tem que altura?*

– Um metro e meio dois metros já é capoeirinha.

– (LCM) *E ela vai até quando?*

– vai aumentando uns 5, 6 metros pra cima, aí já vai virando capoeira, capoeira grande logo. Uns três anos assim.

– (LCM) *E se a gente fosse num lugar que você num conhecesse pra dizer que tem mata, como você faria pra reconhecer a idade dela?*

– Olho pela madeira, a capoeirada tem a madeira mais grossa, assim.

Marília, 41 anos

– Primeiro capoeira, aí ele vai ficando capoeirão velho, aí vai até ficar mata virgem, como se fosse isso daqui. Isso daqui era roçado, hoje ta grande.

– (LCM) *Vem capoeira depois vem capoeirão?*

– É, daí capoeirão já é depois de 10 anos, por aí já é capoeirão. Aí vai capoeirão até, aí vai ficando mata virgem.

PARTE II: CENÁRIO ATUAL E TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA

LOCAL

Transformações locais

Nélio, 74 anos

– Aqui tinha 22 passagens de água. Aí, houve uma época, primeira eleição que houve aqui no bairro, que foi no lado Iporanga, o prefeito que ganhou primeiro, foi o Jeremias, tinha gente daqui lá que votou, porque os pais dele moravam aqui do lado de cima, aí fomos lá e conversamos com ele e mandou mudar esse caminho. Aí mudamos esse caminho para desviar esse caminho das águas. Aí pegamos, enxadão, foice, machado, arrancando toco e cortando barro, mudamos o caminho direto. Isso foi na base de 35 anos para cá. (...) Aí entrou mais três prefeitos que não fizeram nada aqui, para nós. Aí depois mudou esse Ari Mariano, aí nesse tempo, há uns 22 anos, ele veio aqui, pediu voto e nos dissemos que votávamos, mas queríamos escola aqui. Porque não temos escola e temos que levar as crianças para estudar lá. Se eu ganhar, e vocês derem conta de trazer o material aqui, até onde der a canoa eu trago o material. Aí, quando ele ganhou, nós falamos com ele, e ele mandou até ali no Galvão de canoa, pois nem estrada para ali tinha. Aí nós conduzimos de burro para ele e construímos a primeira sala de escola.

(LCM) – *A escola veio antes da estrada?*

– Veio. Aí trouxemos tudo nas costas do burro o material. E aí quando foi no outro ano, quando o Ari saiu, veio o Cláudio e aí nós falamos com ele e pedimos a estrada. Ele disse que se ganhasse ele ia fazer. Aí a turma descarregou voto tudo nele e ele ganhou e quando

passou dois meses ele mandou as máquinas para cá e beneficiou tudo a estrada e já foi feito outra sala de aula, que pedimos também, por que a sala era muito pequena e foi assim que foi começado. Porque se não tivesse a escola, não tinha estrada até hoje.

(LCM) – *O senhor lembra quando foi que abriu a estrada?*

– A estrada está dando de 25 anos. 25, 22.

Vera, 55 anos

(LCM) – *E aí a senhora lembra quando foi construída essa estrada aqui? Essa estrada que vai pro Ribeira?*

– Essa estrada aí, quando ela foi construída a minha menina que ta com vinte e dois anos, que é essa que trabalha em São Paulo, ela tava com um ano e meio. E foi a vez que eu tava, que eu tive esse aborto que fui carregada de lá. E quando ele fez isso num dia quando foi no outro dia eu cheguei aqui mesmo com aquela hemorragia que deus me livre, carregada. E a estrada tava nova de barro sabe. Então acho que faz vinte anos mais ou menos, que saiu essa estrada aqui.

(LCM) – *E a rodovia, que liga Eldorado à Iporanga?*

– Essa estrada foi, essa eu lembro também, só que eu não lembro o ano que foi porque, eu lembro até o, até o casamento que teve de uma amiga minha que nós fomos até Iporanga, e com essa estrada cortada nesse ano. Eu era solteira, eu tava com dezesseis, eu acho que com dezesseis anos nesse tempo.

(LCM) – *E de ter aberto essas estradas mudou alguma coisa por aqui?*

– Eu acho que mudou mais a comunidade porque também o pessoal ficou mais aberto né, começou com gente de fora que antes não vinha gente de fora, a gente era tudo mais bobo, não sabia, não tinha assim uma pessoa que contasse as coisas pra gente sobre negocio num investimento numa coisa e outra. Agora a estrada já trouxe bastante gente de fora, aí gente já tem mais convivência com pessoas estranhas, pessoas de fora. Então a gente ficou mais, até as crianças ficaram mais sabe tudo e medroso, quando chegava uma pessoas ficavam tudo se escondendo aí ficaram tudo mais esperto.

Roberto, 70 anos

(LCM) – *O senhor acha que mudou alguma coisa depois de ter aberto essas estradas?*

– Olha, aconteceu duas partes, dessas duas partes uma favoreceu, e a outra estragou. Uma parte favoreceu porque a gente vai pra Eldorado amanhece o dia a gente pega o ônibus aqui de estudante aqui vai no Eldorado, e quando é a tarde a gente tá aqui outra vez. A gente compra o que a gente compra e vem. E por outra parte estragou, estragou porque hoje o povo não pode parar com dinheiro nenhum na mão. Olha tem muitos que não pode parar com dinheiro na mão porque o povo anda bastante. É eles pegaram a possibilidade da estrada e eles começaram a andar muito, então eles podem fazer uma roça eles levam pra cidade e gasta. Então aquele foi um tipo que estragou, agora na facilidade pra ir e vir, socorro de doença essas coisas, nessa parte melhorou. E também outra parte que estragou também, é que apesar de tudo tá vindo muito as coisas boas, tá vindo coisas pior pra nós também. Que tem caso que vem a benefício da comunidade, mas tem muito lado que tem disso também, já tá vindo que não é, que não vem trazer benefício, vem trazer problema pra comunidade. E também estragou por outra parte também pra nós, porque naquele tempo nós sobrevivíamos dormia bem tranquilo, não tinha preocupação com nada, e depois daquilo já começou os grileiros já começaram a comprar os direitos das posses, e já começaram a fazer pastagem, já começaram a trazer criação. E muitos já foram ficando achando bonito aqui eles já foram vendendo, e cada vez mais foram vendendo.

Francisca, 53 anos

(LCM) – *E você acha que, depois que abriram a estrada da balsa até aqui, fez alguma diferença?*

– Fez, porque, desde de primeiro, melhorou bastante coisa. Que tinha bastante coisa que tinha aui na época que piorou. Essa energia, que nós não tinha; ninguém ia buscar esses material que a gente tem agora, que o pessoal está deixando as casas mais de pé – deixando as casas mais de jeito. Não tinha o ônibus escolar de aluno, não tinha escola, que aquela escola tem aqui, na lateral, o aluno tinha que ir com os material nas costa. E bastante coisa que a gente não tinha e que agora melhorou, melhorou bastante, bastante mesmo.

Hamilton, 54 anos

– Quer dizer agora nós já respeitamo assim se for por acaso aqui Edu trabalha, aqui pertencia tudo dessa capuova minha pra cá, então dividi de uma altura pra lá deixei pra cá pra eles, né. E agora como ta no quilombo, a gente se arrespeita, sempre as capuova as pessoas se arrespeita. Se quiser fazer um serviço tem que falar praquele proprietário que abriu aquela capuova sozinho primeiro, né. Num pode só chegar e ir tocando ferramenta sem falar comigo, também num posso... nada sem falar com eles, né. Então quer dizer que a terra passou pro globo.

(LCM) – *mas antes era assim?*

– cada qual tinha seu lote. O loteamento da gente era registrado lá na procuradoria de pariquera, pra lá. Antes do loteamento sempre já tinha o respeito de divisa, só que num tinha picada mas tinha o respeito de cada posseiro, tinha uma restinga de mato que já passava por respeito daquela divisa de terra que... e depois veio... pra abrir as picada, veio gente com nós tudo acompanhando pro mato com aparelho, pra cada qual tirar seus quarto de picada.

Mateus, 52 anos

– Num pode chegar sem ordem.

(LCM) – *Mas como é que marcava o limite de onde acabava sua terra e começava a do outro?*

– Mas aí se quisesse fazer uma roça no sítio do outro aí falava com o dono, ele liberava a gente fazia.

(LCM) – *Mas como é que eu sabia aonde acabava a minha e começava a do outro?*

– Na época já tinha divisa. Assim, dividia, pra lá era meu, pra cá do outro, antigamente era assim, hoje num tem mais, é tudo um globo só. Era dez alqueires cada proprietário.

(LCM) – *Mas isso não foi uma divisão que o ITESP fez?*

– Isso foi bem antes do ITESP, eu nem lembro mais, faz muito tempo. Cada um tinha seu terreno, seus dez alqueires.

(LCM) – *mas essa divisão foi feita por gente de fora?*

– foi, demarcaram, né?

(LCM) – *e antes disso, como é que era?*

– olha, eu lembro de eu pra cá, agora da minha idade. Antes de mim já num sei.

Nélio, 74 anos

– A grilagem de terra aqui foi mais sobre essa parte aqui. O grileiro, ele comprou lá embaixo, esse pedaço acabou ele foi pegando de mão beijada. Porque aqui ele não comprou de ninguém. Essa área aqui era de um homem de lá do campinho e ele veio aqui o homem que deixou o homem aqui até morava nessa tapera aqui de frente a essa casa, que pegava toda essa parte aqui. Aí depois ele mudou pro lado do rio ali e deixou essa parte aqui e ia embora para lá pro centro. Mas aqui, do rio para cá, depois discriminaram como

terra devoluta e essa parte aí como ele não pode atravessar para cá ele foi até onde ele foi enxergando. E esse pedaço está intransitado (interditado) até agora, porque o cara mora aí. (...) . Ele pegou 28 alqueires desse lado, mas só que esse lado aqui já foi acertado com ele ficou essa parte. Ele não foi bobo, comprou e comprou mais 10 alqueires do lado de cá, de direito de posse. Aí ficou. Mandou bater em gente aí, machucando, no tempo que ele andou por aqui, botou revólver na boca dos caras aí...

Roberto, 70 anos

– A história do grileiro aqui começou mais ou menos em sessenta e quatro. (...) Eles compraram a área direitinho de posse, foram comprando direitinho de posse, compraram direito de um, davam aquele dinheirinho pra aquele um, aquele um já se vira de pegar o dinheirinho dele e sair, ir pra outro lugar. Entraram pra cá pra como eu tava contando já pegavam, faziam um barraco e já começavam a fazer outra posse. E assim o povo foi vendendo, foi vendendo. (...) O pessoal daqui mesmo, muitos do pessoal daqui foi que venderam. Então foi o caso que começaram vender nosso direitinho, um foi vendendo o direito dele, outro foi vendendo, foi vendendo. E eles iam crescendo, iam crescendo, vinham chegando, e ia imprensando os outro, uma área que já veio dois de lá de fora. Um bocado de esforço que ficou essa bolinha da vila aqui que pertenceu a nossa capuova lá, e pertenceu onde nós morava até o Boqueirão, já começaram, venderam lá na vargem uma parte lá, e eles começaram a apertar de lá pra cá, de lá pra cá.

Vera, 55 anos

(LCM) – E a história da grilagem de terra?

– É o Tiburcio era, porque ele entrou no terreno, o terreno que ele comprou que nós morava nele era uma parte do pai do meu marido, dos Maciel, só que o pai do meu marido ele já é morto há muitos tempo, e a mãe dele, mãe de meu marido ela era casada com um outro homem que não tinha nada a ver com o Maciel, só que eles moravam também na mesma área dos Maciel. E os Maciel que eram parentes do pai do meu marido eles moravam lá pra Iporanga, e eles fizeram o negocio lá escondido, venderam o terreno como não tinha ninguém. (...) Aí ele pegou, naquele tempo como as disputas não eram uma coisa muito aberta sei lá, ele entrou assim fazendo coisa da gente saísse. Que não foi a gente que vendeu, a gente saísse tudo mesmo dali. Aí que veio esse conto que ele primeiro queimou nossa casa, nós pegamos e saímos, não dissemos nada e saímos. Daí depois que ele queimou nossa casa tinha mais uns dois morador pra cá de nos, que era uma prima de meu marido, que também era de Maciel e mais o pai dela. E morava pra cá também, mas sempre dava pra respeitar porque fazia muito tempo que tavam no terreno. Ele chegou ameaçando mesmo, o marido da prima do meu marido, que ele ponho a espingarda da porta pra tirar eles. E só porque eles moravam também dentro do terreno, esse homem uma vez eu sei que ele deu um galope no homem que já o homem caiu até numa pirambeira. Ele sempre chegava ameaçando, esse homem falou esse dois já sabendo que eles ameaçaram, ficaram com medo e saíram e foram comprar um terreninho foram embora. (Ela continua contando dessa família, que não podia nem passar na porta da casa), depois veio um filho, veio um filho dela que morava em Eldorado ele veio morar aí porque ele viu tava muita influência de terra, aí ele ficou com dó da mãe, pegou e veio morar aí perto da mãe. Aí ele chegava e começava a fazer igual a um touro, passava fazia a volta, prum lado pra outro. Aí eles pegaram e foram lá em São Paulo, o dono que tem lá em São Paulo, um homem que eu acho que era até meio jagunço. Veio aí, e quando foi um dia esse homem morreu detrás da moita. É matou o coitado até fez esperar, ele pensando que não ia acontecer isso, quando ele viu aconteceu. E depois é, depois a mãe ficou. Ela não saiu, ela falou: também como tá assim ela não saía. Ela passou por tudo o marido dela, o homem também se assustou muito

com o que fizeram com o filho. E foi indo aí passou uns dias o coitado morreu. Aí ela ficou sozinha, as meninas dela também casaram tudo, ela ficou sozinha na casa dela mas ela não saiu da casa dela, só saiu depois que ela tava doente, já pra morrer que levaram ela pra casa do genro dela. Mas ela não saiu dali do lugar. Era ali naquela casinha pro lado daquele bananal, que ela morava ali. Porque eles desistem, eles iam tomar conta daqui da vizinha tudo eles iam tomar conta.

(LCM) – *Lá na vargem (região dentro do bairro) não entrou fazendeiro também?*

– Então daí entrou fazendeiro, mas só que lá, já ele já não fez esse tipo de coisa. Que até ele foi entrando lá, ele era de Curitiba, aí quando fez uma conta lá e ficou um jagunço lá pra ficar cortando mata virgem lá e desbravando. E as posses também que eles compravam lá, eles compravam posses das pessoas, mas não deviam voto a pessoa. A nossa mesmo, a nossa posse essa do lugar que meu marido trabalha. Mas ele cercou tudo lá, mandou cercar tudo lá.

Adélia, 61 anos

(LCM) – *E a história da grilagem?*

– Daí o cara que comprou num foi daqui. Se chama Elvira Maciel da Silva que era a dona, herdeira dessa área (...) o par de terra deles era 14 alqueires. Daí naqueles tempo ela num podia num vê, nunca morou aqui, nem conhecia onde que era a área, aí quando apareceu, puseram em venda, né, a terra dela pra cá. Daí venderam, né, daí apareceu esse comprador que foi esse Tibúrcio. Francisco Tibúrcio Nascimento. Daí ele comprou essa área dela. (LCM) – *Quando que foi isso?* – Em 80.

(LCM) – *E o que é que aconteceu quando ele comprou?*

– Aconteceu que ele comprou a área, esses 14 alqueires só que (...). E o cartório esses tempo fazia qualquer tipo de registro, documento, ele registro no cartório como ele tinha comprado nós tudo aqui, a divisa dele era lá (...). Nessas altura ele comprou porque tá dentro da área, né, mas na verdade a área dele era só. Era não, é 14 alqueires.

(LCM) – *Quanto ele disse que ele tinha?*

– Ele disse que ele tinha 1500 alqueire. E nesses alqueire ficava tudo nós aqui. E foi aí aonde começou a briga. Daí tinha um primo meu que morava fora, tava trabalhando fora na época, quando ele soube que tinha comprado a área, essa terra. E tavam pedindo que, a mãe dele morava perto da área, dentro da área que ele tinha comprado. E tavam pedindo que a mãe trabalhasse, o padraço trabalhasse. E nessas altura meu primo soube de tudo isso e veio embora, pra cá pra junto da mãe, que foi aonde ele foi assassinado por eles porque ele comprou a briga com todos eles, ficou na área e eles quiseram agredir ele de uma forma que ele saísse da área.

(LCM) – *Mas todo mundo saiu?*

– (...) E esse pessoal daqui da comunidade quando viu que não dava pra fazer mais nada, que assassinaram meu primo, tinha mais família que tava dentro da área, uns vendeu uma parte foi embora, outros largou de qualquer jeito. Que se eles acabassem matando mais gente largaram e foram embora. Aonde morava muitas pessoas ali que foram obrigada a sair da área porque ele ameaçava.

(LCM) – *Porque eles foram obrigados a sair da área?*

– Logo que ele comprou um anos, dois ou mais eles foram saindo, porque ele trouxe boi e as pessoa tinha plantação, e ele num ligava que o boi dele, o gado dele entrava na área dos outros e comia (...).E teve o julgamento dele, por causa que ele matou meu primo, teve o julgamento dele e a comunidade em peso foi pro julgamento dele.

(LCM) – *foi em Eldorado?*

– foi. Só que na época ele foi absolvido. Só depois disso ele nunca mais veio na comunidade, o filho dele que sempre vinha, mas agora faz muito tempo que não vem. Tem um cunhado dele que ainda vem mas hoje ele num tá mais na área também, tá na área de Galvão (...). Minha cunhada morava na época lá (...) puseram fogo na casa dela, queimaram tudo. Um dia ela tinha vindo pra cá num domingo (...) quando ela viu eles chegaram e falaram pra ela assim “ah, mas essa casa aqui tá bom”. A mulher desse Tibúrcio, a filha, e mais uns parente dele lá. Diz que chegaram, a casinha era de sapé, e daí eles chegaram falando “aonde que nós vamo por fogo primeiro pra queimar isso aqui?” (...). Aí minha cunhada escutou aquilo, que morava vizinho, perto da outra casa do cunhado dela, e diz que partiu “pelo amor de Deus, não façam isso que meu cunhado tá lá pra lavrinha”, ela falou, que era aqui, né. “Tá lá pra lavrinha. Não põe fogo na casa de meu cunhado que eles num tão aqui e vai queimar tudo as coisinha deles”. Eles num puseram conta na conversa dela, falaram “ah, vamo por fogo naquele canto lá premero, depois vamo por fogo notro canto...”. E foi o que fizeram, e ela correu pra dentro da casa e foi juntando alguma coisa lá. Pode tirar fora, e jogou pra fora. E quando ela viu eles riscaram o fósforo no sapé, sapé seco...

(LCM) – *Porque queimaram a casa deles?*

– porque eles não queriam que eles ficasse na área que era deles. Aí eles queimaram, a partir daí que veio a briga. Aí aconteceu tudo que tinha que acontecer na época.

Carlos, 47 anos

(LCM) – *E a história da titulação das terras?*

– Então, a história da titulação, graças a Deus, mas pela luta da comunidade, ela se organizou. Não conhecia nada de organização, e aí veio o pessoal de São Paulo, a CUT, o PT, com o pessoal lá fora, começaram a ajudar muito com o pessoal, com a igreja católica, uma série de registros. Criaram uma associação e criaram a comunidade.

(LCM) – *E foi quando?*

– Foi a primeira associação que nós tivemos aqui, do Vale do Ribeira, que foi criado aqui. Foi dia 26 de outubro de 1980. E aí a gente criou essa associação, e a gente conseguiu muitos advogados, muitas pessoas. Isso pra que a gente se organizasse pra vetar um pouco esse acontecimento (assassinato).

(LCM) – (...) *O que você diria que é o motivo pra titulação das terras?*

– Olha, o motivo, que eu achei muito forte que nós tivemos foi a passagem de moradores pra quilombos. – *Mas o que é que isso faz diferença?* – Porque no Brasil inteiro ninguém estava conseguindo o título de terra, porque o governo não dava terra, assim, de qualquer jeito. Ninguém conseguia, a não ser aqueles que comprava do vizinho, fazia os papel tudo de qualquer jeito e vinha e registrava. E nós não conseguimos, não conseguia nunca. Então essa forma do quilombo justifica que a área é nossa, justificava que a área era nossa. Então o governo tem a obrigação e o direito de devolver a nossa área que foi tratado de quilombo, e foi tomado por alguém, no caso o direito de devolver de forma legal a nossa terra. E a gente briga em cima disso, porque, depois que entrou com a gente junto aqui, que grilou várias área, ele então fez muitas fazenda no caso, nessas área, então a gente não conseguiu tirar, trabalhando em cima desse conhecimento de quilombo, no caso. E isso foi depois de 2000, no caso.

Nivaldo, 62 anos

(LCM) – *E a história da titulação das terras?*

– A titulação... Aqui ninguém tinha tido terra, e ninguém tem até hoje. A titulação não saiu nessa época, desse pedacinho pequeno, porque não tinha prova de certas coisa, né? Aí depois veio esse problema dessa morte do homem aí embaixo, aí ficou, que foi o jeito que

foi formada a Associação, pra poder resistir o cara aqui pra não sair daqui. Então o terreno das barragem foi dividido aqui. Aqueles que venderam, o dono que não queria trabalhar. Porque não tinha mais serviço pro cara e a terra era dele, né? Então ele vendia a terra, ia lá no cartório, vendia ali, pegava um papel ali, assinava que vendeu, e assim ia.

(LCM) – *Mas quando aconteceu?*

– Quando foi agora, na época do mandato do Mário Covas, que ele conseguiu dar esse título de terra pro pessoal. Foi na época dele, que era governador.

(LCM) – *Você acha que mudou alguma coisa?*

– Mudou, porque com essa titulação, o INCRA, o IBAMA, o governo, tudo tem essa área como respeito, né? Que a parte do quilombo levantou muito os direito do povo. Aquelas pessoa que nasceu aqui, está vivendo, criando, usando do que tem direito sem prejudicar a natureza, ela deu uma força muito grande pro pessoal segurar isso aqui. Que, apesar de às vezes, lá fora isso ser muito conhecido, ser disputado, senador, eles não querem que isso aqui seja um direito, porque os grileiro maior que existe no Brasil, eles querem que chegue depois na hora, assim, e depois vai tomar da pessoa. E a partir do quilombo estar sendo reconhecido no mundo inteiro, isso tirou a vez de muitos fazendeiros.

Francisca, 53 anos

(LCM) – *E antes dessa história de titulação, a senhora já tinha ouvido a palavra “quilombo” alguma vez?*

– Não.

(LCM) – *Você conheceu quilombo dessa época?*

– Logo que eu conheci o quilombo foi dessa época pra cá. Que na época não tinha quilombo. Quem viesse ocupar a terra era o seu dono. Que na época eles faziam assim, pra separar, eles deixavam cada um com um lote.

(LCM) – *Quem é que vinha aqui?*

– Esse pessoal de terra que vinha pra cá. Mas, mesmo assim, era esse pessoal de quilombo que vinha pra cá.

(LCM) – *Não conhecia a palavra? Mas por que é que o pessoal decidiu ter o título da terra?*

– Acho que mais por uma segurança, né?

(LCM) – *Mais segurança? E o que é que você acha?*

– Ah, eu acho que é pra ter mais essa segurança, mais esse negócio de título. Eu não vou saber falar direito.

(LCM) – *Mas a senhora já tinha ouvido falar que quem veio pra cá era descendente de escravo? A senhora já tinha ouvido falar dessa história?*

– Você sabe que eu estou sabendo desse negócio de quilombo é de um tempo pra cá.

(LCM) – *Antes você não tinha escutado?*

– Antes eu não tinha escutado falar desse negócio de escravo.

Nivaldo, 62 anos

(LCM) – *E antes dessa história da titulação, você já tinha escutado a palavra quilombo?*

– Já, porque o pessoal aqui formou a associação como Associação São Pedro. Depois que teve a Associação, a gente teve acesso de ouvir o do Quilombo dos Palmares, que é o do Zumbi na Bahia. E aí de lá pra cá foi descobrindo, porque a gente tem uma irmã, da religião, que mora em Eldorado, hoje ela é advogada dos quilombo, a irmã Suely. Ela foi pesquisando essas coisa, indo pra tudo os Estado, vendo isso. Então foi descobrindo que tamanho é aqui essas terra dos quilombo, porque o nossos mais velho, o Bernardo Furquim, ele foi uma dessas pessoa descendente de escravo.

(LCM) – *Mas quando você ouviu dizer que o pessoal daqui é descendente de escravos?*

– Ah, desde que eu nasci. Por causa da igreja de Ivaporunduva. Aí o pessoal falava: “isso aqui é feito pelo pessoal de escravos”. Mas, por causa dos mais velhos que fugiram, porque alguns deles veio se alongar por aqui porque eles sabiam que os caras aqui não vinham procurar. Porque depois que foi abolida essa parte de escravidão, o pessoal foi recolhido, porque muitos foi recolhido. Então muitos ficou alongado, assim, no mato, que nós chama. Ele podia morrer nesse mato, mas que ele não saía pra lá ele não saía.

Ângelo, 60 anos

(LCM) – *E antes dessa história de titulação, você já tinha ouvido falar a palavra quilombo?*

– Eu não tinha. Mas já tinha ouvido falar de uma pessoa aqui, o Guilherme, e até que essa associação nossa, com o pessoal do PT, tem o partido, né, dos trabalhador, do pessoal aqui do campo, né, que nós não estamos aqui pra pegar a terra de ninguém, que a gente não faz essas coisa, que pra você vai ser muito importante, e a gente apoiou, né. Então a gente foi, assim, negociando com eles, e negociando com a gente. E foi uma associação, assim, que tem gente lá fora e a gente foi apoiando até que formou a associação. E tem muita pessoa, tem uns trinta anos já que tem a associação. E abrindo o olho da gente, que eu fui sentindo o interesse que tinha aqui porque num dia chega o fazendeiro, vão comprando, vão comprando, Que a gente brigou, está brigando e vamos brigar.

(LCM) – *Mas antes de o senhor ouvir essa história de titulação, de quilombo, o senhor já tinha ouvido a história de que era descendente de escravo?*

– A gente não sabia, porque a gente não dava ouvido pra esse tipo de coisa. Mas a descendência de escravo eu acho que é verdade, como esse nosso Bernardo Furquim, que é a pessoa aqui que abriu a comunidade, de lavoura, (...) que eles criaram São Pedro, criaram esse povo aqui.

Adélia, 61 anos

(LCM) – *Mas antes dessa história de titulação a senhora já tinha escutado a palavra “quilombo”?*

– não. Não conhecia. Da titulação já. Já porque através da morte desse meu primo, aí a gente, eu sempre, nem sei a quantidade de reunião que eu participei fora. Porque eu sempre participei e nunca parei de participar em reunião. Aí entrou a parte de Igreja, pra ajudar a comunidade, vê o que é que poderia ser feito pra nós num sairmos daqui. Mesmo com tudo isso, a maior parte do nosso povo foi pro Itimirim, ali pro Iguape... As família tudo lá, eu tenho uma irmã, tenho cunhado, primo, sobrinho. Foram embora de medo. E quem ficou mantendo essa associação a partir de 81, que ficou mantendo essa associação, foi eu, meu marido, que nunca saímos da diretoria desde 80. Saímos um ano mas no outro ano tavam precisando de gente porque não tinha gente suficiente pra trabalhar na associação, na diretoria.

(LCM) – *mas a senhora sabia que o pessoal que nasceu por aqui era desce de escravos?*

– Não. Nunca falaram porque também num sabia. Através dos estudos, das pesquisa (...). Guilherme, antropólogo, ele que fez esse levantamento das área aqui que era parecida. Daí que ele fez esse levantamento, levou pra lá (...). Aí eles vieram falar que a comunidade aqui era descendente de escravo que tinha tudo direito de entrar na justiça a favor do direito nosso. A partir daí que eu, que já num perdia reunião mesmo, em tudo lugar que tinha reunião, as irmã falavam e eu ia. Eu e mais gente, eu falo eu porque é a minha parte, mas ia mais gente. E a partir daí teve o levante, que me levava pra São Paulo de 2 em 2 meses, que lá que eu sube o que é que era quilombo. Porque era pra explicação de várias entidade também, e aonde foi discutido muito isso. A parte do negro, que que o negro era, quem

que era descendente de escravo, então eu aprendi! Fiquei 2 ano e pouco andando por São Paulo. 2 ano. Depois de uns mês sempre eu ia. Foi lá que eu aprendi o que que era ser bem negro, o que que era (?). Um monte de coisa que eu aprendi e trouxe comunidade. A maioria foi aprendendo o que que é, porque eu passava pra comunidade o que que eu tinha aprendido lá sobre negro, sobre escravo. E a partir daí eu foi ficando a forma que é hoje...

Hamilton, 55 anos

– E agora como tá no quilombo, a gente se arrespeita, sempre as capuova as pessoas se arrespeita. Se quiser fazer um serviço tem que falar praquele proprietário que abriu aquela capuova sozinho primeiro, né. Num pode só chegar e ir tocando ferramenta sem falar comigo, também num posso nada sem falar com eles, né. (...) A gente sempre tinha o direito que era filho. Se pegar a terra emprestada, só usa o plantio, a terra devolve pro dono.

Escola

Mateus, 52 anos

(LCM) – *Uma coisa que eu queria entender, é assim, quando uma pessoa queria abrir uma roça, e escolher um lugar pra abrir a roça, aí ela podia escolher em qualquer lugar?*

– Pra derrubarem não, porque tem os tipos da área de terra que quando é bom pra alguma coisa, num é bom pra outra. Se aqui é bom pra arroz, já num é pra feijão.

(LCM) – *Mas num tinha umas áreas que o pessoal era meio dono assim?*

– Antigamente era, tudo tinha sua área. Agora depois que entrou a área de quilombo é da associação.

(LCM) – *mas depois que abriu área de quilombo, você pode abrir roça em tudo lugar?*

– desde que num pegue a beira do rio, das cabeceira. E área dos outros que aí se eu preciso fazer uma roça na área do sítio do outro tem que falar com ele.

Roberto, 70 anos

– Aí voltemos pra cá, que tinha mais gente pra ficar mais perto, vizinho assim. Aí viemos pra cá. Aí depois nós queria ponhá ela (a filha) pra estudar um pouco, aí eu fiz aquele barraco lá e minha mulher ficou tratando dela ali, estudando. Ela ia estudar em Itapeúna e eu continuava trabalhando na roça pra lá. e ela ficava cuidando dela.

Leis ambientais

Hamilton, 55 anos

– Antes nós fazia roça pela nossa conta, mas hoje nós fazemo pela ordem do secretário da justiça, o DPRN, (...) então eles vem com ordem do governo. Então no caso do mato, chega ali, a gente olha pra posição da capoeira, eles mapeiam e trazem a guia.

Roberto, 70 anos

(LCM) – *Mas essa história de fiscalização de caça, de palmito vem de quando?*

– Olha fiscalização de caça e de palmito é o seguinte: nos aqui, antigamente, no tempo dos nosso antepassados até a minha época, não teve fiscalização de caça e nem de palmito. Quem já vinha é porque o palmito chegou a estar por mais ou menos uns, uns sessenta anos que chegou o corte de palmito aqui.

(LCM) – *Então foi bem antes da grilagem?*

– Foi, foi. Ai nos tirava, tiremos palmito, muitos palmitos, não tinha problema, tirava o palmito na balsa, não tinha assim impedimento de florestal, nada. Que tem algum que tava criando grandes recursos com o palmito, com a natureza. Então eles começaram a colocar o florestal assim pra cá, pra tá impedindo o povo. Agora a caça, a caça não tinha, nunca tivemos assim impedimento de caça. Agora o impedimento de caça tá com poucos tempos que foi impedido as caças, porque os florestal tarem vindo assim pegar e fazer investigação, então ele toparam a gente com caça, com espingarda assim. Eles passaram e impedir as caçadas dos pessoal que passava. Exclusivamente nós ainda podemos até caçar, vamos supor, nós ainda temos a liberdade de nos caçar assim. (...) Só não podemos vender, vender não podemos, mas, pro nosso gasto, nosso custeio nós ainda podemos caçar. Agora se o florestal pegar, assim mesmo, eles multam mesmo. Mesmo podendo caçar eles multam, pegando eles multam.(...) Mas eu mesmo já tenho conversado com as pessoas do IBAMA, as pessoas do Meio Ambiente eu tenho contado a história pra eles, também que nos caçamos também. Até exclusivamente. O primeiro pessoal do IBAMA que veio pra aqui, eu já falei pra eles mesmo, olha, eu conheço vocês, sei que vocês são da justiça, são da justiça e vocês tem um ordem de prender, tem ordem de multar, de processar de fazer tudo, mas também nos temos necessidade dessas coisas, nos temos necessidade do palmito, temos necessidade de caçar, nós temos necessidade de tudo isso porque nosso, é daqui, e daqui na porta do açougue nos temos sessenta, setenta quilometro daqui na porta do açougue, nos não temos condição de nós comprar a carne pra nós se alimentar com ele. Nós é acostumado a se alimentar do vivente do mato, e nós precisamos continuar sobrevivendo dele mesmo. E o palmito, o palmito já começou a, naqueles tempos já começou a sessenta, a cinquenta, sessenta anos atrás, o palmito hoje não tá tendo, mas é uma fonte de vida pro pessoal. Se for dizer que o povo para de tirar palmito hoje e começar a plantar uma roça pra daqui a seis mês ele sobreviver daquela roça, eles passam muito necessidade. Então eles não pode deixar direto, eles tirar mas pouco, e passar trabalhar um pouquinho no serviço de roça pra que quando eles pararem de tirar o palmito o serviço de roça deles já tá ajudando eles.

Nivaldo, 62 anos

– Porque isso aqui era liberado pra colheita. Antes roçava prum capoeirão grosso (*capoeira em idade avançada*), uma mata virgem e plantava. Aí, depois que entrou a estrada, nós não conseguia mais plantar isso aqui. Ela saiu já, e entrou. Quando não dava, a gente ia lá praqueles fundo ali, pra frente ali pra fazer uma roça, porque o rapaz que chegava não enxergava, então ele ia lá pro lado de cá, e a gente era obrigado a contar. E lá no fundo, quando eles vinham de avião, então chegava aqui, e o pessoal – “ah, eu não sei, eu só moro aqui”. Pra despistar. Porque às vezes ia trabalhar longe. Depois que a estrada passou, o pessoal não conseguia mais plantar nada na beira da casa.

Eurídice, 39 anos

(LCM) – Mas você acha que depois que apareceu fez alguma diferença, mudou alguma coisa aqui?

– Mudou porque hoje se eles não derem autorização você não pode fazer uma roça. Eu como uma pessoa que eu sobrevivi, nasci e cresci aqui, eu acho que pra mim não precisamos desse tipo de marcação de roça que eles fazem pra nós poder conservar nossa natureza. Porque noutro tempo nós não tinha meio ambiente, pra demarcar, pra fazer uma roça, nada... Nós nunca degrademo a mata. A destruição maior que tem aqui hoje, que eles condenam em cima de nós, dizendo que nós que destruimo, foi os fazendero, os grilero que entraram grilando e foram derrubando sem pedi ordem pra ninguém, foram desmatando. Hoje tem desmatado mas foi eles, não fomos nós. Então a gente fica até

assim um pouco, meio reprimido porque nós tamo pagando por uma coisa que nós num fizemo.

Hamilton, 55 anos

– (..) numa época pra cá a gente, a gente era multado, por causa de querer desmatar a terra. Aí vinha a florestal e “não, não aqui não é pra roçar”, e aí tinha uma época aí que se eles vissem a gente eles multava qualquer coisa que a gente fizesse. (...) Essa época que começou a ter multa foi de trinta ano pra cá. Que, depois que eles pararam foi depois dessa ordem de distância aí pra fora, um pessoal que vinha aqui tirar uma terra... Mas antes disso só multava. Mas a gente já roçava meio escondido, pra não fica na vista deles. Porque não tem jeito, né, porque se eles quisessem multar a gente, a gente ficava sem a roça porque multava a pessoa, né?

(LCM) – Mas desse tempo pra cá veio essa história de licença?

– É, desse tempo pra cá, do quilombo pra cá, veio...

(LCM) – Depois da titulação?

– É, exatamente. Foi aí que veio a licença pra nós. É isso que permite a gente roçar, mas mesmo ainda porque eles chegam e não fazem nada mais. Mas tem as certas punição de quem vai roçar. Porque se for uma capuova muito grosso e não tiver licença eles não vão deixar. Que tem capoeira aí que é de sete a oito ano pra cá, que roçar. E agora pra deixar de novo tem que marcar outros lugar

Carmen, 42 anos

(LCM) – E o meio ambiente, quando é que apareceu?

– O meio ambiente, na verdade, ele apareceu pra nós, porque pros fazendeiros eles não fazem nada. Ele apareceu só pro pequeno agricultor, porque o fazendeiro, ele dá uma propina e deixa o cara continuar trabalhando, quer dizer, continuar desmatando. Só que agora a gente não tá aceitando também. Porque agora, com muita comunicação, com muita coisa de informação, quando a gente percebe que tem alguém fazendo alguma coisa de errado a gente vai lá e corta, né?

(LCM) – Mas você acha que mudou alguma coisa depois que o meio ambiente apareceu?

– Mudou. Quer dizer, pras nós melhorou num ponto e piorou no outro. Porque pra nós, se for fazer um meio alqueire, uns três, quatro quadra de mato, a gente não pode, sendo que nós pagamos imposto. E os fazendeiros, às vezes já roçou, já queimou, já plantou, e não tirou ordem com ninguém. E ele derrubou uma coisa que ele nunca preservou. Porque os fazendeiro, eles moram lá em São Paulo, eles moram lá na cidade, ela traz a sua máquina e ele não está preservando nada. Aí ele acha que vai comprar um pedaço e vai derrubar tudo o que está pela frente.

Barragem

Vera, 55 anos

(LCM) – E essa historia de barragem?

– Ah isso da barragem eu também não sou a favor.

(LCM) – Não é a favor, e o pessoal daqui não é a favor também?

– Ninguém é a favor. Em reunião não temo ido nas reunião que teve eu num vou, mas as minhas crianças tudo elas tem ido eles lutam muito. E a gente não quer que isso aconteça porque, mais ou menos porque é explicado a gente que é uma coisa que ele vai ser muito ruim pra nós. Então a gente, pretende que não aconteça. Por um ponto pode ser bom

porque eles falam que é pro emprego e pra energia, uma coisa e outra mas, já é ruim tudo pra nós que já criamos nossas criança aqui eles já tem vizinho aqui. Pra gente sair e ir pra outro canto não tem condição, porque, coitado, muitos não tem emprego não tem um estudo suficiente pra um emprego, como que vão viver noutro lugar. Então a gente não quer.

O Presente (a partir do ano de 2000, aproximadamente)

Vera, 55 anos

– Até o tempero era diferente porque o tempero que a gente arrumava, só o que vinha de fora era o sal (...). Era só a cebolinha da horta, cheiro verde da horta, ninguém comia esse cheiro, esse cheiro que a gente compra “sazon” (*tempero industrializado*), esse tipo de coisa não existia. Nos não comprava, não tinha, nos comia só aquilo da horta, a gente plantava daqui mesmo. Então já acabou agora porque a gente já acostumou muito com esse tipo de coisa comprado.

(LCM) – *E a senhora tava falando que o sal vinha de fora, tinha mais alguma coisa?*

– Era só o sal que vinha de fora quase, porque nesse tempo até alho tudo o pessoal plantava tudo na roça, era tudo plantado, alho, cebola, essas coisa era tudo da roça. Acredita que até minduin, minduin que hoje a gente compra no pacotinho pra fazer alguma coisa que a gente quer fazer em casa nesse tempo era tudo da roça. Mamãe plantava de tudo, mamãe plantava até roça de amendoim, eu lembro que depois ela colhia eles pinicava tudo aqueles amendoins. Era tudo de casa. Até esse repolho que a gente compra, aqui tinha, o povo plantava também. Hoje em dia ninguém, é difícil de eles plantar.

Roberto, 70 anos

Cará, batata essas verduras assim a gente ainda continua comendo, ainda que nós plantamos. Mas a maioria do povo não come mais (...). Esse mais novos que já tão vindo aí de vinte, trinta anos pra cá, eles não fazem esse tipo de coisa. Eles não plantam mais pra sobreviver, que eles acham que é muito difícil esperar, plantar o arroz ficar quatro, cinco, seis meses pro arroz chegar. Plantar feijão leva três mês pra chegar, eles acham que é muito difícil, demora muito pra chegar, então eles acham que trabalhar uma semana, ali semana por semana fora assim pra ganhar o dinheiro pra comprar no mercado, eles acham que é mais fácil do que eles plantar e ficar esperando. Porque você já pode até ver muito bem por ai as capoeiras, como é que tão as capoeiras, tudo levantada. É difícil é ver a rocinha, mas isso nós já vê o sinal que, que naquele tempo exista mesmo os trabalhador que desmataram muito.(...)

Saulo, 48 anos

– Então hoje não existe mais porco por causa disso, se procurar aqui não...

(LCM) – *Por que não tem porco?*

– Porque pessoal não tinha assim aquela vocação de mexer naquilo. Até que acabou e isso nós não conta aqui. Só tem eu ali que tem uns cinco ali chiqueiro, mas você não encontra mais porco. Porque o povo não cuida sujeira e não cuida pra tirar. E foi deixando, foi deixando, de ter a ração, se não tiver ração não tem porcos. Então pra ter a ração tem que ter o porco, então o pessoal foi deixando, mas essas acabando e foi ficando mais novo, eles não tem muito vontade de fazer o serviço, aí parou. Acabou, tá acabando esse de roça ta acabando os porcos também. Eu acho que daí vai acabar mesmo, porque os mais novos que vem vindo não tão com essa boa vontade de fazer roça.

Eurídice, 39 anos

(LCM) – E o que é que você acha que mudou desde quando você era criança até agora?

– Mudou porque hoje o sistema de trabalho não tá sendo mais como era antes. Tipo, hoje você faz um mutirão pra trabalhar na roça, você vê aí alguns pais de família cansado de trabalhar, nem todos vão. É difícil ter um jovem, uma criança se interessar: “eu vou lá ajudar”. E aí implica nossa tradição, porque as criança que tão vindo não tão sabendo continuar, já começa desde... Uns pais de família mais de tempo que tão vindo, eles não tão se envolvendo na nossa cultura propriamente. Porque a nossa cultura era isso. Vai fazer uma roça, faz um mutirão, enche a roça lá de gente pra trabalhar. E hoje é difícil.

APÊNDICE 5 – Espécies de plantas utilizadas para consumo alimentar

Tabela 6 – Espécies de plantas utilizadas para o consumo alimentar, citadas nas entrevistas de História de Vida (adaptada de Pedroso– Junior, 2008). A identificação em campo foi realizada apenas por nome vernacular, a partir da informação local. Os nomes científicos foram obtidos em fontes secundárias.

Nome Vernacular	Espécie	Família
Arroz	<i>Oryza sativa</i> L.	Poaceae
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.	Euphorbiaceae
Banana	<i>Musa paradisiaca</i> L.	Musaceae
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	Fabaceae (Faboideae)
Abóbora	<i>Cucurbita pepo</i> L.	Cucurbitaceae
Cará	<i>Dioscorea</i> spp.	Dioscoreaceae
Batata– doce	<i>Ipomoea batatas</i> L. (Lam)	Convolvulaceae
Cana	<i>Saccharum officinarum</i> L.	Poaceae
Couve	<i>Brassica</i> sp	Brassicaceae
Milho	<i>Zea mays</i> L.	Poaceae
Chuchu	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	Cucurbitaceae
Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.	Cucurbitaceae
Alho	<i>Allium sativum</i> L.	Alliaceae
Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i> L.	Fabaceae (Faboideae)
Almeirão	<i>Chichorium intybus</i> L.	Asteraceae
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> Merr.	Bromeliaceae
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	Lauraceae
Araçá	<i>Psidium</i> sp	Mirtaceae
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i> L.	Alliaceae
Jabuticaba	<i>Myrciaria cauliflora</i> (Mart.) O. Berg	Mirtaceae
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	Mirtaceae
Mostarda	<i>Brassica</i> sp.	Brassicaceae
Palmito juçara	<i>Euterpe edulis</i> Mart.	Arecaceae
Taiá	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	Araceae
Mexerica	<i>Citrus</i> sp.	Rutaceae
Laranja	<i>Citrus</i> sp.	Rutaceae
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae
Inhame	<i>Xanthosoma</i> sp.	Araceae
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Apiaceae (umbelliferae)
Salsinha	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill) A.W.Hill	Apiaceae (umbelliferae)

APÊNDICE 6 – Mapa de localização das UC's do Vale do Ribeira

Mapa gentilmente cedido pelo Instituto Socioambiental (ISA). Tamanho original do arquivo: 29,7 cm x 42 cm – A3; Instituto Sociambiental, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v.10, n.1, p 3– 20. 1994.
- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica**. Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000a. 336p.
- ADAMS, C. As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão. **Interciência**, v. 25, n. 3, p.143– 150, 2000b.
- AIDAR, M.P.; GODOY, J.R.; BERGMANN, J.; JOLY, C.A. Atlantic Forest succession over calcareous soil, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, SP. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 24, n. 4, p. 455– 469. 2001.
- ALTIERI, M. A.; ANDERSON, M. K.; MERRICK, L. C. Peasant agriculture and the conservation of crop and wild plant resources. **Conservation Biology**, v. 1, n 1, p 49– 58. 1987.
- ALTIERI, M.A. Rethinking Crop Genetic Resource Conservation: A View From the South. **Conservation Biology**, v. 3, n. 1, p. 77– 79. 1989.
- ALVES, LUCIANA FERREIRA. Competição intraespecífica e padrão espacial em uma população de *Euterpe edulis* Mart. (Arecaceae). Tese (Doutorado), 1994, 75 p. Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Biologia Vegetal.
- ANDRADE, T.; PEREIRA, C. A.; ANDRADE, M. R. (Eds). **Negros no Ribeira**: reconhecimento étnico e conquista do território. 2ª ed. São Paulo: ITESP: Páginas e Letras – Editora Gráfica. 2000. 198 p.
- ANGELSEN, A. Shifting Cultivation and “Deforestation”: A Study from Indonesia. **World Development**, v 23, n 10, p. 1713– 1729. 1995.
- ANJOS, RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS. **Cartografia e cultura**: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. VII Congresso Luso– Afro– Brasileiro de Ciencias Sociais. Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.
- ANTONGIOVANNI, MARINA; METZGER, JEAN PAUL. Influence of matrix habitats on the occurrence of insectivorous bird species in Amazonian forest fragments. **Biological Conservation**, v. 122, p. 441–451. 2005.
- BALÉE, W. **Historical Ecology**: Premises and Postulates. In: _____. Advances in Historical Ecology. New York, 1998. p. 13– 29.
- BALÉE, W. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v.35, n.5, p. 1– 24. 2006a.
- BALÉE, W. Transformação da paisagem e mudança da língua: um estudo de caso em ecologia histórica amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.) **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: ANNABLUME. 2006b. p. 45– 66.

- BALÉE, W.; ERICKSON, C. (eds). **Time and Complexity in Historical Ecology**: Studies in the Neotropical Lowlands. New York: Columbia Univ. Press. 2006. 417 p.
- BARRERA– BASSOLS, N.; TOLEDO, V.M. Ethnoecology of the Yucatec Maya: Symbolism, Knowledge and Management of Natural Resources. **Journal of Latin American Geography**, v. 4, n. 1. 2005.
- BARRETO FILHO, HENYO T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.) **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: ANNABLUME. 2006. p. 109– 143.
- BEGON, MICHAEL; TOWNSEND, COLIN R.; HARPER, JOHN L. **Ecology**: from individuals to ecosystems. Blackwell Publishing, 4th ed. 2006. 759 p.
- BECKERMAN, S. Does swidden Ape the jungle? **Human Ecology**, v. 11, n. 1, p. 1– 12. 1983.
- BÉLISLE, MARC. Measuring landscape connectivity: the challenge of behavioral landscape ecology. **Ecology**, v. 86, n. 8, p. 1988–1995. 2005.
- BERLIN, B. **Ethnobiological Classification**. New Jersey: Princeton University Press. 1992.
- BERNARD, H.R. **Research Methods in Anthropology**: qualitative and quantitative approaches. 2a ed. London: Altamira Press, 1994. 584 p.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v.10, n. 2, p. 141– 163. 1981.
- BOMBARDI, L. M. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **AGRÁRIA**, nº 1, pp. 55– 95, 2004.
- BOSERUP, E. **The Conditions of Agricultural Growth**: The Economics of Agrarian Change Under Population Pressure. London: G. Allen and Unwin. 1965.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Hucitec/Polis, São Paulo. 1989.
- BRAGA, Roberto. Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. Geografia. Rio Claro: AGETEO. Vol. 24, Número 3, pp. 43– 68. 1999.
- BRONDIZIO, E. S. **Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos**: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.) **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: ANNABLUME. 2006.
- BRONDÍZIO, E.; NEVES, A. Populações caboclas do estuário do Amazonas: a percepção do ambiente natural. In: PAVAN, C. (Org.) **Uma estratégia Latino–americana para a Amazônia**. v. 1. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial. 1996. p. 167– 182.

- BRONDIZIO, E.S., MORAN, E.F., MAUSEL, P., WU, Y. Land use change in the Amazon estuary: patterns of *caboclo* settlement and landscape management. **Human Ecology**, v.22, n.3, p.249– 278. 1994.
- BROWN JR, K.; FREITAS, A.V.L. Diversidade Biológica no Alto Juruá: avaliação, causas e manutenção. In: CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M.B. **Enciclopédia da Floresta**. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- BROWN, S., LUGO, A.E. Tropical Secondary Forests. **Journal of Tropical Ecology**, v.6, n.1, p.1– 32. 1990
- BROWN, D.; SCHRECKENBERG, K. Shifting Cultivators as agents of deforestation: assessing the evidence. **Natural Resource Perspectives**, v. 29, p 1– 14. 1998.
- CAMPBELL, D.G.; FORD A; LOWELL, K.S.; WALKER J., LAKE, J.K. The feral forests of the Eastern Petén. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. (eds). **Time and Complexity in Historical Ecology**: Studies in the Neotropical Lowlands. New York: Columbia Univ. Press, 2006. p. 21– 55.
- CANCIAN, FRANK. Economic Behavior in Peasant Communities. In: PLATTNER, STUART (Ed.). **Economic Anthropology**. Stanford University Press, California. 1989.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades, São Paulo. 2ª ed. 1971. 284 p.
- CARVALHO, M.C.P. **Bairros negros do Vale do Ribeira**: do “escravo” ao “quilombo”. Tese de Doutorado. Campinas, SP. UNICAMP. 2006.
- CASSAB, LATIF ANTONIA; RUSCHEINSK, ALOÍSIO. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da História Oral. **Biblos, Rio Grande**, v. 16, p. 7– 24. 2004.
- CAPERS, ROBERT S.; CHAZDON, ROBIN L.; BRENES, ALVARO REDONDO; ALVARADO, BRAULIO VILCHEZ Successional dynamics of woody seedling communities in wet tropical secondary forests. **Journal of Ecology**, v. 93, p. 1071–1084. 2005.
- CHANG, J.H. Tropical agriculture: crop diversity and crop yields. **Economic Geography**. v. 53, p. 241– 254. 1977.
- CLEMENT, CHARLES R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**, v. 53, p. 188– 202. 1999.
- COOMES, O.T.; GRIMARD, F.; BURT, G. J. Tropical forests and shifting cultivation: secondary forest fallow dynamics among traditional farmers of the Peruvian Amazon. **Ecological Economics**, v. 32, p. 109–124. 2000.
- CONKLIN, H.C. The study of shifting cultivation. **Current Anthropology**, v. 2, n. 1, p 27– 61. 1961.

- CRUMLEY, C. L. Historical Ecology. A Multidimensional Ecological Orientation. In: _____. (Ed). **Historical Ecology**. Cultural Knowledge and Changing Landscapes. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Advanced Seminar Series, 1994. p 1– 16.
- CRUMLEY, C. L. Foreword. In: BALÉE, W. (ed). **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia Univ. Press, 1998. p. 9– 14.
- CRUMLEY, C. L. **Historical ecology**: integrated thinking at multiple temporal and spatial scales. Presented at World Syst. Hist. Glob. Environ. Change Conf., Lund University, Sweden. 2003. 284 p.
- CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M.W.B. Populações Tradicionais e conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, I. S.; PINTO, L. P. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. p 184– 193.
- DA SILVA, HENRIQUE ATAIDE. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo. Dissertação de mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2008.
- DEAN, W. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Companhia das Letras, São Paulo. 1996. 484 p.
- DENEVAN, W.M. A Bluff model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, v 86, n 4, p. 654– 681. 1996.
- DENEVAN, W.M. **Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes**. Oxford University Press. 2001. 396 p.
- DOVE, M. R. Foresters' beliefs about farmers: a priority for social science research in social forestry. **Agroforestry Systems**, v. 17, n. 1, 1992.
- ELLEN, R. Introduction. In: ELLEN, R.; FUKUI, K. **Redefining Nature**. Ecology, Culture and Domestication. Washington, D.C.: Berg, 1996. p 1– 38.
- ENGEL, V.L.; PARROTA, J.A. Definindo a restauração ecológica: tendências e perspectivas mundiais. In: **Restauração Ecológica de Ecossistemas Naturais**. Botucatu – SP: Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas – FEPAF, p 1– 26. 2003.
- FEARNSIDE, P. M. Amazonian deforestation and global warming: carbon stocks in vegetation replacing Brazil's Amazon forest. **Forest Ecology and Management**, v 80, n 1– 3, p. 21– 34. 1996.
- FERNANDES, B. M.; MENEGUETTE, ARLETE; LEAL, GLEISON MOREIRA; FAGUNDES, DIANA CRUZ. Inserção sócio– política e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos**

- Assentamentos Rurais de São Paulo.** Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.
- FERRETTI, A.R.; KAGEYAMA, P.Y.; ÁRBOEZ; G.F.; SANTOS, J.D.; BARROS, M.I. A.; LORZA, R.F.; OLIVEIRA, C. Classificação das espécies arbóreas em grupos ecológicos para revegetação com nativas no estado de São Paulo. **Florestar Estatístico**, v. 3, n.7. 1995.
- FINEGAN, BRYAN. Pattern and process in neotropical secondary rain forests: the first 100 years of succession. **TREE**, vol. 1, no. 3, p. 119– 126. 1996.
- FOX, J.; TRUONG, D.M.; RAMBO, A.T.; TUYEN, N.P.; CUC, L.T.; LEISZ, S. Shifting cultivation: a new old paradigm for managing tropical forest. **BioScience**, v. 50, n. 6, p 521– 528. 2000.
- FRASER, J. A.; CLEMENT, J. Dark Earths and manioc cultivation in Central Amazonia: a window on pre– Colombian agricultural systems? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v.3, n.2, p 175– 194. 2008.
- GARCIA JR, AFRÂNIO. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, p. 40– 71. 2002.
- GEERTZ, C. **Agricultural Involution**: the process of ecological change in Indonesia. Berkeley: University of California Press. 1963.
- GEIST, HELMUT J.; LAMBIN, ERIC F. **What Drives Tropical Deforestation?** A meta– analysis of proximate and underlying causes of deforestation based on subnational case study evidence. LUCC Report Series No. 4. CIACO, Louvain– la– Neuve. 2001. 136 p.
- GEIST, HELMUT J.; LAMBIN, ERIC F. Proximate Causes and Underlying Driving Forces of Tropical Deforestation. **BioScience**, v. 52, n. 2, p. 143– 150 . 2002
- GOMEZ– POMPA A.; FLORES J.S.; SOSA, V. The ‘pet– kot’: a man– made tropical forest of the Maya. **Interciencia**, v. 12, p. 10– 15. 1987.
- GRAGSOM, T. Potential versus Actual vegetation: Human Behavior in a Landscape Medium. In: BALÉE, W. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 213– 231.
- GREENBERG, JAMES B.; PARK THOMAS K. Political Ecology. **Journal of Political Ecology**, v.1 1994
- GROVES, CRAIG R.; JENSEN, DEBORAH B.; VALUTIS, LAURA L.; REDFORD, KENT H.; SHAFFER, MARK L.; SCOTT, J. MICHAEL; BAUMGARTNER, JEFFREY V.; HIGGINS, JONATHAN V.; BECK, MICHAEL W.; ANDERSON, MARK G. Planning for Biodiversity Conservation: Putting Conservation Science into Practice **Bioscience**, v. 52, n. 6, p. 499– 512. 2002.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography**, principles in practice. New York: Travistock Publications. 1983.
- HARRIS, D. R. The ecology of swidden cultivation in the Upper Orinoco Rain Forest, Venezuela. *The Geographical Review*, v. 61, p. 475– 495, 1971.

- HARTSHORN, GARY S. Neotropical Forest Dynamics. **Biotropica**, v. 12, n. 2, p. 23– 30. 1980.
- HAYASHIDA, F. M. Archaeology, Ecological History, and Conservation: **Annual Review of Anthropology**, v. 34, p. 43– 65. 2005
- HECKENBERGER, MICHAEL J.; RUSSELL, J. CHRISTIAN; TONEY, JOSHUA R.; SCHMIDT, MORGAN J. The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity. **Phil. Trans. R. Soc. B** v. 362, p. 197– 208. 2007.
- HOGAN, D. J.; CARMO, R.L.; ALVES, H. P.; RODRIGUES, I. A. Desenvolvimento sustentável no vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 3 e 4. 1999.
- HOLANDA, SERGIO BUARQUE DE. Monções. São Paulo: Brasiliense. 1ª reimpr. Da 3ª Ed. de 1990. 2000. 326 p.
- HOLANDA, SERGIO BUARQUE DE. Raízes do Brasil. Editora Universidade de Brasília, 4a ed. 1963. 228 p.
- HOUGHTON, R.A.; LEFKOWITZ, D.S.; SKOLE, D.L. Changes in the landscape of Latin America between 1850 and 1985. I. Progressive loss of forests. **Forest Ecology and Management**, v 38, p. 143– 172. 1991.
- HUNT, R.C. Agrarian Data Sets: The Comparativist's View. In: MORAN, Emilio F. (Ed.). **The comparative Analyses of Human Societies** – Toward Common Standards for data Collection and Reporting. Lynne Rienner Publishers, 1995. p 173– 189.
- ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório técnico– científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Pedro Cubas município de Eldorado– SP**. 1998. 58 p.
- ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório técnico– científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Pedro Cubas de Cima município de Eldorado– SP**. 2003. 43 p.
- INGOLD, T. Hunting and Gathering as Ways of Perceiving the Environment. In: ELLEN, R.; FUKUI, K. **Redefining Nature**. Ecology, Culture and Domestication. Washington, D.C.:Berg, 1996.664p.
- INGOLD, T. **The perception of the environment**. Essays in livelihood, dwelling and skill. Routledge, New York. 2000.
- JARDIM, F.C.S.; VOLPATO, M.M.L.; SOUZA, A.L. Dinâmica de sucessão natural em clareiras de florestas tropicais. Fonte: **Documentos SIF**, n.10, p.1– 60. 1993.
- JIANG, HONG. Stories Remote Sensing Images Can Tell: Integrating Remote Sensing Analysis With Ethnographic Research in the Study of Cultural Landscapes. **Human Ecology**, v. 31, n. 2, 2003. P. 215– 232.

- JOHNSON, C.M.; VIEIRA, I.C.G.; ZARIN, D.J.; FRIZANO, J.; JOHNSON, A.H. Carbon and nutrient storage in primary and secondary forests in eastern Amazonia. **Forest Ecology and Management**, v. 147, n. 2, p. 245– 252. 2001.
- JONES, L.A.; OSTERUD, N.G. Breaking New Ground: Oral History and Agricultural History. **The Journal of American History**, v. 76, n. 2, p. 551– 564. 1989.
- JUNQUEIRA, ANDRÉ BRAGA. Uso e manejo da vegetação secundária sobre Terra Preta por comunidades tradicionais na região do médio Rio Madeira, Amazonas, Brasil. Dissertação (mestrado) – INPA/UFAM, Manaus, 2008. 126 p.
- KARTAWINATA, K. The use of secondary forest species in rehabilitation of degraded forest lands. **J. Trop. For. Sci.** v. 7, p. 76–86. 1994.
- KIDDER, T.R.; BALÉE W. Epilogue. In: BALÉE, William. **Advances in Historical Ecology**. New York : 1998. p. 405– 410.
- KLEINMAN, P.J.A., PIMENTEL, D.; BRYANT, R.B. The ecological sustainability of slash– and– burn agriculture. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 52, p. 235– 249. 1995.
- KNIGHT, D. H. A phytosociological analysis of species– rich tropical forest on Barro Colorado Island. **Panama. Ecol. Monogr.**, v. 45 p. 259– 284. 1975.
- KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu Eitora. 2002. 503 p.
- KOTTAK, C. The New Ecological Anthropology. **American Anthropologist**, v. 101. n. 1. 1999.
- KUHLER, S. Landscape as Memory: The Mapping of Process and the representation in a Melanesian Society. In: BENDER, B. (ed.). **Landscape. Politics and perspectives**. Berg publishers Ltda. 1993.
- LADEIRA, MARIA INÊS. **Terras indígenas e unidades de conservação na Mata Atlântica – áreas protegidas?** CTI – Centro de Trabalho Indigenista, 2003.
- LANG, GERALD E.; KNIGHT, DENNIS H. Tree Growth, Mortality, Recruitment, and Canopy Gap Formation during a 10– year Period in a Tropical Moist Forest Source: **Ecology**, v. 64, n. 5 p. 1075– 1080. 1983.
- LAWI, YUSSUF. Q. Where physical and Ideological Landscapes meet: Landscape use and Ecological Knowledge of Iraqw, noerthern Tanzania, 1920s– 1950s. **The international journal of African Historical Studies**, v. 32, n. 2/3, p. 281– 310. 1999.
- LILLESAND, T. M.; KIEFER, R. W. **Remote sensing and image interpretation**. New York: John Wiley & Sons. 2000.
- LIMA, DEBORAH; POZZOBON, JORGE. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45– 76. 2005.

- LIMA, D.M., ALENCAR, E.F. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. **Lusotopie**, p. 27– 48. 2001.
- LINDBORG, R.; ERIKSSON O. Historical landscape connectivity affects present plant species diversity. **Ecology**, v. 85, n.7, p. 1840–1845. 2004.
- LITTLE, PAUL E. Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium. **Annual Review of Anthropology**, v. 28, p. 253–284. 1999.
- LUCAS, R. M.; HONZAK, M.; FOODY, G. M.; CURRAN, P.J.; CORVES, C. Characterizing tropical secondary forests using multi- temporal Landsat sensor imagery', **International Journal of Remote Sensing**, v.14, n.16, p.3061 – 3067. 1993.
- LONG, C. L.,; ZHOU, Y. Indigenous community forest management of Jinuo people's swidden agroecosystems in southwest China. **Biodiversity and Conservation**, v. 10, p. 753–767. 2001.
- LORENZI, HARRI. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, vol. 2. 2ª Ed. Instituto Plantarum, Nova Odessa, SP, 2002.
- LORENZI, HARRI. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, vol. 1. 5ª Ed. Instituto Plantarum, Nova Odessa, SP, 2008.
- LORENZI, HARRI; BACHER, LUIS; LAERDA, MARCO; SARTORI, SERGIO. **Frutas brasileiras e exóticas cultivadas** (de consumo *in natura*). São Paulo: Instituto Plantarum de estudos da flora, 2006. 672p.
- LUNT, IAN D.; SPOONER, PETER G. Using historical ecology to understand patterns of biodiversity in fragmented agricultural landscapes. **Journal of Biogeography**, v. 32, p. 1859–1873. 2005.
- MADI, E.; BEGOSSI, A. Pollution and food taboos: A practical reason? **Journal of Human Ecology**, v. 8, n. 6, p. 405– 408. 1997.
- MAROTI, P. S. Percepção e Educação Ambiental voltadas a uma Unidade Natural de conservação (Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio, SP). São Carlos SP: 1997. 117p.
- MAROTI, P. S.; SANTOS, J. S. Narrativas Orais como Subsídio para um Programa de Educação Ambiental Direcionado a uma unidade de Conservação. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. A. **Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos, SP: RiMa editora, 2001. p 197– 224.
- MARQUES, J.G.W. **Pescando pescadores**: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano. São Paulo: USP/ NUPAUB.1995. 258p.
- MARTINEZ, MARIA CECILIA. A ação governamental e a Resistência camponesa no Vale do Ribeira – 1968/1986. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1995. 207 p.

- MCGRATH, D. G. The role of biomass in shifting cultivation. **Human Ecology**, v. 15, n. 2, p. 221– 242. 1987.
- MCNEILL, J. R. Observations on the nature and culture of environmental history: **History and Theory**, v. 42, p. 5– 43. 2003
- MELLO, MÁRCIO ANTONIO DE; SILVESTRO, MILTON LUIZ; ABRAMOVAY, RICARDO; DORIGON, CLOVIS; FERRARI, DILVAN LUIZ; TESTA, VILSON MARCOS. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. **XII congresso da SOBER** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003
- MENDOZA– VEGA, J.; KARLTUN, E.; OLSSON, M. Estimations of amounts of soil organic carbon and fine root carbon in land use and land cover classes, and soil types of Chiapas highlands, Mexico. **Forest Ecology and Management**, v. 177, n. 1, p 191– 206. 2003.
- METER, KARL M. VAN. Methodological and Design Issues: Techniques for Assessing the Representatives of Snowball Samples p 31– 43. In: Elizabeth Y. Lambert (Ed.). **The Collection and Interpretation of Data from Hidden Populations**. National Institute on Drug Abuse, NIDA Research Monograph Series 98. 1990.
- METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, v. 1, n. ½, p. 1– 9. 2001.
- METZGER, J. P. Editorial Conservation issues in the Brazilian Atlantic Forest. **Biological Conservation**, v. 142, p. 1138–1140. 2009.
- METZGER, JEAN PAUL; MARTENSEN, ALEXANDRE CAMARGO; DIXO, MARIANNA; BERNACCI, LUIS CARLOS; RIBEIRO MILTON CEZAR; TEIXEIRA, ANA MARIA GODOY; PARDINI, RENATA. Time– lag in biological responses to landscape changes in a highly dynamic Atlantic forest region. **Biological Conservation**, v. 142, p. 1166–1177. 2009.
- MORAN, E. F. Ecosystem ecology in biology and anthropology: a critical assessment. In: MORAN, E. F. (Ed.) **The ecosystem approach in anthropology**, from concept to practice. Ann Arbor, the University of Michigan Press. p. 3– 40. 1990.
- MORAN, E. F. **Human Adaptability**: an introduction to ecological anthropology. Colorado: Westview, 1992. 446 p.
- MORAN, E. F. **Human Adaptability**: An Introduction to Ecological Anthropology. Boulder, CO: Westview Press, 2000.
- MORAN, EMILIO F.; BRONDIZIO, EDUARDO S.; TUCKER, JOANNA M.; SILVA–FORSBERG, MARIA CLARA DA; MCCracken, STEPHEN; FALESÍ, ITALO. Effects of soil fertility and land– use on forest succession in Amazonia. **Forest Ecology and Management**, v. 139, p. 93±108. 2000.
- MOREIRA, M.A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. Viçosa: Editora UFV. 2003.

- MURPHY, HELEN T.; LOVETT– DOUST, JON. Context and connectivity in plant metapopulations and landscape mosaics: does the matrix matter? **OIKOS**, v. 105, p. 3 – 14. 2004.
- MURRIETA, R.S.S.; WINKLERPRINS, A. “Eu adoro flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.) **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: ANNABLUME. 2006. p 277– 294.
- MURRIETA, R.S.S. Dialética do Sabor: Alimentação, Ecologia e Vida Cotidiana em Comunidades Ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia** (USP). São Paulo: v.44, n.2, p.39 – 88. 2001.
- MYERS, NORMAN. Tropical Deforestation and Climatic Change. **Environmental Conservation**, vl. 15, n. 4. 1988.
- MYERS, NORMAN. Tropical Forests: The Main Deforestation Fronts. **Environmental Conservation**, v. 20, n 1. 1993.
- MYERS, N.; MITTERNEIER, R.; MITTERNEIER, C. G.; DA FONSECA, C.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853– 858. 2000.
- NAZAREA, V. D. **Cultural Memory and Biodiversity**. The University of Arizona Press. 1998. 189 p.
- NETTING, R. M. **Smallholders, Householders** – farm families and the ecology of intensive, sustainable agriculture. Stanford, California. 1993. 389 p.
- NETTING, R. McC.; STONE, G .D.; STONE, P. The social organization of agrarian labor. In: MORAN, Emilio F. (ed.). **The comparative Analyses of Human Societies** – Toward Common Standards for data Collection and Reporting. Lynne Rienner Publishers, 1995. p 55– 73.
- NEVES E. G.; PETERSEN, J. B.; BARTONE R. N.; DA SILVA C. A. Historical and soio– cultural origins of Amazonian dark earths. In: LEHMAN, J.; KERN, D. C.; GLASER, B.; WOODS, W. I. (Eds.) **Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management**. Kluwer Academic Publishers. 2003. p. 29– 50.
- NOBLE, IAN R.; DIRZO, RODOLFO. Forests as Human– Dominated Ecosystems. **Science** , v. 277, 1997.
- ORLOVE, BENJAMIN S. Ecological Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 9, p. 235– 273. 1980.
- PAES, GABRIELA SEGARRA MARTINS. A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. 137p.
- PAOLIELLO, RENATA MEDEIROS. Estratégias espaciais, reconversões identitárias e novas ruralidades em terras remanescentes de quilombos. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASTRU – FLACSO, Quito, Equador. Cd– Rom vol. 1. 2006a.

- PAOLIELLO, RENATA MEDEIROS. As comunidades tradicionais no Vale do Ribeira: da “reprodução camponesa” às re- significações dos patrimônios territoriais. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 58– 82. 2006b.
- PEDROSO– JUNIOR, NELSON NOVAES; MURRIETA, RUI SERGIO SERENI; ADAMS, CRISTINA. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v.3, n.2, p 153– 174. 2008a.
- PEDROSO– JUNIOR, NELSON NOVAES; MURRIETA, RUI SERGIO SERENI; TAQUEDA, CAROLINA SANTOS; NAVAZINAS, NATASHA DIAS; RUIVO, AGLAIR PEDROSO; BERNARDO, DANILO VICENSOTTO; NEVES, Walter Alves. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v.3, n.2, p 227– 252. 2008b.
- PEDROSO– JUNIOR, NELSON NOVAES. No caminho dos antigos: agricultura de corte e queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira, SP. 201 páginas. 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Departamento de Ecologia.
- PELUSO, NANCY LEE. Fruit trees and family trees in an anthropogenic forest: ethics of access, property zones, and environmental change in Indonesia. **Comparative studies in society and History**, v. 38, n. 3, p. 510– 548. 1996.
- PENNA– FIRME, RODRIGO; BRONDIZIO, EDUARDO. The risks of commodifying poverty: rural communities, quilombola identity, and nature conservation in Brazil. **Habitus**, v. 5, n.2, p. 355– 373. 2007.
- PETERSON, GARRY. Political ecology and ecological resilience: an integration of human and ecological dynamics. **Ecological Economics**, v. 35, p. 323–336. 2000.
- PETRONE, PASQUALE. *A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1960, 444 p.
- PIMENTEL, D.; ULRICH, S.; TAKACS, D.A.; BRUBAKER, H.W.; DUMAS, A.R.; MEANEY, J.J.; O'NEIL, J.A.S. ; ONSI, D.E. ; CORZILIUS, D.B. Conserving biological diversity in agricultural/forestry systems. **BioScience**, v.42, n.5, p.354 – 359. 1992.
- PIVELLO, V.R.; METZGER, J.P. Diagnóstico da pesquisa em Ecologia de Paisagens no Brasil (2000– 2005) **Biota Neotrop**. Sep/Dez 2007 vol. 7, no. 3.
- PIZO, M. A.; VIEIRA, E. M. Palm harvesting affects seed predation of *Euterpe edulis*, a threatened palm of the Brazilian Atlantic forest. *Brazilian Journal of Biology*, v. 64, p. 669– 676. 2004.
- POPULAR MEMORY GROUP. **Popular Memory**. Theory, politics, method. In: Perks, Robert & Thomson, Alistair (eds). *The Oral History Reader*. New York, Routledge. 2a ed. 2006.

- POSEY, D. A. Introdução – Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. (ed). **Suma Antropológica Brasileira**, Petrópolis: Vozes/Finep, v.1, p. 173– 185. 1987.
- QUEIROZ, RENATO DA SILVA. **Caipiras Negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. 2ª ed. São Paulo: EDUSP. 2006. 128p.
- QUEIROZ, MARIA ISAURA PEREIRA. **Vale do Ribeira**: pesquisas sociológicas. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ USP. 1967.
- QUEIROZ, MARIA ISAURA PEREIRA. Bairros Rurais Paulistas. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, MARIA ISAURA PEREIRA. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis : Vozes, Coleção Estudos brasileiros ; 3. 1973. 242p.
- REDMAN, C. L. **Human Impact on Ancient Environments**. Tucson: Univ. Ariz. Press. 1999.
- RIVAL, L. Domestication as a Historical and Symbolic Process: Wild gardens and cultivated Forests in the Ecuadorian Amazon. In: BALÉE, William. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 232– 250.
- ROCKWELL, E. Ethnography and critical knowledge of education in Latin America. **Prospects**, vol. XXI, n 2. 1991.
- ROMEIRO, ADEMAR RIBEIRO; BARCIA, RINALDO GARCIA; PINTO, NILTON ROSA. **A Exploração do Palmito na Mata Atlântica na Região do Vale do Ribeira**. Documento Guia para Seminário sobre Alternativas de Gestão da Mata Atlântica 1996.
- ROZZA, A. F. **Manejo e regeneração de trecho degradado de floresta estacional semidecidual**: reserva municipal de Santa Genebra, Campinas, SP. Fonte: Campinas, Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. 2003. 139p.
- RUSCHEL, ADEMIR ROBERTO; MANTOVANI, MARCELO; DOS REIS, MAURÍCIO SEDREZ; NODARI, RUBENS ONOFRE. Caracterização e dinâmica de duas fases sucessionais em floresta secundária da Mata Atlântica. **R. Árvore**, Viçosa– MG, v.33, n.1, p.101– 115. 2009.
- SALDARRIAGA, J.G., WEST, D.C., THARP, M.L. & UHL, C. Long– term chronosequence of forest succession in the upper Rio Negro of Colombia and Venezuela. **Journal of Ecology**, v.76, n.4, p.938– 958. 1988.
- SALDARRIAGA, J.G.; UHL, C. Recovery of forest vegetation following slash– and– burn agriculture in the upper Rio Negro. In: Gómez– Pompa, A.; Whitmore, T.C.; Hadley, M. (Eds.) **Tropical rain forests**: regeneration and management. Blackwell, New York. 1991. p.303– 312.
- SANCHES, R. A. Caiçara Communities of the Southeastern Coast of São Paulo State (Brazil): Traditional Activities and Conservation Policy for the Atlantic Rain Forest. **Human Ecology Review**, v. 8, n. 2. 2001.
- SANTOS, KATIA M. DOS SANTOS; TATTO, NILTO (Eds.). Agenda socioambiental de

- comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Instituto Socioambiental, 2008.
- SCHMIDT, M. J. **Farming And Patterns Of Agrobiodiversity On The Amazon Floodplain In The Vicinity Of Mamirauá, Amazonas, Brazil**. Geography, University of Florida, 2003. 199 p.
- SCHMIDT, P. R. Historical Ecology and Landscape Transformation in eastern Equatorial África. In: CRUMLEY, C. L. (ed). **Historical Ecology**. Cultural Knowledge and Changing Landscapes. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Advanced Seminar Series, 1994. p. 99– 125.
- SCHMITT, SANDRA; TURATTI, MARIA CECÍLIA MANZOLI; CARVALHO, MARIA CELINA PEREIRA DE Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p. 1– 10 . 2002
- SCHULE, W. Vegetation, megaherbivores, man and climate in the Quaternary and the genesis of closed forests. In: Goldammer, J. G. (Ed.) **Tropical forests in transition**. Basel, Birkhauser Verlag. p. 45– 76. 1992
- SHOPES, LINDA. What Is Oral History? In: The Making Sense of Evidence series on History Matters: **The U.S. Survey on the Web**, <http://historymatters.gmu.edu>. 2004. p. 1– 23.
- SILVA, ALINE PACHECO; BARROS, CAROLYNE REIS; NOGUEIRA, MARIA LUÍSA MAGALHÃES; BARROS, VANESSA ANDRADE DE. “Conte– me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. I, n. 1, p. 25– 35. 2007.
- SLIM, H.; THOMPSON, P.; BENNETT, O.; CROSS, N. Ways of listening. In: PERKS, R.; THOMSON, A. (eds). **The Oral History Reader**. New York: Routledge, 2006. 2a ed.
- SLOCUM, R.; WICHART, L.; ROCHELEAU, D.; THOMAS– SLAYTER, B. (eds.) **Power, Process and Participation: tools for change**. Londres: ITDG. 2001.
- SOUZA, A. C. S. . Estudos sócio– etnolinguísticos: comunidades afro– brasileiras em Mato Grosso do Sul. In: VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2004, Campo Grande. Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2004.
- STUCCHI, DÉBORA; OLIVEIRA JUNIOR, ADOLFO N.; CHAGAS, MIRIAM; BRASILEIRO, SHEILA DOS S. 2000. Laudo antropológico das comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. In: ANDRADE, T.; PEREIRA, C. A.; ANDRADE, M. R. (Eds). **Negros no Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. 2ª ed. São Paulo: ITESP: Páginas e Letras – Editora Gráfica. 2000. p 39– 192.
- STYGER, E.; RAKOTONDRA MASY, H.M.; PFEFFER, M.J.; FERNANDES, E.C.M.; BATES, D.M. Influence of slash– and– burn farming practices on fallow succession and land degradation in the rainforest region of Madagascar. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, xxx, xxx–xxx. 2006.

- TABARELLI, M., MANTOVANI, W. A regeneração de uma floresta tropical montana após corte e queima (São Paulo– Brasil). **Revista Brasileira de Biologia**, v.59, n.2, p.239– 250. 1999.
- TABARELLI, MARCELO; PINTO, LUIZ PAULO; SILVA, JOSÉ MARIA C.; HIROTA, MÁRCIA M.; BEDÊ, LÚCIO C.. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **MEGADIVERSIDADE**. V. 1, n. 1, 2005
- TILMAN, D. **Resource competition and community structure**. Princeton University Press, Princeton, NJ. 1982.
- TILMAN, D; PACALA, S. **The maintenance of species richness in plant communities**. In: RICKLEFS, R. E.; SCHLUTER, D. C. (Eds.). species diversity in ecological communities. The University of Chicago Press, VL. 1993.
- THOMPSON, P. **A voz do passado. História oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992. 385 p.
- TOLEDO, V. What is ethnoecology? Origin, scope and implications of a rising discipline. **Ethnoecologica**, v.1, n.1, p. 5– 12. 1992.
- TOLEDO, V. M.; ORTIZ– ESPEJEL, B.; CORTÉS, L.; MOGUEL, P.; ORDOÑEZ, M. D. J. The multiple use of tropical forests by indigenous peoples in Mexico: a case of adaptive management. **Conservation Ecology**, v.7, n. 3. 2003.
- TOREZAN, J.M.D. **Estudo da sucessão Secundária na floresta ombrófila densa sub-montana**, em áreas anteriormente cultivadas pelo sistema de “coivara”, em Iporanga. Dissertação de Mestrado. Curitiba, PR. UFPR. 1995.
- TURNER, MONICA G. Landscape ecology in North America: past, present, and future. **Ecology**, v. 86, n. 8, p. 1967–1974. 2005a.
- TURNER, MONICA G. Landscape Ecology: What Is the State of the Science? **Annu. Rev. Ecol. Evol. Syst.**, v. 36, p.319 – 44. 2005b.
- VADEZ, V. R.– G., V.; GODOY, R.A.; APAZA, V.L.; BYRON, E.; HUANCA, T.; LEONARD. W.R.; PÉREZ, E.; WILKIE, D., Does Integration to the Market Threaten Agricultural Diversity? Panel and Cross– sectional Data from a Horticultural– Foraging Society in Bolivian Amazon. **Human Ecology**, v. 32, p. 635– 646. 2004.
- VALENTIN, A. Uma civilização do Arroz. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800– 1880). Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História, FFLCH USP. 2006. 405 p.
- VIEIRA, IMA CÉLIA G.; ALMEIDA, ARLETE SILVA DE; DAVIDSON, ERIC A.; STONE, THOMAS A.; CARVALHO, CLÁUDIO J. REIS DE; GUERRERO, JOSÉ BENITO. Classifying successional forests using Landsat spectral properties and ecological characteristics in eastern Amazonia. **Remote Sensing of Environment**, v. 87, p. 470–481. 2003.

- WALTERS, BRADLEY B.; VAYDA, ANDREW P. Event ecology, causal historical analysis, and human– environment research. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 99, n.3, p. 534 – 553. 2009.
- WANDERLEY, MARIA DE NAZARETH BAUDEL. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. 1996.p 1– 18.
- WARNER, K. **Shifting cultivators**: Local technical knowledge and natural resource management in the humid tropics. Roma: FAO. 2001. 85 p.
- WHITMORE, T.C. **An Introduction to Tropical Rainforests**. Oxford, Clarendon Press. 1990.
- WIERSUM, K.F. Indigenous exploitation and management of tropical forest resources: an evolutionary continuum in forest– people interactions. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v.63, p.1– 16. 1997.
- WOLF, ERIC R. Tipos de campesinato latino– americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN– BIANCO BELA; LINS RIBEIRO, G. (Orgs.). **Antropologia e Poder**. Contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora UnB, p. 117– 144. 2003.
- WOORTMANN, ELLEN F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, v. 81, p. 165– 202. 1983.
- WORSTER, DONALD. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v.5, n.2, v.6, n.1, 2003.
- WORSTER, DONALD. Transformaciones de La Tierra. Coscoroba ediciones, Biblioteca Latioamericana en Ecología Política, 2008. 216 p.
- ZEDER, MELINDA A. Central Questions in the Domestication of Plants and Animals **Evolutionary Anthropology**, v.15, p.105–117. 2006
- WU, J.; HOBBS., R. Key issues and research priorities in landscape ecology: An idiosyncratic synthesis. **Landscape Ecology**, v.17, n.4, p.355– 365. 2002.